

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIEL MURARO

**CRIME, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA: UM ESTUDO DE CASO DA CAMPANHA
PAZ SEM VOZ É MEDO DO JORNAL GAZETA DO POVO**

**CURITIBA
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CRIME, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA: UM ESTUDO DE CASO DA CAMPANHA
***PAZ SEM VOZ É MEDO* DO JORNAL GAZETA DO POVO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito junto ao Programa de Pós Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Katie Silene Cáceres Arguello

CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIEL MURARO

CRIME, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA: UM ESTUDO DE CASO DA CAMPANHA *PAZ SEM VOZ É MEDO* DO JORNAL GAZETA DO POVO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Katie Silene Cáceres Argüello
Orientadora - Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos
Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

Prof. Dr. Maurício Stegemann Dieter
Professor convidado do Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba

Curitiba, 26 de março de 2013.

Dedico esse trabalho ao
meu amado Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Programa de Pós Graduação desta Universidade que me acolheu e tornou possível a realização deste sonho nas pessoas do Prof. Dr. José Antônio Peres Gediél e do Prof. Rodrigo Xavier Leonardo que estiveram à frente da gestão da pós-graduação nesse período, juntamente com os funcionários do programa.

Gostaria de agradecer também à minha orientadora, Prof^a Dra. Katie Silene Cáceres Arguello, que nesta caminhada se tornou mais que orientadora, por todos os conselhos e observações feitas durante o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Gostaria igualmente de agradecer aos amigos de jornada Marília, Fábio, Flávio, Edna, Thiago, Saulo, Luasses, Sarah, Bruno, além dos amigos que igualmente apoiaram e compreenderam minha ausência, meus alunos e meus colegas da FAPI – Faculdade de Pinhais.

Preciso ainda agradecer a CAPES que financiou esta pesquisa e talvez se não fosse essa ajuda financeira este trabalho não pudesse ser realizado.

Ademais gostaria de agradecer a minha família, aos meus pais, ao meu irmão, que está longe, mas sempre participou, e em especial ao meu marido Guilherme, a quem dediquei este trabalho, pela compreensão e pelo amor.

O Meu Guri

(Chico Buarque)

Quando, seu moço
Nasceu meu rebento
Não era o momento
Dele rebentar
Já foi nascendo
Com cara de fome
E eu não tinha nem nome
Prá lhe dar
Como fui levando
Não sei lhe explicar
Fui assim levando
Ele a me levar
E na sua meninice
Ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí! Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega suado
E veloz do batente
Traz sempre um presente
Prá me encabular
Tanta corrente de ouro
Seu moço!
Que haja pescoço
Prá enfiar
Me trouxe uma bolsa
Já com tudo dentro
Chave, caderneta
Terço e patuá
Um lenço e uma penca
De documentos
Prá finalmente
Eu me identificar
Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega no morro
Com carregamento
Pulseira, cimento
Relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar
Cá no alto
Essa onda de assaltos
Tá um horror
Eu consolo ele
Ele me consola
Boto ele no colo
Prá ele me ninar
De repente acordo
Olho pro lado
E o danado já foi trabalhar
Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega estampado
Manchete, retrato
Com venda nos olhos
Legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente
Seu moço!
Fazendo alvoroço demais
O guri no mato
Acho que tá rindo
Acho que tá lindo
De papo pro ar
Desde o começo eu não disse
Seu moço!
Ele disse que chegava lá
Olha aí! Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
E o meu guri!

RESUMO

Este trabalho procura aproximar os temas mídia de massa e segurança pública fazendo uma análise da campanha lançada pelo jornal Gazeta do Povo intitulada *Paz sem voz é medo*. Passeando por vários autores, mas adotando como marco teórico a criminologia crítica, analisam-se as reportagens e a forma de exposição dos temas crime, violência e segurança, entre outros subtemas, segundo o discurso midiático, constatando-se que ele reproduz certos estereótipos balizadores do sistema penal seletivo e repressivo. Na campanha se verifica o apelo à defesa da sociedade para que participem de uma cultura de paz denunciando os crimes em que foram vítimas e que foram presenciados acreditando que esta atitude poderá livrar o cidadão do sentimento de insegurança em face da conduta delituosa. No entanto, essa postura fomenta não uma cultura de paz, mas a elevação do sentimento de insegurança, o qual tem sido utilizado para legitimar ações repressivas que se intitulam guerra ao crime e ao tráfico de drogas, perseguição a pequenos desvios, autorizando a implantação de unidades de polícia pacificadora de forma hostil nos territórios do Rio de Janeiro e do Paraná, exercitando a violência institucional por meio dos aparelhos repressivos estatais, em especial o policial, que com tradição militarista, opera aplaudido pela população com o uso da força letal e violenta. Essa repressividade e violência do sistema penal é compreendida como a panaceia da segurança pública no Brasil, assim como se renova a crença na pena como solução para os conflitos sociais de natureza penal. Na tentativa de reduzir essa violência irracional do sistema, propõe-se um retorno ao discurso dos direitos humanos para serem colocados como objeto e como limitação do sistema penal.

Palavras-chave: Mídia. Segurança pública. Sistema penal. Violência. Polícia.

RESUMEN

Este trabajo trata de acercar los temas medios de comunicación y la seguridad pública mediante el análisis de la campaña lanzada por el periódico *Gazeta do Povo* intitulado *Paz sem voz é medo*. Paseando por varios autores, pero tomando como punto teórico la criminología crítica, se analizan los informes y la forma de exponer los temas de la delincuencia, la violencia y la seguridad, entre otros temas secundarios, según el discurso de los medios señalando que reproducen ciertos estereotipos legitimadores del sistema penal selectivo y represivo. En la campaña se encuentra la convocatoria para la protección de la sociedad a partir de la participación en una cultura de paz, denunciando los crímenes en los cuales fueron víctimas y fueron testigos con la creencia de que esta actitud podría librar los ciudadanos del sentimiento de inseguridad frente a la conducta criminal. Sin embargo, esta actitud no fomenta una cultura de paz, pero la elevación del sentimiento de inseguridad, que se ha utilizado para legitimar las acciones represivas que se llaman guerra al crimen y contra el narcotráfico, la persecución de las desviaciones pequeñas, como se ha visto que se autoriza el despliegue de unidades policiales de pacificación de forma hostil en territorios de Río de Janeiro y Paraná, practicando la violencia institucional a través del aparato represivo del Estado, especialmente el policía, que con la tradición militarista, opera aplaudido por la población con el uso de la fuerza letal y violenta. Este carácter represivo y la violencia del sistema de justicia criminal son vistas como la panacea de la seguridad pública en Brasil, así como se renueva la creencia en la pena como solución para los conflictos sociales de naturaleza penal. En un intento de reducir esta violencia irracional del sistema se propone una vuelta al discurso de los derechos humanos que se colocan como objeto y como limitación del sistema penal.

Palabras-clave: Medios de comunicación. La seguridad pública. Sistema Penal. Violencia. Policía.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Foto do Pedreiro Ismael agredido por policiais ----- 46
- Figura 2 – Mapa dos bairros de Curitiba, segundo a localização socioeconômica da população ----- 54
- Figura 3 – Foto de policiais realizando uma abordagem ----- 56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – O DISCURSO MIDIÁTICO E A CAMPANHA DO JORNAL GAZETA DO POVO INTITULADA PAZ SEM VOZ É MEDO	15
1.1 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO	15
1.1.1 As mídias de massa.....	16
1.1.1.1 O jornal impresso	18
1.1.1.2 As novas mídias eletrônicas	18
1.1.2 A indústria da mídia e os conglomerados de informação	20
1.1.3 Mídia, pesquisa de opinião pública e fábrica de consenso	24
1.1.4 A superação da cultura punitiva pelo uso hegemônico-crítico da mídia	30
1.2 A CAMPANHA PAZ SEM VOZ É MEDO	32
1.3 O CRIME E O CRIMINOSO NA CAMPANHA PAZ SEM VOZ É MEDO.....	35
1.3.1 A sensação de insegurança e o medo de ser vítima de crime.....	35
1.3.2 A criação do estereótipo do bandido.....	44
1.3.3 A geolocalização da criminalidade nas zonas de pobreza.....	50
1.3.3.1 O Mapa da Criminalidade	57
1.3.4. Crime como violência e as taxas de homicídios	61
1.4 A NÃO DECLARADA GUERRA ÀS DROGAS.....	70
1.4.1 Política de combate ao tráfico de drogas.....	72
CAPÍTULO II – O DISCURSO MIDIÁTICO DA CAMPANHA PAZ SEM VOZ É MEDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ	81
2.1 O QUE É SEGURANÇA PÚBLICA	83
2.1.1 Segurança pública e a atividade policial	88
2.1.2 A guerra ao crime e o estado de exceção	94
2.1.3 A teoria das janelas quebradas	97
2.1.4 Policiamento Comunitário	102
2.1.4.1 UPS – Unidade Paraná Seguro	106
2.1.4.2 “Participação Popular” para a Segurança Pública	109
2.1.5 Denúncias, cifra oculta e o boletim de ocorrência eletrônico	112
2.2 A EXPANSÃO DO CONTROLE PENAL	117
2.2.1 A criminalização seletiva e o discurso da impunidade	120
2.2.2 A retribuição, neutralização e o sucateamento do sistema prisional.....	124

2.2.3 A crença na pena como prevenção geral e especial	126
2.2.4 As teorias críticas e a superação do discurso preventivo-retribucionista da pena pela crítica criminológica.....	128
2.2.4.1 A teoria crítica da pena segundo Zaffaroni.....	129
2.2.4.2 A teoria crítica da pena segundo Juarez Cirino dos Santos: por uma crítica materialista/dialética da pena criminal	130
2.2.4.3 Crítica Criminológica às funções declaradas da pena.....	132
2.3 A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA.....	133
CONCLUSÃO	138
REFERÊNCIAS.....	142
REFERÊNCIAS CITADAS.....	142
REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	151
NOTÍCIAS ANALISADAS.....	155
SITES CONSULTADOS	160
APÊNDICES	161
ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado iniciou com pesquisas bibliográficas¹ sobre as mídias de massa como formadoras de opinião a respeito do sistema penal² e daqueles que são todos os dias a ele submetidos. Em seguida, para aprofundar qualitativamente esse objeto, utilizou-se a metodologia do estudo de caso³, para qual foram pesquisadas diversas notícias de jornal sobre o tema segurança pública, durante o período de julho de 2011 a julho de 2012.

O jornal selecionado para a pesquisa foi a Gazeta do Povo, que é o jornal com maior abrangência na cidade de Curitiba, direcionado às classes média e alta especialmente, por essa razão justamente é que foi selecionado esse veículo, pois o objetivo era verificar como a fonte de informação das classes média e alta curitibana retrata o sistema penal.

O tema da segurança pública nasceu da constatação prática na leitura diária durante os anos de 2011 e 2012. O objetivo primeiro era verificar as notícias sobre a criminalidade violenta, porém durante a pesquisa se verificou que o jornal não trazia muitas notícias sobre esse tema e que esses fatos eram noticiados quando tinham uma repercussão nacional ou mundial, mas não sobre o cotidiano da cidade.

No entanto, muitas notícias, reportagens e entrevistas mencionavam questões relacionadas à segurança pública como o medo da criminalidade, o sucateamento da polícia civil, militar e científica, o número de homicídios nas cidades do estado, tráfico de drogas, mas estes últimos sempre de forma genérica e acompanhados por estatística, entre uma infinidade de outros assuntos que se repetiam com certa frequência, quase diariamente.

Assim, constitui objeto do presente trabalho a análise do discurso midiático sobre o tema segurança pública no estado do Paraná. Para tanto, foram escolhidas todas as reportagens da campanha *Paz sem voz é medo*, lançada em julho de 2011 e finda em julho de 2012, divulgadas pelo jornal Gazeta do Povo. No entanto, esta

¹ Este trabalho foi escrito de acordo com o novo acordo ortográfico, porém nas citações preservou-se a escrita original.

² Entenda-se aqui sistema penal como a reunião de todos os órgãos repressivos do estado do Poder Executivo, como a polícia, os órgãos do Ministério Público e do Judiciário que atuam sob o manto do Direito Penal e Processual Penal.

³ MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações FEARP/USP**, v.2, n.2, p. 8 – 18, jan/abr 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rco/v2n2/02.pdf>.

campanha fora veiculada junto a toda rede de veículos midiáticos do Grupo Paranaense de Comunicação – GRPCOM. Como o material de análise precisava ser limitado, a campanha foi escolhida para ser pesquisada em face de seu discurso sobre os temas crime, violência e segurança pública, sob a perspectiva da criminologia crítica, marco teórico deste trabalho, articulada com as reflexões de outros autores como ferramental teórico que contribuem para a formulação da crítica à forma de atuação do sistema penal refletido no discurso midiático.

Em especial a análise que se faz é com base na mídia escrita representada pelo jornal “Gazeta do Povo”, bem como das notícias veiculadas no portal da internet <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/>.

Como se trata de um total de mais de duzentas notícias e reportagens, o trabalho não pode mencionar todas as matérias lidas. A seleção das matérias citadas fora realizada por meio da elaboração de tabelas apresentadas nos anexos, as quais organizam as notícias da campanha por mês e na qual se averiguam a frequência com que temas relevantes para a criminologia crítica aparecem. Os temas aqui tratados foram aqueles que se encontraram com maior frequência nas matérias lidas, tendo sido citadas aquelas notícias e reportagens que abordavam esses temas de forma mais sugestiva.

Para dar conta da análise proposta, esta dissertação está estruturada em dois capítulos, sendo o primeiro focado no tema mídia, e o segundo no tema segurança pública.

No primeiro capítulo procuramos retratar as peculiaridades na forma de atuação das mídias de massa, conceituá-las e dar especial ênfase ao jornal e à internet como veículo midiático, mencionar a atual forma de organização dessas empresas conforme o modelo neoliberal de conglomerados da informação e tratamos a respeito da forma de produzir um consenso na sociedade utilizando-se das pesquisas de opinião pública. Fala-se também da mídia como um aparelho hegemônico do Estado que pode ser utilizada por criminólogos, conforme a proposta da *Newsmaking Criminology*, para modificar a visão do senso comum a respeito do crime e do criminoso.

Em seguida, após contextualizar o leitor sobre a os objetivos da campanha *Paz sem voz é medo*, com base em uma seleção de assuntos realizada nas reportagens da campanha foi possível comprovar uma das hipóteses deste trabalho, de que na maioria das reportagens, salvo algumas exceções, o discurso midiático

reproduz a seletividade do sistema penal, por vezes de forma literal e outras nas entrelinhas, reproduzindo a estigmatização do pobre marginalizado, bem como do lugar onde ele vive, reduzindo a criminalidade aos tipos de violência, também chamada de criminalidade de rua, legitimando essa forma da criminalização da pobreza com o discurso do medo e da insegurança, que tem pautado as políticas criminais em torno da segurança pública.

Finalizando o primeiro capítulo, menciona-se a questão da guerra às drogas como uma das bandeiras fortemente presentes no discurso da campanha, analisando essa questão igualmente sob o viés da estigmatização, tanto do usuário quanto do traficante, e da reprodução da violência irracional do sistema penal nessa questão.

No segundo capítulo, a hipótese levantada é a de que a segurança pública é reduzida pelo discurso midiático à necessidade de mais polícia e maior repressão. As notícias analisadas da mesma forma em sua maioria seguem nessa linha de argumentação, tendo uma ou outra reportagem em que alguns especialistas que são ouvidos trazem argumentos diversos.

Inicia-se o segundo capítulo com um pequeno histórico da crise do *Welfare* para estabelecer um contexto no qual o tema da segurança é tratado. Apresentando diversas opiniões sobre o tema segurança pública, em contraposição com a segurança privada, resgata-se a interpretação de Baratta de que a segurança acontece pela segurança dos direitos, ao passo que a campanha trata da segurança como o direito à segurança.

A repressividade do sistema penal se vincula à segurança pública pela mediação da ideologia da guerra ao crime, o qual postula uma prática governamental de exceção, bem como ideologias repressivas como da *tolerância zero* e das *janelas quebradas*.

Em seguida tratamos do policiamento comunitário e a realidade brasileira com a implantação das unidades de polícia pacificadora no Rio de Janeiro e no Paraná como uma suposta forma de segurança não violenta e gerida em conjunto com a participação popular, a qual, porém, não se realiza na prática, tendo em vista que são impedidas de se realizarem plenamente em razão dos preconceitos que balizam a profissionalização da polícia.

Ainda como forma de participação popular a campanha *Paz sem voz é medo* assume como uma ferramenta de combate à violência a necessidade de denunciar a

todos os crimes que ocorrem. No entanto, a cifra oculta é uma consequência da seletividade do sistema penal, e não será superada com o aumento do número de denúncias, porque o sistema foi pensado para agir dessa forma, sendo impossível abranger todos os delitos praticados sob a esfera do direito penal.

Por fim, verifica-se essa tensão existente entre o estado de direito e o estado de polícia, sendo que os dois coexistem, porém, dependendo da forma como as forças repressivas são utilizadas, se tem um governo que tende para o lado do estado de polícia ou para o lado do estado de direito. Nessa perspectiva, analisa-se o discurso da impunidade em contraposição com o encarceramento em massa; as funções declaradas da pena preventivo-retribucionista; a tentativa de Zaffaroni e de Cirino dos Santos para formular uma teoria crítica da pena, buscando-se a superação do discurso que defende as funções declaradas da pena pela criminologia crítica.

Por fim se coloca como alternativa possível, com uma política de redução de dano, a relação dos direitos humanos com a segurança pública e o sistema penal, para buscar uma limitação racional da violência institucional, contribuindo assim para a redução da violência estrutural, mediante a defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

Muitos temas que tangenciam as reportagens ou que aparecem com menor frequência não foram aqui tratados por impossibilidade metodológica, tais como a vigilância por câmeras, a violência nas escolas e no trânsito, o tratamento penal às crianças e aos adolescentes, à constante, mas complexa remissão a dados estatísticos, os quais são mencionados em poucas reportagens da campanha, o que, porém, não indicaria aqui o grau de importância ou a falta de necessidade de se refletir a respeito.

CAPÍTULO I – O DISCURSO MIDIÁTICO E A CAMPANHA DO JORNAL GAZETA DO POVO INTITULADA *PAZ SEM VOZ É MEDO*

Iniciando este capítulo, apresentamos o conceito de mídia de massa, abordando em especial os veículos utilizados nesta investigação, que foram o jornal escrito e as novas mídias eletrônicas, para logo em seguida, tratar da forma de organização das mídias de massa segundo a lógica de mercado neoliberal. O texto segue apresentando a campanha objeto de análise, reportando-se aos temas da sensação de insegurança, da criação do estereótipo do bandido, da geolocalização do crime e das taxas de homicídios. Por fim, analisa-se a guerra às drogas como um tema da campanha excluído, porém, da agenda política da segurança pública do Paraná.

1.1 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

A indústria da mídia é uma das instituições que exercem o poder simbólico, compreendido como o poder capaz de intervir nos acontecimentos em determinado tempo e espaço, indicando novos caminhos e atitudes, influenciando e produzindo acontecimentos através do seu papel de acumular, reproduzir e comunicar informação⁴. Na concepção de Thompson, relacionam-se ainda o poder econômico, político e coercitivo, cada um exercido por diferentes instituições paradigmáticas⁵.

A Primeira Guerra Mundial mobilizou a imprensa dos Estados envolvidos na disputa, promovendo uma campanha nacionalista e com fins bélicos. Com a Segunda Guerra Mundial, o uso da mídia confirmou seu caráter propagandístico, tendo sido amplamente constatado que as mídias de massa são eficientes na formação de opinião e para influenciar comportamentos⁶, demonstrando seu poder simbólico.

⁴ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Rev. Leonardo Avritzer. 13^a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 42-43.

⁵ *Ibid*, p. 43.

⁶ McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Trad. Carlos de Jesus. Ver. Cristina Ponte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 38 – 39.

Em um terceiro momento, a mídia foi percebida com um potencial positivo de ser um instrumento de esclarecimento público na construção do progresso e de um espaço democrático⁷.

Neste momento, importa compreender de que forma a indústria da mídia desenvolveu esse poder, em especial as chamadas mídia de massa, e como ele se relaciona futuramente com os poderes político, econômico e coercitivo, no sentido de tentar revelar qual o objetivo e o que está por trás do discurso da campanha *Paz sem voz é medo*.

1.1.1 As mídias de massa

As mídias de massa receberam essa denominação por serem veículos de informação dirigidos à comunicação de uma vasta e diversificada audiência em curto espaço de tempo⁸. Segundo Thompson, as mídias de massa apresentam cinco características:

... os meios técnicos e institucionais de produção e difusão; a mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre produção e recepção; o prolongamento da disponibilidade dos produtos da mídia no tempo e espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas.⁹

Como salienta o citado autor, essa é uma denominação criticada porque não necessariamente as mídias de massa atingem essa vasta audiência, mas podem assim ser denominadas por estar à disposição dessa pluralidade de destinatários¹⁰.

Também o termo comunicação pode levar a uma compreensão errada porque não há um diálogo entre o receptor e o fornecedor da informação, o fluxo da informação tem apenas um sentido e não um sentido dialógico, sendo um “processo estruturado de transmissão simbólica”¹¹. Essa é uma das características das mídias de massa, esse fluxo em único sentido de forma indeterminada, no qual o produtor

⁷ McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. p. 39 – 40.

⁸ *Ibid*, p. 18.

⁹ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**, p. 53.

¹⁰ *Ibid*, p. 50.

¹¹ *Ibid*, p. 51 – 52.

não está ao lado do receptor para corrigir determinados mal-entendidos¹². Isso, porém, não significa que o receptor não tenha qualquer poder sobre o que é noticiado.

Assim, a mídia de massa surgiu quando a informação passou a ser vista como um produto comercializável e rentável, que podia ser amplamente comercializado entre uma diversidade de pessoas, “para produzir e reproduzir formas simbólicas”¹³.

Essa comercialização só é possível pelo desenvolvimento das indústrias da mídia, que avançam tecnologicamente no tempo desde a Idade Média, e dependem da atribuição de um valor às formas simbólicas que se tornam mercadoria, o que Thompson vai chamar de bens simbólicos¹⁴, que são comercializados pelas mídias de massa.

Para que haja essa comercialização é necessário que o conteúdo simbólico dessas mensagens fabricadas de forma repetitiva tenha um valor de troca para o mercado mediático e um valor de uso para seu receptor, tornando-se, portanto uma mercadoria¹⁵.

Enquanto a produção desses bens simbólicos é localizada, na redação do jornal, por exemplo, o consumo não o é; ele ocorre em amplos espaços e em alta velocidade para um número incalculável de pessoas. Porém, essa característica se tornou tão corriqueira que por vezes sequer é percebida¹⁶.

Outra característica das mídias de massa é o fato de tornar domínio público as formas simbólicas midiáticas, pois pessoas com características diversas e nos mais diversos lugares podem, se quiserem e tiverem meios para tanto, ter acesso a esses bens simbólicos¹⁷. O jornal impresso é um meio de comunicação de massa entre outros como programas de rádio, programas televisivos, livros e revistas.

¹² THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. p. 56.

¹³ *Ibid*, p. 53.

¹⁴ *Ibid*, p. 53 – 54.

¹⁵ McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. p. 42.

¹⁶ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. p. 57.

¹⁷ *Ibid*, id

1.1.1.1 O jornal impresso

O jornal impresso surgiu nos fins do século XVI e início do XVII como um veículo utilizado pela Coroa ou governo para transmitir informação, registrar, dar publicidade e até para diversão e fofocas, ou seja, era a voz da autoridade estatal e destinava-se aos leitores da classe empresária e fornecedores dos serviços locais¹⁸. Nessa esteira surgiram jornais independentes que se tornaram uma ameaça ao poderio estatal e foram, por essa razão, historicamente perseguidos, mas como mídia de massa os jornais impressos somente se impuseram no século XX¹⁹.

O jornal objeto deste estudo trabalha como uma mídia de massa, que somente se tornou possível pela comercialização desses valores simbólicos. O jornal *Gazeta do Povo* pode ser classificado como uma imprensa comercial, segundo McQuail, pois tem objetivos comerciais de lucro e apresenta conteúdos populistas como incentivo ao consumo; é sensacionalista em relação ao crime e à violência, dando destaque ao escândalo e ao entretenimento, ainda que trate em certos momentos de informações econômicas e políticas²⁰.

1.1.1.2 As novas mídias eletrônicas

As novas mídias abrangem as mídias que gozam de mais tecnologia com alta velocidade de transmissão e aumento na capacidade de armazenamento de informações, em especial aquelas que utilizam a internet como meio de transmissão e que são constantemente utilizadas na elaboração deste trabalho, não só no que se refere à análise do discurso jornalístico da campanha como também para pesquisas bibliográficas.

Frise-se que foram consultadas ambas as mídias, jornal impresso e em meio eletrônico na análise das reportagens da campanha *Paz sem voz é medo*, sendo que ambos apresentavam o mesmo conteúdo apenas em disposição diversa.

¹⁸ McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. p. 21.

¹⁹ *Ibid*, p. 22.

²⁰ *Ibid*, p. 23 – 24.

Essas novas mídias, em especial a internet, segundo Ignacio Ramonet, não podem ser chamadas de mídias de massa, especialmente porque hoje a informação não se dá em um único sentido, pois a internet abre a possibilidade para os web-atores, que são o público em geral de usuários e que também estão interessados em comunicar, em dialogar, em complementar a informação²¹.

Porém, mesmo esses web-atores continuam a, agora na internet, buscar a imprensa escrita que era considerada tradicional, progredindo exponencialmente os leitores dessas mídias. Ignacio Ramonet cita o exemplo do *The New York Times* que tem uma tiragem mensal de 950 mil exemplares, mas é lido por 43,7 milhões de internautas, com a diferença de que hoje esses leitores querem ser ouvidos, e querem reproduzir essas informações, o que torna a comunicação circular e não mais de uma única via²². Infelizmente, não foram localizadas essas informações a respeito do jornal pesquisado, para fins de análise comparativa.

Como as mídias antigas devem buscar se inserir na internet para garantir o seu lugar de visibilidade, o jornal Gazeta do Povo coloca na internet o mesmo conteúdo do jornal impresso. Assim, tudo o que está no jornal escrito está no portal do jornal na internet, com a diferença de que o leitor pode imediatamente comentar a reportagem, sendo essa participação estimulada em todas as notícias com uma pergunta dirigida ao leitor, com a possibilidade de essa notícia ser reproduzida nas redes sociais.

Como bem salientam Herman e Chomsky, a internet é uma ferramenta que pode abrir um precedente democrático²³ que não se apresenta nas mídias de massa, porém como vivemos em um mundo desigual, evidente que o acesso à internet e à tecnologia ainda é limitado, sendo o jornal escrito e a televisão ainda as mídias mais populares como fontes de informação utilizados pela sociedade para se informar.

²¹ RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo**: Das mídias de massa à massa de mídias. 1ª ed. Trad. Douglas Estevam. São Paulo: Publisher Brasil, 2012. p. 17.

²² *Ibid*, p. 19.

²³ CHOMSKY, Noam. HERMAN, Edward S. **A manipulação do público**: política e poder econômico no uso da mídia. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2003. p. 17.

1.1.2 A indústria da mídia e os conglomerados de informação

Conforme já anunciava Ignácio Ramonet, em seu texto escrito em 1999, chegará em breve o dia em que as indústrias dos três setores tecnológicos estarão fundidas em um único conglomerado a dominar a sociedade da informação global²⁴.

Hoje é exatamente o que se verifica, empresas que comercializam canais de televisão, telefonia e internet reunidas em um conglomerado que fornece aos lares todos os serviços necessários à comunicação das pessoas, além de informação e entretenimento.

A informação hoje é dominada por conglomerados globais da indústria do entretenimento. Kleber Mendonça explica que a formação dessas grandes corporações se dá em razão de um interessante entrelaçamento entre telecomunicação, mídia e informática, pois essas empresas, visando atender às exigências do mercado global, tendem a interpenetrar-se. Nesse novo modelo empresarial, as tomadas de decisões se dispersam, formando uma empresa descentralizada, no entanto a informação é mundializada, o que reforça “a hegemonia dos EUA como pólo de produção e distribuição de conteúdos.”²⁵

O maciço investimento para aprimorar as redes de internet nos Estados Unidos durante o governo Bill Clinton, em 1994, garantiram-lhe essa posição de destaque nas indústrias do futuro²⁶.

Essas indústrias hoje têm uma visão mercadológica da produção de informação, ou seja, visam ao lucro antes de tudo²⁷. Por essa razão prevalece a ideia de que a informação é uma mercadoria a ser vendida, relegando a segundo plano a missão da mídia de esclarecer e enriquecer um debate democrático²⁸.

Em uma dimensão local, é possível verificar a tendência da monopolização da informação no Estado do Paraná, protagonizado pelo grupo GRPCOM, uma vez que este grupo tem o domínio de diversos veículos de comunicação entre canais de

²⁴ RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. 5ª ed. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 121.

²⁵ MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência**: Um estudo do linha direta. 1ª ed. Rio de Janeiro: Quartet. 2007. p. 31-33.

²⁶ RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. p. 7.

²⁷ *Ibid*, p. 15.

²⁸ *Ibid*, p. 8.

televisão, rádios, jornais impressos e portais da internet, estando associados à TV Globo de comunicação, líder brasileira no setor da informação.

O grupo GRPCOM, como deixou claro no lançamento da campanha *Paz sem voz é medo*, utilizaria seus diversos veículos para dar ampla divulgação, sendo eles o jornal impresso Gazeta do Povo, o qual é especificamente o objeto do presente estudo, o Jornal de Londrina, a Gazeta Maringá, a RPC TV, ÓTV e as Rádios 98FM e Mundo Livre FM. Isso durante o início da campanha. Posteriormente, em dezembro de 2011, o grupo anuncia a compra ainda dos Jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, juntamente com o portal Paraná On Line, para ampliar assim sua rede de comunicação.

Uma reportagem do Portal Brasil 247, um dos poucos portais da internet a denunciar esse monopólio, afirma que a democracia no Paraná está ameaçada, além de denunciar a frequente manipulação política das notícias, dependendo dos acordos governamentais:

A diversidade de opiniões nos jornais e na TV paranaenses está ameaçada. O ultrapoderoso Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) anunciou nesta semana a compra de mais dois jornais e um portal do estado. Agora, além da Gazeta do Povo – maior tiragem do Paraná – e de oito emissoras afiliadas à TV Globo, o GRPCOM contará com a força da concorrência: os recém-adquiridos Tribuna do Paraná, O Estado do Paraná e o portal Paraná-Online. Também integram o que pode constituir uma perigosa fonte única de informações duas emissoras de rádio, o Jornal de Londrina e o online Gazeta de Maringá.

“A imprensa não vai ser completamente livre se está nas mãos de pouquíssimas pessoas”, analisa o diretor-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Márcio Rodrigues. Para ele, o monopólio da comunicação no estado é inevitável com a expansão do GRPCOM. “O jornalismo é uma das pontas de lança da democracia; a concentração dos meios de comunicação faz mal para a própria democracia”, alerta.

Jornalistas que não fazem parte do time oficial da GRPCOM temem a retomada da “ditadura” da Rede Paranaense de Televisão – afiliada da Globo no Paraná. Ao longo das duas gestões do governador Jaime Lerner (1994-2002), os laços entre poder e imprensa foram bastante estreitos. Em desabafo reproduzido em diversos blogs, o repórter Ricardo Vilches, da TV Record, relembra a campanha da Rede Paranaense a favor da construção do Anel de Integração Rodoviário do estado e da praça de pedágio no norte do estado. Era uma proposta de Jaime Lerner que foi amplamente acolhida pela Rede Paranaense – sem direito a contraponto.

“A situação chegou a tal ponto que, em 2001, a TV Globo do Rio de Janeiro precisou intervir nas afiliadas do Paraná, tamanha a canalhice da cobertura de fatos relacionados aos desvios de dinheiro público na prefeitura de Londrina e no governo Lerner”, denuncia Ricardo Vilches. A promíscua relação entre mídia e governo teria mudado assim que Roberto Requião assumiu como governador, em 2003.

O fantasma do monopólio de informações volta a rondar o Paraná com o crescimento do GRPCOM. “Passado. Quem poderá dizer ao certo? Não os concorrentes, pois estes não existem mais”, avalia Vilches.

O **Brasil 247** aguarda um posicionamento da poderosa corporação paranaense sobre o impacto da compra de mais três veículos para a pluralidade de informações no estado. Em nota oficial, o vice-presidente executivo do GRPCOM, Guilherme Döring Cunha Pereira, afirmou que “sempre foi um sonho” ter jornais segmentados. “A Tribuna do Paraná, O Estado do Paraná eo portal Paraná-Online vêm para ocupar este espaço e ampliar nosso portfólio de produtos”, disse.²⁹

No caso do tema segurança pública, que será tratado no próximo capítulo, o lançamento da campanha *Paz sem voz é medo* ocorreu menos de um mês antes do lançamento do programa de segurança pública no Estado do Paraná, chamado Paraná Seguro³⁰, levantando-se o questionamento se o estado foi tão eficaz em dar uma resposta rápida à provocação midiática da campanha, ou se, na verdade, a campanha não serviu de propaganda à pauta governamental sobre segurança pública, demonstrando esse entrelaçamento entre a mídia e o político. Como confiar, portanto, em uma informação que provém de um único grupo?

É preciso se perguntar como fez Ignacio Ramonet: “... como ter certeza de que não somos manipulados pela mídia?”³¹. Essa pergunta deve ser um exercício constante do cidadão.

Atualizando seu trabalho, Ignacio Ramonet, em texto publicado em 2012, aponta como o governo em muitas ocasiões constrange os jornalistas e blogueiros criando o que ele chama de endogamia político-midiática, citando o caso francês, em que poderosos da elite francesa oferecem jantares a esses profissionais da informação e compram-lhes a cumplicidade, pois as elites têm consciência de que um ataque ao seu poder pela mídia pode resultar em prejuízos. As mídias dominantes “não contribuem mais para ampliar o campo democrático; trabalham, ao contrário, para restringi-lo, atacar as suas bases e miná-lo.”³² Ou seja, é necessário que as mídias hoje se adaptem às necessidades do poder político e econômico dominantes e caminhem, portanto, lado a lado se quiserem um lugar de destaque, ao mesmo tempo em que o poder político e econômico constantemente se submete a avaliação da mídia, comprando sua cumplicidade.

²⁹ IREHETA, Diego. Risco de monopólio na mídia do Paraná. **Jornal Brasil 247**, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/29856/>. Acesso em 01/01/2013. (Destaque no original).

³⁰ RIBEIRO, Diego. BOREKI, Vinicius. Segurança no PR terá aporte de R\$ 500 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1158857&tit=Seguranca-no-PR-tera-aporte-de-R-500-mi>. Acesso em: 09/12/2012.

³¹ RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. p. 131.

³² RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo**. p. 52 – 53.

Essa incorporação das empresas que resultam em conglomerados da informação tem efeitos muito lucrativos e tem sido uma postura necessária para aquelas que querem sobreviver dentro do atual sistema econômico. É dessa forma que tais empresas conseguem manter o domínio tanto sobre a produção como sobre o consumo de informação, na medida em que há uma visível integração entre jornalismo e publicidade, que busca ampliar os mercados, com fins globais, para adequá-los à ordem econômica.

Segundo Nilo Batista, é justamente essa ligação dos conglomerados da informação adaptados à lógica econômica que nos permite compreender a abordagem que eles trazem sobre a questão criminal e sua legitimação incondicional³³, especialmente nos países de capitalismo tardio, em que o neoliberalismo se apresenta de forma mais devastadora. Para o autor, a legitimação midiática promove algumas crenças em relação ao sistema penal e silencia informações que a decompõem, a crença criminológica da mídia é na pena como “rito sagrado de solução de conflitos”³⁴, mas o que se percebe é que há uma crença não só na pena, mas em todo o sistema penal e suas formas de controle social, bem como numa guerra contra a suposta criminalidade.

O discurso punitivo do sistema penal, reproduzido na mídia, se apresenta assim, filiado à ordem econômico-política dominante, como descortinaram em seus estudos Rusche e Kirchheimer, pois são as relações de produção que determinam os métodos de punição, influenciados, assim, pelas forças econômicas e fiscais³⁵.

Como as relações econômicas selecionam a forma de punição, elas também selecionam o discurso que se apresentará em torno da questão criminal, e para tanto, é necessário selecionar profissionais da comunicação que assumam essa forma de agir e pensar, que é reproduzido na informação divulgada.

Ou seja, o profissional que atua na área da informação sofre censuras econômicas de uma forma consciente ou até mesmo inconsciente, uma vez que são os anunciantes que pagam a publicidade do veículo de informação³⁶. Herman e Chomsky acreditam que, entre outras funções, a mídia de massa serve aos

³³ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 7, nº 12, Rio de Janeiro, p. 271 – 288, 2º semestre de 2002, p. 273.

³⁴ *Ibid*, id.

³⁵ RUSCHE, Georg. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Trad. Rev. Tecn. Gizlene Neder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 20.

³⁶ BOURDIEU, Pierre. **A televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 19 – 20.

poderosos interesses sociais dos que a controlam e financiam. Essa censura se dá já no momento da contratação do profissional, que deve agir de acordo com os valores, interesses e a política da instituição³⁷.

Esses constrangimentos seletivos também estão presentes no momento da seleção da notícia, no discurso que se apresentará sobre o sistema penal. Também são esses critérios que eminentemente influenciam na seleção do crime, do lugar e das pessoas que se tornarão alvo da mídia e do sistema penal.

1.1.3 Mídia, pesquisa de opinião pública e fábrica de consenso

Segundo Jaqueline de Paiva Silva, na década de 1990 o Brasil voltou a ser visitado pelo capital financeiro internacional e para garantir a segurança de seus investimentos o capital necessitava de que as informações econômicas fossem constantemente atualizadas. Assim, a agência em tempo real Agência Estado, pertencente ao Grupo Estado, o mesmo grupo econômico de informação que publica o jornal O Estado de S. Paulo, comprou em 1991 a Broadcast, uma empresa de teleinformática, pois unificando essas tecnologias seria possível divulgar as informações do mercado financeiro de forma mais ágil. Antes dessa aquisição a Broadcast prestava informações sobre o mercado financeiro somente para poucas pessoas que tinham sua assinatura, agora, porém, tem diversos assinantes e diversificou os temas anunciados, ainda que cerca de 70% das informações sejam relativas ao mercado econômico e que outros fatos sejam noticiados somente quando podem influenciar política e economicamente o país, tornando-a um espaço público de discussão entre governo e o mercado financeiro³⁸.

O jornal Gazeta do Povo é um assinante da Agência Estado, conforme se verificou na leitura das reportagens da campanha, assim como outros veículos de informação, que utilizam as informações trazidas pelas agências para produzir seu próprio noticiário, sendo que a atividade de muitos repórteres é confirmar e “interpretar” a informação trazida pela agência no jornal.

³⁷ CHOMSKY, Noam. HERMAN, Edward S. **A manipulação do público**. p. 11.

³⁸ SILVA, Jaqueline de Paiva. A Broadcast, o mercado financeiro e a cobertura de economia da grande imprensa. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 11, nº 15/16, Rio de Janeiro, p. 333 – 344, 1º e 2º semestres de 2007. p. 334 – 336.

Esse fato de as agências serem muito consultadas por redações de jornal e de televisão causa o efeito conhecido como agendamento, ou seja, a repetição de um mesmo assunto por vários meios de comunicação, facilitando assim o processo produtivo da notícia³⁹ e a emoldurar a opinião pública⁴⁰.

Bourdieu chama essa situação de circulação circular da informação por compreender que os jornalistas são os profissionais que mais leem jornal porque precisam saber o que já foi dito para saber o que dizer a respeito desse ou daquele fato, gerando assim uma homogeneidade no trabalho desses profissionais⁴¹.

Muitos fatos são selecionados porque se enquadram no perfil do agendamento e outros são esquecidos, ou por razões políticas, ou por não se encaixarem no padrão do editorial. Pierre Bourdieu chama a atenção para o que normalmente é selecionado, o que ele chama de fatos *omnibus*, que são acontecimentos que interessam a todos, que “não devem chocar ninguém, que não envolve disputa, que não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante”⁴². Ou seja, os fatos *omnibus* são utilizados para ocupar o tempo e certamente porque são consensos.

Daí o sucesso da campanha *Paz sem voz é medo* porque o tema criminal e, em especial violência *versus* segurança, tornou-se um consenso mundial, estando arraigado na cultura global o pedido por mais penas, mais segurança e mais paz.

Max Frankel, ex-editor do *The New York Times*, diz que:

quanto mais os jornais perseguirem o público na internet, mais o sexo, os esportes, a violência e a comédia aparecerão em seus menus, atribuindo pouca importância às notícias de guerras estrangeiras ou reforma da seguridade social, quando não as ignorando inteiramente.⁴³

Por isso, mesmo com a internet hoje, reconhecido com um veículo capaz de promover uma mudança democrática, ainda não vemos essa possibilidade ocorrer. Vemos sim as mídias de massa fabricando consensos sociais a agindo com um direcionamento sobre a opinião pública.

³⁹ SILVA, Jaqueline de Paiva. A Broadcast, o mercado financeiro e a cobertura de economia da grande imprensa. p. 340.

⁴⁰ CHOMSKY, Noam. HERMAN, Edward S. **A manipulação do público**. p. 13.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **A televisão**. p. 32.

⁴² *Ibid*, p. 23.

⁴³ *Apud* CHOMSKY, Noam. HERMAN, Edward S. **A manipulação do público**. p. 17.

Outros recursos são utilizados pela mídia, juntamente com o agendamento, para produzir uma aparente realidade como a velocidade da informação, pois o jornalista por pressões concorrenciais está sempre atrás do furo de reportagem, a transmissão ao vivo, o flagrante, os quais têm uma aparência de realidade, e essa velocidade da informação faz com que os receptores não pensem a respeito do que veem. Por que não prender uma pessoa que em flagrante pratica um crime? Existe a necessidade de um processo judicial? Certamente a audiência pensa que a resposta é prender sim, processo não.

Essa realidade em primeira mão, que por vezes é uma parcial verdade ou uma falsidade catastrófica, é o que alimenta o mito da imparcialidade, o qual garante à mídia seu papel de autoridade⁴⁴. Sylvia Moretsohn faz uma interessante comparação da velocidade dos noticiários com o sentido marxista de fetiche, pois tão logo o trabalho se torne uma mercadoria ele deixa de apresentar a relação social pelo qual foi formado: assim o jornal impresso, que poderia ser um espaço para maior reflexão, submete-se também à lógica da velocidade-fetiche e na tarde de sábado põe à venda nos semáforos o jornal de domingo “... o presente passa a ser também futuro. Hoje já é amanhã.”⁴⁵ E não há reflexão sobre esse amanhã.

Bourdieu fala que só é possível pensar com velocidade se for com ideias feitas, o que ele chama de *fast-thinkers*, ou seja, são ideias banais, comuns, que já são aceitas pelo emissor⁴⁶.

Essa necessidade da velocidade, do jornalismo em tempo real, faz gerar um fluxo inconsumível de informação, são tantas notícias em tantos locais, jornais escritos, televisivos, internet, livros, revistas, que é impossível manter-se a par de tudo o que a mídia diz que você deveria saber. Interessante como Ramonet exemplifica essa questão, afirmando que um cidadão do século XVIII não poderia adquirir, durante toda a sua vida, a quantidade de informações contidas em uma edição dominical do *New York Times*, ou ainda se um mesmo leitor, que lesse “mil palavras por minuto, oito horas por dia, precisaria de um mês e meio para ler as informações publicadas num único dia”, além de acumular em cinco anos e meio a

⁴⁴ MORETZSOHN, Sylvia. A lógica do jornalismo impresso na era do “tempo real”. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 4, nº 7 – 8, p. 261 – 266, Rio de Janeiro, 1º e 2º semestres de 1999, p. 261.

⁴⁵ *Ibid*, p. 263 – 264.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. **A televisão**. p. 40 – 41.

leitura⁴⁷. É de se questionar se o objetivo não seria deixar de informar, visto que é impossível ler toda a edição dominical de um jornal em um único dia.

Nesse compasso é que ganham destaque os jornais mais famosos na rede mundial de computadores, pois é preciso selecionar qual fonte de informação se vai ler, e essa seleção acaba adotando este critério: o mais tradicional ou o mais famoso.

Ainda o citado mito da objetividade e o do dever de informar o cidadão, resquício do Iluminismo, supostamente indicam que a mídia relata os fatos de forma objetiva, sem declarar constrangimentos organizacionais como os acima apresentados, quando o simples ato de escolha do que noticiar ou não quebra essa objetividade⁴⁸, como se essa seleção já não fosse a apresentação de uma leitura recortada dos acontecimentos da vida em sociedade.

São, portanto, esses artifícios midiáticos como o agendamento, o mito da objetividade e o fetiche da velocidade que levam a uma crença na mídia como um espaço democrático de informação do cidadão e como fonte da opinião pública, o que, conforme já se demonstrou, não se realiza.

A mídia normalmente se autodeclara opinião pública, se declara a voz do povo que não tem voz, ou seja, ela mesma se autoriza como se representasse uma maioria que comunga de uma mesma opinião sobre um fato. Assim, a opinião pública nada mais é do que uma convicção partilhada em face de uma mesma ideia ou de uma mesma vontade por um grande número de pessoas⁴⁹.

Porém, segundo Esteves, essa opinião pública teria funções éticas e morais, sendo a “dimensão ética (...) resultante do papel político que o espaço público assumiu; e o caráter moral qualifica a forma como é desempenhado esse papel político.”⁵⁰ Essa, porém, é uma concepção decorrente da crença na razão iluminista, pois esse papel político da opinião pública hoje tem sido o de alienar o cidadão, a imprensa que se declara porta-voz da opinião pública que ela mesma forma.

Para Bourdieu, a opinião pública quando representada por porcentagens decorrentes de pesquisas realizadas nas quais se fazem as perguntas e oferecem-

⁴⁷ RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. p. 128.

⁴⁸ MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da mídia cidadã. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 7, nº 12, p. 291 – 316, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2002, p. 293.

⁴⁹ ESTEVES, João Pissaia. **A ética da comunicação e os media modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 187.

⁵⁰ *Ibid*, p. 199 – 200.

se as respostas não é a forma mais adequada de representar o que seria essa opinião pública, que é compreendida como opinião média. O tema muitas vezes escolhido para pesquisa já é em si uma problemática que apresenta interesses políticos, e esses interesses políticos colocam em xeque a resposta dada e a divulgação desses percentuais. “O efeito fundamental da pesquisa de opinião é o seguinte: a idéia de que existe uma opinião pública unânime é constituída para legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível.”⁵¹.

A opinião pública deixa de existir quando representada pela mídia e quando baseada em pesquisas de opinião, pois assim como o tema, as respostas são previamente selecionadas, e o cidadão constrangido aos questionamentos mesmo não tendo uma opinião formada, sente-se obrigado a concordar com as opções de respostas, portanto, essa opinião é totalmente manipulada segundo interesses políticos, econômicos e de quem encomendou a pesquisa.

Como bem contextualiza Esteves, em face da modernidade, exacerbou-se o individualismo, tornando as redes de sociabilidade cada vez mais distantes⁵². Nesse contexto, é preciso adaptar funcionalmente a opinião pública:

Numa sociedade tão complexa, em que a expressão dos interesses próprios é cada vez mais intensa, a formação democrática da vontade coletiva tende a tornar-se longínqua à medida que deixa de ser um recurso eficaz para muitos dos conflitos sociais que explodem no quotidiano. É ao Estado que, como vimos, passa a caber a competência de resposta a estes conflitos, reforçado por uma autoridade administrativa exercida com o suporte de um poderoso sistema negocial, destinada a estabelecer compromissos de interesses, geridos por complexas estratégias e jogos de influência. Um dos recursos fundamentais desta competência administrativa é, justamente, o *controlo* da própria participação dos cidadãos na vida pública, com vistas à realização de uma opinião pública tanto quanto possível *despolitizada*, isto é, uma opinião pública para continuar a assumir-se como legítima precisa preservar o seu vínculo democrático, mas que por questões de eficácia reduz a participação dos cidadãos ao mais formal e superficial⁵³.

Chomsky, comentando o texto de Walter Lippmann, afirma que a propaganda – leia-se a publicização – é uma forma de manutenção da apatia, obediência e a passividade dos cidadãos que devem responder apenas aos

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. p. 137-151.

⁵² ESTEVES, João Pissaia. **A ética da comunicação e os media modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas**. p. 212 – 213.

⁵³ *Ibid*, p. 221 – 222.

interesses de uma elite especializada de homens responsáveis e que a arte da democracia para controlar o “rebanho assustado” é “a fabricação de consenso” no qual as indústrias das relações públicas têm um importante papel⁵⁴.

Essa fabricação de consenso, que é representada pela opinião pública convergente, consiste em retirar a atenção do público para situações de grande relevância, mas que podem influir nessa mencionada passividade, bem como consiste também em dar uma conotação diversa da que o evento ou situação realmente tem, promovendo essa despolitização social. A despolitização pode se dar com a criminalização.

Muitas vezes quando se tem um movimento revolucionário, reivindicador, politizante, esse movimento deve ser controlado e acabado. A forma de controlar esse tipo de movimento é mediante a criminalização dessas condutas, como se pode ver a forte tendência no caso brasileiro da crescente criminalização do Movimento Sem Terra⁵⁵.

Verifica-se, portanto, que as mídias de massa têm uma série de artifícios empregados para reproduzir, ou melhor, produzir o consenso e manipular (ou fabricar) a opinião pública, despolitizando a sociedade e criminalizando os dissidentes, podendo ser compreendida como um mecanismo de controle social⁵⁶, cuja “...tecnologia massificadora parece representar o mais aterrorizante instrumento de controle e dominação...”⁵⁷ por meio da criação de realidades e organização do consenso.

Os meios de comunicação de massas criam verdades e realidades, tal como explica o Teorema de Thomas, segundo o qual “se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências”⁵⁸, construindo,

⁵⁴ CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia: os espetaculares efeitos da propaganda**. Trad. Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003. p. 14 – 30.

⁵⁵ Ler, por exemplo, o artigo: ESCRIVÃO, Antonio Sergio Fl. FRIGO, Darci. **A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais**: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/a-luta-por-direitos-e-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-a-qual-estado-de-direito-serve-o-sistema-de-justica/>. Acesso em: 05/01/2013.

⁵⁶ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. 2ª ed. Curitiba: ICPC Lúmen Júris, 2006. p. 112 – 113.

⁵⁷ CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da Libertação**. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 201.

⁵⁸ W.I. Thomas and D.S. Thomas. **The child in America: Behavior problems and programs**. New York: Knopf, 1928: 571-572. *Apud* FELSON, Marcus. **Crime and nature**. EUA: Sage Publications, 2006. p. 321. e-book. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=z2MuWAB3CSIC&pg=PT3&dq=The+child+in+America:+Beh+avior+problems+and+programs.+W.I.+Thomas+and+D.S.+Thomas.+New+York:+Knopf,+1928:+571-572&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3. Acesso em: 05/02/2013.

portanto, uma realidade social capaz de produzir a mobilização social em um ou em outro sentido, dependendo dos interesses ou constrangimentos daqueles têm o poder de manipular o público, através do que Bourdieu chama de efeito de real⁵⁹.

Para a superação desse consenso hegemônico que a mídia ajuda a formar em torno da questão criminal e do criminoso, é preciso buscar uma reflexão crítica do uso que se tem da mídia. A *newsmaking criminology* traz uma interessante proposta de reflexão crítica a respeito do uso da mídia como instrumento de controle social, conforme a seguir exposto.

1.1.4 A superação da cultura punitiva pelo uso hegemônico-crítico da mídia

Carlos Nelson Coutinho, em seus estudos sobre Gramsci, trata da formação do conceito de hegemonia naquele autor e postula a necessidade de uma dominação hegemônica como precedente à conquista do poder⁶⁰, a qual se faria sob o domínio da direção político-cultural das forças sociais, juntamente com o controle das forças produtiva e econômica⁶¹.

Nesse sentido, para que ocorra uma mudança na direção política da sociedade, é necessário buscar anteriormente a dominação cultural do proletariado e das classes subalternas, defendendo os interesses de todas as classes, formando assim, uma aliança contra o capitalismo⁶² por meio de certas afinidades culturais⁶³.

Para Gramsci, o proletariado se tornaria a classe dirigente quando fosse capaz de “dar resposta às questões ideológicas vividas por seus aliados potenciais”, devendo se preocupar, portanto, com as origens dessas escolhas ideológico-culturais para orientá-las com o objetivo de “transformação social e cultural”, segundo os interesses da “classe candidata à hegemonia”⁶⁴. Nessa “batalha das

⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. **A televisão**. p. 28.

⁶⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.70.

⁶¹ *Ibid*, p. 64 – 65.

⁶² *Ibid*, p. 68.

⁶³ *Ibid*, p. 73.

⁶⁴ *Ibid*, p. 74.

idéias – [n]o diálogo e [n]o confronto cultural”, os intelectuais teriam um importante papel de mudança e provocação da luta contra a hegemonia burguesa⁶⁵.

Os veículos midiáticos podem ser utilizados como um aparelho hegemônico do estado, ou seja, utilizados para produzir consensos culturais, especialmente, neste caso, o consenso sobre a utilização da violência institucional no controle do desvio.

O discurso do senso comum midiático aspira à hegemonia em face do discurso acadêmico-científico e autoriza o agir das agências executivas do sistema penal, no sentido de festejar o “dogma penal como instrumento básico de compreensão dos conflitos sociais.”⁶⁶.

Assim, seria preciso, como já salientara Baratta, superar esse discurso hegemônico produzindo um contra discurso capaz de modificar a opinião pública, formada pelos *mass media*, e com um importante papel de mudança paradigmática das relações de hegemonia cultural, através do trabalho dos críticos capazes de construir uma nova ideologia⁶⁷.

Nesse mesmo sentido, os teóricos da *Newsmaking Criminology* pretendem incentivar os criminólogos e intelectuais a utilizar a mídia como veículo esclarecedor e provocador de reflexão contra a hegemonia do sistema penal, compreendido como única solução para os conflitos “penais”.

Barak, expandindo o conceito de hegemonia em Gramsci para o contexto da mídia, dos intelectuais e do crime, afirma que prevalece uma ordem de caráter político-econômica dependente do consentimento dos governados e da vontade coletiva de diferentes grupos sociais, ou seja, a hegemonia inclui não só a visão de classe dominante, mas também, a visão de mundo das massas. Utilizando a mídia, os criminólogos poderiam incentivar a superação dessa visão dominante, causando até mesmo distúrbio e deslegitimando essa ordem social. Em outras palavras: “O papel da comunicação de massa é central para contradizer as relações de dominação hegemônica.”⁶⁸.

⁶⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. p. 74.

⁶⁶ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. p. 286.

⁶⁷ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 204 – 205.

⁶⁸ BARAK, Gregg. *Newsmaking Criminology: reflections on the media, intellectuals, and crime*. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology**. New York, London: Garland Publishing, 1994. p. 239 – 240.

Os postulados dessa nova teoria criminológica procuram incentivar, portanto, os criminólogos a compartilhar o seu conhecimento com a população, intervindo na produção midiática sobre a questão criminal e mudando a imagem popular sobre o crime e o criminoso⁶⁹, por meio de uma infiltração estratégica dos intelectuais, capaz de influenciar a agenda e os processos produtivos da notícia⁷⁰. Promovendo essa reflexão, seria possível reconstruir uma imagem do criminoso e da punição pelo sistema penal. Assim, a mídia se coloca como um importante instrumento de luta contra a hegemonia do capitalismo e da repressão penal.

1.2 A CAMPANHA PAZ SEM VOZ É MEDO

A campanha *Paz sem voz é medo* foi lançada pelo grupo GRPCOM no dia 21 de julho de 2011 com o objetivo de discutir o tema segurança no Estado do Paraná. A campanha fora amplamente divulgada em todas as mídias do grupo pelo Jornal Gazeta do Povo, Jornal de Londrina, Gazeta Maringá, RPC TV, ÓTV, Rádios 98 FM e Mundo Livre FM e seus respectivos portais da internet.

O título da campanha vem da música da banda *O Rappa* intitulada *Minha Alma* ou também conhecida como *A paz que eu não quero*. A música fora composta pelo ex-baterista da banda Marcelo Yuka, vítima de arma de fogo numa tentativa de assalto em 09/08/2002 no Rio de Janeiro, deixando-o com sequela permanente que exige o uso de uma cadeira de rodas⁷¹.

O principal objetivo da campanha é mobilizar as pessoas para que elas denunciem as violências sofridas. Como se viu no vídeo de lançamento da campanha⁷², busca-se conscientizar as pessoas de que é importante registrar o Boletim de Ocorrência, tendo assim voz para lutar contra a violência.

⁶⁹ BARAK, Gregg. *Newsmaking Criminology: reflections on the media, intellectuals, and crime*. p. 237.

⁷⁰ CARDOSO, Helena Schiessl. **Discurso criminológico da mídia na sociedade capitalista** - necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da criminalidade no espaço público. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Departamento de Ciências Jurídicas, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 157.

⁷¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u56734.shtml>

⁷² Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/campanha/conteudo.phtml?tl=1&id=1165220&tit=Voce-sempre-comunica-a-violencia-para-alguem-Conte-tambem-para-as-autoridades>. Acesso em 30/12/2012.

No portal da internet da Gazeta do Povo permanece a chamada de lançamento da campanha:

Vivemos um momento delicado. As estatísticas mostram uma sociedade diferente daquela com que sonhamos. Diariamente, somos impactados pela agressividade no trânsito, pelo avanço das drogas, homicídios e tantas outras formas de violência que passaram a fazer parte de uma rotina que não deveríamos aceitar. Diante disso, o **GRPCOM**, por meio de seus veículos, **Gazeta do Povo, Jornal de Londrina, Gazeta Maringá, RPC TV, ÓTV, Rádios 98FM e Mundo Livre FM**, lança uma campanha e convida todos os paranaenses para uma reflexão sobre o tema. Este é o momento de nos unirmos e nos organizarmos para entender nosso papel na mudança deste cenário e na construção de uma cultura de paz. Não podemos mais continuar calados. Precisamos mostrar o nosso poder de transformação. Porque uma sociedade precisa lutar pelos seus direitos. E neste movimento pela paz, a sua voz vai poder fazer toda a diferença. **Porque Paz Sem Voz é Medo.**⁷³

Junto com o noticiário escrito e falado foram também lançadas camisetas e adesivos da campanha para que as pessoas manifestassem sua adesão, cartilhas que explicam às pessoas como agir para garantir sua segurança e até um blog que discute essas atitudes de segurança.

A campanha é um recurso midiático que procura utilizar diversas fontes da mídia de forma organizada para persuadir ou informar uma população específica. Além disso, a campanha também tem uma finalidade certa e anunciada, ela se dá por um tempo limitado e tem o apoio de autoridades, elegendo finalidades consensuais nessa população, que é vasta e dispersa. Esse é um recurso da mídia que se propõe alcançar um objetivo conhecido e normalmente em curto prazo⁷⁴, em que pese o tema segurança, por exemplo, só possa ser pensado em longo prazo.

Lançada por um coletivo que é o grupo de comunicação do Paraná GRPCOM, empresa que tem visibilidade no estado por ter várias fontes de informação, a campanha *Paz sem voz é medo* utilizou diversos canais de divulgação associados ao grupo GRPCOM, com um objetivo específico de conseguir uma reflexão da população sobre o tema segurança pública, bem como incentivar a população a denunciar situações de violência.

⁷³ **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de Julho de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/campanha/conteudo.phtml?tl=1&id=1149583&tit=O-que-e-a-campanha>. Acesso em: 30 de dezembro de 2012. (Com grifo no original).

⁷⁴ McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. p. 431.

A campanha no jornal, em especial, *Gazeta do Povo*, objeto de análise neste trabalho, consistiu na divulgação de mais de 200 (duzentas) reportagens que levavam o rótulo *Paz se voz é medo*, encontrando entre essas reportagens notícias de crimes, especialmente homicídios e tráfico de drogas, pesquisas no Estado do Paraná e nacionais sobre o sentimento de segurança, bem como sobre a vitimização das pessoas em face de furtos e roubos, entrevistas com especialistas da área, até fatos ocorridos em escolas, ou seja, uma série de episódios que foram interligados e que supostamente tratavam do tema segurança.

Como bem salientam Dinaldo Almendra e Pedro Bodê, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Segurança Pública* sobre essa campanha, há uma vinculação entre o termo segurança e o termo violência, "... *violência* entendida como o termo com o qual nomeamos o conjunto de nossos medos e a sensação de insegurança deles derivadas"⁷⁵, e denunciado a violência vista ou sofrida ao jornal e à polícia será possível obter a tal segurança, mediante uma atitude coletiva da sociedade, dos meios de comunicação e o Estado.

Porém as reportagens e notícias não questionam a presença da violência estrutural, ainda que seja essa forma de violência a que atinge a maioria da população e que é capaz de gerar o sentimento de medo e insegurança na população.

Em janeiro de 2012 a campanha alterou seu slogan para *Paz tem voz* inaugurando uma segunda fase, que se diz diversa da primeira, a qual já teria traçado um panorama sobre a questão da segurança no Paraná, enquanto esta segunda fase seria focada na discussão de uma cultura da paz:

A partir deste domingo, a campanha contra a violência do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom) entra em outra fase e ganha um novo slogan: Paz Tem Voz. "A sociedade já correspondeu e mostrou que pode ter um papel mais ativo na campanha e é isso que queremos", explica a diretora de marketing do GRPCom, Milena Seabra. Segundo ela, as ações agora terão uma proposta mais positiva, com foco na cultura da paz. Dentro desse perfil, serão realizadas ações de mobilização e peças publicitárias, provocando ainda mais a população a interagir, como ocorreu no Fórum da Paz, em setembro – uma discussão ampla sobre segurança pública com vários setores da sociedade, que colocaram problemas e propostas.⁷⁶

⁷⁵ MORAES, Pedro Rodolfo Bode. ALMENDRA, Dinaldo. O medo, a mídia e a violência urbana – A pedagogia política da segurança pública no Paraná. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, vol. 6, nº 2, p. 266 – 281, Ago/Set 2012. p. 267.

⁷⁶ RIBEIRO, Diego. O gatinho é puxado pelo tráfico. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 de janeiro de 2012. Disponível em:

Em que pese a campanha proponha uma mudança no perfil alterando o seu slogan, os temas tratados nas reportagens continuaram a se repetir, ou seja, crime, violência, medo, tráfico, homicídios, polícia etc.

1.3 O CRIME E O CRIMINOSO NA CAMPANHA *PAZ SEM VOZ É MEDO*

Como começa Francesc Barata salientando em seu artigo intitulado *A violência e os mass media*, a agenda da imprensa atual tem convertido a violência em um produto de consumo, e neste caso pode incluir-se a criminalidade, o que ele chama de o sucesso do mal⁷⁷, pois a campanha *Paz sem voz é medo* constantemente utiliza um discurso maniqueísta colocando os bandidos e criminosos como o mal da sociedade que precisa ser combatido, como será visto nas reportagens a seguir comentadas.

Esse discurso maniqueísta da campanha favoreceu a publicidade refletida positivamente para todo o jornal Gazeta do Povo e para o Grupo RPC, os quais se colocaram como representantes do bem, que empunhavam a espada para lutar com o mal, este representado pela violência e pela criminalidade. Colocando-se nessa posição o jornal conseguiu promover-se, além de propiciar o consumo de materiais publicitários como adesivos e camisetas, tendo essa campanha um grande efeito comercial.

1.3.1 A sensação de insegurança e o medo de ser vítima de crime

A campanha *Paz sem voz é medo* inicia sua série de reportagens com a divulgação de uma pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas sobre a sensação de insegurança da população paranaense. Tal pesquisa foi realizada na capital e interior dirigindo aos entrevistados a seguinte pergunta: Se comparado com cinco

www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1210577&tit=O-gatilho-e-puxadopelotráfico. Acesso em 17/12/2012.

⁷⁷ BARATA, Francesc. La violencia y los mass media: Entre el saber criminológico y las teorías de la comunicación. **Revista Brasileira de Ciências Criminales**, ano 8, nº 29, p. 255 – 267, São Paulo, jan-mar de 2000. p. 255.

anos atrás, como você se sente? Como resposta tem-se: 70% se sente menos seguro, 21% se sente igualmente seguro e 8% se sente mais seguro; 1% não sabe⁷⁸.

Ou seja, inicialmente a campanha investiga a sensação de insegurança, para logo em seguida questionar a população sobre quais seriam os maiores problemas do estado, dentre os quais encabeçando a lista é citada a segurança, associando a segurança à prática de crimes, ao aumento dos registros criminais e à violência.

Segundo a reportagem, a falta de segurança é considerada por 56% da população paranaense como o maior problema do estado. No caso dos curitibanos esse índice sobe para 62%. De forma que o sentimento de segurança vem vinculado diretamente ao aumento da criminalidade e à questão da violência, pois para 47% da população o uso de drogas e para 40% da população o tráfico estão associados aos casos de violência. A bebida aparece em terceiro lugar, com 21% da população acreditando ser ela associada aos casos de violência. Além disso, a falta de policiamento, questões sociais, corrupção e impunidade são citadas como causas de violências⁷⁹, porém ficam em segundo plano.

A reportagem ainda afirma que na pesquisa realizada o maior medo da população paranaense é de ser assaltada, representando 40%, enquanto o medo do homicídio aparece em 6º lugar. Por essa razão, 40% da população afirmou ter restringido suas vontades por conta do medo. São citadas diversas situações que deixam as pessoas amedrontadas, entre as principais respostas foram citadas: andar em ruas escuras, sacar dinheiro no caixa automático, ser vítima de roubo ou furto e sofrer assalto à mão armada⁸⁰.

O que é possível perceber é que a campanha busca, mediante a vinculação do medo especialmente de ser vítima de crime e do sentimento de insegurança das pessoas, resgatar a possibilidade de denunciar as situações nas quais a pessoa fora vítima como forma de encontrar a paz, por isso o slogan da campanha é inicialmente *Paz sem voz é medo*.

Francesc Barata fala da percepção da segurança como algo também presente entre os Europeus e norteamericanos que a colocam entre as três

⁷⁸ BREMBATTI, Katia. No Paraná 70% têm mais medo do que há cinco anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 de julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 3.

⁷⁹ BREMBATTI, Katia. No Paraná 70% têm mais medo do que há cinco anos. p. 3.

⁸⁰ *Ibid*, id.

principais preocupações da sociedade, ainda que em diversos países os índices de criminalidade tenham se reduzido. Em especial nos EUA quatro a cada dez pessoas dizem ter modificado seus hábitos para evitar ser vítima de um crime⁸¹.

O medo pode decorrer de diversas situações e pode ser vinculado a vários eventos ou pessoas, não necessariamente o medo está relacionado exclusivamente à criminalidade, como quer fazer parecer a campanha e outras estatísticas. Ademais, a campanha associa as taxas de criminalidade com o sentimento de segurança das pessoas, mesmo não sendo possível medir os problemas sociais a partir do sentimento de medo e insegurança da população.

Conforme demonstra Delumeau, o medo perpassa a história das civilizações ocidentais e se materializa em diferentes situações e diferentes pessoas ao longo do tempo. O medo é um sentimento ambíguo, não é único, e se torna necessário para a preservação da vida. Ele é um sentimento inerente ao ser humano e associado muitas vezes à morte, enquanto a segurança relaciona-se à vida⁸².

Em tempos pós-modernos, o medo parece estar em todos os lugares e as ameaças são constantes, a incerteza é uma condição permanente e irreduzível do ser humano. Nesse mesmo compasso, salienta Bauman:

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.⁸³

O medo de ser vítima de roubo ou furto é histórico, “... por causa de uma vacância sem precedente do poder, esse temor ancestral ganhou extraordinárias dimensões.” Por volta de 1789 ocorreu uma grande crise econômica, o que fez aumentar o número de pessoas nas ruas, sem tetos, mendigando. Muitos se deslocavam para a cidade em busca de trabalho e assim amontoavam-se causando diversos distúrbios. Luís XVI sob o pretexto de combatê-los, reuniu o exército, fato

⁸¹ BARATA, Francesc. La violencia y los mass media: Entre el saber criminológico y las teorías de la comunicación. p. 256.

⁸² DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800** Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado, Trad. Notas Heloisa Jahn. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.19.

⁸³ BAUMAN. Zigmunt. **Medo Líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 8.

que causou ainda mais temor na população, pois espalhou-se o boato de que eles seriam dispersados pelo país. Desde esse fato, salteadores eram vistos por todos os lados recebendo aí um tratamento criminal, pois os mendigos eram vistos como potenciais criminosos tentados aos furtos e roubos⁸⁴.

Para reforçar esse medo de ser vítima de crime, a reportagem apresenta entrevistas com pessoas que têm esse medo, apesar de muitas vezes não terem passado por uma situação como essa, e ainda apresenta narrativas de pessoas que já foram vítimas.

A reportagem de lançamento da campanha traz uma entrevista com uma executiva que diz nunca ter passado por uma situação de violência, mas que se sente menos segura, pois ouve relatos de pessoas próximas mencionando que essas situações “reforçam a sensação coletiva de insegurança”. A executiva relata que sofreu uma tentativa de assalto na casa em que morava, depois se mudou para um apartamento, que não deixa a filha sair sozinha e que acha que qualquer pessoa que se aproxime do carro no trânsito é ladrão, afirma que a pessoa fica presa sem poder sair a hora que quer para onde quiser⁸⁵.

A reportagem também entrevista um advogado que se mudou de São Paulo para Curitiba em razão da insegurança daquela cidade e hoje diz que acredita que Curitiba está mais violenta do que São Paulo. Diz que a violência é empírica, pois seu filho foi assaltado na rua e que só não foi vítima pessoalmente porque anda em carro blindado e mora num condomínio fechado⁸⁶.

A reportagem entrevista também uma moradora de Curitiba que teve sua casa invadida por bandidos e relata que depois disso tomou atitudes para se proteger, tais como chegar em casa cedo, colocar vigilância eletrônica e humana em sua casa⁸⁷.

E, dessa forma, a campanha vai construindo ao longo de um ano esse sentimento de insegurança por meio de reportagens sobre crimes ocorridos, lugares perigosos e situações de perigo vividas pelas pessoas da cidade de Curitiba e Região Metropolitana, e que faz com que elas, segundo a reportagem abaixo, modifiquem suas atitudes:

⁸⁴ DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. p. 201 – 202.

⁸⁵ BREMBATTI, Katia. No Paraná 70% têm mais medo do que há cinco anos. p. 3.

⁸⁶ *Ibid*, id.

⁸⁷ *Ibid*, id.

80% dos brasileiros tomaram alguma medida para evitar assaltos, segundo pesquisa Ibope/CNI. A principal foi andar sem dinheiro.

A falta de segurança tem alterado o comportamento da população brasileira, de acordo com a pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública”, realizada pelo Ibope e divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, 80% dos entrevistados mudaram seus hábitos devido à violência nos últimos três anos. **A pesquisa considerou oito tipos de mudança comportamental, entre elas evitar andar com dinheiro – a principal delas, citada por 63% das pessoas –, aumentar o cuidado ao sair da escola, não sair à noite e até mesmo comprar uma arma.**

(...)

O hábito de não andar com dinheiro começou a fazer parte da vida de 63% dos entrevistados. Além disso, pouco mais da metade da população afirmou ter aumentado o cuidado ao sair ou entrar em casa, na escola e no trabalho. Outro dado revela um investimento direto das pessoas em segurança: 52% dos entrevistados colocaram grade, cadeado ou tranca em sua residência para evitar atos de violência.

A pesquisa foi realizada entre os dias 28 e 31 de julho com eleitores de 16 anos ou mais. Foram feitas 2.002 entrevistas em 141 municípios do país.⁸⁸

O medo e a sensação de insegurança são confundidos com segurança em sentido prático, real, não necessariamente as pessoas que se sentem inseguras são potenciais alvos de situações de risco. Além disso, há um interesse da indústria na divulgação dessas informações, pois a indústria se beneficia desse sentimento quando ele movimentar o mercado da segurança privada.

Em outra reportagem da campanha, veiculada no dia 19 de agosto de 2011, comenta-se como tema central a sensação de insegurança das pessoas, afirmando que ela não é resultado exclusivo das estatísticas de mortes, mas que está ligada a outros fatores que não só às estatísticas penais, mas também a “... todas as ações que provocam efeitos negativos sobre as pessoas”⁸⁹.

Segundo essa reportagem, são muitas as formas de violência, somando-se àquelas relacionadas aos mercados ilegais de drogas, por exemplo, brigas, conflitos, violência contra a mulher, o idoso, a criança. A sensação de segurança sobe e prejudica as formas de relação social. Sobre o assunto, são ouvidos sociólogos, pesquisas americanas com vítimas de crime e o comitê europeu sobre problemas criminais⁹⁰ para confirmar a hipótese de que são diversas as formas de violência, porém todas elas relacionam-se a crimes.

⁸⁸ RIBEIRO, Diego. Violência muda hábitos no país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1182616&tit=Violencia-a-muda-habitos-no-pais>. Acesso em 16/12/2012. (Sem grifos no original).

⁸⁹ KÖNIG, Mauri. Insegurança originada por várias violências. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 5.

⁹⁰ *Ibid*, id.

Segundo uma pesquisa do IPEA trazida pela reportagem, a redução das taxas de homicídios não são suficientes para reduzir a sensação de insegurança. A explicação para isso estaria na falta de confiança na polícia, pois, por exemplo, a região Sudeste registra o menor número de homicídios violentos, mas apenas 25% das pessoas confiam na polícia⁹¹.

Essa vinculação do sentimento de segurança à confiança nas instituições estatais destinadas ao controle social, em especial, à polícia, não tem necessariamente vinculação com a quantidade de crimes, mas a confiança no cumprimento da função estatal de promover a segurança da população.

Percebe-se, portanto, a abordagem de um tema por diversas perspectivas, e muitos temas da campanha são tratados dessa forma ambígua demonstrando que a própria mídia é um espaço de luta política⁹², colocando os curitibanos ora como inseguros, ora valorizando a cidade.

Em uma entrevista com o atual guitarrista da banda “O Rappa”, cuja música fora adotada como slogan da campanha, ele diz que Curitiba ainda não é uma cidade em estado de medo, apesar do crescimento dos números da violência, especialmente porque a violência é mais na periferia, diferente do Rio de Janeiro⁹³.

Depois de uma exposição geral, a campanha toma como palco o bairro da CIC – Cidade Industrial de Curitiba, pois é considerado o bairro mais violento da capital, segundo o jornal, por apresentar o maior número de homicídios: foram 120 mortes durante o ano de 2011. O que chama a atenção no próprio título da reportagem: “Líder em homicídios, CIC teme assaltos” é justamente que o medo dos moradores locais é de serem vítimas de assaltos, segundo a pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas:

Segundo o estudo, 40% deles temem roubos, 7% têm medo de serem assassinados e 9% receiam ser vítimas de balas perdidas. O medo dos homicídios não é tão alto na CIC porque os moradores e comerciantes entendem essa possibilidade como algo distante. Segundo eles, os alvos geralmente são pessoas ligadas ao tráfico de drogas –

⁹¹ KÖNIG, Mauri. Insegurança originada por várias violências. p. 5.

⁹² ALMENDRA, Dinaldo. MORAES, Pedro Rodolfo Bode. O medo, a mídia e a violência urbana – A pedagogia política da segurança pública no Paraná. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, vol. 6, nº 2, p. 268, Ago/Set 2012.

⁹³ RIBEIRO, Diego. “Curitiba ainda não é uma cidade em estado de medo”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8. Entrevista com Alexandre Menezes.

usuários e traficantes. Já os assaltos estão bem mais próximos da realidade de toda a população local⁹⁴.

Para aplacar esse medo, a campanha tenta promover o que ela chama de cultura de paz, acreditando que somente se implantada essa cultura seria possível superar os medos e as inseguranças. A implantação dessa cultura depende de três fatores, segundo reportagem veiculada em 08 de junho de 2012⁹⁵, na qual foi ouvida a cientista política da PUC – PR, Samira Kauchakje: do policiamento, do envolvimento da comunidade e do sentimento de pertencimento a essa comunidade, sendo que essa fórmula modificou a realidade da Vila Sabará, na CIC, segundo o jornal⁹⁶.

Além da reunião desses fatores são realizadas em diversas comunidades as feiras da paz:

Dez cidades paranaenses recebem amanhã e sábado a Feira da Paz, uma iniciativa do Sesi Paraná e do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), com apoio de comunidades locais, para estimular a reflexão sobre formas de reduzir a violência. A população de Curitiba, Rio Branco do Sul, na região metropolitana, Ponta Grossa, Guarapuava, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Apucarana e Londrina irá participar de ações que incentivam a cultura da paz.

Para a presidente do Conselho de Segurança do Jardim Botânico, Fátima Maia, o evento servirá de marco não só para os moradores do bairro, mas para Curitiba. “Isso é um reflexo de que tem outras pessoas olhando por nós”, referindo-se à confirmação de presença no evento de conselhos de segurança e associação de moradores de outras localidades.

Os participantes da feira em Curitiba poderão colocar bilhetes em um suporte estilizado que recebeu o nome de Árvore da Atitude. Cada um terá a oportunidade de escrever como pode contribuir, individualmente, para diminuir a violência no lugar onde vivem. “A ideia é reforçar o sentimento de pertencimento dos moradores pelo local onde moram e incentivar a prática de construção de uma comunidade voltada para a paz”, afirma Fátima.⁹⁷

⁹⁴ FAVRETTO, Angélica. Líder em homicídios, CIC teme assaltos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1200172&tit=Lider-em-homicidioscictemeassaltos. Acesso em 16/12/2012.

⁹⁵ FAVRETTO, Angélica. População unida em busca de paz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1263203&tit=Populacao-uni%E2%80%A6>. Acesso em 16/12/2012.

⁹⁶ FAVRETTO, Angélica. Líder em homicídios, CIC teme assaltos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1200172&tit=Lider-em-homicidioscictemeassaltos. Acesso em 16/12/2012.

⁹⁷ PERES, Aline. Feiras da paz cultivam cidadania. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de junho de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1269797&tit=Feiras-da-pazcultivamcidadania. Acesso em 16/12/2012.

Porém, a despeito de todo o esforço da campanha, a última reportagem apresentada ressalta que o sentimento de insegurança da população paranaense neste último ano praticamente não se modificou, aumentando um ponto percentual. Feita a mesma pergunta às pessoas que a realizada quando do lançamento da campanha, 71% afirmaram que se sentem menos seguras do que há cinco anos. Ainda 44% das pessoas dizem deixar de fazer algo em função do sentimento de insegurança. São ouvidos, porém, especialistas para justificar que esse sentimento somente se modifica em longo prazo e com as ações que estão sendo tomadas como mais policiamento, além de outras ações que proporcionem o bem-estar à população, é que será possível modificar o sentimento de insegurança⁹⁸.

No entanto, em nenhum momento fora perguntado, ou ao menos apresentada nas reportagens, a razão desse sentimento de insegurança, sempre induzindo o leitor a associar o sentimento de insegurança ao medo de ser vítima de crime. Esse sentimento resultaria do fato de ter sido vítima de um crime ou de algum familiar ou amigo ser vítima do crime, ou ainda esse sentimento é decorrente do noticiário, por exemplo, o que o torna um dado vazio⁹⁹, estando constantemente associado nas reportagens da campanha à confiança na polícia, o que não reflete uma realidade sobre o crime ou sobre a violência. Isso é manipular o medo mantendo ocultas as suas razões.

De fato, o que se percebe é que a mídia tem massivamente tomado como pauta o tema criminal, associando-o ao vocábulo violência, o que pode contribuir para o sentimento de insegurança e do medo de ser vítima de crime apresentando como solução simplista uma cultura da paz.

Em seu estudo sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro, Vera Malaguti Batista procura desvendar o que estaria por trás de um discurso do medo, percebendo que “A difusão da cultura do medo é mecanismo indutor e justificador de

⁹⁸ WALTER, Bruna Maestri. Sensação de insegurança cresce, um ano depois. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de junho de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1275468&tit=Sensacao-deinsegurancacresce. Acesso em 16/12/2012.

⁹⁹ Pesquisas realizadas em 1991 em outros países são apresentadas por José Augusto de Souza Rodrigues em artigo publicado na revista *Discursos Sediciosos* sobre o sentimento de insegurança e a sua origem, tendo sido respondido por 67% dos venezuelanos que o seu conhecimento sobre a segurança pública provém dos noticiários e apenas 17% se baseiam em experiências reais (RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 1, nº 2, p. 269 – 276, Rio de Janeiro, 2º semestre de 1996).

políticas autoritárias de controle social”¹⁰⁰. Essa frase prenuncia o que virá na sequência deste trabalho, que fora a implantação de UPSs – Unidades Paraná Seguro nos bairros tidos como mais violentos e que não estranhamente são marginalizados e contêm as pessoas de baixa renda: em síntese, representa a introdução massiva de policiais nos bolsões de pobreza da cidade de Curitiba para sua contenção social.

Segundo Bauman, na atualidade globalizada, os países têm gastado muito com a “indústria do crime”, bem como têm apresentado uma elevação nos números de pessoas que estão, de alguma forma, submetidas à justiça penal ou em vias de se relacionar com ela, o que indica uma mudança não quantitativa, mas de significação ampliada de “atos criminosos”, como reflexo de uma política criminal apoiada pela mídia que procura aplacar a insegurança social por meio do encarceramento dos setores perigosos da população¹⁰¹, podendo concluir que esse efeito é motivado por uma ordem não local, mas global, ligada diretamente ao fenômeno da globalização. A política de “lei e ordem” é uma das responsáveis pelo aumento da população carcerária sendo ela utilizada como bandeira política que promete curar o mal da sociedade¹⁰².

Bauman utiliza a palavra *Sicherheit*, do Alemão, que linguisticamente abarca três sentimentos: de incerteza, de garantia e de insegurança, para demonstrar o sentimento pessoal de medo e ansiedade exacerbado pelo excesso de liberdade individual. Esses sentimentos, concentrados na angústia por segurança, são explorados pelo capital político com fins eleitoreiros¹⁰³.

A *Sicherheit* é reduzida, portanto, ao sentimento de segurança e se torna um produto político, porque é mais visível uma atitude no sentido de promover a segurança do que demover as profundas causas do mal-estar humano, bem como se torna um produto explorado pelos meios de comunicação de massa, dando a impressão que o número de crimes e de criminosos é muito superior à realidade e que tem como “efeito geral a autopropulsão do medo.”¹⁰⁴. É o que fica demonstrado quando se lê as diversas reportagens da campanha *Paz sem voz é medo*.

¹⁰⁰ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: Dois tempos de uma história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 51.

¹⁰¹ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização – As consequências humanas**. Trad. Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 122 – 123.

¹⁰² *Ibid*, p. 124.

¹⁰³ *Ibid*, p. 125 – 126.

¹⁰⁴ *Ibid*, p. 126 – 127.

Esse sentimento de insegurança permite uma série de abusos por parte dos estados sob a justificativa de garantir a suposta segurança pessoal da população e assim não podem ser acusados de inoperância, ao mesmo tempo em que são convincentes, dando maior valor à “espetaculosidade” de sua repressão do que à eficácia punitiva¹⁰⁵. Não é o momento de adiantar o que será tratado no segundo capítulo, mas políticas repressivas fizeram parte do programa de segurança do Paraná e eram assim midiaticizadas e defendidas pela campanha do jornal Gazeta do Povo.

David Altheide encara o medo como uma nova perspectiva de visão de mundo, a sua tese no livro “Construindo o medo” é de que o medo é um modo de ver a vida reproduzido pela repetição das coisas que tememos¹⁰⁶. Nesse mesmo sentido, Pavarini argumenta que uma nova forma de governabilidade estadunidense é aquela realizada pelo pânico social, como um elemento capaz de orientar políticas repressivas em face da crise do *Welfare State*¹⁰⁷, que se verá de forma aprofundada no próximo capítulo.

1.3.2 A criação do estereótipo do bandido

A campanha *Paz sem voz é medo* procura retratar o bandido com certas características, as quais foram destacadas, como se pode verificar nos trechos abaixo citados apresentados em sequência nos meses de agosto e setembro de 2011 e março de 2012, que bem evidenciam quais são essas características:

(...) Além disso, segundo ela, São Paulo precisa manter os números de homicídios em baixa, melhorar o combate às **drogas** e criar alternativas de trabalho e renda para **juvens**, principalmente, nas **regiões metropolitanas**. (...) ¹⁰⁸.

(...) A sociedade pode colaborar com as políticas públicas de prevenção voltadas à parcela da **juventude** que muitas vezes acaba seduzida pela violência e pelo crime. O cidadão pode contribuir na medida em que se

¹⁰⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização – As consequências humanas**. p 128 – 129.

¹⁰⁶ ALTHEIDE, David L. **Creating fear: news and the construction of crisis**. New York: Aldine de Gruyter, 2002. p. 3.

¹⁰⁷ PAVARINI, Massimo. O encarceramento de massa. In: BATISTA, Vera Malaguti. ABRAMOVAY, Pedro Vieira (Orgs). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 309.

¹⁰⁸ RIBEIRO, Diego. A invejável estatística paulista de combate à violência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4 – 5 (Sem grifo no original).

organiza, cria por meio de associações diferentes formas de **ajudar jovens que estejam em situações de risco a sair de uma situação vulnerável**, a encontrar um emprego, a ter um salário razoável, a estudar. “Se a sociedade participa desse empenho ao lado do Estado, sem dúvidas estará contribuindo também para diminuir o número de jovens que, não tendo outra alternativa, prefere o caminho do crime. (...)”¹⁰⁹.

Policiais civis e militares prenderam 296 suspeitos de vários crimes entre sexta-feira e ontem, em 60 municípios paranaenses, durante a Operação Liberdade. **A maioria dos detidos é acusada de envolvimento com o tráfico de drogas no estado.** Além das prisões, os oficiais apreenderam 271 quilos de maconha, 31,5 quilos de crack, armas, munições e veículos. A divulgação dos resultados foi realizada na manhã de ontem, em Maringá, no Noroeste.

Em Curitiba, **a operação batizada como Liberdade 2 prendeu 19 pessoas nos bairros Sítio Cercado, Pinheirinho e Ganchinho**, entre segunda-feira e o início da tarde de quarta-feira. Na capital também foram apreendidos um carro e uma moto roubados, um quilo de crack, 150 gramas de maconha, 6,5 mil CDs, 32 caixas de cigarro contrabandeados, DVDs piratas e até remédios com venda proibida pela Anvisa. Quatro dos 19 presos foram soltos após o pagamento de fiança, segundo o delegado Francisco Alberto Caricati, do 10.º Distrito Policial.

(...) O secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, garantiu que a operação ocorrerá com regularidade, a fim de desmantelar quadrilhas, principalmente de tráfico de drogas.

(...)

Os envolvidos também são suspeitos de participar de outros crimes, como assaltos e homicídios. Alguns dos detidos, segundo Caricati, atuavam nas imediações do 10.º DP, no bairro Sítio Cercado.

O delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto, explicou que o foco no tráfico de drogas é uma maneira eficaz de combater a violência, pois o comércio de drogas tem, por trás, uma rede de outros crimes, a exemplo do roubo e dos homicídios. (...) ¹¹⁰

O bandido, portanto, é o homem jovem em situação de risco, morador da região metropolitana ou de outras comunidades marginalizadas e com envolvimento com o tráfico de drogas. Inclusive o envolvimento com tráfico de drogas hoje é o que leva à prática de outros crimes, segundo especialistas ouvidos pela campanha. Essas características ou estigmas acompanham essa denominação de bandido ou criminoso.

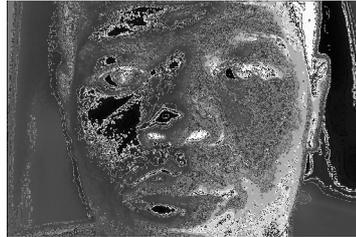
Essas características negativas, ou “atributo[s] profundamente depreciativo[s]”¹¹¹ são selecionados para serem criminalizados, pois com a criminalização é possível que se mantenha o controle sobre esses rotulados.

¹⁰⁹ KÖNIG, Mauri. O povo contra o crime. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 7 (Sem grifo no original).

¹¹⁰ GERON, Vitor. BATISTA, Rodrigo. Operação prende 296 em 60 municípios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1º de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 7 (Sem grifos no original).

¹¹¹ GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988. p. 13.

Também a definição de cor de pele como um estigma do bandido não aparece aqui de forma discursiva, mas na imagem do pedreiro Ismael, negro, que fora agredido por policiais no dia 1º de março de 2012, ao ser confundido com um “bandido” – como se contra o bandido fosse permitida ou autorizada esse tipo de violência policial – morador do bairro Uberaba:



Ismael conta que às 17 horas do último sábado recebeu um telefonema de um amigo convidando-o para sair. Ele havia acabado de chegar em casa após o fim da jornada de trabalho. De banho tomado, montou na bicicleta e foi em direção ao ponto de encontro, na casa de um deles.

Após pedalar por algumas quadras, foi avistado por uma viatura da PM que participa da Unidade do Paraná Seguro (UPS). Segundo ele, o veículo fez a volta e bloqueou a passagem. “Passou por nós, azar o seu. Cadê a arma?”, perguntou um dos policiais saindo da viatura. Ismael disse que não tinha qualquer arma. Outro policial o derrubou da bicicleta e, com o servente no chão, apertou-lhe a garganta. Outro deu um chute nas costelas e perguntou mais uma vez sobre uma arma.

Ismael respondeu pedindo para que os policiais o acompanhassem até em casa, onde poderia apresentar documentos. Foi então colocado no camburão. Segundo ele, xingamentos racistas começaram a pipocar, e se tornaram a forma-padrão de tratamento até o fim do cativeiro. O rapaz demonstrou preocupação com a bicicleta, que permanecia tombada na rua. “Tua bike já era. Tu tá preso”, comunicou um policial.

Dez minutos depois, a viatura chegou à casa de Ismael. A família do jovem vive em Piraquara, no entanto ele mora com os patrões. Cinco anos atrás, Ismael conheceu Cristiano, o filho cadeirante de Lairi Inez Campiol, 52 anos, e Celso Luís Pereira, de 36 anos, proprietários de uma pequena empresa de acabamentos em construção civil. Cristiano convidou Ismael para participar do time de basquete em cadeira de rodas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Quando os pais se mudaram para a região metropolitana, o que impossibilitaria a rotina de treinamentos, os pais do amigo o acolheram. E lhe deram um emprego.

Segundo Lairi, os policiais entraram na casa e começaram a vasculhar os cômodos, abrindo armários e jogando objetos no chão. Disseram que estavam procurando armas. “Temos um flagrante. Ele confessou que fez um assalto e a vítima já o reconheceu”, disse um PM. Enquanto isso, Ismael permanecia trancado na viatura estacionada do outro lado da rua. Ninguém podia vê-lo. Celso perguntou pelo funcionário. Os policiais foram até o camburão e retiraram o rapaz. Levaram-no até o quintal, mas não deixaram ninguém tocá-lo ou conversar com ele.

Violência

“Fui espancado, sufocado e levei choques”, diz vítima. Após a busca no imóvel, que se revelou infrutífera, a patrulha foi embora levando Ismael. Os donos da casa perguntaram o que seria feito do garoto.

Os policiais informaram que ele estava preso, mas não revelaram para qual delegacia seria levado.

No meio da confusão que se formou na rua, um vizinho passou para o casal o número de telefone de uma advogada. “Nunca precisamos de um profissional da área criminalística, então não sabíamos o que fazer”, lembra Lairi Inez Campiol.

A advogada Raquel Farah, 46 anos, atendeu à ligação de Lairi enquanto se preparava para atender a uma ocorrência no 8º Distrito Policial. Ao ouvir a história, se comprometeu a tentar descobrir o paradeiro de Ismael.

O jovem, entretanto, não foi levado a uma delegacia. A primeira parada foi em um descampado. O servente diz ter identificado cinco policiais, que se alternaram distribuindo chutes, socos e estrangulamento. “Se você contar onde é a boca, a gente te solta”, teria dito um deles.

Após um tempo que o agredido é incapaz de estimar, foi mais uma vez trancado no carro. Ele lembra que ficou um bom período na viatura parada, dentro do porta-malas, como se os policiais tivessem retornado ao posto.

A próxima parada foi em uma construção pequena, com duas camas, três armários e um computador. Ismael supõe que se trata de um posto policial.

Ali, segundo ele, voltou a ser agredido. Alguns rostos eram novos. Também foi submetido a choques no peito, nos genitais e na língua. “Vamos levar ele para a desova”, teria dito um dos homens. Ismael começou a rezar.

Na delegacia

“Eles desistiram de você”

Eram 21 horas quando Ismael da Conceição foi levado algemado até o Hospital Cajuru para tratar dos ferimentos. “Não diga que você está sentindo dor”, ameaçou o homem que o escoltava. Às 22h30, foi finalmente entregue ao 8º DP. A advogada Raquel Farah havia sido informada da chegada apenas 15 minutos antes.

Na delegacia, os PMs apresentaram uma arma de brinquedo como pertencente a Ismael. O que se seguiu, segundo a advogada, foi uma discussão entre policiais civis e militares, ouvida ao longe também por Lairi Campiol e Celso, que haviam acabado de chegar. Os agentes da delegacia apontavam a inconsistência da prova.

A vítima do assalto chegou para fazer o reconhecimento. Ismael foi colocado ao lado de dois outros detidos. Apesar de a roupa ser semelhante à do autor do roubo (tênis branco, calça jeans e camisa xadrez), o biotipo não batia. O assaltante era alto e magro, Ismael é mediano e truncado.

A delegada de plantão o liberou às 4 horas da madrugada de domingo. Ismael não conseguia andar sozinho e estava zozzo. Foi embora carregado. “Eles simplesmente desistiram de você”, justificou um policial civil.¹¹²

Essas reportagens demonstram que determinados estereótipos são constantemente criminalizados primeiramente pela polícia e depois por toda a sociedade, sendo refletidos também pela mídia. Esse foi um caso em que a mídia acreditou na inocência do vitimizado e advogado e OAB deram ouvidos, mas todos os dias denúncias como essas são feitas, sem que recebam a mesma atenção.

Para explicar essa forma de atuação do sistema penal é importante recorrer às teorias da reação social, que ao focarem seus estudos sobre a criminologia indicavam que as agências do estado selecionavam determinadas condutas e

¹¹² TAVARES, Osny. OAB denuncia PM por tortura. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1230463&tit=OAB-denunci... Acesso em: 17/12/2012.

peças para lhes atribuir um rótulo, o de criminoso, marcando uma mudança paradigmática nos estudos criminológicos que até então eram positivistas.

A teoria da rotulação, ou *labeling approach*, fundamenta-se em dois conceitos: o primeiro de que “o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa cometeu, mas a consequência da aplicação de outras regras e sanções a um delincente.” Estas outras regras e sanções são criadas pela sociedade, por grupos sociais que fazem as regras e dizem o que constitui um desvio.¹¹³ Ou seja, um ato é definido como crime de acordo com um interesse maior que influencia as agências de controle social.

E o segundo que são as agências de controle social que produzem o crime, e não o crime que dá origem ao controle social, uma vez que podem ser rotuladas as pessoas que sequer tenham quebrado uma regra, de acordo com fatores da personalidade ou sua condição pessoal de vida.

O homem é rotulado quando pratica um ato qualificado como desviante, processo chamado de criminalização primária, ou seja, dá-se a criação de uma norma penal que qualifica o ato como criminoso, enquanto a criminalização secundária ocorre quando os agentes de controle social enquadram um ato praticado por um sujeito nas condições da criminalização primária¹¹⁴. Em que pese, também, a criminalização primária faça parte dessa análise, ao *labeling approach* importa, de forma mais incisiva, o estudo das reações das instâncias oficiais de controle social, ou seja, o efeito estigmatizante da atuação da polícia, dos órgãos de acusação e dos juízes¹¹⁵.

No entanto, é necessário indicar o porquê de tais regras que rotulam e criminalizam esses hábitos pessoais e sociais. O *labeling approach* é a base teórica na qual se funda então a Criminologia Crítica, a qual altera o objeto de estudo da criminalidade para os meios de criminalização, para as agências de controle social, pois elas são os agentes de criminalização de condutas e pessoas pela seleção de qualidades atribuídas por meio dos processos de interação social, “segundo a distribuição de poder na sociedade. (...) A criminalidade deve ser reconhecida como um 'bem negativo' (Sack), desigualmente distribuído na sociedade, segundo uma

¹¹³ BECKER, Howard S. **Outsiders: Studies in the sociology of deviance**. New York: Free Press, 1963. p. 9. (Tradução livre).

¹¹⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. p. 19.

¹¹⁵ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 86.

hierarquia de interesses estabelecidos pelo sistema socioeconômico e a desigualdade social.”¹¹⁶.

A Criminologia Crítica adota, assim, uma postura materialista dialética quando assume que a pena teria origem e desenvolvimento ao lado do capitalismo¹¹⁷ como um instrumento utilizado por ele como parte da estratégia de contenção social de um certo número de pessoas que foram sendo excluídas do processo de produção e consumo. Assim esclarece Cirino dos Santos:

(...) as contradições do capitalismo explicam que o mesmo processo que vincula o trabalhador no trabalho, aceitando a brutalização de sua “canga pessoal”, dirige o desemprego/marginalizado para o crime, aceitando os riscos de criminalização: *a necessidade de sobrevivência em condições de privação material*.¹¹⁸

Nesse sentido, é a negação hoje da condição de consumidor que levaria a uma potencial criminalidade, marcando-se assim uma forte influência da economia na forma de atuação estatal, que por sua vez determina a forma de atuação de suas instituições inclusive criminais e midiáticas, economia hoje neoliberal.

Bauman critica essa seletividade primária do sistema penal ao afirmar que a criminalização primária traz condutas que têm maior probabilidade de serem praticadas pelos “pobres diabos tiranizados”, ou seja, o sistema penal ataca a base da sociedade porque busca preservar determinada ordem ditada pelo grande capital¹¹⁹.

Em especial para este ponto do trabalho é importante demonstrar como a polícia age de forma seletiva, bem como essas características selecionadas vinculadas ao estereótipo do bandido são reproduzidas no jornal Gazeta do Povo. Algumas reportagens apresentam essa seletividade da polícia em face dos estigmatizados como uma atuação policial ontologicamente enraizada na forma de atuação desse órgão repressivo, mas, como bem salienta a especialista ouvida na reportagem, a violência faz parte da história brasileira:

O caso do servente Ismael da Conceição deixou evidente que a tortura, por mais que cause repulsa, ainda é uma prática comum no Brasil. Para a

¹¹⁶ ARGÜELLO, Katie. **Do estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem**. Londrina, 1º Congresso Paranaense de Criminologia, novembro de 2005. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/artigos/Artigo%20Katie.pdf>. Acessado em: 19/10/2011. p. 11.

¹¹⁷ GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan – ICC, 2006. P. 34.

¹¹⁸ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. p. 40.

¹¹⁹ BAUMAN. Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. p. 131.

cientista política e pesquisadora da Unicamp, Glenda Mezarobba, a violência faz parte da história brasileira de maneira muito específica. “A violência é constitutiva da nossa história. Desde a colonização, contra as populações indígenas, passando pela época da escravidão até o Estado Novo e a ditadura militar. No caso desse rapaz, havia dois estigmas: o fato de ser uma pessoa de baixa renda e negro”, analisa¹²⁰.

Historicamente tudo o que envolvia os africanos e seus descendentes como a religião, a arte o lazer, as formas de sobrevivência e elementos de sua cultura fora criminalizado¹²¹. Além disso, também são criminalizados os sobreviventes da colonização, os indígenas, os cafuzos, mamelucos e outras miscigenações daqueles que fazem parte do *lumpen* proletariado brasileiro¹²² formando assim uma classe perigosa, ou o que Alessandro De Giorgi chama de *underclass*¹²³.

Segundo De Giorgi, a classe perigosa é constituída por pobres, desempregados, mendigos, nômades e imigrantes, também chamados de os condenados da metrópole¹²⁴.

Assim com o apoio das mídias esses estigmas vão se reproduzindo por toda a sociedade e o discurso criminal apresentado como solução para resolver esses conflitos de ordem política e econômica.

1.3.3 A geolocalização da criminalidade nas zonas de pobreza

Como bem ficou exposto na seção anterior, faz parte da caracterização do criminoso o lugar de onde ele vem, onde ele mora, e essa característica, além do contato com as drogas ilícitas, é uma das que principalmente são alvo da campanha, conforme a reportagem abaixo, em que o jornal Gazeta do Povo fez um levantamento sobre as estatísticas criminais, segundo eles:

¹²⁰ TRISOTO, Fernanda. Violência policial no país está enraizada. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1230825&tit=Violencia-poli... Acesso em: 17/12/2012.

¹²¹ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 77.

¹²² BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. p. 83.

¹²³ GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan – ICC, 2006. p. 60.

¹²⁴ *Ibid*, p. 28.

Um levantamento realizado em dezembro de 2010 pela Gazeta do Povo, com base em estatísticas criminais e estudos de campo, identificou 24 áreas no Paraná que, à época, eram controladas pelo tráfico de drogas. Nove delas ficam na capital: Bracatinga/Jd. Kosmos, Vila Torres, Vila Autódromo, Nossa Senhora da Luz, Parolin, Vila Camargo, Morro do Piolho, Vila Trindade (conhecida também como Vila São Domingo ou São João Del Rey) e Vila Icarai/Vila Reno, que integram o bolsão Audi-União. Neste ano, outros pontos da capital se mostraram vulneráveis à atuação de pequenos grupos que disputavam o controle de espaços urbanos e de pontos de comercialização de drogas, como a Vila Sabará, na Cidade Industrial (CIC), o Uberaba e o Parolin.¹²⁵

Além disso, a campanha *Paz sem voz é medo* adota o bairro da CIC como um dos principais pontos de notícias de crime, violências e tráfico de drogas, fazendo uma série de reportagens em sequência que o caracterizam. Conforme listagem abaixo somente do mês de novembro/2011 foram publicadas 12 notícias sobre essa localidade, midiaticizando as supostas estatísticas criminais como o bairro mais violento da Capital:

- 02/11/2011: Duas pessoas são baleadas no CIC, adolescente morre no local;
- 03/11/2011: Mais um adolescente é morto no Sabará;
- 04/11/2011: Mortes em série na Vila Sabará;
- 05/11/2011: Clima de medo paira sobre a Vila Sabará;
- 05/11/2011: Terceiro adolescente é assassinado no CIC essa semana;
- 08/11/2011: A CIC não é para iniciantes;
- 09/11/2011: Autoridades discutem segurança na escola da Vila Sabará;
- 15/11/2011: Ordem para matar adolescentes na Vila Sabará partiu do tráfico, diz polícia;
- 15/11/2011: Na CIC com o Coronel;
- 20/11/2011: Criança morre e adolescente fica gravemente ferido em tiroteio na CIC
- 21/11/2011: CIC contra 4;
- 22/11/2011: Menino é 1ª vítima inocente de crimes na CIC.

¹²⁵ ANIBAL, Felipe. LOPES, Elisa. Richa promete instalar UPPs no PR este ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1209635&tit=Richa-promete-instalar-UPPs-no-PR-neste-ano>. Acesso em: 17/12/2012.

Ou seja, quase todos os dias o bairro do CIC, ao qual pertence a Vila Sabará, foi objeto de notícias pela campanha *Paz sem voz é medo*, deixando caracterizado esse lugar como um local perigoso, com altas taxas de crime e violência. No entanto, na reportagem do dia 06 de novembro, o repórter explica a origem do bairro, ou seja, como se deu a sua ocupação e urbanização, o que nos revela as razões de ser tratado como um lugar perigoso:

(...) “A Cidade Industrial foi o Eldorado dos novos curitibanos”, sintetiza o urbanista Reginaldo Reinert ao falar do bairro que a partir de 1973 passou a abrigar nortistas expulsos das lavouras de café, sem-teto e profissionais dos ofícios mais modestos. A chance de nosso pedreiro e nossa diarista morarem lá, com folga, é de 4 em 10. (...) ¹²⁶

A matéria acima é uma entrevista com líderes comunitários de três vilas que ficam na CIC. Eles, continuando a conversa, afirmam o que pensam sobre a violência no bairro:

Leonir trabalhou desde menina em “casa de família”, como se dizia. Em 1967, comprou sua “Cohab” – o menor modelo – na Praça 1 da Vila Nossa Senhora da Luz, núcleo mais antigo da CIC. O isolamento do conjunto, à época, foi determinante para que se instalasse ali a violência. Leonir, ao lado do líder João Marreiro, cedo saiu do comodismo de olhar desgraceiras pelas janelas. No início da década de 1970, criou a Guarda Mirim, “para salvar a piastada da rua”. Foi a primeira ação antiviolaência da CIC, com ajuda do padeiro e das vizinhas. Nas décadas que se seguiram, acumulou trabalhos em grupos católicos e comunitários. Sua folha corrida de serviços prestados não é só impressionante. É emocionante. De cadeira, diz: “Não se trata de ter mais polícia. Trata-se de escolher o jovem. É chocante: muitos morrem antes de completar 30 anos”, afirma, na espera de ser ouvida. ¹²⁷

O que se verifica é uma marginalização de parte dessa população que fica excluída da ordem de produção e consumo, que acaba sendo alocada em áreas afastadas do perímetro urbano, ou mesmo são jogadas nas regiões metropolitanas. Essas regiões, por sua vez, são constantemente alvo das políticas repressivas do estado por supostamente abrigarem os bandidos, quando são espaços urbanos normalmente esquecidos pelo estado no que toca à infraestrutura, que abarcam uma grande quantidade de pobreza e desemprego.

¹²⁶ PERES, ALINE. FERNANDES, José Carlos. Uma realidade a 4 vozes, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de novembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1189000&tit=Uma-realidade... Acesso em 17/12/2012.

¹²⁷ *Ibid*, id.

O espaço urbano também é utilizado como uma forma de dominação exercida pela classe dominante em conjunto com o setor imobiliário e o poder político que estrutura e organiza a urbanização da cidade. Segundo Angela Seixas Pilotto, é uma característica das metrópoles brasileiras e latino-americanas a segregação urbana de acordo com as classes sociais, com base nessa distribuição se verifica o controle pelo espaço territorial da classe dominante sobre a produção e o consumo conforme os seus interesses¹²⁸.

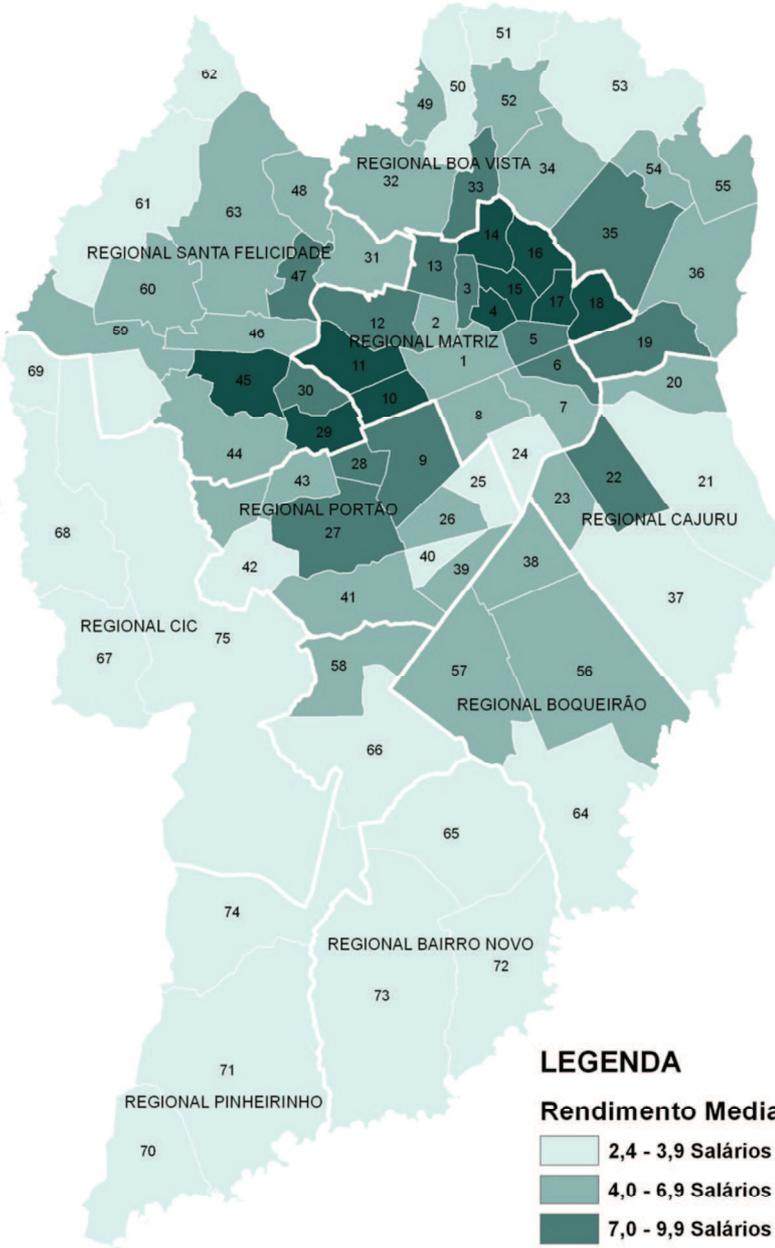
Com dados do IBGE de 2010, o IPPUC elaborou um mapa da cidade de Curitiba segundo a divisão econômica média da população de acordo com os rendimentos por salário-mínimo:

¹²⁸ Para aprofundar o tema consultar o trabalho de PILOTTO, Angela Seixas. **Área metropolitana de Curitiba**. Um estudo a partir do espaço intra-urbano. 2010. Dissertação de mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 148 – 149.

Rendimento Nominal Mediano Mensal em Salários Mínimos dos Domicílios Particulares Permanentes Segundo os Bairros de Curitiba - 2010

BAIROS

- 01 - Centro
- 02 - São Francisco
- 03 - Centro Cívico
- 04 - Alto da Glória
- 05 - Alto da Rua XV
- 06 - Cristo Rei
- 07 - Jardim Botânico
- 08 - Rebouças
- 09 - Água Verde
- 10 - Batel
- 11 - Bigorriho
- 12 - Mercês
- 13 - Bom Retiro
- 14 - Ahú
- 15 - Juvevê
- 16 - Cabral
- 17 - Hugo Lange
- 18 - Jardim Social
- 19 - Tarumã
- 20 - Capão da Imbuia
- 21 - Cajuru
- 22 - Jardim das Américas
- 23 - Guabirota
- 24 - Prado Velho
- 25 - Parolin
- 26 - Guaira
- 27 - Portão
- 28 - Vila Isabel
- 29 - Seminário
- 30 - Campina do Siqueira
- 31 - Vista Alegre
- 32 - Pilarzinho
- 33 - São Lourenço
- 34 - Boa Vista
- 35 - Bacacheri
- 36 - Bairro Alto
- 37 - Uberaba
- 38 - Hauer
- 39 - Fanny
- 40 - Lindóia
- 41 - Novo Mundo
- 42 - Fazendinha
- 43 - Santa Quitéria
- 44 - Campo Comprido
- 45 - Mossunguê
- 46 - Santo Inácio
- 47 - Cascatinha
- 48 - São João
- 49 - Taboão
- 50 - Abranches
- 51 - Cachoeira
- 52 - Barreirinha
- 53 - Santa Cândida
- 54 - Tingui
- 55 - Atuba
- 56 - Boqueirão
- 57 - Xaxim
- 58 - Capão Raso
- 59 - Orleans
- 60 - São Braz
- 61 - Butiatuvinha
- 62 - Lamenha Pequena
- 63 - Santa Felicidade
- 64 - Alto Boqueirão
- 65 - Sítio Cercado
- 66 - Pinheirinho
- 67 - São Miguel
- 68 - Augusta
- 69 - Riviera
- 70 - Caximba
- 71 - Campo de Santana
- 72 - Gancho
- 73 - Umbará
- 74 - Tatuquara
- 75 - Cidade Industrial



LEGENDA

Rendimento Mediano Mensal (2010)

- 2,4 - 3,9 Salários Mínimos
- 4,0 - 6,9 Salários Mínimos
- 7,0 - 9,9 Salários Mínimos
- 10,0 - 14,0 Salários Mínimos

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010
 Elaboração: IPPUC - Banco de Dados 03/2012
 Nota: Valor do Salário Mínimo R\$ 510,00



IPPUC Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - SIN - Banco de Dados

Rua Bom Jesus, 660 - Cabral - Curitiba - Paraná - CEP 80935-010 - Fone: (41) 3250-1414 - Fax: (41) 3254-8661 - E-Mail: ippuc@ippuc.org.br

A partir desse mapa é possível identificar as áreas onde se noticiam o domínio do tráfico de drogas com as áreas onde se tem maior concentração de pessoas que recebem entre 2,4 e 3,9 salários mínimos. Pergunta-se onde está a primeira faixa que deveria ser identificada de 0 a 2,4 salários mínimos? Por que ela não aparece no mapa? Ficam em aberto estas questões.

Loïc Wacquant desenvolve um amplo estudo sobre o Gueto norte-americano, para procurar a partir de critérios científicos definir quais as características desse gueto e quais as diferenças em relação às *cités* francesas. Durante esse estudo, o autor aponta como se deu a evolução nas ciências sociais do conceito de Gueto, o qual era antes considerado como uma reunião de pessoas de uma mesma cor da pele, no caso, negros que sofriam limitações geográficas e limitações de escolhas. Nas duas décadas seguintes, a delimitação quanto à cor da pele foi se tornando cada vez mais difusa e dando lugar a um conceito de classe, associada a “comportamentos anti-sociais [antissociais], desemprego endêmico e isolamento social.” Nos anos 90 ainda o conceito de gueto foi se afastando de qualquer vinculação com a questão racial e pacificou-se como sendo a denominação para áreas de pobreza extrema¹²⁹.

Porém, Wacquant procura retomar esse conceito de segregação pela cor para denominar o gueto e, portanto, não admite, por exemplo, denominar as favelas brasileiras como guetos em razão de sua origem, pois, segundo o autor, essas comunidades constituem-se em bairros operários que têm uma ligação com a indústria e com os bairros ricos, aos quais fornece mão de obra¹³⁰.

Há mobilidade nas comunidades brasileiras marginalizadas e certamente uma parcela da população ainda trabalha em subempregos, porém as comunidades abrigam muitos desempregados, não podendo, portanto, afirmar que essas pessoas são um exército de reserva para o trabalho industrial, configurando esses espaços como depósito de pessoas inúteis, inúteis para a produção e inúteis para o consumo. Há um estigma territorial ligado a essas pessoas, estigma utilizado como elemento para caracterizar o estereótipo do bandido.

Segundo ainda Wacquant, houve nas décadas de 1980 e 1990 uma transformação do gueto que ele chama de “comunitário” para um hipergueto, que

¹²⁹ WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 77.

¹³⁰ *Ibid*, p. 84.

reuniu tanto a segregação de etnias quanto a segregação de classes, tornando suas fronteiras físicas mais fluidas e dominadas por instituições estatais como a polícia...

... que tem como alvo as ‘populações-problema’ marginalizadas. Nesse sentido, o hipergueto serve não como uma reserva de trabalho industrial, mas como um mero depositário de categorias excedentes, que não tem uso político ou econômico para a sociedade circundante.¹³¹

Essa descrição em parte se parece muito com a configuração das áreas marginalizadas da cidade, em que se veem não só negros e afrodescendentes pobres, mas também brancos pobres e desempregados todos excluídos da economia formal e vitimizados pela violência que caracteriza tais territórios.

A partir da obra de Wacquant, Acácio Augusto se propõe a discutir as formas de controle de indesejáveis fora da prisão, que ele chama de prisão-prédio afirmando que é possível esse diálogo quando se verifica que os jovens considerados infratores no Brasil sofrem uma série de controles que estrategicamente os vinculam à periferia, as quais são assim compreendidas como “campos de concentração a céu aberto”, nas quais são adotadas políticas de contenção e nas quais os próprios moradores administram seus territórios. Essas políticas são programas sociais, governamentais e até em parcerias público-privadas que servem para monitorar os moradores desses espaços¹³².

Fica evidente que a mobilidade dessas pessoas nesses espaços acabam sendo limitadas pelo estado-polícia, quando se verifica que durante a implantação da UPS – Unidade Paraná Seguro, no bairro Uberaba em Curitiba, os policiais revistavam a todos que entravam e saíam do bairro, sendo a imagem neste caso mais significativa que o conteúdo da reportagem escrito:



¹³¹ WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. p. 55.

¹³² AUGUSTO, Acácio. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. In: BATISTA, Vera Malaguti. ABRAMOVAY, Pedro Vieira (Orgs). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 178 – 179.

A ocupação do Uberaba começou ao amanhecer, por volta das 6 horas, quando cerca de 500 policiais (300 militares, 150 civis e 90 guardas municipais) entraram no bairro. Essa etapa, que é chamada de congelamento da região, **inclui o controle de acesso e circulação de pessoas**, e o posicionamento da polícia nos principais pontos da região. Durante a operação foram cumpridos 34 mandados de busca e apreensão e efetuadas ao menos três prisões.¹³³

Edson Passetti chama também as áreas marginalizadas de campos de concentração, fazendo um estudo comparativo da forma com que sobreviviam as pessoas no campo de concentração nazistas e como muitas vezes internos desses campos também faziam a sua administração, o autor compara as periferias a campos de concentração como um espaço de monitoramento de perigosos, nos quais os componentes desse campo também participam da organização desse espaço. Essa participação das pessoas serve de mecanismo, junto com o monitoramento, para evitar revoltas desses concentrados¹³⁴.

Portanto, seria possível estabelecer esses paralelos para analisar a situação dos bairros pobres de Curitiba e sua região metropolitana como áreas de concentração de pobres, marginalizados, desempregados aos quais se agregam o tráfico de drogas e a violência inclusive institucional do estado-polícia.

1.3.3.1 O Mapa da Criminalidade

Dentre esses dispositivos tecnológicos para a identificação e o monitoramento das áreas onde se encontram a violência e a criminalidade o Estado do Paraná anuncia que irá abrir para a população o Mapa da Criminalidade e utilizará esses dados como referência para a atuação policial:

O Geoprocessamento-Mapa do Crime, sistema de mapeamento criminal do Paraná, vai passar a publicar as estatísticas por cidades a partir do ano que vem. O chefe da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (Cape), tenente-coronel Marco Antonio Wosny Borba,

¹³³ MORAIS, Andréa. Ocupação permanente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1229204&tit=Ocupacao-pe... Acesso em: 17/12/2012 (destacou-se).

¹³⁴ PASSETTI, Edson. Governamentalidade e violências. **Currículo sem fronteiras**, v.11, n.1, pp.42-53, jan/jun 2011. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.

confirmou mudanças no sistema de divulgação das estatísticas. A proposta é a população ter mais acesso aos dados da criminalidade. Hoje, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) divulga estatísticas regionalizadas.

A primeira das mudanças previstas será a regionalização das reuniões entre comandantes, delegados e secretário estadual. Hoje, os debates das estatísticas da segurança pública do estado são realizadas em Curitiba. Após a mudança, cada área integrada de segurança pública, que agrega subdivisões da Polícia Civil e batalhões da Polícia Militar, será responsável pela administração das informações fornecidas pela Cape. “As metas serão regionalizadas e a ideia é que haja uma avaliação constante”, afirma Wosny.

Como é hoje

Implementada em 2004, a Cape é ponto fundamental para melhorar a segurança pública no estado. É com base nas informações geradas pelo setor que as polícias podem saber onde atuar com mais intensidade. “É essencial para dar precisão nas políticas públicas”, afirma o ex-secretário Nacional da Segurança Pública, o coronel da reserva paulista José Vicente Silva.

Segundo Silva, essas informações são fundamentais para fazer ajuste de recursos, como distribuir efetivos. “É importante também para a população saber como está o trabalho policial e conferir a eficiência dos recursos públicos”, comenta.

Formado por dez profissionais das áreas de Tecnologia da Informação, Ciências Jurídicas e Sociais, Estatística, Cartografia e Geografia, a Cape inicia o processo com a coleta das informações pelo Boletim de Ocorrência. Após a coleta, as informações de cada crime são direcionadas para softwares chamados Arc-gis, mapserver, geoserver e I3geo, que compilam as informações e reproduzem as “hot spots” (manchas criminais).

Os profissionais ainda encaminham as informações para um banco de dados compartilhado para todas as unidades de polícia do estado. Há hoje mais de 300 policiais capacitados para receber as informações da Cape. Pela metodologia adotada pela coordenadoria na última gestão, os comandantes e delegados são responsáveis por apresentar essas informações para a população nos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs). “O problema é que falta participação popular”, ressalta.¹³⁵

O uso que se faz dessas informações pela polícia fica exemplificado pelo depoimento dos delegados da Delegacia de Furtos e Roubos e pela Delegacia de Homicídios de Curitiba, ouvidos pela reportagem:

Mais do que planilhas em computadores, os números do geoprocessamento têm saído das telas para ajudar a polícia a definir políticas de segurança e planos de trabalho. Para o delegado Guilherme Rangel, adjunto da Delegacia de Furtos e Roubos (DFR), a palavra de ordem quando se fala em inteligência policial é otimização de recursos. “Se as condições não são as ideais, temos que concentrar os esforços de forma mais focada, embasada nesses números.”

No início do ano, Curitiba viveu uma onda de assaltos e arrombamentos a residências. A Cape mapeou as ocorrências, detalhando dias e horários dos crimes e as manchas criminais onde se concentravam. A DFR delimitou as investigações e, em dez dias, duas quadrilhas estavam desmanteladas.

¹³⁵ RIBEIRO, Diego. Paraná decide abrir o mapa da violência para a população. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 11.

Trinta dias depois, já eram 19 presos, de quatro grupos criminosos diferentes. “No Jardim Social, por exemplo, que era um dos mais visados, houve redução de mais de 70% de casas invadidas”, disse.

Outro bom exemplo é o da Delegacia de Homicídios (DH) de Curitiba, cujo setor de estatísticas cadastra os crimes contra a pessoa. Bastante detalhado, o mapeamento leva em conta informações sobre a vítima (sexo, idade, onde residia, se era usuária de drogas, se tinha passagem) e sobre o crime em si. O banco de dados é alimentado depois com informações dos inquiridos policiais. A partir daí, o núcleo cruza informações, capaz de fornecer uma leitura precisa sobre as ocorrências.

Segundo a delegada Maritza Haisi, titular da DH, os números norteiam constantemente a atuação da unidade. Desde março, o geoprocessamento já ajudou a definir quatro operações, em bairros distintos. No Novo Mundo, houve o resultado mais expressivo. O bairro era um dos mais violentos de Curitiba, com 17 homicídios no primeiro semestre. Após a operação, que terminou com a prisão de 11 pessoas, apenas um assassinato foi registrado, em agosto. “Ou seja, quando a inteligência é empregada, os resultados são imediatos”, conclui a delegada¹³⁶.

Como é possível verificar na leitura da reportagem esses índices são utilizados para justificar um maior reforço policial nessas localidades, realizando, portanto, esse controle dos marginalizados com o consenso deles mesmos.

Também o grupo GRPCOM lançou junto da campanha *Paz sem voz é medo* um Mapa da Criminalidade, o qual num primeiro momento serviria para que a população denunciasse situações de violência tanto sofridas pessoalmente quanto presenciadas:

Uma nova ferramenta na internet para aumentar a transparência das informações de crimes no Paraná será lançada, neste domingo, no site da campanha “Paz Sem Voz é Medo”, do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). O Mapa do Crime será um instrumento que possibilita que o cidadão registre delitos, com a intenção de deixar os dados sobre a violência cada vez mais próximos da realidade.

O instrumento foi inspirado no sucesso de plataformas como o site “Wikicrimes”, o “New York City Homicides Map” e o “Spotcrime”, criados todos com o mesmo objetivo. Segundo uma das desenvolvedoras da nova ferramenta, a designer Tatiane Campos, os usuários poderão cadastrar, a cidade e o endereço onde o crime ocorreu no Paraná. “A pessoa terá a navegação livre”, afirma.

De acordo com ela, o usuário precisará apenas preencher um cadastro rápido. “Nos termos de uso estará claro que as informações pessoais do cidadão não serão abertas ou divulgadas em nenhum momento”, explica.

A ideia do Mapa do Crime é que as informações atinjam um alto grau de credibilidade. Por isso, a vítima poderá indicar pessoas que tenham presenciado o crime ou que conheçam o fato para confirmar as informações postadas. Essas pessoas receberão um e-mail para confirmação das informações. Todos os casos estarão registrados em um mapa, onde os locais de crime receberão pontos coloridos, indicando quais crimes

¹³⁶ ANIBAL, Felipe. Números comprovam eficiência do sistema. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 11.

ocorreram. Será possível registrar os crimes de agressão, homicídio, furto, roubo e tráfico de drogas.

Em um segundo momento, cerca de 15 dias depois do lançamento da ferramenta, o site vai filtrar informações com mais ou menos credibilidade, separando-as com selos diferentes. Essas marcas serão os carimbos de confiabilidade das informações cadastradas.

Wikicrimes

O Mapa do Crime não é a primeira ferramenta de colaboração em massa no país. Desde sua criação, em 2008, o site Wikicrimes (wikicrimes.org) já registrou milhares de delitos no Brasil inteiro. A ferramenta tem acesso livre e foi criada também para aumentar a transparência dos dados da violência no país. Idealizado pelo doutor em inteligência artificial Vasco Furtado, professor da Universidade de Fortaleza, o site busca diminuir o número de subnotificações de crimes. De acordo com Furtado, o número de delitos não notificados é muito grande no país e a ferramenta possibilita o registro sem incômodo. “Os dados oficiais podem não condizer com a realidade. E uma forma de resolver isso é simplificar a vida das pessoas”, afirma.

A ferramenta tem ainda outro objetivo. Segundo o professor, as pessoas podem utilizá-la como um serviço, recebendo e-mails sobre determinadas regiões para saber que caminho é mais seguro tomar em determinadas horas. O conteúdo pode ser acessado, inclusive, por dispositivos móveis.

O maior desafio para o Wikicrimes é ainda a credibilidade da informação. Apesar disso, Furtado lembra que o número de pessoas com má intenção no registro de crimes, certamente, é menor do que o de subnotificações. No Wikicrimes, o processo também engloba e-mails para testemunhas, para tentar aumentar a confiabilidade. O grupo de pesquisa da universidade, coordenado por Furtado, também trabalha arduamente para confirmar as informações com órgãos oficiais. Segundo ele, o site ainda compila as informações oficiais das secretarias estaduais de Segurança Pública.¹³⁷

Interessante ainda verificar a adesão das pessoas ao registro de ocorrências no mapa do crime, pois na primeira semana 507 pessoas já tinham registrado ocorrências. Curitiba foi a cidade com o maior número de registros. Segundo uma moradora da região de Londrina, ela sofreu uma tentativa de assalto, mas preferiu não ir até a polícia, porém registrou a ocorrência no link mapa do crime e diz que acredita que o registro pode auxiliar as pessoas a se deslocarem pelas cidades em segurança¹³⁸.

Ou seja, criam-se mecanismos, incentivados pela mídia, para cada vez mais reduzir a circulação de pessoas em áreas consideradas marginalizadas e com grandes taxas de violência, isolando-os e elevando os muros invisíveis desses territórios considerados perigosos e violentos.

¹³⁷ RIBEIRO, Diego. Paraná terá mapeamento de crimes. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 23 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1183764&tit=Parana-tera-mapeamento-on-line-de-crimes>. Acesso em 16/12/2012.

¹³⁸ RIBEIRO, Diego. Mapa do crime já tem mais de 500 registros. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1186547&tit=Mapa-do-Crime-ja-tem-mais-de-500-registros>. Acesso em 17/12/2012.

1.3.4. Crime como violência e as taxas de homicídios

O que se pode ainda verificar das reportagens que são divulgadas pela campanha *Paz sem voz é medo* é a utilização constante do vocábulo violência tomado como sinônimo de crime e, outras vezes, como sinônimo de homicídio. Esse uso, intencional ou resultante da falta de preparo técnico do profissional, associa crime e violência, relacionando-os com o estereótipo do bandido, difundindo o sentimento de medo desses sujeitos e lugares marginalizados, assumindo uma visão etiológica do crime na qual o bandido é o pardo, pobre, desempregado ou submetido ao subemprego, morador da comunidade.

Assim, as reportagens abordam como crime somente aquela criminalidade de rua, a que normalmente se referem a homicídios, lesão corporal, furtos, roubos e tráfico de drogas, consumados ou tentados, como ficou explícito no Mapa do Crime da campanha anteriormente citada.

Caberia nessa perspectiva até mesmo verificar que crime, não ontologicamente considerado, mas partindo de uma visão dogmática, é a violação de uma norma penal, é a prática de uma conduta proibida para a qual o Direito Penal prevê a aplicação de uma pena ou de medida de segurança. Nesse sentido, só no Código Penal há 244 (duzentos e quarenta e quatro) artigos prevendo a prática de crimes, sem se somar aqui os parágrafos e incisos, além de termos uma infinidade de leis penais especiais que compõem o volumoso caderno legislativo brasileiro, de modo que não se pode reduzir a criminalidade à prática de seis tipos penais.

Pavarini se pergunta em termos provocativos se um direito penal mínimo não poderia ser alinhado aos critérios de criminalização secundária. Neste caso, para o autor, somente esses tipos penais importariam e assim deveriam ser criminalizados pelo Código Penal, tais como esses “autores”, desnudando com esse questionamento a lógica ambígua e seletiva do sistema penal¹³⁹.

Esse reducionismo midiático se dá porque crimes como o homicídio e a lesão corporal têm um elevado grau de violência e atingem diretamente o corpo da pessoa, o furto e o roubo atingem a propriedade privada, bem jurídico de grande

¹³⁹ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos**: criminalidade, exclusão e insegurança. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Aliana Cirino Simon. Curitiba: LedZe Editora, 2012. p. 118.

valor para o sistema político-econômico em que estamos inseridos e por fim o tráfico de drogas em razão da campanha global de guerra ao tráfico de drogas na qual está inserido o Brasil, apesar de ser um delito sem violência e praticado em face de um bem jurídico coletivo, porque é constantemente associado à prática desses outros delitos resultado da “criminalidade de provisão”¹⁴⁰.

Como se percebe, há uma seletividade midiática sobre esses fatos, a qual reproduz a seletividade inerente ao próprio sistema penal, que, sob o discurso da defesa da sociedade, investe-se da autoridade do “bem” para combater esse “mal”, apresentando assim um discurso maniqueísta.

Essa seletividade atua já como fonte do noticiário policial, pois o jornalista responsável por esse setor vai buscar informação nas agências de controle social que agem de forma seletiva, tendo em vista a impossibilidade de transformar em notícia todos os fatos do cotidiano, havendo a necessidade de se recortar essa realidade e noticiar o que é noticiável¹⁴¹.

Também o conceito de violência aqui é reduzido à violência criminal, mas violência deve ser compreendida como uma forma de relacionamento social que se caracteriza por técnicas de dominação, ela busca a negação do outro, podendo ser compreendida como coerção exercida de forma política, simbólica, psicológica, física, ou seja, de diferentes formas¹⁴².

Porém não se apontam nas reportagens essas diversas formas de violência, mas apenas a violência física/criminal, sem mencionar que ela seria decorrente de uma violência estrutural resultante da exploração social pelo capital. Segundo Juarez Cirino dos Santos, “A violência estrutural compreende toda a violência ligada às relações de produção dominantes e, como essa violência atinge, em extensão e intensidades variáveis, o conjunto do bloco dominado (...)”¹⁴³. Essa violência

¹⁴⁰ A criminalidade de provisão é uma consequência, citada por Albrecht, da criminalização do comércio de entorpecentes, o que os torna mais caros e impossibilita a sua aquisição com o trabalho lícito. (ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia: Uma fundamentação para o Direito Penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Helena Schissl Cardoso. Curitiba: ICPC. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010. p. 509).

¹⁴¹ BUDÓ, Marília De Nardin. Crítica à função de prevenção geral positiva da pena na interação entre mídia e sistema penal. In: Zilio, Jacson. Bozza, Fábio (Org). **Estudos críticos sobre sistema penal: homenagem ao Professor Doutor Juarez Cirino dos Santos por seu 70º aniversário**. Curitiba: LedZé, 2012. p. 761 – 762.

¹⁴² SANTOS, José Vicente Tavares dos. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da. BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Org). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 18 – 19

¹⁴³ SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 86.

estrutural agrega a violência econômico-financeira, que se admite como um fator de proeminência orientador para a dominação pela via das relações sociais e políticas, das classes poderosas.

Essa proeminência econômico-financeira impele o sistema penal e as agências de controle social a atuarem de forma seletiva, exercendo assim uma violência institucional, a qual recai na parcela marginalizada da população e sobre determinadas condutas, conhecidas, como dito, criminalidade de rua, com a intenção de dominar e sujeitar esse outro por meio da violência exercida pelos aparelhos repressivos do Estado.

Assim, segundo Baratta, a violência estrutural seria a “repressão das necessidades reais e portanto dos direitos humanos, em seu conteúdo histórico-social.”, compreendendo-se essa violência como um fenômeno geral, a partir do qual se fundamentam e se apoiam as demais formas de violência, em especial a violência institucional, compreendida como a aquela que é exercida por um “agente do estado, um governo, o exército ou a polícia.”¹⁴⁴

Segundo Marília de Nardin Budó, o discurso midiático, especialmente as mídias de massa legitimam essa atuação violenta e seletiva do sistema penal ao reproduzirem esses elementos nas notícias criminais sob o manto da autoridade da polícia e do profissionalismo e objetividade do jornalista¹⁴⁵.

Essa relação entre crime, violência e locais tomados como perigosos fica evidente na reportagem publicada no terceiro dia da campanha *Paz sem voz é medo*:

O Paraná tem 12 cidades entre os 100 municípios brasileiros de médio e grande porte com taxas muito altas de homicídios cometidos com o uso de armas de fogo. Os números apresentados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) são preliminares e referentes a 2009. A relação leva em conta cidades com mais de 10 mil habitantes. O estudo, sobre a incidência do homicídio por arma de fogo no país, foi publicado em maio deste ano, com base nos dados do Ministério da Saúde.

Das 12 cidades paranaenses que integram o levantamento, oito são da região metropolitana de Curitiba: Campina Grande do Sul, Almirante Tamandaré, Piraquara, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Rio Branco do Sul, Colombo e Araucária. A Bahia lidera o ranking com 14 municípios,

¹⁴⁴ BARATTA, Alessandro. Derechos humanos: entre violencia estructural y violencia penal. Por la pacificación de los conflictos violentos. In: ELBERT, Carlos Alberto (Dir). BELLOQUI, Laura (Coord). **Alessandro Baratta: Criminología y sistema penal: compilación in memoriam**. Buenos Aires: B de F, 2004. p. 338 – 339.

¹⁴⁵ BUDÓ, Marília De Nardin. Crítica à função de prevenção geral positiva da pena na interação entre mídia e sistema penal. p. 762.

seguida de Pernambuco (13 cidades), Alagoas (12), Pará (12), Paraná e Espírito Santo (10).

Segundo a pesquisa, 71,2% dos assassinatos registrados no país em 2009 foram cometidos com armas de fogo. No Paraná, o percentual é um pouco acima da média nacional. Do total de homicídios no estado, 72,4% foram ocasionados por armas de fogo. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul os índices são de 60,6%, 80,1%, 62,2% e 73,7%, respectivamente.

Epidemia

Média é maior que a de SP

A **escalada da violência** transformou os **homicídios** em uma epidemia no Paraná. Hoje **ocorrem no estado 27 assassinatos por 100 mil habitantes**, média quase duas vezes maior do que a do estado de São Paulo, que possui uma taxa de 11 homicídios por 100 mil. O quadro epidêmico é ainda pior em Curitiba. **A taxa atual de 37 assassinatos por 100 mil habitantes na capital** é o segundo pior da história desde que as **estatísticas da criminalidade** começaram a ser divulgadas periodicamente, em 2007. Só perde para 2010, ano com média de 43. Entre 2007 e 2011, houve um aumento de quase 20% na média paranaense. Naquele ano, a taxa estadual era de 25 homicídios por 100 mil habitantes. Em Curitiba, o crescimento foi de 38,7%. No primeiro ano de divulgação das estatísticas, a taxa era de 31.¹⁴⁶

Além de a reportagem tomar os números apresentados sem produzir maior reflexão sobre o fenômeno “homicídios com arma de fogo” apenas jogá-los na notícia¹⁴⁷, ela relaciona como sinônimos homicídios e violência, apontando várias cidades da região metropolitana de Curitiba como lugares perigosos porque apresentam elevadas taxas de homicídios-criminalidade. Essa é uma constante durante a campanha.

Essa associação bandido, violência, homicídios e bairros pobres marginalizados somada à crença nos números como indicadores de uma realidade é utilizada com frequência nas reportagens da campanha, conforme se extrai da notícia do dia 06 de setembro de 2011 com o título *Curitiba tem o mês mais violento do ano*:

O mês passado levou Curitiba a atingir o seu **pico de violência** em 2011. A capital registrou **79 assassinatos** (média de 2,6 por dia), 52% a mais do que em julho, segundo balanço da Delegacia de Homicídios. Em agosto, Curitiba registrou uma taxa de 54,1 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes, índice quase quatro vezes e meia maior que o considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

¹⁴⁶ RIBEIRO, Diego. 12 cidades têm alta taxa de mortes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 7 (Sem grifo no original).

¹⁴⁷ A visão crítica sobre a criminologia atuarial aponta o uso de informações estatísticas sem promover uma reflexão sobre esses indicativos como um ponto negativo das pesquisas atuariais. Para aprofundar o tema consultar DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história**. 2012. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 11/07/2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/28416>>. Acesso em: 12 dez 2012.

Os números não levam em conta as lesões corporais seguidas de morte, confrontos com a polícia e latrocínios. Somando esses casos, a capital teve 90 mortes violentas em agosto e uma taxa de 61,6 óbitos para cada 100 mil habitantes.

(...)

Mais do mesmo

O mapeamento revela que a maior parte dos homicídios ocorreu nas regiões leste e oeste da capital. **Os bairros que concentraram o maior número de mortes** no primeiro semestre deste ano também foram os mais violentos em agosto: **a Cidade Industrial mais uma vez puxou a lista, com 14 homicídios. Em seguida vieram Uberaba (7), Sítio Cercado (6) e Cajuru (4).**

De acordo com a Polícia Civil, **quase a totalidade das mortes está relacionada ao tráfico de drogas**, seja por acerto de contas com usuários ou por rixa entre grupos rivais. “É exceção quando a motivação não é uma dessas”, diz o delegado Jaime da Luz, responsável pela investigação de assassinatos nos bairros Uberaba e Cajuru.

A polícia revela que, nesses bairros, os crimes se concentram em áreas que compreendem poucas quadras. Segundo o delegado Cristiano Quintas dos Santos, que investiga casos na CIC, via de regra, os homicídios nesses bairros estão relacionados uns com os outros.¹⁴⁸

Apresentando as reportagens em sequência, é possível verificar como a campanha trata do tema violência como crime exclusivamente e como as taxas de violência de um local são traduzidas como as taxas de homicídios. Em outubro de 2011 uma reportagem sobre as taxas homicidas no mundo afirma que o Brasil é o país que em números absolutos mais matou em 2009:

O Brasil registrou o maior número mundial de homicídios em 2009, com 43.909 vítimas. Segunda colocada no ranking da violência, a Índia teve 40.752 mortes naquele ano. A população indiana, entretanto, é cinco vezes maior que a brasileira. Os dados fazem parte do Estudo Global de Homicídios 2011, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o primeiro levantamento da organização a relacionar tipos e apontar as causas dos crimes de morte.

Em todo o mundo, 468 mil pessoas foram assassinadas em 2010. **Desde 1995, a taxa de homicídios tem diminuído em países da Ásia, da Europa e da América do Norte. No entanto, a quantidade de mortes violentas vem aumentando principalmente na América Central e no Caribe. O índice global é de 6,9 vítimas por 100 mil habitantes.**

Em termos proporcionais, o Brasil apresentou a terceira maior taxa de homicídios na América do Sul, com 22,7 casos para cada 100 mil habitantes. O país fica atrás apenas da Venezuela, que apresenta 49 assassinatos para cada grupo de 100 mil, e da Colômbia, cuja taxa é de 33,4 homicídios.

“É um número alto [do Brasil], mas não descola muito da média latino-americana. Na América Central, temos países, como Jamaica e Honduras, que ultrapassam as 50 mortes para cada 10 mil”, avalia Bo Mathiasen, representante do UNODC para o Brasil e o Cone Sul.

Mathiasen atribui a taxa brasileira a dois fatores: mazelas sociais e crime organizado. “A desigualdade socioeconômica do país provoca atrito entre as pessoas, levando à insatisfação e à conseqüente violência. Soma-

¹⁴⁸ ANIBAL, Flippe. RIBEIRO, Diego. Curitiba tem o mês mais violento do ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 6 (Sem grifo no original).

se a isso a ação de quadrilhas, **principalmente as de narcotraficantes**”, cita.

Para o representante da ONU, o crescimento econômico da última década não foi capaz de causar a queda na taxa de assassinatos, que ele avalia ter permanecido estável. “As condições melhoraram, mas o Brasil ainda registra miséria e problemas sociais a serem resolvidos”.

No Brasil, assim como em outros países com alta taxa de crime organizado, **os homens jovens (15 a 29 anos) são as maiores vítimas de homicídio**. “Um trabalho para diminuir a taxa de mortalidade precisa necessariamente focar nesse grupo”, ressalta Mathiasen.

O relatório aponta a cidade de São Paulo como um exemplo positivo. Desde 2001, o município reduziu a taxa de 120 para 40 assassinatos por 100 mil habitantes. “As autoridades fizeram uma análise mais de perto e identificaram os bairros mais problemáticos. Então, implantaram ações como a lei seca, polícia comunitária e ronda ostensiva. Os números mostram que a estratégia funcionou”, avalia.

Método

O levantamento da ONU mostra que, nas Américas, a arma de fogo é o instrumento mais usado em homicídios, também reflexo do crime organizado. Cerca de 74% dos crimes são cometidos dessa forma. Na Europa, para efeito de comparação, as armas de fogo são usadas em 21% dos assassinatos.

Outro destaque a respeito da Europa é o assassinato de mulheres, proporcionalmente maior quando comparado ao continente americano. No europeu, as vítimas do sexo feminino somam 27%, contra 10% nas Américas. São crimes cometidos principalmente pelo cônjuge, parente ou pessoa conhecida, dentro da casa da vítima. Na taxa por 100 mil habitantes, entretanto, América e África ficam na frente da Europa.¹⁴⁹

Para completar e possibilitar uma análise crítica do discurso midiático resta ainda trazer duas reportagens publicadas em sequência que efetivamente mostram quem são as vítimas desses assassinatos. Apesar de em toda a campanha haver outras notícias sobre mortes específicas no bairro CIC, decorrente de uma briga de gangues e do tráfico de drogas, colocam-se aqui as reportagens que tratam do tema de forma geral:

Em 30 anos, o Brasil ultrapassou a marca de 1 milhão de vítimas de homicídio. Dados do Mapa da Violência 2012, divulgado nesta quarta-feira pelo Instituto Sangari, apontam que o número de homicídios passou de 13,9 mil em 1980 para 49,9 mil em 2010, o que representa um aumento de 259%. Com o crescimento da população nesses 30 anos, a taxa de homicídios passou de 11,7 em cada grupo de 100 mil habitantes em 1980 para 26,2 em 2010.

De acordo com o relatório, a média anual de mortes por homicídio no país supera o número de vítimas de enfrentamentos armados no mundo. Entre 2004 e 2007, 169,5 mil pessoas morreram nos 12 maiores conflitos mundiais. No Brasil, o número de mortes por homicídio nesse mesmo período foi 192,8 mil.

“Fica difícil compreender como, em um país sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos violentos, consegue-se exterminar

¹⁴⁹ TAVARES, Osny. Brasil lidera ranking global de assassinatos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 outubro de 2011, caderno Vida e Cidadania, p. 9.

mais cidadãos do que na maior parte dos conflitos armados existentes no mundo”, diz o documento.
(...).¹⁵⁰

Crime atinge mais negros do que brancos

O Mapa da Violência mostra que, de 2002 a 2010, **a taxa de homicídios de brancos vem caindo no país, enquanto a de negros está subindo.**

Segundo o estudo, o número de homicídios de brancos caiu de 20,6 para cada 100 mil habitantes em 2002, para 15 em 2010. Já o dos negros subiu de 30 para cada 100 mil habitantes em 2002, para 35,9 em 2010.

Os dados mostram que para cada dois brancos vítimas de homicídio em 2002, morreram aproximadamente três negros. Já **em 2010, para cada dois brancos assassinados 4,6 negros foram vítimas de homicídio.**

“É um fato preocupante porque a tendência está aumentando. Nossa mídia veicula o que acontece em famílias abastadas e há uma preocupação dos órgãos de segurança com isso. Mas ninguém noticia que morreram dois negros em uma favela, a não ser que seja uma chacina”, diz o coordenador da pesquisa Julio Jacob Waiselfisz.

De acordo com ele, a maior violência contra os negros pode ser explicada também pela questão econômica e pela privatização da segurança. “Quem pode pagar, paga a segurança privada, que protege melhor”. Como a população negra é, em média, mais pobre, explica Jacob, passa a depender dos órgãos de segurança pública que, geralmente, não conseguem atender adequadamente a população.

“Essas evidências nos levam a postular a necessidade de reorientar as políticas nacionais, estaduais e municipais, em torno da segurança pública, para enfrentar de forma real e efetiva essa chaga aberta na realidade do país”, diz o texto do estudo.¹⁵¹

Assim é possível traçar um panorama a respeito do discurso midiático, bem como a respeito da triste realidade brasileira, de que se tem verdadeiramente uma política genocida, sendo que essa política atinge mais negros do que brancos, mais homens do que mulheres e em especial os países da América Latina, Central e África.

Nesta perspectiva não há como não buscar em Foucault e na biopolítica a compreensão dessa realidade. De acordo com Foucault, a partir da segunda metade do século XVIII desenvolve-se uma espécie de poder diferente daquele anteriormente pensado pelas teorias contratualistas. Quando o homem firma o contrato social, ele o faz para proteger sua vida, portanto, neste momento, inclui a vida no sistema de proteção do Estado. No século XVII e início do século XVIII fala-

¹⁵⁰ Agência Brasil. Taxa de homicídios no Brasil mais do que dobra em 30 anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1203241&tit=Taxa-de-homi... Acesso em: 17/12/2012.

¹⁵¹ ANTONELLI, Diego. Crime atinge mais negros do que brancos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1203377&tit=-Parana-tem-... Acesso em: 17/12/2012.

se, portanto, que o Soberano tinha o direito de vida e morte sobre o homem, ele “podia fazer morrer e deixar viver”¹⁵². Hoje, no entanto, essa expressão se inverte e deve ser lida como fazer viver e deixar morrer.

O que podemos observar assim é que a preocupação de Foucault era com o estudo do homem e a forma de subordinação desse indivíduo, do que se conclui que as sociedades modernas se voltam para o fator biológico, ou seja, para a vida sobre a qual se exerce o poder ocorrendo a estatização da vida biológica, estatização do ser humano como ser vivo. Para o biopoder, o ser humano é visto como membro da espécie humana e não como corpo individual submetido à disciplinaridade¹⁵³.

Ocorre que sobre esses sujeitos *homo-sacer*, excluídos pelo modo de produção neoliberal, o controle ocorre por essa nova gestão biopolítica que os toma como vida biológica e não como sujeitos de direito, mediante as políticas públicas penais, que buscam neutralizá-los e eliminá-los. Essa neutralização se dá por meio do cárcere e da segregação territorial, ao passo que a eliminação ocorre por diversas vias que levam à morte desse sujeito, tais como conflitos pessoais e com o estado-polícia.

O biopoder representa essa forma de poder exercida sobre a vida dos homens, que os tomam como ser vivo e não mais como corpo, toma o homem como massa global afetada pelos processos da vida (nascimento, morte, reprodução), ou seja, o poder é tornado massificante. O exercício desse poder é nomeado por Foucault como biopolítica que significa justamente o gerenciamento dessa massa de seres vivos por meios de taxas, medições estatísticas, proporções etc. A biopolítica observa o ser humano como ser vivo pertencente a uma população, tomando por base os fenômenos coletivos que produzem efeitos econômicos e políticos que perduram no tempo, os quais isoladamente não pareciam previsíveis mas coletivamente tornam possíveis o gerenciamento com o fim de otimizar a vida¹⁵⁴.

Foucault vai vincular o tema da biopolítica à governabilidade, logo pode-se usar tanto o termo biopolítica como biopoder, que representam uma série de

¹⁵² FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999. P. 286.

¹⁵³ ASMANN, Selvino. **A diferença da biopolítica em Foucault e Agamben**. Curitiba, UFPR, palestra ministrada no Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR. 06/06/2011.

¹⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. p. 289-292.

fenômenos importantes tomados em conjunto com mecanismos que constituem as características biológicas fundamentais do ser humano tomados pela política¹⁵⁵.

Biopoder, portanto, é a própria “estatização do biológico”¹⁵⁶ podendo o Soberano dispor dessa vida nua conforme interesses maiores, hoje ditados pela economia neoliberal que influencia diretamente a forma de gestão política estatal. O direito do Soberano sobre a morte se justificaria pelo Racismo, utilizado como instrumento capaz de estabelecer uma censura de determinado tipo biológico, ou do anormal, do degenerado, autorizando contra ele o exercício do direito de fazer viver ou de deixar morrer, promovendo a vida para os demais, como forma de fortalecimento e purificação da raça eleita, por meio de uma relação biológica e partindo da ideia de guerra de que quanto mais morrer o inimigo, mas você viverá. Portanto, o discurso científico serve aqui como justificativa para o discurso político¹⁵⁷.

Em nossa realidade curitibana e paranaense não se trata de um conceito de raça e sim de classe perigosa, pois não vemos uma grande concentração de negros, uma vez que historicamente o Sul foi colonizado pelos imigrantes europeus, vemos uma miscigenação, tanto de brancos, negros e pardos marginalizados pela sociedade e relegados à desatenção do soberano, do poder político. No entanto parece que a pobreza se torna uma espécie de raça, a qual não depende da origem do sujeito, mas da posição socioeconômica dele.

Justamente porque essa relação de racismo busca minimizar os perigos internos e externos para a população, a biopolítica admite o imperativo morte, quando este se justificar pela defesa dos perigos biológicos e pelo fortalecimento dos atributos dos normais. O racismo “é a condição para o exercício do direito de matar.” Essa condição de matar inclui não só o assassino direto como o indireto, ou seja, no qual se admite a exposição à morte, a situações de risco, ou ainda “a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”¹⁵⁸ a neutralização pelo cárcere.

Analisando a questão do holocausto nazista, Nils Christie argumenta que uma visão que se tem sobre o campo de concentração é a de que o extermínio de pessoas anormais é uma lógica que se afirmou em nossa forma de organização, o

¹⁵⁵ ASMANN, Selvino. **A diferença da biopolítica em Foucault e Agamben.**

¹⁵⁶ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France. p. 286

¹⁵⁷ *Ibid*, p. 306 – 309.

¹⁵⁸ *Ibid*, p. 306.

extermínio é aceito como uma consequência natural, naturalizando-se o holocausto como o “filho da modernidade”¹⁵⁹.

A forma de poder ou as tecnologias de poder, como fala Foucault, permitem hoje, como se admitiu durante o nazismo, tanto o holocausto como a preservação do biológico¹⁶⁰. Ao mesmo tempo em que a polícia é autorizada a matar os indesejáveis, também se argumenta que assistencialismos darão conta de melhorar a condição social destes, que há a necessidade de a comunidade se reunir e identificar-se com o seu local para dele cuidar e cuidar dos seus pares, jovens, pobres, envolvidos com drogas que por vezes são vítimas e por vezes encarnam a figura do bandido.

1.4 A NÃO DECLARADA GUERRA ÀS DROGAS

O título *A não declarada guerra às drogas* foi assim colocado porque não faz parte do programa de segurança pública do Paraná qualquer combate ao tráfico de drogas ou mesmo auxílio ao usuário de entorpecente adicto, porém é constante, como já ficou bem delineado acima, a menção ao tráfico como um dos principais fatores que contribuem para a criminalidade e a violência.

A droga é um embuste que possibilita a atuação governamental e econômica para o controle pela criminalização e segregação de muitos excluídos economicamente do mercado de consumo. A proibição das drogas, ou também chamada de guerra às drogas, tem sido “o fator central da expansão do poder punitivo”¹⁶¹; guerra essa declarada pela primeira vez na década de 1970, pelo então presidente dos EUA, Richard Nixon. Nixon antes de declarar a guerra às drogas encomendou a um grupo de cientistas pesquisas sobre a maconha, pois à época se discutia sobre a sua descriminalização, e o comitê se declarou cientificamente a

¹⁵⁹ CHRISTIE, Nils. **Crime Control as Industry**. 2ªed. London e New York: Routledge, 1994. p. 161 – 162.

¹⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. p. 311

¹⁶¹ KARAM, Maria Lucia. “Guerra às drogas” e criminalização da pobreza. In: Zilio, Jacson. Bozza, Fábio (Org). **Estudos críticos sobre sistema penal**: homenagem ao Professor Doutor Juarez Cirino dos Santos por seu 70º aniversário. Curitiba: LedZé, 2012. p. 679.

favor da legalização. Nixon, no entanto, ignorou o parecer do comitê e oficialmente declarou a guerra¹⁶².

O que é interessante perceber é que essa guerra não foi declarada contra os consumidores internos, ou contra os barões do tráfico que recebiam dinheiro através dos paraísos fiscais, essa guerra foi declarada contra os produtores latino-americanos¹⁶³, especialmente quando o grito de guerra foi renovado no fim da década de 1980 pelo governo Reagan¹⁶⁴, pois logo em seguida se deu o fim da Guerra-Fria, momento em que se precisa localizar um novo inimigo.

Coloca-se o traficante como esse novo inimigo, o grande mal da sociedade, que deve receber o tratamento mais repressivo possível, autorizando-se inclusive sua eliminação física, seja por meios das forças policiais, seja por meio de conflitos com outros concorrentes. Essas são as falácias que rondam o entorno da questão das drogas e que são constantemente reproduzidas nos meios de comunicação de massas.

É o efeito *Tropa de Elite*: a população assiste na televisão e lê nos jornais esse espetáculo midiático montado para dar votos aos governantes que não podem ser acusados de não fazer nada, rende audiência e, portanto, aumenta a lucratividade da mercadoria midiática e a população, em especial a classe média, aplaude essa atuação e pede mais polícia porque acredita no discurso construído em torno das drogas e do tráfico como sendo ele o mal do século, uma verdadeira epidemia cujo remédio é mais repressão e com isso a sensação de insegurança se reduziria. Acredita-se que a repressão irá um dia acabar com o tráfico e que, acabando com o tráfico, os demais delitos serão controlados e reduzidos.

Porém, o que leva à violência tanto criminal quanto repressiva em torno dos entorpecentes não é em si a sua condição de ser um psicoativo, mas sua criminalização seja da fabricação, do uso ou do fornecimento desse produto, à qual se agrega uma série de efeitos nefastos: a falta de controle de qualidade da droga¹⁶⁵; o “recrudescimento da violência, da corrupção, da intolerância, do desrespeito aos direitos fundamentais”¹⁶⁶, inclusive o de gerar alta lucratividade

¹⁶² **Grass.** Ronn Mann Diretor. Sphinx Produtor. 1999. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=LfTpjTjrGWM>. Acesso em: agosto/2012.

¹⁶³ CURZIO, Leonardo. El narcotráfico y la democracia em América Latina. In: ALCÁZAR, Joan del. *Et al. Historia actual de América Latina 1959 – 2009*. Valencia: Tirant lo blanch, 2011. p. 180 – 181.

¹⁶⁴ *Ibid*, p. 179.

¹⁶⁵ KARAM, Maria Lucia. “Guerra às drogas” e criminalização da pobreza. p. 684 e 694.

¹⁶⁶ ARGÜELLO, Katie. **O fenômeno das drogas como um problema de política criminal**. Curitiba,

dessa atividade¹⁶⁷; e por não se ter um órgão para regulamentar a questão o apelo à violência para a dominação do espaço, além de se desenvolverem drogas mais baratas e mais prejudiciais.

Mas é preciso se perguntar por que maconha, cocaína e o crack são ilícitos e o cigarro, a bebida alcóolica são lícitos? Quantos psicofármacos com efeitos tão danosos como as substâncias ditas ilícitas são lícitos? Rosa del Olmo afirma que o interesse nessa criminalização de determinadas substâncias seria econômico e não por suas propriedades farmacológicas ou socioéticas¹⁶⁸. O termo droga está associado assim ao discurso da ilegalidade, não tem uma definição certa, não identifica qual característica das substâncias assim classificadas a define, isto porque essa definição é uma questão de conveniência¹⁶⁹.

Segundo interesses políticos e econômicos se tem uma definição do que seria uma droga lícita ou ilícita, independente dos danos físicos, psicológicos e sociais que causa a dependência, ou mesmo do tipo de substância que produz a adicção, sendo um mercado rentável tanto a criminalização quanto a produção e distribuição dessas substâncias entorpecentes.

1.4.1 Política de combate ao tráfico de drogas

Muitas reportagens da campanha, algumas delas que aqui já foram transcritas para demonstrar a vinculação do tráfico com estereótipos de pessoas e lugares, apresentam o traficante sempre como o causador direto ou indireto de todos os demais crimes que ocupam as páginas do noticiário. O usuário ora é tratado como vítima, ora também como causador de problemas que afetam profundamente a segurança da população, em especial a criminalidade, sendo o traficante retratado como criminoso, bandido, malvado.

Universidade Federal do Paraná, trabalho apresentado no IV Seminário Nacional de Sociologia e Política: Pluralidade e Garantias dos Direitos Humanos no Século XXI. De 25 a 27 de setembro de 2012.

¹⁶⁷ ELBERT, Carlos Alberto (Dir). BELLOQUI, Laura (Coord). **Alessandro Baratta - Criminologia y sistema penal: compilación in memoriam**. Buenos Aires: B de F, 2004, p. 132.

¹⁶⁸ OLMO, Rosa del. **La cara oculta de la droga**. Bogotá – Colombia: Editorial Temis, 1988. p. 6.

¹⁶⁹ *Ibid*, p. 3 – 4.

Maria Lucia Karam afirma que é confortável para os demais ver a vinculação de determinadas características que identificam o outro como criminoso, sem a necessidade de se refletir sobre questões mais profundas, questões danosas ou indesejáveis, esse conforto é o de poder se declarar cidadão de bem, contrapondo-se aos criminosos maus. Esse conforto maniqueísta é o que sustenta a seletividade de todo o sistema penal e conseqüentemente sua violência¹⁷⁰.

Todas essas questões ficam retratadas na reportagem abaixo que traz o tráfico de drogas como a principal razão das taxas de homicídios em Curitiba, apontando o usuário como vítima. O que fica bastante evidente são os efeitos perversos da criminalização dessa conduta, pois a violência utilizada nessas relações se apresenta como fórmula para resolver desavenças financeiras entre usuários e traficantes, bem como traficantes e traficantes. Para dar maior veracidade ao discurso, ouvem-se especialistas com opiniões divergentes:

A maioria dos assassinatos em Curitiba está associada à venda ou consumo de entorpecentes. Usuários são as maiores vítimas

Três em cada quatro assassinatos registrados em Curitiba têm relação direta com as drogas. A constatação é de um levantamento feito pelo serviço de inteligência da Delegacia de Homicídios (DH), com base nos boletins de ocorrência. Das 357 pessoas assassinadas no primeiro semestre deste ano na capital, 274 tinham envolvimento com entorpecentes, seja como usuário ou traficante. Para as autoridades, os números comprovam que as drogas representam o principal problema a ser enfrentado pela segurança pública no estado.

As estatísticas apontam que 108 traficantes morreram na guerra pelo tráfico, enquanto 166 usuários foram assassinados: de cada dez homicídios diretamente relacionados às drogas registrados na capital, seis foram de pessoas que apenas faziam uso de entorpecentes. O levantamento aponta que houve pouca oscilação em comparação com o mesmo período do ano passado, quando 74,7% dos homicídios tiveram relação direta com as drogas. O número de usuários assassinados, no entanto, era maior: 71,1%.

“Os números comprovam que as drogas são o principal problema da contemporaneidade e motivador não só de homicídios e de outros tipos de crimes como roubos e furtos, mas responsáveis também por distúrbios sociais, como conflitos familiares e de relacionamentos”, avalia o professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Lindomar Boneti.

Tragédias pessoais

Embora uma parcela significativa dos usuários de drogas tenha sido assassinada por não ter quitado dívidas com traficantes, a questão não se restringe a este aspecto. A delegada Maritza Haisi, chefe da DH, explica que boa parte dos homicídios envolvendo pessoas que faziam uso de drogas ocorreu porque as vítimas se envolveram em situação de risco por causa dos entorpecentes. “Para conseguir manter o vício, alguns usuários partem para os delitos. Essas situações geram desdobramentos. Os usuários acabam sendo mortos em decorrência destes crimes”, aponta.

¹⁷⁰ KARAM, Maria Lucia. “Guerra às drogas” e criminalização da pobreza. p. 684 – 685.

Em relação à morte de traficantes, a dinâmica é outra. Segundo o delegado Riad Farhat, da Divisão de Narcóticos (Denarc), os homicídios ocorrem por dois motivos básicos: confronto pelo controle de pontos de drogas ou por desacerto entre os criminosos. “Para comprar grandes quantidades de entorpecentes, os traficantes se organizam em uma espécie de consórcio. Na partilha da droga, não é raro ocorrer desentendimentos, que acabam gerando conflitos internos e integrantes de um mesmo grupo acabam se matando”, explica.

Outra característica mencionada pelas autoridades é que os homicídios vinculados aos entorpecentes, em geral, estão relacionados uns aos outros. O delegado Jaime da Luz, responsável por investigar mortes ocorridas em bairros como Uberaba e Cajuru, aponta que os “personagens” dos crimes costumam se repetir com frequência. “Uma pessoa mencionada como testemunha em um inquérito aparece como suspeita de homicídio em outro caso. Há muitos crimes interligados.”

Para o delegado Rubens Recalcatti, responsável pelo grupo Homicídios Não Resolvidos (Honre), que investiga casos anteriores a 2008, o alto índice de mortes relacionadas às drogas não é um fenômeno recente. “Nos antigos, percebemos que o porcentual é muito parecido com os atuais”, avalia. Policial há 31 anos e delegado há 16, Recalcatti observa que os entorpecentes sempre tiveram impacto direto na segurança pública, mas ressalva que o problema se agravou consideravelmente nos últimos dez anos. “O Estado negligenciou seu papel. O resultado é este. Infelizmente”, lamenta.

Especialistas contestam o levantamento. Os dados apresentados pela polícia, no entanto, não são unanimidade entre os especialistas. Para o economista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) Daniel Cerqueira a metodologia utilizada pelas autoridades não é capaz de fornecer uma leitura real da questão. “Desconfio que esses dados sejam um absurdo ou um ‘chute’. Com certeza a droga é um problema a ser resolvido, mas colocar a culpa do colapso da segurança na droga é simplismo. Com esse discurso, as autoridades tentam, subliminarmente, se eximir da responsabilidade e atribuir o problema somente a uma questão social”, diz.

Em seu doutorado, Cerqueira se debruçou sobre índices de criminalidade de duas décadas. Ele descobriu que 5% dos crimes relacionados às drogas são cometidos por usuários sob efeitos psicofarmacológicos das drogas. Outros 95% estão relacionados ao que ele chama de “violência sistêmica”, consequência da disputa entre traficantes e de mecanismos de controle adotados por eles. “Não temos condições de aferir quanto isso representa no total de homicídios, mas com certeza é um porcentual extremamente menor do que o propalado pelas autoridades”, afirma.

O ex-secretário nacional de Segurança Pública o coronel José Silveira é mais enfático. Para ele, o índice de homicídios relacionados às drogas não passa de 20%, em qualquer parte do país. “Eu desafio qualquer autoridade policial a comprovar que passa deste patamar [20%]”, disse. Na avaliação de Silveira, a associação entre assassinatos e entorpecentes virou “lugar comum”. “É uma desculpa esfarrapada que a polícia usa para desviar o foco e para não admitir que falhou”, diz.¹⁷¹

Assim não é possível tomar a questão das drogas ilícitas como o grande mal e problema criminal, acreditando-se que se o tráfico acabasse outros crimes seriam reduzidos. A vinculação que se faz dos homicídios com o tráfico não necessariamente decorreu do uso da droga, mas da criminalização da conduta.

¹⁷¹ ANÍBAL, Felipe. Droga causa 77% dos homicídios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4.

Acredita-se, no entanto, na repressividade como medida para solucionar a questão, por isso se instala a guerra, inclusive estando ela declarada pela mídia e pela polícia, conforme se verifica com a constante vinculação do tráfico à criminalidade midiática e supostamente violenta. A campanha *Paz sem voz é medo* constantemente procurava retratar os acontecimentos relativos à segurança, inclusive com repórteres enviados especialmente para cobrir, por exemplo, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, em forma de propaganda da atuação policial no Rio de Janeiro. Para a implantação da UPP, o que se falará mais detalhadamente adiante, foi utilizado o exército, mas também policiais da Tropa de Elite do Bope. A reportagem com o título *Estrutura de guerra para encarar o crime* deixa evidente a forma de pensar dessa polícia de elite, assim como se percebe uma propaganda em torno dessa forma de pensar e atuar:

Temido pelos bandidos, o Bope, pelotão de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro, é fruto da própria complexidade da violência carioca.

A escalada da violência no Rio de Janeiro nos últimos 20 anos preparou o terreno para o surgimento de uma máquina bélica: o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). E o uso dessa força se tornou tão frequente que espalhou Brasil afora a ideia de que o modelo carioca de enfrentamento à criminalidade poderia ser aplicado em quase todas as situações, mesmo às custas de mais violência.

“Aqui [no Rio] o Bope só é desse jeito por causa da quantidade de bandido. Tivemos que evoluir ou ia morrer policial direto”, relata o subcomandante do Bope, tenente-coronel Fábio Souza. Em dez anos o Bope dobrou de efetivo, de 200 para 400 policiais. O processo de seleção e treinamento do pelotão é realmente rigoroso, reconhece Souza. Mas ele não considera que haja exageros, como os retratados nos filmes *Tropa de Elite 1 e 2*, que popularizaram o Bope no país. “O ambiente operacional onde o policial vai trabalhar exige que seja assim”, justifica.

O armamento das organizações criminosas, na visão do subcomandante, é parecido com o usado pelo Bope. “Mas tem uma grande diferença: ter treinamento, saber usar”, pondera. Há quatro anos não morre um “caveira”, como são chamados os agentes do Bope, em confronto.

Um novo quartel – que ficará no Complexo da Maré, um conjunto de favelas consideradas violentas e nas proximidades do aeroporto Tom Jobim – está em construção. Mas não há expectativa de aumentar muito a estrutura nos próximos anos – o investimento cada vez mais é destinado à tecnologia. “Agora conseguimos estar um passo à frente da criminalidade, inovando em equipamento e treinamento”, conta.

A sede atual do batalhão, que fica no Morro das Laranjeiras, recebe visita de comitivas de vários estados e até de outros países, em busca da experiência adquirida. Mas enquanto outros copiam o modelo, o Rio de Janeiro se prepara para usar cada vez menos a estrutura que montou.

Com o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o Bope deixou de ser acionado em várias favelas em que aconteciam enfrentamentos frequentes, como o Complexo do Alemão. O próprio pelotão defende a política de pacificação adotada pelo governo fluminense. “Em 22 anos de polícia, o programa das UPPs é o melhor que eu já vi”, afirma. Para ele, a política de ocupar apenas uma vez cada favela representa também uma economia de forças.

Contraponto

Mesmo dentro da polícia fluminense, o uso recorrente da força do Bope é contestado. O comandante das UPPs, coronel Robson Rodrigues, afirma ter dificuldade para convencer a sociedade que uma polícia de proximidade é mais eficiente do que a polícia do enfrentamento. Rodrigues avalia que, antes da política de pacificação, o imaginário coletivo defendia que toda a estrutura de segurança pública agisse aos moldes do Bope.

Para o cientista político João Trajano, do Laboratório de Análise de Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Bope deve ser acionado, como o próprio nome sugere, em operações especiais, quando ocorrem situações extraordinárias.¹⁷²

Toda guerra precisa de uma bandeira e um inimigo, ao menos declarados, resta a nós ler as entrelinhas desse discurso.

A bandeira é a da ideologia da defesa social, baseada em alguns princípios fundadores que com o tempo foram se tornando comuns à ideologia popular, também denominada *every day theories*¹⁷³. Baratta sintetiza esses princípios:

- a) Legitimidade: o Estado é visto como legítimo para reprimir a criminalidade por meio de seus órgãos de controle social. Reprova-se a ação individual do delinquente e reafirmam-se os valores e a moral social¹⁷⁴;
- b) Bem e Mal: o crime e o delinquente são o mal e a sociedade, o bem¹⁷⁵;
- c) Culpabilidade: o delito seria “expressão de uma atitude interior reprovável”, contrária aos valores e normas sociais¹⁷⁶;
- d) Finalidade ou Prevenção: além de retribuir a pena deve também buscar prevenir a ocorrência do crime, colocando uma “contramotivação” para o sujeito¹⁷⁷;
- e) Igualdade: a lei aplica-se de forma igualitária para todas as pessoas¹⁷⁸;
- f) Princípio do interesse social e do delito natural: “Os interesses protegidos pelo direito penal são interesses comuns a todos os cidadãos.” Apenas uns poucos delitos decorrem de “arranjos político e econômicos”¹⁷⁹.

Porém, a crítica desconstrói todos esses argumentos afirmando que, como já exposto, o sistema penal é seletivo, tanto quanto a que condutas criminalizar como em sua aplicação prática por meio de suas agências do controle social, que atuam

¹⁷² BREMBATTI, Katia. Estrutura de Guerra para encarar o crime. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8.

¹⁷³ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. p. 42.

¹⁷⁴ *Ibid*, id.

¹⁷⁵ *Ibid*, id.

¹⁷⁶ *Ibid*, id.

¹⁷⁷ *Ibid*, id.

¹⁷⁸ *Ibid*, id.

¹⁷⁹ *Ibid*, id.

de forma seletiva sobre a parcela da população estigmatizada, argumento que desconstitui os princípios da Igualdade e da Culpabilidade.

A crítica dirigida à criminalização primária, a qual também seria seletiva, atendendo aos interesses político-econômicos daquela sociedade, naquele determinado tempo e lugar, que desconstrói também o princípio do delito natural e do interesse social.

O discurso reducionista maniqueísta que trata o crime e o delinquente, produtos da seletividade do sistema penal, como uma doença que pode ser curada, um mal que deve ser vencido pelo bem.

E por fim a crença de que a pena deve retribuir e prevenir o delito, das quais falaremos adiante.

Esses princípios estão explícitos ou implícitos nas reportagens expostas como princípios fundadores da lógica de atuação do sistema penal, autorizados por sua vez pela opinião pública e conseqüentemente pelas grandes mídias, tornando-se, assim, alvo constante de bandeiras políticas levantadas para fundamentar o discurso bélico contra o crime.

Enquanto o inimigo é o traficante, fundando assim o chamado Direito Penal do Inimigo, segundo qual, os indivíduos se relacionam por meio da lei e aquele que não a respeita, cometendo delitos que não de mera bagatela, deve ser tido como inimigo e submetido à pena, ao cárcere, para impedir o cometimento de novos atos, sem processo de julgamento dotado das garantias legais. Ou seja, ele deve ser separado daqueles que admitem estar submetidos a uma ordem constitucional, ou melhor, daqueles que são admitidos na categoria cidadão.

Jakobs pretende que essa expressão “direito penal do inimigo” seja vista como prática de um sistema penal autorizada pelo soberano em defesa da ordem e do estado de direito¹⁸⁰. Aos inimigos estariam suprimidas todas as garantias processuais constitucionais conquistadas com o Estado Democrático de Direito, pois Jakobs afirma que não seria necessária uma forma jurídica processual para apurar tais crimes, a forma de justiça toma a forma de guerra:

Em um processo, que (...) certamente não pode ser designado como conforme à Justiça, mas [pode ser designado] muito bem como conforme à guerra, tenta o Estado (...) destruir as fontes dos terroristas e tornar-se

¹⁸⁰ JAKOBS, Günther. MELIÁ, Manuel Cancio. **Derecho Penal del Enemigo**. Madrid: Civitas, 2003. p. 21.

senhor deles mesmos, melhor ainda, matá-los imediatamente, assumindo o risco, no caso, também da morte de pessoas inocentes, conhecido como dano colateral¹⁸¹.

A pena e, antes dela, a criminalização dessas condutas seriam uma reação ao feito que ataca a vigência da norma proibitiva, buscando realizar sua manutenção e afirmação, servindo para evitar o cometimento de novos delitos por meio da exclusão do delinquente, ou seja, anulação física por meio do cárcere. Como a relação entre cidadãos se dá pelo estabelecimento de direitos e deveres, a relação com inimigos ocorre pela coação, violência e exceção, ou seja, fora do âmbito legal¹⁸².

Esse inimigo, o de Jakobs, é aquele que não admite ser obrigado a entrar em um estado de cidadania, que pratica delitos de maneira duradoura, envolvido com organizações criminosas voltadas ao tráfico¹⁸³, como visto acima na reportagem, ou seja, aqueles que foram empurrados para o mercado informal-ilegal, marginalizados e que são recrutados para trabalhar nesse mercado de ilícitos criminalizado, para garantir ou sua subsistência ou vício. Estes não merecem ser tratados como cidadãos. Nesse caso, a pena se destina não só a evitar práticas criminosas futuras, mas a própria eliminação do perigo, e atualmente a interpretação que se tem dado ao Direito Penal do Inimigo permite concluir que se autoriza inclusive a eliminação física desse não cidadão.

Para Zaffaroni, no entanto, o direito penal do inimigo sempre existiu na história do Direito Penal, ainda que nominado de diferentes formas¹⁸⁴. Modernamente falando o inimigo são as drogas contra a qual se declarou guerra.

Esse modelo propagandístico da guerra contra as drogas, no qual o traficante é o perigoso, é o que Zaffaroni chama de *völkisch*, o qual “consiste em *alimentar e reforçar os piores preconceitos para estimular publicamente a*

¹⁸¹ JAKOBS, **Bürgerstrafrecht und Feindstrafrecht**, 2004, item IV, p. 93, *Apud* SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal do Inimigo** – ou o discurso do direito penal desigual. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/Direito%20penal%20do%20inimigo.pdf> . Acesso: 24/03/2012.: “*In einem Verfahren, das (...) gewiss nicht als justizförmig, aber sehr wohl als kriegsförmig bezeichnet werden kann, versucht der Staat (...) die Quellen der Terroristen zu zerstören und ihrer selbst habhaft zu werden, besser noch, sie sogleich zu töten, dabei die Tötung auch unschuldiger Menschen, Kollateralschaden genannt, in den Kauf nehmend.*”

¹⁸² JAKOBS, Günther. MELIÁ, Manuel Cancio. **Derecho Penal del Enemigo**. p. 25 – 26.

¹⁸³ *Ibid*, p. 39 – 41.

¹⁸⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no Direito Penal**. Trad. Sérgio Lamarão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 23 – 24.

*identificação do inimigo da vez.*¹⁸⁵ E esse espírito autoritário, inspirado no *völkisch*, é imitado no restante do mundo e em especial na América Latina, tendo como o principal mecanismo de transmissão desse autoritarismo a mídia de massa¹⁸⁶. “Os serviços de notícias e os formadores de opinião são os encarregados de difundir esse discurso.”¹⁸⁷. Assim se vende a crença de que aumentando a repressividade das leis penais e do policiamento contra os vulneráveis e marginalizados, ou seja, legitimando direta ou indiretamente todos os meios de violência, as pessoas estarão mais seguras.

No entanto, essa guerra às drogas que declara querer acabar com a epidemia do uso de entorpecentes para defender a sociedade atinge a humanidade combatendo os traficantes inimigos pela via do controle penal, bem como declara que com o combate penal ao traficante vai reduzir a violência e a criminalidade, mas não consegue cumprir esses objetivos, pelo contrário, como já afirmado a criminalização do entorpecente é quem gera a violência sistemática desse mercado, dentre vários efeitos nefastos que afetam negativamente usuários e não usuários, adictos ou não.

Na esteira das reflexões do professor Albrecht, é preciso pensar em descriminalizar a produção, a distribuição e o consumo de substâncias entorpecentes, pensando essa descriminalização sobre três premissas:

1ª) O Estado deve prevenir que não adictos façam uso de substâncias entorpecentes, o que pode ser feito mediante campanhas informativas, ao passo que para os que já são adictos deve o Estado fornecer a droga com acompanhamento médico para procurar progressivamente liberar esses dependentes do uso do entorpecente¹⁸⁸;

2ª) O Estado não deve utilizar de sistema penal repressivo para reprimir a autolesão, porque o Estado de Direito não vislumbra mecanismos jurídicos de intervenção nos casos de autolesão. Deve-se regular o setor por meio dos mecanismos estatais como impostos, contribuições e monopólios¹⁸⁹;

¹⁸⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no Direito Penal**. p. 57.

¹⁸⁶ *Ibid*, p. 72.

¹⁸⁷ *Ibid*, p. 75.

¹⁸⁸ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia: Uma fundamentação para o Direito Penal**. p. 523.

¹⁸⁹ *Ibid*, id.

3ª) “A regulamentação da oferta e controle de acesso” aos adictos pelo Estado poderia fazer o mercado ilegal de drogas perder seu interesse por esse tipo de negócio, na medida em que se intervêm nas leis do mercado¹⁹⁰.

Evidente que esse formato de descriminalização do processo produtivo e do consumo do que se encaixa no termo droga exigiria não mais a atuação do sistema penal e do poder judiciário, mas do poder executivo e do sistema público de saúde pautando-se pelo tratamento médico da adicção. Não seria, portanto, no sentido de promover o “direito ao êxtase”, e sim para que se possa controlar e afastar a adicção com práticas terapêuticas e com o auxílio profissional para mudar e estabilizar a situação de vida do adicto. Essa nova visão sobre o campo das substancias entorpecentes pouparia a população dos sofrimentos já enumerados causados pelos efeitos nefastos dessa guerra¹⁹¹.

A questão das drogas seria, portanto, com um grande esforço político possível de resolver, mas ainda deixaria a questão social sem respostas. A criminalização de condutas envolvendo as drogas, como apontado, serve como um discurso legitimante para controlar a população marginalizada da sociedade, e que encontra na droga um meio de sobrevivência da família e por vezes do vício.

Uma vez acabando com esse mercado ilícito, essa população teria de migrar para outra forma de sustento. Assim a descriminalização das drogas deve inevitavelmente vir acompanhada de políticas sociais efetivas e não assistencialistas temporárias. Isso porque, enquanto a lógica do neoliberalismo imperar na política interna do Estado como forma de gestão, uma parcela da população estará excluída e deve assim permanecer, e estes terão de encontrar um mercado não lícito para sobreviver, o qual talvez possa se travestir da roupagem de inimigo para declarar uma nova guerra.

¹⁹⁰ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma fundamentação para o Direito Penal. p. 524.

¹⁹¹ *Ibid*, p. 522.

CAPÍTULO II – O DISCURSO MIDIÁTICO DA CAMPANHA *PAZ SEM VOZ É MEDO* SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os ingleses fundaram a expressão *Welfare State* para denominar o sonho de um mundo novo que correspondia a um Estado responsável por todos os seus cidadãos, que ajudaria seus cidadãos diante das dificuldades impostas pelo mercado, contando com a solidariedade de todos os que compunham essa sociedade. “O Estado de bem-estar assume a proteção social como direito de todos os cidadãos...” uma vez que vem atrelado ao estado de bem-estar a ideia de segurança social, mediante a qual seria possível essa proteção¹⁹².

O estado do bem-estar foi pensado para reabilitar os temporariamente inaptos e estimular os aptos, como um seguro coletivo, um direito do cidadão, e não para realizar donativos ou no sentido de caridade¹⁹³.

Porém o que era um direito se tornou um estigma – dos incapazes – e passou a ser interpretado como uma espécie de parasitismo no qual os que podem trabalhar contribuem e os que não podem recebem, o que a sociedade passa a não mais aceitar porque isso se torna uma “recompensa pelo pecado” da economia capitalista e da competição do mercado, que não podiam se manter sem altos custos sociais, bem como porque não há qualquer razão moral para isso¹⁹⁴.

A justificativa econômica volta a aparecer, pois no fim da década de 1960 serão sentidos os efeitos de uma crise socioeconômica que têm como reflexo novos conflitos, criados pelo próprio Estado do *Welfare*, e que precisam de uma nova política de controle social¹⁹⁵.

Esses conflitos provocaram e provocam a deslegitimação do Estado do *Welfare*, pois se o Estado do bem-estar social representava a intervenção do Estado na economia, a crescente economia globalizada não mais admite essa intervenção,

¹⁹² VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan – UCAM, IUPERJ, 2011. p.11.

¹⁹³ BAUMAN. Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rev. Tecn. Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 51.

¹⁹⁴ *Ibid*, p. 51 – 52.

¹⁹⁵ PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. México, D.F.: Siglo XXI editores, 2010. p. 79.

deixando o estado de atender à crescente população marginal¹⁹⁶ que se torna incômoda.

Assim, nos EUA, se viu uma tendência crescente de transição do Estado do bem-estar social para um Estado penal e policial, criminalizando-se esse contingente de pessoas que antes era assistida, o que só vem crescendo diante de uma economia excludente neoliberal. Essa medida de contenção dos marginalizados como nova política social foi sendo exportada e amplamente aceita inclusive nos países Europeus e na América Latina, que são nossos pontos comparativos.

Os Estados Unidos caminham para um Estado que nem é protetivo e nem mínimo, é o que Wacquant chama de *Estado-centauro*, com uma cabeça liberal que o guia, baseado no *laissez-faire et laissez-passer* diante dos mecanismos excludentes do capital, e um corpo autoritário que se mostra “paternalista e punitivo” com os excluídos¹⁹⁷. O que se consolida é que esse pensamento repressivo é visto como a “panacéia para o problema da violência criminal”¹⁹⁸.

A crise do estado social do direito, segundo Pavarini, deve ser governada ante a escassez de recursos, pois o fato de ver a segurança como uma alternativa ao delito é um ponto de vista apenas, que orienta de maneira diversa a participação democrática junto à diminuição do estado social, limitando-a para ser acessível somente para os membros que a merecem, como uma imposição da cultura meritória do governo neoliberal¹⁹⁹.

O estado caritativo, gradualmente foi sendo substituído nos Estado Unidos e posteriormente na Europa pelo Estado punitivo para que este contivesse a desordem e o tumulto causado pela “intensificação da insegurança e da marginalidade social.”²⁰⁰

Portanto, a insegurança como principal preocupação das pessoas, segundo pesquisas mundiais, é encarnada nas classes marginalizadas, que se tornam o bode

¹⁹⁶ PAVARINI, Massimo. **Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico.** p. 80 – 81.

¹⁹⁷ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva].** 3ª ed. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 88 – 89.

¹⁹⁸ ARGÜELLO, Katie. **Do estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem.** Londrina, 1º Congresso Paranaense de Criminologia, novembro de 2005. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/artigos/Artigo%20Katie.pdf>. Acessado em: 19/10/2011. p. 7.

¹⁹⁹ PAVARINI, Massimo. **Un arte abyecto.** Ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad.Hoc, 2006. p. 229.

²⁰⁰ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva].** p. 110.

expiatório dos males sociais²⁰¹, bem como é pensada nesse contexto punitivo e excludente, relegando à esfera penal todo o tipo de controle social que possa retomar a segurança. O controle social tem início na esfera policial, pois a polícia funciona como a primeira agência de controle social, e é nessa perspectiva que a campanha *Paz sem voz é medo* coloca a questão da segurança pública, como uma questão de polícia, bem como é nessa perspectiva, de ampliação das forças policiais, que o Estado do Paraná lança seu plano de segurança pública.

2.1 O QUE É SEGURANÇA PÚBLICA

Como observado no primeiro capítulo o discurso midiático sobre a insegurança está fundado em alguns pilares que foram sendo moldados pelo neoliberalismo atual e que instituem um estado penal com vários braços repressivos tidos como a única alternativa para a resolução dos atuais conflitos sociais.

Esses braços do estado penal se dirigem para os bairros pobres e para a população marginalizada que são vistos como traficantes e usuários de drogas, como bandidos perversos, homicidas violentos, desempregados, vagabundos, desocupados, imorais, para citar apenas alguns rótulos.

Esse discurso da insegurança pede ainda mais repressão na guerra contra o crime e na guerra contra o tráfico de drogas, mais punição para os assassinos e ladrões, menos complacência do Judiciário, leis mais severas, mais prisões. Ele acredita na tecnologia das câmeras de vigilância, no mapa do crime, no boletim eletrônico, nas cooperativas de moradores, na segurança privada. Além de utilizar o discurso alarmista sobre insegurança e reforçá-lo com pesquisas de opinião, com a voz de especialistas, com estatísticas criminais, recomendando-se soluções simplistas como mais polícia, mais penas e uma cultura de paz, que paradoxalmente produz efeitos de guerra.

O tema insegurança hoje é tratado em tom de catástrofe, e esse efeito é conseguido com a reunião de assuntos mais diversos para criar a imagem de que a insegurança atinge vários setores sociais, como brigas em escolas, reunião de

²⁰¹ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. p. 110.

jovens em bares ou praças, bem como pela não diferenciação entre segurança e o sentimento de insegurança da população.

Portanto, o discurso sobre segurança assim como reduz o termo crime e o termo violência, tomando-os como sinônimos, coloca aqui o termo insegurança como consequência nesse silogismo. No entanto, o termo segurança envolve, além da segurança em face de todos os bens jurídicos protegidos pelas leis penais, a segurança nas relações de trabalho, econômicas, pessoais, relacionais. Porém no discurso midiático sobre segurança pública o termo segurança é reduzido exclusivamente à segurança da esfera criminal. Essa redução vem a legitimar a atuação do estado penal por meio dos aparelhos repressivos do Estado, em especial a polícia, para a contenção dos marginalizados. Além de legitimar a atuação desse estado penal, legitima igualmente o seu agigantamento, mediante campanhas que por sua vez são propagandistas das políticas repressivas estatais.

Por isso, na tentativa de discutir sobre essa concepção de segurança é necessário recorrer a Baratta. Para ele, segurança, a partir do ponto de vista do direito, é entendida como o *direito à segurança*, no entanto sob uma perspectiva sociológica, a segurança se daria *através do direito*²⁰². E essa diferença, apesar de sutil, revela a oposição entre uma política inclusiva e exclusiva do social, pois reside no que se considerada possível realizar, a partir de uma perspectiva prática. A velha ordem do *welfare* era inclusiva, pois ainda que impregnada de uma cultura positivista do direito, o Estado social de direito procurava reduzir os deficits gerados pelo livre mercado, cujo interesse estava dirigido a quem é pobre no sentido financeiro, cultural, educacional, ou simplesmente moral²⁰³.

A nova ordem democrática, que se converteu da segurança democrática para a democracia da segurança, segundo Pavarini, alterou os postulados do Estado social do direito do crime para a vítima; do tratamento público do delito para a privatização da resposta à questão criminal; “da prioridade da categoria do deficit (e, por conseguinte da liberação da necessidade) à centralidade do risco, ou seja, do cálculo do perigo”; do interesse nas causas para a preocupação com as

²⁰² BARATTA, Alessandro. Seguridad. In: ELBERT, Carlos Alberto (Dir). BELLOQUI, Laura (Coord). **Alessandro Baratta: Criminología y sistema penal: compilación in memoriam**. Buenos Aires: B de F, 2004. p. 201.

²⁰³ PAVARINI, Massimo. Democracia y seguridad (notas de una conferencia jamás impartida). In: PORTALES, Rafael Enrique Aguilera (Coord). **Políticas de Seguridad Pública: Análisis e tendencias criminológicas y políticas actuales**. México: Editorial Porrúa, 2011. p. 7.

consequências; da prevenção social para a prevenção atuarial; “em síntese: de um modelo inclusivo (ou “*bulímico*”) a um exclusivo (ou “*anoréxico*”)”²⁰⁴.

O que se tem hoje é uma política voltada ao direito à segurança, ou no sentido de uma democracia da segurança, que busca atender aos direitos fundamentais em favor de cidadãos eleitos à custa dos direitos dos excluídos. Essa situação causa uma “... redução da segurança jurídica que, ao mesmo tempo, gera o sentimento de insegurança na opinião pública e se alimenta dela.”²⁰⁵

No entanto, o que Baratta recomenda é que se tenha uma política em sentido contrário, de segurança dos direitos, de “... proteção e satisfação dos direitos fundamentais...” para todos ou ao menos para a maioria, pois, preservando os direitos fundamentais ter-se-ia uma verdadeira condição de segurança. Nesse sentido, concordamos com a luta de Baratta para a construção de um mundo mais igualitário e inclusivo²⁰⁶, no sentido da segurança dos direitos para todos.

A política do direito à segurança se dirige exclusivamente para a população cujos papéis sociais no processo produtivo são precários ou inexistentes, mostrando a contradição entre a economia e o social, pois se têm ao mesmo tempo indicadores econômicos assinalando um crescimento do capital e indicadores sociais de desenvolvimento humano baixos, é “A produção de riqueza paga com o empobrecimento e o subdesenvolvimento...”²⁰⁷.

Não é espantoso que essa política do direito à segurança tenha se formado a partir da crise do *welfare state*, pois ela nasce no processo de privatização do bem segurança, que se transforma em um bem privado, “... através do protagonismo da vítima, real e potencial, do delito”²⁰⁸.

O termo segurança, como visto, se torna uma mercadoria midiática e política amplamente explorada. Wacquant afirma que essa exploração é pornográfica, pois a prioridade é fazer da segurança um espetáculo²⁰⁹.

²⁰⁴ PAVARINI, Massimo. Democracia y seguridad (notas de una conferencia jamás impartida). p. 7 - 8.

²⁰⁵ BARATTA, Alessandro. Seguridad. p. 203.

²⁰⁶ *Ibid*, p. 204.

²⁰⁷ *Ibid*, p. 210 – 211.

²⁰⁸ PAVARINI, Massimo. Do Front Italiano: La metáfora della guerra e la democrazia di sicurezza. A proposito del “Pacchetto sicurezza”: Legge 15 luglio 2009 n. 94. In: Zilio, Jacson. Bozza, Fábio (Org). **Estudos críticos sobre sistema penal: homenagem ao Professor Doutor Juarez Cirino dos Santos por seu 70º aniversário**. Curitiba: LedZé, 2012. p. 450.

²⁰⁹ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos** [A onda punitiva]. p. 9 – 10.

Em uma das reportagens da campanha *Paz sem voz é medo* intitulada *Política de segurança é feita de olho na mídia*, um repórter entrevista uma pesquisadora do Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense. Essa entrevista gira em torno da questão dos dados estatísticos sobre a criminalidade, os quais são falhos ou inexistentes por falta de investimento, segundo a pesquisadora, pois a segurança pública deve ser feita com base nas estatísticas. Segundo a pesquisadora, e é interessante essa observação, porque apesar da crença nos dados estatísticos, ela aponta como a Segurança Pública se volta para a mídia:

A falta de informação faz com que as políticas sejam feitas às cegas?

A política de segurança não é feita com base nos dados. A política é feita a partir da visibilidade de certos fenômenos na mídia. Os olhares se voltam para esse determinado fato que está tendo repercussão. Desse jeito, não vamos a lugar nenhum.²¹⁰

Ou seja, ainda que não se possa confiar cegamente em dados estatísticos, porque eles também são dirigidos por essa seletividade apontada no primeiro capítulo, a vinculação das políticas de segurança ao que é veiculado na mídia demonstra justamente esse uso do tema como mercadoria.

Segundo Pavarini, se tem hoje uma democracia da opinião, ou seja, os fundos públicos, especialmente neste caso, aqueles destinados à segurança, são utilizados no intercâmbio entre a opinião pública e o sistema político. Nessa democracia, o cidadão se destaca por sua percepção emocional, especialmente reduzida ao medo e o rancor, e o sistema penal teria a função de “produção simbólica de sentido, através do processo de imputação da responsabilidade”²¹¹.

Essa responsabilização ocorreria nos dois sentidos, tanto do criminoso quanto da vítima, pois as vítimas nas políticas de segurança pública são vistas como responsáveis por se colocarem em situações de risco em razão do seu estilo de vida imprudente.

Não é à toa que a indústria privada da segurança, assim como o Estado Penal, está em expansão. No Paraná, segundo a campanha *Paz sem voz é medo*, a segurança privada teve um grande crescimento. A reportagem afirma que o Estado está em 7º lugar no ranking nacional em número de vigilantes, são 90 mil

²¹⁰ AGÊNCIA GLOBO, “Política de segurança é feita de olho na mídia”. Curitiba, **Gazeta do Povo**. 1º de Setembro de 2011. Entrevista com Ana Paula Miranda. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?t>. Acesso em 17/12/2012.

²¹¹ PAVARINI, Massimo. Democracia y seguridad (notas de una conferencia jamás impartida). p. 11.

profissionais em contrapartida com a polícia, que tem um efetivo aproximado de 16,7 mil. Porém muitas empresas e vigilantes atuam na ilegalidade, calcula-se um aproximado de 67,5 mil vigilantes clandestinos. Segundo o professor de sociologia da PUCPR, isso ocorre porque as pessoas não confiam no serviço do Estado, o qual não tem cumprido seu papel. Por essa razão é que o sentimento de insegurança entre os pesquisados no lançamento da campanha é de 70%. Como essa segurança fica nos ambientes privados, ela não resolve a questão da segurança pública e sofre ainda uma elitização, espaços nos quais as pessoas se sentiriam mais seguras, o que não implica necessariamente uma segurança real, segundo a opinião de um advogado especialista. Como justificativa, o ex-secretário nacional de Segurança afirma que as vigilâncias atuam nos espaços em que o poder público não tem a obrigação direta²¹².

Essa reportagem demonstra que com a privatização e a mercantilização da segurança/insegurança se desenvolveram duas formas de gestão da segurança, uma privada sustentada pelos investimentos da elite em grandes condomínios, carros blindados, seguranças particulares, câmeras de vigilância, cercas eletrificadas e outra pública, realizada pela polícia. Ou seja, enquanto a classe média e média-alta compra a sua segurança, a classe baixa depende do Estado, que coloca a polícia não para protegê-la, mas para contê-la.

Como bem anuncia Nils Christie, essa gestão da segurança público-privada torna o controle do delito um produto a ser explorado pela indústria do controle do crime, em especial pela indústria da segurança privada, que desenvolve cada vez mais tecnologias para serem comercializadas e que está em franca expansão, a despeito de ela precisar da polícia pública em última instância, pois ela não protege áreas pobres²¹³.

Segurança pública é compreendida pela mídia e dirigida pelo Estado sob o paradigma policialesco como sendo a repressão dos pobres e das periferias, ou seja, ao comportamento desviante selecionado, por meio dos seus órgãos repressivos estatais, especialmente o policial, infelizmente ignorando a seletividade do sistema de justiça criminal e defenestrando o paradigma socioeconômico.

²¹² ANÍBAL, Felipe. PR tem mais vigilantes que PMs. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8.

²¹³ CHRISTIE, Nils. **Crime Control as Industry**. p. 108 – 109.

2.1.1 Segurança pública e a atividade policial

Esse discurso sobre segurança como visto é espetacular, ele se declara devoto das forças de ordem, denuncia a “complacência dos juízes”, se diz defensor das vítimas, promete baixar em índices percentuais a delinquência, além de prometer a implantação do direito nas “zonas do não-direito” e aumentar as vagas e(ou) construir mais prisões²¹⁴.

Analisando o programa de Segurança Pública do Paraná, encontramos essa realidade, claro com suas particularidades, mas a mentalidade dos encarregados da segurança pública ainda está calcada no senso comum, na ideologia da defesa social e na seletividade penal. O programa de Segurança Pública do Paraná, intitulado Paraná Seguro, segundo o jornal *Gazeta do Povo*, deixa explícita essa situação: “Entrar em bolsões de pobreza para prender criminosos e, em seguida, reurbanizar essas áreas para atender a população com ações sociais. Esta é a linha mestra do plano de segurança integrado de Curitiba (...)”²¹⁵.

Como dito, o Paraná, cerca de três semanas após o lançamento da campanha *Paz sem voz é medo*, anuncia um novo programa de segurança pública para o Estado, para o qual a campanha deu ampla cobertura. O jornal *Gazeta do Povo*, na primeira reportagem sobre o assunto, afirma que como uma tentativa de reforçar o programa de segurança pública no estado, serão aplicados 500 milhões para a contratação de policiais, delegados, escrivães, compra de viaturas, construção de delegacias, implantação do B.O. eletrônico e de bases móveis da polícia, a contratação de 150 defensores públicos para rever os processos de presos condenados e provisórios em delegacias e presídios, a compra de um helicóptero para resgate, bem como será promovida a integração da polícia científica à polícia civil e a transferência da gestão dos presos provisório para a secretaria de justiça. No entanto, ressalta que esse valor não passa ainda de 1% do PIB do Paraná, mas que a promessa é de aumentar para 1,5% até 2014²¹⁶.

²¹⁴ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. p. 10.

²¹⁵ RIBEIRO, Diego. Capital elabora plano contra o crime unido à ação social. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8.

²¹⁶ RIBEIRO, Diego. BOREKI, Vinicius. Segurança no PR terá aporte de R\$ 500 mil reais. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 de agosto de 2011. Disponível em:

Segundo o secretário de Segurança Pública, o Paraná Seguro terá três eixos: “renascimento das instituições policiais; mapeamento da criminalidade com cobrança de metas para diminuição da violência; e a integração entre as polícias, Judiciário, Ministério Público e população” junto com a criação dos Consegs²¹⁷.

No dia seguinte nova reportagem sobre o tema afirma que o objetivo do programa Paraná Seguro será a contratação de 8 mil policiais militares até 2012, 2,2 mil policiais civis, aquisição de viaturas e módulos móveis e a construção de 95 delegacias²¹⁸.

Resta claro que a ideia da Segurança Pública gira em torno do aparato policial. Rafael Ferreira Vianna, delegado e blogueiro sobre o tema da segurança pública, afirma que a própria Constituição Federal, em seu artigo 144²¹⁹, vincula a segurança pública aos órgãos da polícia federal, civil e militar²²⁰.

Para David H. Bayley, polícia são “... pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação de força física.” Quanto ao uso da força física, diz o autor, ela significa a possibilidade, a autorização para fazer uso dela, não que ela deve ser obrigatoriamente utilizada. E esse grupo de pessoas que a autoriza pode ser o Estado ou outro grupo, embora no Brasil a polícia seja submetida ao Estado. A polícia serve, assim, para afastar o exército da ordem interna²²¹.

Esse uso da força física deve ser legitimado, deve ser aceito pelo grupo de pessoas que se submetem a esse controle, mas essa legitimação também pode se dar por meio da força ou por meio do consenso, ainda que uma maioria esteja submetida a uma minoria, essa legitimação se dá em nome da comunidade²²².

<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1158857&tit=Seguranca-no-PR-tera-aporte-de-R-500-mi>. Acesso em: 09/12/2012.

²¹⁷ *Ibid*, id.

²¹⁸ *Ibid*, id.

²¹⁹ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

²²⁰ VIANNA, Rafael Ferreira. **Diálogos sobre segurança pública**: o fim do estado civilizado. Curitiba: Íthala, 2011. p. 15.

²²¹ BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: Uma análise internacional comparativa. Trad. Renê Alexandre Belmonte. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 20.

²²² *Ibid*, p. 22.

A polícia, assim como as forças armadas, é encarregada de garantir a ordem social e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, segundo a nossa Constituição que em tese é correspondente da vontade desse grupo, sendo a polícia dirigida para realizar essa atividade dentro dos limites territoriais do Estado, enquanto as forças armadas atuam na região de fronteira.

No entanto, a carreira policial por muito tempo espelhou-se na atividade do exército, até mesmo por razões constitucionais e históricas, tendo a questão da preservação da ordem como pano de fundo, criando-se instituições-espelho, ambas de matriz militar²²³. A libertação da subordinação da polícia em relação ao exército no Brasil, segundo Cristina Buarque de Hollanda, foi quando no governo de Brizola descentralizou-se a polícia e ela passou a estar submetida à orientação do poder político estadual, ou seja, “o governador passou a coordenar o comando das polícias, inaugurando, no Rio de Janeiro, a prática de orientação da força pública pelo poder político civil.”²²⁴

Essa mentalidade ostensiva, contudo, ainda orienta a polícia que atua no controle territorial interno, especialmente porque o uso da força física, real ou potencial, é gerador de violência em face daqueles que devem ser controlados, que violam a ordem pública e que são tidos como inimigos, como exposto no capítulo anterior.

Combina-se a essa ostensividade originada nas forças armadas o autoritarismo político, como fatores que influenciam a atuação policial. Esse autoritarismo do governo se reflete diretamente na ação policial, sendo considerado autoritário um Estado que tem uma polícia repressora, ao mesmo tempo em que a repressividade da polícia reflete igualmente um governo pouco democrático²²⁵.

Essa relação da polícia com a política e a sua influência recíproca ficam demonstradas quando pensamos na discricionariedade da atuação policial. Essa discricionariedade é bastante ampliada, uma vez que é a polícia quem estabelece o primeiro contato com a população, seja em uma manifestação, seja no dia das eleições, na hora de registrar uma ocorrência ou prender uma pessoa, podendo influir tanto ativamente quanto de forma omissiva, ou seja, fechando os olhos para determinadas situações, deixando de agir conforme suas escolhas e interesses,

²²³ HOLLANDA, Cristina Buarque. **Polícia e direitos humanos:** política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983 – 1986). Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 76 – 77.

²²⁴ *Ibid*, p. 79.

²²⁵ BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento:** Uma análise internacional comparativa. p. 203.

ainda que sofram a fiscalização dos órgãos estatais e da opinião pública, por exemplo²²⁶.

Bayley afirma que alguns estudos demonstram que o poder da polícia é maior em países com grandes diferenças sociais, baixos níveis de escolaridade, de emprego qualificado e de renda, pois nessas situações as desigualdades implicam problemas sociais que são controlados pela polícia, como algo que funcione na lógica diretamente proporcional, pois quanto maior a desigualdade, maior o poder da polícia²²⁷.

O autor ainda demonstrou que o aumento do número de policiais não está relacionado ao aumento da criminalidade, mas à mera passagem do tempo e ao aumento das populações. Há situações estudadas em que houve aumento do número de policiais, no entanto a criminalidade também aumentou, e outros lugares nos quais o número de policiais aumentou e a criminalidade diminuiu, não sendo possível estabelecer essa lógica de que o número de policiais aumenta em razão da criminalidade²²⁸, até porque, apesar de se acreditar que a presença policial inibe a criminalidade, em muitos casos o aumento da polícia implica o aumento da criminalidade, quando esta está baseada nos registros de ocorrências, pois há mais policiais para realizar esse trabalho.

Nessa linha, Albrecht diz ser possível presumir que o trabalho policial é orientado por um “princípio de oportunidade fático”. Considerando a ampla gama de leis penais proibitivas de inúmeros comportamentos e admitindo que a polícia tomando conhecimento de uma situação que se amolde ao tipo penal, segundo princípio da legalidade, deve obrigatoriamente investigar tal fato, percebe-se que realizar essa tarefa seria impossível. Claro que isso não ocorre, pois há um filtro nos fatos que são levados ao conhecimento policial, conhecimento esse que pode ser obtido por ações proativas, as quais partem da polícia quando há suspeita de um crime, normalmente nos casos em que não se tem uma vítima tal como no tráfico de drogas, ou por situações relatadas pelas supostas vítimas. Esse filtro é estabelecimento por vários critérios como a aparência da pessoa noticiante e do suspeito, o local onde o fato ocorreu, o “poder de queixa e [os] conhecimentos jurídicos”, a cooperação e a submissão do suspeito, além de critérios profissionais

²²⁶ BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: Uma análise internacional comparativa. p. 203 – 211.

²²⁷ *Ibid*, p. 92.

²²⁸ *Ibid*, p. 98.

tais como um profissional desleixado, preguiçoso e outro dedicado, sendo este último normalmente motivo de chacota do restante da equipe²²⁹, revelando assim a discricionariedade e a incidência das metarregras que envolvem a atividade policial. A polícia hoje teria a “complexa e contraditória” função de “controle de classes”, junto com a função de “controle social geral”, estando alguns grupos mais expostos à repressão policial ou mesmo esquecidos em razão de suas carências²³⁰.

Por isso, argumenta Pavarini, a “efetividade do sistema penal” está ameaçada não tanto pelo “excesso de criminalização primária”, mas pela “violação com respeito a uma esfera relativamente limitada de ilícitos, perante os quais o sistema de criminalização secundária está ‘constrangido’ a operar com critérios de elevadíssima seletividade.”²³¹

Nesse caminho as mídias de massa postulam um aumento da força policial e até mesmo o seu recrudescimento em face dessas condutas mais aparentemente praticadas e o fazem como se anunciassem a unanimidade da opinião pública, acreditando que esse comportamento repressivo policial contribui para a redução da criminalidade, quando isso pode não ser verdade, não somente em relação à realidade em si, mas em face dos dados estatísticos, nos quais embasam seus medos, e suas fontes, que não são capazes de demonstrar essa relação de eficiência, simplesmente porque eles apenas revelam as preferências do sistema penal.

Existe uma polícia de prevenção, função que é atribuída à polícia militar, e uma polícia de investigação do fato registrado, que é exercida pela polícia civil, ou também chamada de polícia judiciária. Porém é constante a confusão entre prevenção, investigação e repressão. Para Albrecht, a polícia não está mais vinculada a essas atividades preventivas ou investigativas, ela passa a ter uma competência ilimitada, o que gera grandes custos aos direitos civis de cada cidadão que se torna objeto de investigação, daqueles que figuram nas estatísticas penais e para as vítimas das políticas de controle social²³². Além disso, essa polícia multifuncional é autorizada a “agir, independentemente de conformidade à Justiça do procedimento de investigação jurídico-penal” podendo desconsiderar certas regras

²²⁹ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma fundamentação para o Direito Penal. p. 282 – 283.

²³⁰ REINER, Robert. La policía y la actividad policiaca. In: MAGUIRE, Mike. MORGAN, Rod. REINER, Robert. **Manual de criminología**. p. 536 – 541.

²³¹ PAVARINI, Massimo. **Un arte abyecto**. p. 223.

²³² ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma fundamentação para o Direito Penal. p. 269.

procedimentais de investigação de fatos potencialmente criminais, construindo-se um processo penal secreto²³³.

Como nos lembra Nilo Batista, se a função da polícia é proteger as pessoas e seu patrimônio, e se essa tarefa deva ser executada com a maior eficiência possível, “não existe uma *solução policial* para a questão da criminalidade”²³⁴.

Em um estudo sobre segurança pública são apresentadas três hipóteses como possíveis para explicar o fenômeno da degradação da segurança pública no Brasil: “a falta de recursos”; a falta de tecnologias e métodos de prevenção e controle do crime; e por fim a falta de interesse em modificar a questão, pois ações efetivas implicariam a perda de status de determinados grupos sociais. A falta de recursos envolveria a ausência de investimentos na contratação de mais policiais e aparatos policiais, o que por si só não é capaz de explicar a realidade brasileira. A ausência de tecnologias e métodos igualmente não é possível de ser um argumento plausível, pois existem experiências bem-sucedidas em outros países. Logo haveria a necessidade de se romper com esses privilégios e de se tratar a questão de segurança como de ordem socioeconômica²³⁵.

No entanto, o debate sobre segurança pública não olha para a realidade, sendo apenas um discurso retórico e politizado que constrói mitos sobre o tema, os quais constituem barreiras a uma discussão preocupada e comprometida. Esses mitos são tomados como verdades e, aceitos pela sociedade, legitimam a ação das autoridades²³⁶. São eles:

- “segurança pública é caso de polícia”;
- “é preciso uma polícia dura, os direitos humanos deveriam existir apenas para cidadãos de bem”;
- “o problema é social, a polícia só pode enxugar gelo”;
- “a questão é muito complexa, depende de toda a sociedade, e os governos pouco ou nada podem fazer”;
- “o problema é meramente de falta de recursos; com mais dinheiro os problemas serão resolvidos”;
- “com mais viaturas e policiais resolveremos o problema”;
- “com o crescimento econômico o problema será resolvido”²³⁷.

²³³ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma fundamentação para o Direito Penal. p. 271.

²³⁴ BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 173.

²³⁵ CERQUEIRA, Daniel. LOBÃO, Waldir. CARVALHO, Alexandre. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da. BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Org). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 141 – 142.

²³⁶ *Ibid*, p. 143.

²³⁷ *Ibid*, id.

Como se verifica os mitos da segurança pública são retratados pelas reportagens da campanha *Paz sem voz é medo*, que repetem a crença de que a polícia é capaz de resolver a questão da segurança, juntamente com mais investimentos e maior repressividade. Como veremos ainda, reproduz-se o mito de que é necessário o envolvimento da população para resolver a questão e que a questão social é o entrave para a segurança pública.

2.1.2 A guerra ao crime e o estado de exceção

O mito de que uma polícia dura é eficaz para combater a criminalidade foi constantemente difundido pela mídia de massa e especialmente demonstrado na produção do filme *Tropa de Elite I e II*, no qual se retratou a polícia especializada do Rio de Janeiro, conhecida como BOPE – Batalhão de Operações Especiais, e suas incursões nas favelas. O resultado do filme foi a aclamação do chavão: *bandido bom, é bandido morto* pela sociedade em geral, bem como a criação em outros estados desse batalhão especializado, como ocorreu no Paraná.

Essa polícia dura tem muitas vezes licença para matar em nome da guerra contra o crime e da paz social, sendo essas mortes retratadas nos noticiários somente quando se erra o alvo, ou seja, quando se atinge uma mãe, ou um pai de família, considerados cidadãos de bem. Quando se mata um morador da favela o noticiário diz que um “bandido” foi morto, como se matar “bandidos” fosse uma prática autorizada, não tendo essas notícias grande repercussão porque a sociedade não se choca mais com a morte dessas não pessoas, pois esse corpo figura apenas como um número nas estatísticas sobre homicídios.

Legalmente a retirada da vida de quem é retratado como inimigo somente poderia ocorrer em situação de guerra, inimigo este que ficou retratado no primeiro capítulo no caso brasileiro como sendo o traficante e o criminoso que residem nas periferias e que são marginalizados. Agora é preciso problematizar a questão da guerra como um elemento presente na política de segurança pública.

Inimigo não seria um adversário privado, mas o inimigo público²³⁸, por isso a necessidade de se retratar esses marginalizados como uma ameaça à segurança pública, para poder declará-los inimigos, contra os quais é necessário que o Estado faça a guerra. Ocorre que o estado tem travado uma guerra interna contra aqueles que supostamente violam a lei praticando condutas tidas como ilícitas, tomados como não cidadãos, ou seja, inimigos, e persegue-os insistentemente por meio das agências penais de controle social.

Contra aqueles que são tomados como inimigos e contra os quais se declara a guerra o Estado retira-lhes a condição de cidadão, o que tem como consequência a desnecessidade de se observar o ordenamento jurídico vigente naquele estado, pois o inimigo está fora desta proteção.

Assim não se aplica o direito penal do cidadão, legal-constitucional, no tratamento desses inimigos, nem podem ter validade tais regras nesses espaços onde vivem os inimigos, admitindo-se contra eles o uso da violência oficial letal. Esses espaços de atuação da violência oficial formam campos de concentração onde não existe o Estado, isto é, são estados de exceção.

Os estados de exceção são regularmente aplicados em períodos de crise política, durante a qual o Soberano teria o poder de tomar decisões políticas e não jurídicas, portanto, “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal.”²³⁹.

O estado de exceção é de difícil definição e quem procurou formular conceitos mais precisos foi Giorgio Agamben, afirmando que este pode ser verificado durante o período de guerra civil, insurreição e resistência, e esse momento se situa diante de uma “zona de indecidibilidade”²⁴⁰, ou seja, são respostas políticas, e não jurídicas, dadas aos conflitos, hoje retratados como sociais.

A política de segurança pública retrata fielmente a ideia da implementação do estado de exceção, pois se instala uma guerra civil legal, por meio da qual é possível eliminar os adversários políticos e pessoas do povo não integrantes, por qualquer razão, desse sistema político, sob a bandeira da defesa da própria lei, ou seja, para defendê-la é preciso deixar de aplicá-la,

²³⁸ SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Trad. Alvaro L. M. Valls. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p. 36 e 55.

²³⁹ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 12.

²⁴⁰ *Ibid*, p. 12.

É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento de uma norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção...²⁴¹

Portanto, o estado de exceção passou a ser adotado inclusive nas atuais democracias contemporâneas e transformou a estrutura e o sentido de diversas instituições estatais como a polícia, que hoje funciona como o ator principal da execução dessa política. O estado de exceção é hoje um “patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”²⁴².

Esse estado de exceção teve origem na tradição democrático-revolucionária e, no aspecto jurídico, é caracterizado pela sua suspensão combinada com a plenitude originária do poder soberano. Assim, a partir do momento em que o estado de exceção vira a regra ele se apresenta mais como técnica de governo do que medida excepcional, deixando transparecer sua “natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica.”²⁴³

A implementação desse estado de exceção, ou a declaração de que determinado sujeito já não é cidadão, mas inimigo, e que a ele já não pertence mais a assistência da lei e do Estado, permitindo o uso da violência para sua neutralização e eliminação física, torna esse sujeito e seus espaços vitais “vida nua”, pois assume a condição de *homo-sacer*, ou seja, torna-se uma vida matável²⁴⁴, autorizando assim a intervenção letal da polícia no controle desses inimigos.

O uso da violência policial tem, no entanto, o efeito de desvalorizar a profissão e o profissional econômica e socialmente, uma vez que a autorização para matar “suprimiu as condições de necessidade, legitimidade e legalidade para o uso da violência policial”²⁴⁵.

Nesse contexto, se a eficiência policial se contabilizar pelo número de presos assume-se que a função da polícia é punir, e não prevenir ou combater o crime como paira no discurso policialesco-midiático. Porém, se a eficiência policial for pautada pela política do estado de exceção, ela será equacionada pelas taxas de homicídios dolosos, assumindo que a polícia tem a função neste caso de eliminar o

²⁴¹ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. p. 49.

²⁴² *Ibid*, p. 13.

²⁴³ *Ibid*, p. 18.

²⁴⁴ AGAMBEN, Giorgio. **Homo-sacer: o poder soberano e a vida-nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 79.

²⁴⁵ CERQUEIRA, Daniel. LOBÃO, Waldir. CARVALHO, Alexandre. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. p. 171.

inimigo, seja de forma ativa, que contabilizaria como mortes em confronto ou atos de resistência, seja de forma omissiva, deixando os marginalizados em sua guerra particular se matarem.

2.1.3 A teoria das janelas quebradas

A repressividade penal exercida pelo aparelho policial igualmente tem sido influenciada pela adoção das políticas de *lei e ordem*, da década de 1970, e de *tolerância zero*, da década de 1990, importadas dos Estados Unidos, as quais têm servido de base para a estruturação das políticas de segurança pública brasileiras.

Esse movimento de *lei e ordem* surgiu nos Estados Unidos como resposta aos conflitos raciais que ocorriam nos guetos das grandes metrópoles. O estado, que era “caritativo”²⁴⁶, passou a ser repressivo na medida em que condicionou a ajuda estatal ao cumprimento de condições de ordem moral, burocrática e até humilhante, bem como expandiu o aprisionamento²⁴⁷.

O movimento de *lei e ordem* foi uma verdadeira volta aos tempos da caça às bruxas, pois: instituiu a perseguição aos pobres; incentivou a criminalização primária, inflacionando o sistema penal de leis repressoras criminais esparsas; causou o endurecimento das penas e restringiu os direitos e as garantias do cidadão, colocando-se a venda através dos meios de comunicação de massa, fazendo propaganda das medidas repressivas como remédio para os males sociais.

Wacquant argumenta que a política da *tolerância zero* serviu para orientar a gestão policial e judiciária no sentido de contenção da “pobreza que incomoda”, “que causa desordem no espaço público”, servindo essa política para aumentar a sensação de insegurança da sociedade e de incômodo em relação a essa pobreza, propagando-se esses fundamentos, juntamente com a “retórica militar da ‘guerra’ ao

²⁴⁶ Também chamado de semi-Estado-providência, tinha programas voltados ao contingente populacional pobre (SILVEIRA, Sylvio Lourenço da FI. Neoliberalismo, mídia e movimento de lei e ordem: rumo ao Estado de Polícia. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 11, nº 15/16, p. 333 – 344, Rio de Janeiro, 1º e 2º semestres de 2007, p. 348.)

²⁴⁷ *Ibid*, id.

crime e da ‘reconquista’ do espaço público” com grande velocidade para outras nações, amplamente utilizados com fins eleitoreiros²⁴⁸.

A política de *tolerância zero*, como parte do pacote *lei e ordem*, começou em Nova Iorque, sob a administração do prefeito Giuliani, e alastrou-se pelo mundo sob o slogan “em Nova York sabemos onde está o inimigo”. Como sugere a frase, lançou-se a campanha por identificar o inimigo que seria na expressão da *teoria das janelas quebradas* – teoria resgatada pelo movimento – aquele que produzisse uma lesão ou violasse uma regra, o desordeiro, ainda que incapaz de produzir qualquer dano, como quebrar uma janela.

Assim Keeling e Wilson, os principais mentores da *Broken Windows Theory*, acreditavam que a polícia estando nas ruas ajudaria a controlar os desordeiros tais como pichadores, mendigos, viciados, prostitutas, bêbados, e que controlando esses desordeiros, devolveriam a ordem e a tranquilidade para os cidadãos de bem aproveitarem seu bairro e se sentirem seguros. Segundo postulavam, a desordem e a criminalidade são indissociáveis, elas andam juntas, se a janela de um prédio for quebrada e não for logo reparada, as demais janelas em breve serão quebradas, nesse sentido as pequenas desordens se não forem punidas, logo darão ensejo ao aparecimento da criminalidade, especialmente violenta. Por isso a polícia deve ser como um guardião, que deve manter a ordem a salvo de ameaças restringindo a atuação desses indesejáveis²⁴⁹.

A punição se justifica porque parte desses pequenos atos o início da criminalidade, “(...) os pequenos delitos são a porta de entrada para os maiores (...)”. Tal ideia foi implementada sob a justificativa de moralizar as classes inferiores e garantir a qualidade de vida na cidade²⁵⁰, pois a função da polícia era justamente restringir o acesso dos pobres, chamados de *squeegee men*, aos espaços públicos, para frear o medo das classes média e alta. Os recursos utilizados para tanto consistiam na contratação de mais efetivo policial, a cobrança de resultados

²⁴⁸ WACQUANT, Loïc. **Prisões da miséria**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.30.

²⁴⁹ KELLING, Geroge L. WILSON, James K. Broken windows: the police and the neighborhoods safety. **Atlantic Magazin**, Março de 1982. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/print/1982/03/broken-windows/304465/>. Acesso em 18/12/2012.

²⁵⁰ MORETZSOHN, Sylvia. **Imprensa e criminologia** – o papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf>. Acesso em 19/06/2008. p. 21.

estatísticos e a implementação de tecnologias para vigilância e registro da ocorrência²⁵¹.

Estabelecendo-se uma lógica causal entre pequenas ações inoportunas e delitos graves, acreditando-se na ligação entre desordem e criminalidade, criam-se estereótipos de atos e pessoas indesejadas para que estas sejam restringidas pela força policial, propondo a punição pela punição, sem se questionar o que será feito com aqueles que estão sendo punidos²⁵².

Apesar das críticas em muitos lugares ainda se pensa em segurança pública de acordo com os postulados dessas teorias, e não é diferente no Paraná, em que o chefe da polícia civil declara em uma entrevista que:

Os pequenos delitos são a escola do criminoso. São esses delitos que superlotam as centrais do 190 e as delegacias. A experiência do programa “Tolerância Zero” de Nova York, na década de 1990, usou a teoria dos pequenos delitos. Combatendo os delitos menores, os maiores desaparecem naturalmente. A maior parte dos grandes delitos precisa, para o seu desenvolvimento, de um campo fertilizado pelo pequeno delito, uma polícia superassoberbada e uma sensação de desorganização social.

Teremos o “Tolerância Zero” no Paraná?

A nossa proposta não é essa. O “Tolerância Zero” é considerado o programa da intolerância total. Qualquer pequeno desvio de conduta, a polícia prende. Nesse caso teríamos de ter um número muito maior de policiais e de penitenciárias também. A nossa proposta é a teoria das janelas quebradas, que propõe que pequenos problemas sejam tratados pela comunidade e pela polícia. Surgiu um problema, a comunidade se reúne com a polícia e resolve enquanto ele ainda é pequeno.²⁵³

A campanha *Paz sem voz é medo* igualmente parece defender a aplicação das teorias, pois em outra reportagem conta os benefícios dessas aplicações:

Algo está diferente no espírito da Rua Riachuelo. A tradicional via de comércio popular no Centro de Curitiba, que passou por um processo de revitalização entre 2009 e 2010, agora lucra com a melhoria estética. As novas fachadas, calçadas e luminárias revertem o processo de degradação e criaram um círculo virtuoso. Embelezada, a rua se mostrou atraente e algumas pessoas voltaram a tráfegar por ela. Ganhando movimento, intimidou a mendicância e a criminalidade.

Essa percepção da nova Riachuelo é resultado de uma estratégia de segurança que considera o ambiente urbano o instrumento mais eficiente na

²⁵¹ WACQUANT, Loïc. **Prisões da miséria**. p. 26.

²⁵² COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. CARVALHO, Edwar Rocha de. Teoria das janelas quebradas: e se a pedra vem de dentro? **Revista de estudos criminais**, ano 3, 2003, n.11, p. 23 – 29, Porto Alegre: Notadez/PUCRS/ITEC.

²⁵³ RIBEIRO, Diego. “Policial eficiente é aquele que está próximo da população”. Curitiba, **Gazeta do Povo**. 29 de novembro de 2011. Entrevista com Roberson Bondaruk. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1197200&tit=Policial-eficien... Acesso em 17/12/2012.

prevenção a delitos. **Os defensores dessa forma de atuação apontam que um local em desordem será necessariamente um foco de criminalidade. Quando bem cuidado, entretanto, tende a reprimir o crime de ocasião, independentemente de um policiamento ostensivo. A vigilância é social.**

Em 1982, o cientista político James Q. Wilson e o psicólogo criminologista George Kelling, ambos norte-americanos, publicaram um estudo que pela primeira vez estabelecia essa relação causal. O trabalho da dupla ficou conhecido como a “Teoria das Janelas Quebradas”, uma referência ao exemplo usado por eles.

Se alguém quebra uma janela e o vidro não é substituído, argumentam, outras pessoas que passam pelo local podem se sentir à vontade para fazer o mesmo, já que o ato de vandalismo parece não produzir qualquer reação imediata. O sentimento de anarquia se espalha epidemicamente pelo bairro, criando uma espiral de degradação. **Nesse espaço sem controle, um assaltante se sentirá seguro para agir, pois ninguém parece ter condições de impedir, ou mesmo se importar, com problemas relacionados à manutenção da ordem.**

“Ninguém vai construir uma casa limpa ao lado de um barraco. Da mesma forma, quando as pessoas entram em um metrô limpo, se sentem menos propensas a jogar papel no chão”, ilustra Marcos Antônio Amaro, coronel da reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro e autor do livro *Arquitetura contra o Crime*.

O metrô, inclusive, foi o ponto de partida para um dos casos mais bem sucedidos de reversão de criminalidade. A política de Tolerância Zero, implementada em Nova York entre o final dos anos 80 e o início dos 90, teve como embrião a “retomada” do sistema de transporte subterrâneo, então decrépito. Pichações eram limpas assim que os trens chegavam à estação final e furadores de catraca foram detidos em massa pela polícia à paisana. Descobria-se, logo depois, que alguns deles eram conhecidos assaltantes com atuação no metrô.

Sucesso

Em um artigo jurídico, o promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul Daniel Sperb Rubin analisa o sucesso da estratégia. **“Atacando o problema do não pagamento das passagens, estava-se prevenindo a desordem e também que elementos criminosos entrassem no sistema subterrâneo de trânsito. Depois de um tempo, os desordeiros e criminosos começaram a deixar suas armas em casa. Menos armas, menos roubos, menos assaltos, menos assassinatos, menos vítimas. Começava-se a demonstrar, na prática, a relação entre desordem e criminalidade no interior do metrô”, correlaciona.**

Consertar a “janela” deve ser prioridade

A aplicação da Teoria das Janelas Quebradas exige uma inversão de prioridades por parte do trabalho policial. **Os pequenos delitos passam a ser a principal preocupação, e se tornam o perfil de crime em que as respostas precisam ser mais rápidas e eficientes.** É uma escolha oposta à estratégia de prioridades presente na maioria das polícias do Brasil, que direciona esforços para os crimes mais graves.

“Todo grande criminoso começou realizando pequenos delitos”, aponta o comandante geral da Polícia Militar do Paraná, Roberson Luiz Bondaruk, autor do livro *A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano*. “Uma área de abandono é uma janela quebrada. Para consertá-la, é preciso combater as mazelas que criam os problemas sociais, trabalhando na base do problema”.

Bondaruk situa as Unidades do Paraná Seguro (UPS) como um programa em que essa estratégia é adotada. “O policial inserido na comunidade detecta o que está gerando o crime. Todo criminoso sempre faz uma

análise do ambiente, e não age caso não encontre condições mínimas de segurança para si”, argumenta. (...) ²⁵⁴

Apesar do discurso convincente, nenhuma pesquisa conseguiu comprovar a ligação entre o controle da desordem e a redução das taxas de criminalidade. Em Nova York foi o aumento do número de policiais, da vigilância e repressão exercida sobre a população deserdada que reduziu as taxas da criminalidade ²⁵⁵. E aqui é justamente o que se propõe: o aumento da vigilância e da repressão penal pelo aumento do número efetivo de policiais, bem como o uso de recursos tecnológicos para vigilância, como o uso de câmeras de monitoramento, que se vende como solução para a criminalidade paranaense.

A campanha menciona a aquisição de mais câmeras de monitoramento que estão sob os cuidados da Guarda Municipal. A maioria delas está no centro da cidade, mas agora os bairros receberão a colocação dessas câmeras. A Guarda Municipal tem nas suas regionais o monitoramento, mas a central fica na Praça Ozório. Integram também a equipe de monitoramento um policial federal, um agente de trânsito e um agente de urbanismo. A reportagem entrevista o inspetor da Guarda Municipal, que diz acreditar que as câmeras de monitoramento inibem a ação de criminosos, que a primeira maior ocorrência é de tráfico e a segunda de pichação, havendo uma grande diferença no número de ocorrências 126 tráfico e 17 pichação ²⁵⁶.

Acreditar no discurso das janelas quebradas ou da tolerância zero é acreditar em uma mentira que apenas renova o caráter militar repressor da polícia, ou se acredita que o assassino vai para outra cidade quando vê que a grama de um terreno está sempre cortada, ou que os espaços públicos estão revitalizados, ou se acredita que só existem traficantes nas favelas. Acreditar que a segurança pública atingirá bons resultados contratando mais policiais é reduzir o tema da diferença de classes, da desigualdade social e da marginalização à sensação de insegurança como um produto midiático e político.

²⁵⁴ TAVARES, Osny. Antídoto social contra a falta de segurança. Curitiba, **Gazeta do Povo**. 23 de maio de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1257714&tit=Antidoto-soci... Acesso em 17/12/2012 (Sem grifos no original).

²⁵⁵ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. p. 436 – 437.

²⁵⁶ SCOZ, Mariana. Curitiba terá mais 26 câmeras de segurança. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 11.

2.1.4 Policiamento Comunitário

A teoria das janelas quebradas teve como inspiração o policiamento comunitário, que colocou policiais na rua para fazer o patrulhamento a pé. A presença dos policiais deixou os moradores daquela localidade se sentindo mais seguros, ainda que não tenha tido resultados positivos quanto aos índices de criminalidade, apesar de muitos policiais não concordarem com essa forma de trabalho por diversos motivos. Os policiais, brancos, costumavam caminhar por lugares da cidade esquecidos e abordavam aqueles que eram considerados irregulares, principalmente negros, justificando seu modo de agir sob o manto de proporcionar o bem-estar para a população²⁵⁷.

O Brasil importou tanto a política da Tolerância Zero quanto a teoria das janelas quebradas, sendo apresentadas por muitos políticos e secretários de Segurança Pública como a solução para a redução dos índices de criminalidade. Veja-se que a gestão aqui é tecnocrática, avaliam-se apenas as estatísticas criminais naquele determinado local, não guardando relação com a criminalidade real, que pode ser afastada, ou mesmo maquiada nos índices apresentados. Nesse sentido muitos governos têm postulado uma gestão tecnocrática da segurança pública, fazendo menção apenas aos números criminais, não se preocupando com a realidade.

Os próprios defensores da teoria das Janelas Quebradas, no início do seu artigo salientam que essa política, ainda que posteriormente Nova York tenha apresentado estatisticamente a redução da criminalidade, não tem relação direta com os índices de criminalidade e sim, com a sensação de segurança da população.

Essa lógica punitiva abre caminho para a ideologia da segurança cidadã, pautada justamente na gestão do medo como mercadoria, pois o medo tem grande influência na qualidade de vida e modifica a atitude da “comunidade em relação aos seus dirigentes” conforme exposto no primeiro capítulo, pois é o medo que legitima a “função repressiva e faz aumentar os recursos outorgados à polícia”²⁵⁸ da qual se

²⁵⁷ KELLING, Geroge L. WILSON, James K. Broken windows: the police and the neighborhoods safety. p. 1 – 3.

²⁵⁸ CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da Libertação**. p. 250 – 251.

cobram resultados compreendidos como mais prisões, mais apreensões, elevação da taxa de elucidação de delitos e contraditoriamente redução da criminalidade²⁵⁹.

No que toca à polícia comunitária, cabe a ela participar da prevenção ao crime, ou seja, evitar que essas condutas ocorram, de sorte que essa prevenção se dá, no caso do Paraná, nos termos da teoria das janelas quebradas, pois tradicionalmente a polícia somente irá agir quando chamada, ou seja, originalmente a mentalidade policial é reativa e não preventiva.

Segundo Aguiar Serra e Zaccone, o policiamento comunitário apresenta algumas características:

1. Fonte de autoridade: além da lei e profissionalismo, acrescenta o aspecto político, particularmente referente ao apoio comunitário.
2. Função: prioriza a prevenção do crime através da metodologia da resolução de problemas; não abandona o controle do crime.
3. Planejamento organizacional: utiliza estratégias descentralizadas, forças-tarefa ou modelo matricial e outras técnicas advindas das concepções modernas de administração.
4. Relacionamento com o ambiente: consultas à população; atenção às preocupações da comunidade, sem desprezar os valores da lei e do profissionalismo.
5. Demandas: são oriundas das análises dos problemas que afetam as comunidades.
6. Táticas e tecnologia: policiamento ostensivo a pé, solução de problemas e outras que possam servir de solução para a prevenção do crime.
7. Resultados: qualidade de vida e satisfação dos cidadãos²⁶⁰.

A polícia comunitária é a polícia que faz a ronda a pé, a polícia que está em constante contato com a população do local policiado, porém alguns autores dizem que a polícia de ronda tem apenas o objetivo de se infiltrar na comunidade para obter informações mais precisas sobre a criminalidade²⁶¹. E o que se verifica é que, mesmo que a ideia de polícia comunitária seja de uma polícia desmilitarizada, as raízes históricas e a formação policial ainda não estão ajustadas a esse padrão preventivo e sim, ao da guerra ao crime praticando atrocidades em seu nome.

A ideia do policiamento comunitário retornou ao discurso da segurança pública brasileira quando se viu no Rio de Janeiro a implantação das UPP – Unidades de Policiamento Pacificadoras, inspirada no modelo de policiamento

²⁵⁹ ZACCONE, Orlando. SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Guerra é paz: os paradoxos da política de segurança de confronto humanitário. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org). **Paz Armada**. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 24.

²⁶⁰ *Ibid*, p. 41 – 42.

²⁶¹ REINER, Robert. **A política da polícia**. Trad. Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 123.

praticado em Bogotá, capital da Colômbia, que busca, após uma intervenção maciça da polícia especializada do BOPE em conjunto com o Exército, espantar ou matar os bandidos traficantes de drogas, estabelecer unidades de polícia nas favelas e implantando policiais com o objetivo de se aproximarem dos moradores, buscando uma relação de proximidade com a comunidade.

Uma reportagem veiculada na segunda semana da campanha *Paz sem voz é medo* fala sobre a implantação das UPPs. A notícia começa dizendo que a paz foi levada para o morro munida de fuzil – o que é um contrassenso – mas que agora policiais treinados para utilizar mais as palavras do que as armas vão trabalhar nas UPPs, propondo a adoção desse exemplo em outras cidades, mesmo que não tenham morros. Afirma a repórter que foi pessoalmente para o Rio de Janeiro acompanhar essa realidade que o modelo da UPP é baseado na experiência colombiana de combate à criminalidade que deu certo no início, mas que agora já está desgastada. Quanto aos lugares em que serão instaladas as UPPs, a reportagem menciona que os critérios para essa definição não são públicos, mas que pelo que se viu até o momento está sendo priorizado “o cinturão próximo aos principais pontos turísticos e aeroportos da cidade, com vistas a garantir segurança para a realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016.”²⁶²

As UPPs têm as seguintes características:

- presença maciça de policiais
- base operacional na comunidade
- policiais novatos e comandantes jovens
- formação humanista
- prioridade para a mediação de conflitos
- integração com a comunidade
- tratamento cordial
- patrulhamento constante a pé²⁶³

As críticas do jornal a esse modelo de policiamento são de que ele permite a fuga de criminoso, porém essa é realmente a intenção do trabalho policial, pois se acredita que desalojando o criminoso do seu local original isso permite um combate favorável à polícia por deixar o grupo desestabilizado. Outra crítica é que existem mais de 1000 comunidades em situação de violência, porém há a previsão de implantação de apenas 160 UPPs. Além de que se a implantação da UPP deve vir

²⁶² BREMBATTI, Katia. Polícia troca arma pela conversa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4-5.

²⁶³ *Ibid*, id.

acompanhada dos serviços estatais como de água, luz e urbanização, pois a população tem medo que, superado esse momento, a realidade da comunidade volte a ser precária da atenção estatal²⁶⁴.

Além desse deslocamento da criminalidade, o policiamento de proximidade não dá certo enquanto o policial acreditar que todo favelado é bandido e a população que todo policial é corrupto e truculento, segundo o comandante de uma das UPPs. O cientista político André Rodrigues, ouvido pela reportagem, diz que esse modelo de UPP não é policiamento comunitário porque não tem a participação da sociedade "... o modelo é imposto e não discutido". Ele ressalta que não acredita na reprodução do modelo da UPP para outros estados. Outro especialista, João Trajano, pesquisador do Laboratório de Análise de Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, diz que não se identificou o fator redutor da criminalidade e não se pode associá-lo às UPPs porque esse índice já estava em baixa antes delas²⁶⁵.

Mais do que uma proposta eficaz, a UPP é uma grife²⁶⁶, pois está relacionada à busca de uma imagem do bem-estar e da segurança cidadã, a qual está sendo comprada por vários estados brasileiros, ainda que se tenham uma realidade bastante diversa e que esse modelo tenha falhado na Colômbia, como exposto na própria reportagem.

Em recente entrevista ao *Le monde diplomatique Brasil* o coronel da Polícia Militar que encabeçou o projeto das UPPs admite que as unidades de pacificação estão sendo instaladas nas áreas próximas aos eventos da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos:

O coronel Robson Rodrigues, da Polícia Militar do Rio, uma das cabeças pensantes do projeto de pacificação, reconhece de bom grado: "Realmente são as Olimpíadas que ditam nossa escolha. Eu diria até que, sem esse evento, a pacificação nunca teria acontecido"²⁶⁷.

A localização dessa polícia de pacificação nas áreas estratégicas que ajudarão a formar um cinturão de proteção para o acontecimento dos Jogos

²⁶⁴ BREMBATTI, Katia. Polícia troca arma pela conversa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4-5.

²⁶⁵ *Ibid*, id.

²⁶⁶ *Ibid*, id.

²⁶⁷ VIGNA, Anne. UPP: o poder simplesmente mudou de mãos? **Le monde diplomatique Brasil**, 07 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/artigo.php?id=1328>. Acesso em: 11/01/2013.

Olímpicos e da Copa do Mundo aprofunda as diferenças sociais e a segregação socioespacial²⁶⁸ na cidade, além de promover mais violência.

Vera Malaguti Batista argumenta que a cidade do Rio de Janeiro fora transformada em commodities que estão à venda, tal como uma “cidade-empresa” a ser comercializada na “bolsa de imagens urbanas”, tanto é assim que houve uma crescente valorização imobiliária na região, além de encarecimento dos serviços públicos, o que tem causado um processo de migração dos moradores da região para outras áreas com menor custo de vida²⁶⁹.

2.1.4.1 UPS – Unidade Paraná Seguro

O Estado do Paraná foi um dos que comprou a imagem da UPP, e apesar de no início da campanha *Paz sem voz é medo* o governador ter negado a implantação da UPP, talvez por isso as reportagens apresentassem alguma crítica a essa política, como colocado na reportagem acima mencionada, em março de 2012, com toda a repercussão midiática que se deu sobre o Rio de Janeiro, o governo do Paraná resolve adotar medidas similares e implanta a UPS – Unidade Paraná Seguro, afinal de contas Curitiba também será uma das cidades sede da Copa do Mundo de 2014.

Mesmo antes de o Governador anunciar a instalação das UPS, o Secretario de Segurança Pública do governo já se mostrava entusiasmado com a ideia, chegando a declarar que o Paraná precisava de algo semelhante, que o Paraná podia ter a sua própria UPPar²⁷⁰, ao passo que a campanha passou a reduzir as críticas às UPPs.

Na primeira reportagem sobre o tema, conforme apresentado, foi dito que o projeto colombiano estava desgastado, no entanto em setembro é realizada uma entrevista com o sociólogo e ex-secretário de segurança pública da cidade de Bogotá entre 1995 e 2003, Hugo Acero Velásquez, que relata o projeto e a

²⁶⁸ BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org). **Paz Armada**. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 58.

²⁶⁹ *Ibid*, p. 97 – 98.

²⁷⁰ BREMBATTI, Katia. Estado pode criar suas próprias “UPPar”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1º de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 6.

experiência estatística na redução das taxas de homicídios, detalhe: a notícia não menciona qualquer desgaste nesta política. Segundo o entrevistado, a cidade de Bogotá tinha elevadas taxas de criminalidade e a segurança pública passou a ser vista não mais como uma questão policial, mas como uma questão de bem-estar, investindo na construção de escolas, postos de saúde, área de lazer, na coleta de lixo e na iluminação pública, restringiu o consumo de bebida alcoólica e o porte de armas, passou a atuar na resolução de conflitos familiares e a dar apoio a jovens envolvidos com drogas e gangues, bem como para indigentes e “desprezados” que vinham do interior. Em outra ponta foi investido no fortalecimento policial com novos equipamentos, treinamento e inteligência sem aumentar o efetivo²⁷¹.

Bogotá tinha 16 áreas violentas. Nelas foram feitos estudos preliminares para verificar quem era o líder e quais as necessidades daquela comunidade, traçando um diagnóstico do local e, a partir do diagnóstico, elaborado um plano de ação. Em meses a área tinha segurança e os serviços de que necessitava. Além disso, um módulo policial era colocado no local para atender rapidamente às demandas da comunidade como mediador de conflitos. A taxa de assassinatos baixou em 71%, de 80 mortes por 100 mil habitantes para 20 a 25 mortes por 100 mil habitantes desde 2003²⁷².

É por esses números que o Estado, tanto do RJ como do PR, têm investido nesse modelo, com uma diferença, o Rio de Janeiro conseguiu a pacificação por meio do exército e das forças especiais do BOPE, retomando o território dos “chefes do morro” para depois implantar uma unidade permanente de “polícia comunitária”, prometendo um porvir com serviços básicos à população que até agora resultam apenas na construção de um elevador e um bondinho no morro do Cantagalo²⁷³, por exemplo.

No PR o primeiro bairro a receber a UPPar foi o Uberaba, apesar de a campanha *Paz sem voz é medo* ter adotado o CIC, o que dava aparência de que seria esse o primeiro bairro a receber o “policiamento comunitário”, segundo o secretário de Segurança Pública do Paraná as razões são técnicas(?)²⁷⁴.

²⁷¹ DEUS, Sergio Luis. Justiça social contra o crime. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 10.

²⁷² *Ibid*, id.

²⁷³ NOBRE, Ana Luiza. Guerra e paz. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org). **Paz Armada**. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 11 – 12.

²⁷⁴ LEITÓLES, Fernanda. TAVARES, Osny. Unidade Paraná Seguro é instalada na região do Uberaba. **Gazeta do Povo**, Curitiba 1º de março de 2012. Disponível em:

Na primeira reportagem sobre a UPS no Uberaba ressalta-se que a UPS é inspirada na UPP, do Rio de Janeiro, mas que em Curitiba a ocupação será realizada sem o apoio do exército, que somente atuariam na implantação as polícias militar e civil. Outras unidades serão implantadas nas áreas de risco que estão sendo mapeadas²⁷⁵, e como se a reportagem quisesse comprovar a eficiência da UPS ela noticia que

Três pessoas foram presas e 34 mandados de busca e apreensão foram ser cumpridos na região do Uberaba. Os malotes com os itens apreendidos foram encaminhados para o 7º. Distrito Policial. Não foi divulgado o que foi apreendido e nem o motivo da[s] prisões.²⁷⁶

Quanto aos serviços que serão ofertados à população local, destacou o secretário municipal de Planejamento e Gestão, Carlos Homero Giacomini: “Temos 20 equipamentos públicos naquela área, entre escolas, faróis do saber, unidades de saúde e outros serviços. A prefeitura não está ausente” (...) “Podemos agora ampliar a atividade nesses locais.”, bem como o secretário acredita que após a pacificação o setor privado irá investir na região²⁷⁷.

Ou seja, fica claro o atendimento ao setor privado da economia que precisa se expandir, o qual recebe apoio estatal, bem como que nada diferente será feito, nenhum serviço será aumentado, porque a região tem tudo o que é necessário, segundo o secretário, do que se conclui que a UPS no Paraná é apenas uma intervenção policial que tem como fim mapear os pontos de tráfico de drogas, colher informações, “Depois que os pontos de tráfico forem identificados, em um segundo momento, serão realizadas ações saneadoras, com a prisão dos envolvidos.”²⁷⁸

Quanto à avaliação dos moradores, as notícias sobre as UPSs dizem que a maioria aprovou, que não se sentem constrangidos com a presença policial, apesar de estarem sendo revistados quando entram e saem do bairro. No entanto, no

www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1229015&tit=Unidade-Para... Acesso em: 17/12/2012.

²⁷⁵ *Ibid*, id.

²⁷⁶ *Ibid*, id.

²⁷⁷ TAVARES, Osny. Governo promete ações sociais no Uberaba a partir de 4ªfeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba 03 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1229570&tit=Governo-pro... Acesso em: 17/12/2012.

²⁷⁸ LEITÓLES, Fernanda. TAVARES, Osny. Unidade Paraná Seguro é instalada na região do Uberaba. **Gazeta do Povo**, Curitiba 1º de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1229015&tit=Unidade-Para... Acesso em: 17/12/2012.

primeiro dia de UPS o pedreiro Ismael afirma ter sido agredido por policiais, conforme a reportagem comentada no primeiro capítulo²⁷⁹, porém, para não desgastar a imagem da polícia envolvida na “pacificação”, a polícia e a reportagem afirmaram que os policiais que estavam envolvidos não faziam parte da operação *Paraná mais seguro* e que foram punidos, como exposto anteriormente.

Assim, analisando os dois casos aqui comentados, da UPP no Rio de Janeiro, e da UPS no Paraná, é possível perceber que ambos têm um apelo para que o capital privado volte a investir nessas regiões e é com razão que Garland afirma: “O investimento na criminalidade e os dispositivos de segurança são, portanto, impostos cada vez mais por forças econômicas do que pela política pública”²⁸⁰ revelando a motivação dessa política de “pacificação”, que é o interesse econômico nos territórios escolhidos, os quais precisam inicialmente ser retomados pelo Estado.

2.1.4.2 “Participação Popular” para a Segurança Pública

Uma das bandeiras do policiamento comunitário é justamente a participação popular para conseguir a pacificação. Essa participação, segundo os fundamentos das UPPs e da própria ideia de policiamento comunitário, significa ouvir a comunidade, suas reivindicações e necessidades, bem como auxiliar na resolução dos conflitos locais com o fim de evitar que o crime ocorra. Como apresentado, essa também é uma bandeira da teoria das janelas quebradas.

Além dessa participação popular que seria uma participação no sentido de reivindicar melhorias, a participação popular para a segurança também envolve atitudes preventivas, para evitar a vitimização pelo crime como, por exemplo, não contar dinheiro na rua, ser discreto ao sair do banco, cuidar da bolsa em lugares públicos, não sair à noite, ou seja, atitudes que, conforme demonstrado no Capítulo

²⁷⁹ TAVARES, Osny. OAB denuncia PM por tortura. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1230463&tit=OAB-denunci... Acesso em: 17/12/2012.

²⁸⁰ GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. BOURDIEU, Pierre (Org.) *De L’Etat social al Etat penal. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro. Revan, ano 7, nº 11, 2002. p. 83.

I, passaram a ser tomadas pela população como reação ao medo e ao sentimento de insegurança.

Essa participação no sentido de prevenir-se é uma das publicizações que têm alimentado a indústria privada do controle do crime, conforme também já foi debatido. É a privatização da repressão criminal que estimula a expansão do mercado privado de segurança; mas não é só isso, é uma nova forma de controle da criminalidade à distância, com técnicas, objetivos, saber e aparelhos peculiares²⁸¹.

Como consequências práticas dessa nova estratégia de segurança pública, vê-se a extensão das políticas de contenção para além dos órgãos repressivos estatais, elas se dirigem à própria população, às vítimas para que se defendam, defendam pontos de vulnerabilidade, melhorem a segurança em pontos de criminalidade, colocando dessa forma uma nova estratégia de responsabilização dos indivíduos ao delegar a responsabilidade para a sua proteção²⁸².

A nova forma de administrar a criminalidade volta-se também a organizações não governamentais que buscam a sua prevenção, seria a estratégia da responsabilização desses órgãos pelo governo central, que atua apenas de forma indireta, é o que se chama de “manutenção da ordem comunitária”²⁸³.

Essa responsabilização da população pode ser vista no discurso midiático quando se menciona que, além de colocar mais policiais e uma unidade permanente de policiamento na comunidade, é preciso que a população se sinta integrada com a sua comunidade e queira participar, pois há um grande desinteresse das pessoas em participar ativamente.

Um órgão voltado à participação popular para a gestão da segurança é o Conseg – Conselho de Segurança, que é formado por cidadãos de uma comunidade específica e tem por finalidade facilitar a conversa entre comunidade e poder público. Porém no Paraná, segundo a pesquisa apresentada pela campanha *Paz sem voz é medo*, quatro a cada dez cidades tem Conseg, Curitiba tem trinta e quatro enquanto São José dos Pinhais que é um município menor, tem trinta e dois Consegs²⁸⁴.

²⁸¹ GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. p. 83.

²⁸² *Ibid*, p. 80.

²⁸³ *Ibid*, id.

²⁸⁴ KÖNIG, Mauri. 60% das cidades do PR não tem Conseg. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 de outubro de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1176635&tit=60-das-cidad... Acesso em 17/12/2012.

Esses Consegs cumprem igualmente a função de controle social, pois atuariam como o primeiro órgão a buscar uma limitação da criminalidade exercendo atividades de supervisão e controle sobre essa comunidade, normalmente formado por pessoas de bem, aposentados, ex-policiais e mulheres de família²⁸⁵.

Como ocorria em Theresienstadt – cidade de assentamento de judeus que se transformou em campo de concentração na Tchecoslováquia para abrigar judeus a caminho de Auschwitz – e em outros campos de concentração, um conselho de anciãos judeus governavam e decidiam sobre a vida e a morte de seus pares²⁸⁶. Similar a essa organização, os conselhos de segurança da comunidade buscam controlar e administrar a segurança dessas comunidades, sendo legitimados por supostamente representarem a opinião daquela maioria, quando eles próprios são segregados e futuras vítimas desse sistema repressivo penal.

A biopolítica fica muito clara nessa tentativa de participação popular, atuante como mapeadora das vidas-nuas. Uma reportagem da campanha que busca promover a questão da participação popular comenta sobre implantação de uma iniciativa do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do Ministério da Justiça – chamada Mulheres da Paz que busca capacitar voluntárias para atuarem no cadastro de família com jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade nas comunidades de Borda do Campo e Grande Guatupê, na cidade de São José dos Pinhais. Junto com essas mulheres atuaram cerca de 30 mediadores de conflitos no projeto Justiça Comunitária. Somente as famílias que aceitassem a ajuda é que receberiam as voluntárias para orientação. Os conceitos que estavam sendo trabalhados são ética, cidadania e direitos humanos. Além do *voluntárias da paz* um outro projeto do PRONASCI daria uma bolsa para jovens que serão capacitados com o objetivo de transformar os moradores da comunidade em multiplicadores dos conceitos de cidadania e direitos humanos²⁸⁷.

O PRONASCI é o Programa do Ministério da Justiça que iria investir 6,707 bilhões acreditando na articulação de políticas de segurança com ações sociais. No

²⁸⁵ DELMAS-MARTY, Mireille. **Os grandes sistemas de política criminal**. Trad. Denise Radanovic Vieira. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 270.

²⁸⁶ PASSETTI, Edson. Governamentalidade e violências. **Currículo sem fronteiras**, v.11, n.1, p.46, jan/jun 2011. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.

²⁸⁷ WALTRICK, Rafael. Voluntárias reunidas pela paz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 12.

Paraná 17 municípios recebem alguma ação²⁸⁸. O PRONASCI tem como linhas principais:

- Valorização dos profissionais de segurança pública;
- Reestruturação do sistema penitenciário;
- Combate à corrupção policial;
- Envolvimento comunitário na prevenção da violência²⁸⁹.

Muito similar ao programa de segurança pública do Paraná, o PRONASCI também busca a participação popular tal como nos princípios do policiamento comunitário e do funcionamento das UPPs e UPSs. Em princípio, parece interessante essa forma de participação popular, porém ela somente será efetiva quando realmente forem ouvidas as necessidades das pessoas na comunidade e a partir do momento em que essa participação for emancipatória dessa condição marginalizada.

Do contrário, a participação popular ficará reduzida a uma política de autossegurança que busca inclusive a imobilidade daqueles moradores desses territórios.

2.1.5 Denúncias, cifra oculta e o boletim de ocorrência eletrônico

Algumas reportagens da campanha *Paz sem voz é medo* apresentam uma grande preocupação com o fato de que nem todos os crimes são registrados oficialmente, ou seja, a vítima do crime não se dirige aos órgãos competentes para registrar a ocorrência do crime, de sorte que não se tem uma visão a respeito da totalidade de crimes cometidos.

A preocupação fica estampada na reportagem “A cada quatro crimes, um B.O.”²⁹⁰ que apresenta pesquisas sobre a chamada cifra negra ou cifra oculta da criminalidade. O instituto Paraná Pesquisas entrevistou 1.505 pessoas no Paraná, das quais 20% diz ter sido vítima de furtos e roubos. Desses 20%, 76% não

²⁸⁸ WALTRICK, Rafael. Voluntárias reunidas pela paz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 12.

²⁸⁹ *Ibid*, id.

²⁹⁰ RIBEIRO, Diego. PERES, Aline. A cada quatro crimes, um B.O. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 6.

registrou boletim de ocorrência em Curitiba, ao passo que no interior do estado, 81,5% diz não ter registrado o B.O.

A cifra oculta, portanto, é justamente a diferença entre as estatísticas criminais registradas oficialmente e as condutas criminais que realmente acontecem, é a “defasagem entre a criminalidade real (...) e a criminalidade estatística”.²⁹¹

Muitos criminólogos tentaram por diversas fórmulas calcular essa diferença sem conseguir chegar a um número preciso, porém concluindo que essas cifras são altas. Desde 1982 por meio da *British Crime Survey*, os investigadores ingleses demonstraram que somente uma pouca quantidade de situações ganha contornos criminais e é oficialmente registrada²⁹². Demonstraram ainda que se deve desconfiar das estatísticas que apontam os homens e jovens provenientes dos baixos estratos sociais e com problemas sociais, psicológicos ou psiquiátricos como criminosos, pois em estudo aprofundado é possível revelar que todas as classes sociais e pessoas de todas as idades cometem crimes²⁹³.

Portanto, o que fica evidente é que o sistema penal não é igualitário e sim seletivo. Conforme já salientara Hulsman, a cifra oculta afeta a própria ontologia do crime porque ele não é interpretado pela sociedade e pelos próprios encarregados do sistema de justiça criminal como se fosse crime, uma vez que nem todos os fatos são levados ao conhecimento da autoridade competente e prosseguem sendo denunciados e condenados. Dos fatos que são registrados, nem todos têm prosseguimento e terminam com a condenação de um responsável²⁹⁴.

Em outra reportagem publicada no dia 12 de setembro de 2011 fica claro ainda que a cifra oculta percorre todo o caminho que um delito deveria seguir para ser solucionado, pois não se revela apenas na ausência de notificação da vítima à polícia, mas também no caminho entre polícia, Ministério Público e Poder Judiciário.

A reportagem fala do lançamento da meta 2 pelo Conselho Nacional do Ministério Público, como consequência da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), para que os Inquéritos Policiais até 2007 fossem resolvidos. Especialmente no Paraná apenas 7,2% dos Inquéritos Policiais são

²⁹¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de Segurança Jurídica** – Do controle da violência à violência do controle penal. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 261 – 262.

²⁹² MAGUIRE, Mike. Estadísticas, pautas y tendencias de la delincuencia: cambios en las percepciones y sus implicaciones. In: MAGUIRE, Mike. MORGAN, Rod. REINER, Robert. **Manual de criminología**. p. 74.

²⁹³ *Ibid*, p. 75-76.

²⁹⁴ HULSMAN, Louk. CELIS, Jaqueline Bernat de. **Penas Perdidas. O sistema penal em questão**. p.65-66.

concluídos, segundo a reportagem. A ideia dessa estratégia era investigar e punir, porém ocorreu que a maioria foi arquivada: “87% dos 531 casos analisados foram arquivados e em apenas 9% alguém foi denunciado.”²⁹⁵

Sergio Adorno, pesquisador do núcleo de violência da USP e autoridade ouvida sobre o assunto na reportagem, fez uma pesquisa empírica no Estado de São Paulo com os inquéritos policiais, nos anos de 1991 a 1997, e concluiu que entre 20 e 40% dos homicídios levados ao conhecimento da polícia viram inquérito, e as vítimas são moradores de bairros pobres e favelas. Pôde verificar ainda nessa pesquisa que somente os Inquéritos Policiais que têm autoria definida é que são investigados²⁹⁶.

É possível perceber que há variação da cifra oculta dependendo do tipo de crime de que se está tratando, furto, roubo ou homicídio. Crimes violentos têm uma menor taxa de cifra oculta inicial, ou seja, de o fato ser comunicado à polícia pela vítima, ao passo que crimes como homicídios têm uma taxa reduzida de cifra oculta no início, mas posteriormente no caminho do sistema penal essa cifra se iguala aos demais casos.

Ademais, é possível perceber analisando as estatísticas oficiais que o sistema penal seleciona determinadas condutas como a criminalidade de rua, pessoas como aquelas das baixas classes sociais e lugares como os marginalizados para constarem dessas estatísticas, criando a falsa sensação de que o crime está relacionado a esses fatores.

As razões que levam uma vítima a não registrar a ocorrência de um crime são, segundo a campanha *Paz sem voz é medo*, além do péssimo atendimento e a burocracia, a falta de respeito e de desinteresse demonstrado pelo agente ao receber uma queixa de crime, conforme materializa a reportagem com o depoimento de uma vítima:

“Dê graças a Deus que você está viva”. Foi com essa frase que um policial atendeu, em maio deste ano, a funcionária de uma escola de Curitiba, Rosane, 32 anos, ao chegar à delegacia. Ela havia acabado de sofrer um assalto seguido de tentativa de homicídio quando esperava o ônibus no bairro Campo Comprido.

²⁹⁵ AZEVEDO, Gabriel. Apenas 10% dos inquéritos são concluídos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1168137&tit=Apenas-10-dos-inqueritos-sao-concluidos>. Acesso em 15/12/2011.

²⁹⁶ *Ibid*, id.

Além do trauma físico e psicológico, a funcionária convive até hoje com a sensação de que fazer o Boletim de Ocorrência (B.O.) não tem a mínima importância quando não há interesse da polícia em investigar.²⁹⁷

De sorte que a percepção da sociedade quanto à seletividade do sistema penal é evidente, sem porém muitas vezes ter consciência do porquê de tais escolhas e de que forma age tal seletividade.

O delegado geral de polícia é ouvido na reportagem sobre o tema e pede para que a população faça o registro para ajudar no planejamento de ações, diz que assim a polícia vai atrás dos casos e que o caso por vezes se resolve com a prisão do bandido²⁹⁸.

Sem entrar no mérito de que a resolução de um caso penal não se daria com a prisão cautelar, ainda que esse seja um dos critérios de efetividade policial, uma vez que esta tem formalmente o caráter de exceção, o delegado geral, contradizendo a lógica formal de funcionamento seletivo do sistema penal, pede à população que denuncie, não para que o fato seja investigado, mas porque, sendo parte da estatística criminal, o fato poderá orientar políticas de segurança pública.

A seletividade discricionária atua também no caminho percorrido pela denúncia entre a delegacia, o Ministério Público e o Judiciário, conforme reportagem do dia 15 de setembro intitulada “Polícia investiga só sete a cada 100 boletins de ocorrência no PR”:

Números estatísticos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) comprovam uma percepção comum entre a população. A maioria dos crimes registrados não é efetivamente investigada pela polícia no Paraná. Entre 2006 e 2010, apenas 6,7% dos boletins de ocorrência (B.O.s) computados no estado resultaram em inquérito policial – o equivalente a 296 mil em um universo de 4,4 milhões de queixas. O motivo do problema já é conhecido: faltam policiais civis para dar vazão à demanda por investigação.

Nem todo boletim de ocorrência tem a obrigação de virar inquérito policial. Em média, 30% dos B.O.s correspondem a extravios de documentos e objetos eletrônicos, que não configuram crimes. Mesmo assim, sobram, nesses cinco anos, 3 milhões de boletins que, em tese, deveriam ter recebido a atenção da polícia. “Sabemos que o número de inquéritos instaurados não é o ideal. Mas nem todo B.O. obrigatoriamente vira inquérito. É necessário que se tenha a configuração de crime”, explica o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César.²⁹⁹

²⁹⁷ RIBEIRO, Diego. PERES, Aline. A cada quatro crimes, um B.O. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 6.

²⁹⁸ *Ibid*, id.

²⁹⁹ ANTONELLI, Diego. Polícia investiga só 7 em cada 100 boletins de ocorrência no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 5.

A justificativa apresentada para que a investigação não tenha prosseguimento, além de que nem todos os crimes noticiados têm o caráter de ilícito e, portanto não deveriam ter prosseguimento, é que o número de policiais não é suficiente para realizar a investigação.

As palavras da professora Vera Regina Pereira de Andrade explicam bem esse fenômeno:

Visível se torna, nesta perspectiva, como a criminalidade estatística não é, em absoluto, um retrato da criminalidade real, mas o resultado de um complexo processo de refração existindo entre ambas um profundo defasamento não apenas quantitativo, mas também aqui qualitativo. Pois o “efeito-de-funil ou a “mortalidade de casos criminais” operada ao longo do corredor da delinqüência, isto é, no interior do sistema penal, resulta da ampla margem de discricionariedade seletiva dos agentes de controle.³⁰⁰

Essa criminalidade estatística é o que Nilo Batista chama de criminalização, porque é a seletividade do sistema penal que a escolhe³⁰¹, ou seja, é uma criminalização criada pela seletividade do sistema penal que figura como uma criminalidade oficial.

Pensando em reduzir parcialmente essa cifra oculta, como uma resposta política às reivindicações midiáticas, fora lançada – como parte do programa de segurança pública do Estado do Paraná, chamado Paraná Seguro – a delegacia virtual, destinada a registrar ocorrências de perdas e(ou) furtos de documentos, carros, aparelhos eletrônicos e o desaparecimento de pessoas. A delegacia virtual no seu primeiro dia recebeu 160 boletins de ocorrência eletrônico³⁰² e no final de quatro meses mais de 300 mil chamados que incluíam, além dos comunicados de furtos, denúncias³⁰³.

Faz parte de toda a campanha do jornal, especialmente quando observado o nome da campanha, que o objetivo é ter voz para denunciar e reivindicar o que se

³⁰⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. **A ilusão de Segurança Jurídica** – Do controle da violência à violência do controle penal. p. 263.

³⁰¹ *Apud* BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 22.

³⁰² MILAN, Polianna. B.O. virtual atende 160 no 1º dia. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1164891&tit=BO-virtual-atende-160-no-1-dia>. Acesso em 14/12/2012.

³⁰³ MILAN, Polianna. Delegacia Eletrônica do Paraná recebeu 30 mil solicitações em 4 meses. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1207879&tit=Delegacia-Elet.... Acesso em 17/12/2012.

entende por necessário para garantir assim a segurança e ter a paz, como forma de participação popular na construção desses ideais.

Porém, uma vez revelado que a quantidade de crimes é muito superior àquela registrada pelas estatísticas oficiais se cria a falsa impressão de que existem muitos crimes sendo praticados, que a criminalidade vem crescendo e se alastrando quando o que ocorreu ao longo do tempo foi a facilitação do registro dessas ocorrências como salienta Mike Maguire, pois nos anos 60 se percebeu um crescimento das cifras oficiais de delinquência, mas esse fato se deu porque se facilitou o registro com o aumento do efetivo policial, a instalação de telefones nas casas, o aumento dos seguros contra roubos que exigiam o registro oficial para indenizar e a desintegração das comunidades que resolviam antes entre si essas situações de delinquência³⁰⁴.

Agora com o advento tecnológico da informática maior do que nos anos 50, torna-se possível o registro de ocorrências com facilidade. E este registro é que dá fundamento e justificativa às políticas de segurança pública, por essa razão é que se incluiu como uma das linhas da campanha a necessidade de registro das ocorrências antes não registradas.

2.2 A EXPANSÃO DO CONTROLE PENAL

O Estado responde à dificuldade de controle da criminalidade, que se dá pela racionalidade administrativa e criatividade organizacional, com um braço político armado, como uma forma histórica de negação da criminalidade, impondo penas severas. O governo do estado se resume apenas ao poder de punir, desconectando-se das ideologias de solidariedade³⁰⁵.

Essa excessiva punição é chamada de política punitiva de *lei e ordem*, que se alimenta do medo e da manipulação dos símbolos do poder estatal. A demonstração de força estatal pela imposição de penas severas contra o indivíduo revela a sua incapacidade de controlar o crime e promover a segurança da

³⁰⁴ MAGUIRE, Mike. Estadísticas, pautas y tendencias de la delincuencia: cambios en las percepciones y sus implicaciones. p. 102.

³⁰⁵ GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. p. 84 – 85.

população. A atuação dessa forma dá uma resposta rápida, ilusão de que se está tomando uma atitude, e ainda provoca uma adesão na população³⁰⁶.

Essa política nos países com diferenças sociais e raciais marcantes está gerando um encarceramento em massa, além dos demais efeitos já comentados. A neutralização pelo encarceramento de uma maioria tem sido utilizada como técnica de governo para gestão da miséria, além da marginalização em certos pontos geográficos da cidade. Assim, se as favelas e comunidades marginalizadas foram comparadas aos campos de concentração, a penitenciária pode ser vista como o campo de extermínio, pois são aqueles no campo de concentração que aguardam sua vaga no sistema penitenciário.

A prisão de *Pelican Bay*, na Califórnia, é um exemplo em que fica visível essa função de neutralização, como uma morte simbólica do sujeito para a sociedade. Os internos não mantêm contato com ninguém, vivem sob o regime de isolamento, numa cela em que não tem janela, sendo a comida passada ao interno por uma portinhola a que somente o carcereiro tem acesso, o qual se comunica com o interno por autofalantes. “Se não fosse pelo fato de que os prisioneiros ainda comem e defecam, as celas poderiam ser tidas como caixões.”³⁰⁷

A pena somente passou a gerência do estado no sec. XVIII como um limite ao horizonte de projeção do direito penal, pois até esse período os conflitos em sua maioria eram resolvidos pela vingança privada. A pena era tida no sentido de vingança e também associada à ideia de dor. Zaffaroni afirma, no entanto, que é necessário distinguir outras formas de coerção³⁰⁸. É preciso pensar a pena como objeto de conhecimento do saber penal limitada pela legislação manifesta, latente e eventualmente penal. A legislação penal atribui uma função à pena, que sempre é explícita na prática de um bem para alguém. Mas para cada função declarada se tem uma função manifesta, real, sendo que cada uma dessas funções orienta uma forma de apreender o direito penal, sendo mais difundida a função simbólica³⁰⁹.

A função simbólica da pena refletida no direito penal é representada pela crença de que quanto maior o encerramento, menor a quantidade de crimes e de

³⁰⁶ GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. p. 85.

³⁰⁷ BAUMAN, Zigmund. **Globalização**: as consequências humanas. p. 116.

³⁰⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raul. SLOKAR, Alejandro. ALAGIA, Alejandro. **Derecho Penal**: Parte General. 2ª ed. Buenos Aires: EDIAR Sociedad Anónima Editora, 2002. p. 40.

³⁰⁹ *Ibid*, p. 40 – 41.

vítimas; é a crença no poder punitivo do Estado pela limitação da liberdade como forma de controle da criminalidade.

A crença no poder punitivo estatal tem como órgão executivo primário a polícia, e Zaffaroni utiliza a figura policial para conceituar e diferenciar o estado de polícia e o estado de direito. Polícia seria compreendida como exercício de administração, de governo, portanto o estado de polícia é aquele regido pelas decisões de governo, no qual a sua decisão é lei³¹⁰, onde se tem uma justiça substancialista – o que é bom é ditado por quem está no poder –, transpersonalista – segrega a sociedade em certos grupos rotulados – e paternalista – que se propõe a castigar para ensinar e a proteger a sociedade de si mesma³¹¹.

O estado de direito se estabelece no lado oposto, seria o estado no qual as decisões são tomadas pela maioria, a qual tem a administração do governo e toma decisões segundo o que consideram melhor e respeitando as minorias, tem uma justiça procedimental e personalista – que distribui a justiça de forma igualitária – constituindo-se em um estado fraterno³¹².

Esses são modelos ideais que, na realidade, coexistem de formas opostas, conflitiva, pois sempre que se tem um “poder político institucionalizado em forma de estado (...) como ingredientes que se combinam através de medidas diversas e de modo instável e dinâmico”, esses poderes buscam um equilíbrio mediante o conflito³¹³.

Nessa disputa entre eles, há duas tendências: de conservar e reforçar o poder vertical, colocando os indivíduos em seus lugares por meio de uma hierarquização tal que a sua observância não causaria conflito, e outra que procura horizontalizar o poder, tentando resolver os conflitos por meio da paz social, com soluções que contentem ambas as partes³¹⁴.

O poder punitivo é um estado de polícia dentro do estado de direito uma vez que seleciona os mais vulneráveis, reproduz os antagonismos sociais, tem reforço bélico, bem como adota um modelo de sociedade vertical disciplinar. Assim com a declaração de suas funções manifestas e dissimulação do exercício desse poder

³¹⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Et all. Derecho Penal: Parte General*. p. 41.

³¹¹ *Ibid*, p. 42 – 43.

³¹² *Ibid*, id.

³¹³ *Ibid*, p. 45.

³¹⁴ *Ibid*, id.

punitivo, o estado de polícia se legitima em especial pela afirmação das funções positivas da pena³¹⁵.

O imaginário popular acredita que o poder punitivo é capaz de rever situações de ofensa ao bem jurídico, segundo Zaffaroni um erro talvez pela confusão entre coerção direta e pena³¹⁶.

Verificar-se-á que a confusão entre coerção direta e pena é o ardil do estado de polícia para acabar com o estado de direito, adotado desde a consolidação do poder punitivo nos primeiros séculos do segundo milênio, e que se reitera em cada renovação argumentativa da emergência: a inquisição é a conversão de todo o poder punitivo em coerção direta.³¹⁷

O estado de polícia cria um ilusionismo de emergência e de risco elevado a “mal cósmico” que transforma ideologicamente o “exercício de poder punitivo *ex post* fato em poder de coerção direta *in facto*”, ou seja, na iminência de ocorrer³¹⁸ suplantando o estado de direito em prol do estado de polícia.

Essa contradição entre os Estado de Direito e o Estado de Polícia é uma guerra que sacrifica os direitos fundamentais dos cidadãos por “acreditar” na pena como solução política. Zaffaroni e Tobias Barreto relacionam a pena e a guerra justamente porque ambas não se justificam juridicamente, mas pela política³¹⁹, tanto é que Barreto provoca o leitor afirmando que: “Quem procura o fundamento jurídico da pena deve também procurar, se é que já não encontrou, o fundamento jurídico da guerra”³²⁰ e “Onde há guerra não pode haver direito”³²¹.

2.2.1 A criminalização seletiva e o discurso da impunidade

Em um interessante estudo sobre os EUA e o grande encarceramento que teve início nos anos 50, foi possível verificar que a maior parte das pessoas presas

³¹⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Et al. Derecho Penal: Parte General*. p. 46.

³¹⁶ *Ibid*, p. 50.

³¹⁷ *Ibid*, id.

³¹⁸ *Ibid*, p. 50 – 51.

³¹⁹ *Ibid*, p. 52.

³²⁰ BARRETO, Tobias. **Obras Completas V Direito: Menores e Loucos e fundamentos do direito de punir**. Sergipe: EGE Editora, 1926. p. 151.

³²¹ BATISTA, Nilo. Ainda há tempo de salvar as forças armadas da cilada da militarização da segurança pública. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org). **Paz Armada**. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 51.

era negra. Na década de 1990 esse índice aumentou vertiginosamente. Especialmente em 93 o número de encarcerados nos EUA era cinco vezes maior que os demais países da OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico integrada pela Europa, Canadá, EUA e Japão – e 20 vezes maior se levada em consideração a população afrodescendente. Isso aparece para a população como sendo o resultado de um aparente crescimento da criminalidade, e não como resultado de uma política pública repressiva, de intolerância e também como uma forma de controlar o mercado e as taxas de desemprego, pois o encarcerado é excluído dessas estatísticas³²².

Se observado o índice de violência dos EUA, verificar-se-á que é igual ao dos demais países, mas os norte-americanos punem mais furtos e delitos envolvidos com drogas, estabelecendo penas mais longas e severas. Constatase, portanto, que “É a guerra contra o crime e a droga, e não o crescimento da criminalidade, o grande responsável pela especular expansão do sistema penal americano.”³²³

Outro fator que se acredita leve a uma política de encarceramento em massa é o encarceramento como uma forma de desemprego oculto, de controle do desemprego. O sistema penal é utilizado para aumentar “a desigualdade étnica face ao desemprego”, pois em havendo mais negros na prisão, menor será o índice de afro-americanos desempregados. As estatísticas dos jovens negros sem diploma encarcerados ou à procura de empregos revelam altos índices; comparando-os aos dados relativos à população de brancos a diferença fica em torno de 8 pontos percentuais; se comparado ao mercado europeu, o índice de desemprego nos EUA é muito maior em relação às duas últimas décadas³²⁴.

O encarceramento leva também à perda da qualificação profissional, perda das relações sociais que possibilitam o emprego, bem como estigmatizam o ex-detento com determinados tipos de comportamentos “disfuncionais”, permitindo-lhes exercer atividade profissional em empregos que exigem baixa qualificação e baixos salários, ou mesmo retirando-lhes a oportunidade de trabalho após à prisão³²⁵.

O que se verificou nos últimos tempos fora, portanto, um encarceramento em massa. Numa visão interessante sobre o número de encarcerados no mundo,

³²² WESTER, Bruce. BECKETT, Katherine. HARDING, David. Sistema penal e mercado de trabalho nos Estados Unidos. In: BOURDIEU, Pierre (Org.) *De L'Etat social al Etat penal. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro. Revan, ano 7, nº 11, 2002. p. 43.

³²³ *Ibid*, p. 46.

³²⁴ *Ibid*, p. 47 – 48.

³²⁵ *Ibid*, p. 49 – 51.

inspirada na obra de Van Gogh a *Ronda dos Presos*, Pavarini afirma que se toda a população mundial que teve uma experiência com o cárcere desse as mãos, formariam uma longa fila capaz de dar quase duas voltas ao mundo na altura da linha do Equador³²⁶.

Nesse mesmo artigo Pavarini esclarece que as teorias utilizadas para explicar esse encarceramento, tal como o aumento da criminalidade, a guerra às drogas ou o aumento da repressividade das agências de controle social, por si só não são capazes de explicar o aumento da criminalidade, nem mesmo se combinadas, pois até agora não foi possível estabelecer uma relação direta entre elas e as taxas de encarceramento, ainda que seja efetiva a contribuição de cada um desses fatores³²⁷. Pavarini cita que entre as mais recentes teorias que buscam explicar esse fenômeno estaria a de que o fato de encarcerar os perigosos seria uma tentativa de constituir uma sociedade pautada pelos novos valores morais neoliberais, como se fosse uma espécie de “cruzada moral”. Claro, porém, que essas explicações ainda precisam de maiores estudos³²⁸.

No Brasil não é diferente a realidade do encarceramento em massa, bem como se verificam mais negros e pardos presos do que brancos. Segundo os dados do DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional de junho de 2012, o Brasil tem uma população carcerária de 549.577 (quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e sete) presos, sendo 288,14 (duzentos e oitenta e oito vírgula quatorze) presos por 100 mil habitantes. Desses, a maioria é constituída por homens entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, com o ensino fundamental incompleto condenados a uma pena superior a 8 (oito) anos. São 291.733 (duzentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e três) presos negros e pardos e 172.369 (cento e setenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove) presos brancos. O crime que encarcera mais é o tráfico de entorpecentes e em seguida o roubo qualificado³²⁹.

Uma especial realidade marca o sistema de encarceramento no Paraná, pois se tem utilizado, além do aprisionamento em massa – o Paraná tinha em julho de 2012 uma taxa de encarceramento de 339,86 presos por 100 mil habitantes – a

³²⁶ PAVARINI, Massimo. O encarceramento de massa. In: BATISTA, Vera Malaguti. ABRAMOVAY, Pedro Vieira (Orgs). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 295.

³²⁷ *Ibid*, p. 302 – 306.

³²⁸ *Ibid*, p. 308 – 309.

³²⁹ Dados do DEPEN, disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em 17/12/2012.

prisão provisória nas carceragens das delegacias para abrigar muitos presos que aguardam uma sentença, ou mesmo que já foram condenados, mas aguardam uma vaga no sistema penitenciário.

Segundo a campanha *Paz sem voz é medo*, o Paraná tem a maior população carcerária em delegacias do país, são 16.462 presos custodiados em cadeias do estado cuidadas pela Polícia Civil – dados de abril de 2011 – onde caberiam no máximo 6.117 presos. Ainda 3,5 mil presos já condenados continuam presos em delegacias. O quadro é ainda pior no interior, que tem o maior número de delegacias do estado, são 303 de 561 delegacias, onde também o número de policiais é menor. As causas da superlotação seriam a deficiência da assistência jurídica e o deficit de 5.311 vagas no sistema penitenciário³³⁰.

A “solução” apresentada seria passar a custódia de presos para a SEJU – Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, que prometeu aumentar o número de vagas no sistema penitenciário construindo uma nova penitenciária e expandindo as existentes e liberar os policiais para realizarem o trabalho de investigação que lhe compete³³¹.

Segundo a reportagem ainda, a superlotação das cadeias favorece as fugas, rebeliões e compromete o trabalho dos policiais, além de que a superlotação torna a cela um local de disseminação de doenças e da própria criminalidade, uma vez que não se separam os criminosos condenados dos provisórios transformando as cadeias em escolas do crime³³².

Apesar de se constatar que o quadro do encarceramento no Brasil e no Paraná é caótico, a campanha reproduz o discurso da impunidade, especialmente nas reportagens que pediam mais denúncias aos quais os delegados e secretários prometiam mais prisões. Como pode haver tanta impunidade como apresentado pela campanha nas entrelinhas do que já foi exposto e ainda assim o Brasil ser o 4º no ranking do encarceramento mundial?

Segundo o Delegado Geral da Polícia Civil do atual governo paranaense, entrevistado pela Campanha *Paz sem voz é medo*, a impunidade, além das questões sociais, é uma das causas da criminalidade:

³³⁰ WALTRICK, Rafael. Paraná tem a maior população de presos em delegacias do país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8.

³³¹ *Ibid*, id.

³³² *Ibid*, id.

Qual o maior problema da segurança pública?

Pela falência do sistema penitenciário, o que se visualiza hoje no país é a criação de mecanismos para que o cidadão responda sempre pelo crime em liberdade. Evita-se até o último instante a prisão. Esse caminho é totalmente errado. A grande causa da criminalidade, além dos problemas sociais, é a falta de punição. Cidadão que comete o crime tem que ir preso – mas em um local adequado, para que possa ser ressocializado. É preciso ter penas severas e que realmente sejam cumpridas. No Paraná, o problema é de pessoal, que agora está sendo restabelecido com contratações. Teria que haver pelo menos o dobro de efetivo. Hoje tenho 20% do efetivo recuperado devido ao programa Paraná Seguro, mas ainda não posso, pela situação de emergência pela qual passamos, nem mesmo colocá-los na escola de polícia para fazer curso³³³.

Retornamos à crença na pena como a panaceia da sociedade moderna que sofre com o grande mal da criminalidade e da insegurança; na crença de que o sistema de justiça criminal age igualmente criminalizando cada um que deve ser responsável pelos seus atos; retornamos à crença do Estado paternalista que precisa proteger cada cidadão de si próprio; que o crime é o mal e a sociedade o bem, reificando a crença nas funções declaradas da pena que reproduzem as *every days theory*, quando várias informações e estudos demonstram que o sistema penal age de forma seletiva para atender a fins políticos e econômicos.

2.2.2 A retribuição, neutralização e o sucateamento do sistema prisional

Historicamente as raízes cristãs da sociedade e a repetição por diversas civilizações da lei de talião fazem acreditar que a pena é a retribuição ao sujeito do mal causado por ele à sociedade, sendo necessária para realizar a justiça ou restabelecer o Direito, lembrando os suplícios da inquisição se vista a pena como expiação ou remetendo à vingança privada se vista como compensatória. No sentido normativo, a retribuição pode ser ainda compreendida como a violação ao imperativo categórico conduta à qual se aplica uma pena³³⁴.

³³³ RIBEIRO, Diego. Falta de punição e problemas sociais são as causas da criminalidade. Gazeta do Povo, Curitiba, 05 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1199366&tit=Falta-de-punicao-e-problemas-sociais-sao-as-causas-da-criminalidade>. Acesso em 17/12/2012. (Grifo no original).

³³⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral**. 4ª ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010. p. 421 – 422.

A crítica tem por objeto a natureza expiatória ou compensatória da pena como um ato de fé, não democrático nem científico, pois está baseado no mito da liberdade, pressuposto de muitas teorias da culpabilidade, o qual, porém, é um critério indemonstrável, tanto é que as teorias modernas veem a culpabilidade hoje não como expressão da liberdade de vontade, mas como critério limitador da pena que garante o indivíduo em face do poder estatal de punir³³⁵.

No entanto, mais recente entendimento sobre o direito penal do inimigo de Jakobs deixa transparecer que a pena deveria ser utilizada como uma ferramenta não apenas de retribuição e dor, mas de neutralização do contingente de “criminosos” selecionados, inimigos e perigosos-indesejados, para a garantia das condições “normais aceitáveis” de convivência com um mínimo de segurança cidadã, mantendo preso a quem comete delitos.

As prisões hoje são verdadeiros depósitos de não pessoas. Talvez por isso se veja no Brasil a falência do sistema carcerário, que cumpre fielmente o princípio do *less eligibility*, ou seja, o sistema carcerário oferece uma condição pior que a comparada com a do mercado informal, com o objetivo de evitar com que esses trabalhadores informais prefiram ser encarcerados a trabalhar, podendo assim ser submetidos ao modelo econômico produtivo que Wacquant chama de *workfare*, pelo qual o Estado obriga as pessoas a trabalharem em subempregos³³⁶, sendo que essa fórmula produz uma ameaça constante e repressiva sobre a classe operária para diminuir as condições de trabalho e seus salários, aumentando os níveis de exploração e produção³³⁷.

No Brasil, por exemplo, o trabalhador que é despedido não recebe mais o seguro desemprego sem antes tentar se alocar em uma nova vaga de trabalho. Se ele não se submeter às exigências do mercado, ele não recebe o seguro-desemprego, numa política muito similar a do *workfare*.

O descaso com o sistema penitenciário é evidenciado em uma reportagem da campanha que noticia o deficit de 170 mil vagas no sistema penitenciário brasileiro e que o dinheiro arrecadado pelo Funpen – Fundo Penitenciário não foi investido integralmente na construção de presídios ou programas para formação educacional de presos. Por esse motivo, o governo bloqueou 65,4% desses valores

³³⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral**.p. 423.

³³⁶ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos** [A onda punitiva]. p. 89.

³³⁷ GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. p. 60.

para gerar superavit primário e com isso aliviar as contas públicas. A reportagem faz menção à população carcerária brasileira que de 2006 a 2010 cresceu de 361.402 para 469.251 presos, o que representa um aumento de 37%, enquanto o sistema prisional cresceu apenas 19%. Segundo a Comissão, os custos para a construção de uma vaga no sistema penitenciário é de R\$ 40.000,00 e que esse valor precisa ser revisto. Segundo o assessor jurídico da Pastoral Carcerária Nacional, José de Jesus Filho, ouvido pela Campanha, a sociedade acredita que prisão seria a única resposta viável, reforçando o chavão de que “lugar de bandido é na cadeia”, desconsiderando as penas alternativas como solução³³⁸.

A cultura da pena retributiva está enraizada na sociedade e é reforçada pelos meios de comunicação social com uma função absoluta, que se basta em si mesma independente de seus efeitos sociais³³⁹.

2.2.3 A crença na pena como prevenção geral e especial

A teoria preventiva da pena se apresenta dirigida à sociedade, chamada, portanto, de preventivo-geral ou pode ser direcionada ao delinquente, sendo neste caso conhecida como preventiva-especial e conforme os efeitos que pretendem causar nestes podem ser chamadas de positivas ou negativas.

A função de prevenção geral negativa pretende dissuadir quem não delinuiu pelo medo de receber uma pena, nesse sentido assume uma função utilitária afastada de qualquer fundamento ético. Na base firmou-se uma lógica de mercado pressupondo no infrator um sujeito racional que maximiza o benefício esperado de sua conduta³⁴⁰.

A realidade carcerária, no entanto, demonstra que a pena recai sobre os vulneráveis, mas mesmo entre eles tem o caráter seletivo, o que estimula alguns que têm ganhos consideráveis agindo dessa maneira criminosa, não cumprindo a

³³⁸ WALTRICK, Rafael. Verba de presídios vira superávit. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4.

³³⁹ ROXIN, Claus. **Derecho penal**: Parte General Tomo I Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. Trad. PEÑA, Diego-Manuel Luzón *et al*. Espanha: Civitas, 2007. p. 82.

³⁴⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raul. SLOKAR, Alejandro. ALAGIA, Alejandro. **Derecho Penal**: Parte General. p. 57.

pena sua função de dissuasão³⁴¹. A pena como prevenção especial negativa é uma ilusão panpenalista que confunde o poder punitivo com dispositivos éticos e efeitos gerais do direito e trata o delinquente como inimigo da cultura e da moral do Estado. O caminho final é a pena de morte porque nunca se consegue dissuadir totalmente as pessoas e quanto mais crimes, mais as penas deveriam aumentar³⁴².

A função de prevenção geral positiva trata a criminalização como um valor simbólico de criação de consenso na confiança no sistema social em geral e no sistema penal em particular. Porém, quanto maiores os conflitos numa sociedade, mais injustiça estrutural, menos consenso, penas maiores para produzir o consenso (legítima discursos falsos daqueles que ocupam posições de poder). O poder punitivo ainda vai recair sobre os mais vulneráveis, além de causar um esvaziamento do jurídico por querer a proteção do sistema e não de bens jurídicos³⁴³.

A pena é imposta segundo essa função declarada somente para os delitos mais visíveis, inclusive insignificantes, sendo baseada no grau de confiabilidade das pessoas. Numa outra versão, essa função teria o papel de fortalecer valores ético-sociais representados por bens jurídicos. O problema é a corrupção das agências de controle e a atuação seletiva; o valor simbólico dos preceitos éticos, pois nem todo delito afeta valores ético-sociais básicos, bem como porque não há um único sistema de valores nas sociedades atuais ensejando uma ditadura ética do Estado. A lesividade é mitigada uma vez que nem sempre a ofensa a bens jurídicos demonstra a negação de valores éticos, assim autoriza em qualquer caso a aplicação de pena³⁴⁴.

Quanto à função de prevenção especial positiva, a pena teria a função de melhorar o sujeito, mas está comprovado hoje que a criminalização deteriora o criminalizado, que o sistema penitenciário é uma “escola do crime” efeito chamado de prisonização, o que auxilia na criação do estereótipo e na reprodução da criminalidade. É fundada na ideologia do re: ressocialização, reinserção,

³⁴¹ ZAFFARONI, Eugenio Raul. SLOKAR, Alejandro. ALAGIA, Alejandro. **Derecho Penal**: Parte General. p. 57.

³⁴² *Ibid*, p. 57 – 60.

³⁴³ *Ibid*, p. 60 – 62.

³⁴⁴ *Ibid*, p. 60 – 62.

reintegração³⁴⁵ que deveriam ser praticadas pelos ortopedistas morais junto aos detentos.

A pena seria um bem aplicado à pessoa para sanar sua inferioridade estando em consonância com o estado de policia paternalista, clínico ou moral, que substitui o estado de direito³⁴⁶.

Por fim, a função de prevenção especial negativa teria o condão de neutralizar os efeitos da inferioridade da pessoa criminalizada aplicando o mal da pena para a pessoa em face de um bem social da segurança. A mera neutralização não seria um conceito jurídico, também porque o conceito de pessoa não pode motivar a contenção física, por ofender seus direitos humanos³⁴⁷. No entanto, em se adotando o estado de exceção como orientação política e rotulando o criminoso como inimigo, ele se torna uma não pessoa, autorizando essa contenção por meio do cárcere para neutralizar os perigosos.

No sistema penal brasileiro, aplicam-se os efeitos declarados da pena de forma combinada, ele seria, portanto retributivo-preventivo. Mas cada uma dessas funções manifestas apresenta igualmente funções reais e a sua combinação não elimina essas funções latentes perversas sendo que tal reunião é conflitante e não legitimada por qualquer discurso filosófico ou científico. Por outro lado, a sua adoção é capaz de racionalizar qualquer punição pela escolha da teoria mais adequada ao caso concreto³⁴⁸.

2.2.4 As teorias críticas e a superação do discurso preventivo-retribucionista da pena pela crítica criminológica

As teorias críticas negam todos os postulados e crenças acima expostas rechaçando qualquer função declarada da pena nas legislações tanto internas quanto internacionais e que legitimam o poder punitivo estatal e a repressividade no âmbito do Direito Penal. Essa negativa se dá em face da avaliação da práxis

³⁴⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Et all. Derecho Penal*: Parte General. p. 62 – 63.

³⁴⁶ *Ibid*, p. 63.

³⁴⁷ *Ibid*, p. 64.

³⁴⁸ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*: Parte Geral. p. 428 – 429.

informativa de que essas funções não se realizam, mas outras que não são declaradas e não fazem parte do discurso oficial.

2.2.4.1 A teoria crítica da pena segundo Zaffaroni

Conforme ficou esclarecido nos tópicos anteriores, a teoria positiva da pena tem uma estrutura argumentativa que atribui uma função manifesta à pena que pautam a interpretação das leis penais. Assim, qualquer punição que não atenda a essa função seria arbitrária, bem como na medida em que a atender, a pena pode ser aplicada o quanto for necessário pelo Estado, que assume a titularidade de um direito penal subjetivo. Essa função, portanto, deveria ser, segundo Zaffaroni, um indicativo de limite da atuação das agências políticas quanto à utilização do estado de polícia. Como essas funções são múltiplas e contraditórias, o poder subjetivo de punir também o é, o que inviabiliza sua utilização como limite ao poder de polícia³⁴⁹.

Para superar esse panorama, Zaffaroni se propõe a construir uma teoria crítica da pena, a partir do fracasso das funções positivas sem, porém, legitimar o estado de polícia.

Segundo o autor, o poder punitivo não deve ser isolado das funções manifestas da pena uma vez que se concretiza com o sistema penal e a sua crítica, por sua vez, não pode estar desvinculada de uma pretensão de avanço da dignidade humana. Assim, propõe uma teoria da pena que realmente possa ser um limite à função punitiva do estado, mas sem considerar as funções positivas (falsas ou não-generalizáveis), buscando um limite jurídico³⁵⁰.

Esse conceito seria negativo porque desconsidera qualquer função manifesta da pena e porque é obtido por meios da exclusão, isto é, agnóstico quanto às funções da pena porque declara não as conhecer. Essa concepção negativa de pena também revela as instâncias de atuação do poder punitivo e em que medida ele seria ilícito, podendo pautar as decisões nos casos práticos³⁵¹.

A dificuldade de se construir uma teoria crítica da pena seria reduzi-la à explicação política, bem como pautar as decisões jurídicas em um poder que não

³⁴⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Et all. Derecho Penal*: Parte General. p. 44.

³⁵⁰ *Ibid*, p. 44 – 45.

³⁵¹ *Ibid*, p. 45 – 46 .

está completamente legitimado. O direito penal se presta, assim, a legitimizar as decisões judiciais e não as diversas formas de manifestação de poder, e tais decisões devem utilizar seu poder para afirmar o estado de direito³⁵².

As críticas que se podem apresentar a uma teoria negativa são de que ela seria contrária às legislações nacionais e internacionais; que seriam argumentos e exegese e não positivistas, pois a dogmática deve ser positivista; entre outros. Porém, o que Zaffaroni propõe é que se deve interpretar a norma conforme a realidade, pois é uma ideia recorrente que a prisão não recupera ninguém, que a lei não é capaz de produzir uma realidade, mas se deve buscar chegar ao mais próximo de realizar integralmente essa lei, devendo evitar que essa constatação acentue as características deteriorantes da prisão intervindo nos critérios jurídicos, bem como se deve oferecer possibilidade aos detentos de reduzir sua exposição ao poder punitivo³⁵³.

2.2.4.2 A teoria crítica da pena segundo Juarez Cirino dos Santos: por uma crítica materialista/dialética da pena criminal

Segundo Cirino dos Santos a pena deve ser observada no contexto específico das sociedades capitalistas que lhe atribuem a função de retribuição equivalente, a qual compõe os "... fundamentos *materiais e ideológicos* das sociedades fundadas na relação *capital/trabalho assalariado* porque existe como forma de *equivalência jurídica* fundada nas *relações de produção* das sociedades contemporâneas"³⁵⁴, buscando, assim, uma explicação materialista/dialética para a pena.

O materialismo histórico formulado por MARX no texto do *Prefácio da Contribuição à crítica da economia política* explica que o homem se submete às relações de produção contra sua vontade e essas relações, ou seja, a estrutura econômica da sociedade, constituem a base material da sociedade e desenvolve determinada consciência, chamada de superestrutura política e jurídica. "O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.

³⁵² ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Et all. Derecho Penal: Parte General*. p. 51 – 52.

³⁵³ *Ibid*, p. 54 – 55.

³⁵⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal: Parte Geral*. p. 436.

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina da sua consciência”³⁵⁵.

Segundo essa interpretação, o Direito e o Estado só podem ser compreendidos pelas relações da vida material da sociedade civil representada pela economia política. As relações de produção são a “base real sobre a qual se elevam *superestruturas* jurídicas e políticas” e sobre as quais se formulam “determinadas formas de consciência social”³⁵⁶.

Para haver transformação na sociedade, seria necessário que ocorressem mudanças nas condições econômicas de produção e alterações das formas ideológicas, políticas e jurídicas de resolução dos conflitos sociais. Nesse contexto, verificar-se-ia o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, abrindo um período histórico de revolução social³⁵⁷.

Citando vários autores vinculados à tradição materialista/dialética, Cirino dos Santos propõe que em todas as relações econômicas capitalistas a base é formada pelo princípio da *retribuição equivalente* como, por exemplo, trabalho equivalente ao salário; mercadoria equivalente ao preço. Assim, a responsabilidade penal também é calculada por essa fórmula retribuindo na forma de pena privativa de liberdade como medida equivalente ligada ao valor da mercadoria³⁵⁸, do tempo de produção da mercadoria o tempo do encarceramento.

Portanto, o valor de troca da pena criminal, comparada à da mercadoria, seria a retribuição equivalente enquanto o valor de uso da pena criminal existiria nas funções de prevenção geral e especial como funções utilitárias atribuídas pelo valor de troca, na medida tempo de liberdade suprimida³⁵⁹.

Assim, a função real da pena é a retribuição equivalente como valor de troca, e o valor de uso da pena, como prevenção especial e geral, apresenta funções declaradas ineficazes, mas, funções reais de manutenção dos valores da sociedade capitalista, garantindo a “*desigualdade* social e a *opressão* de classe do capitalismo”³⁶⁰.

³⁵⁵ MARX, Karl. 'Prefácio' à 'Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K. E ENGELS, F. *História* (org. Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. (col. Grandes Cientistas Sociais). p. 233.

³⁵⁶ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral**. p. 436.

³⁵⁷ *Ibid*, p. 437.

³⁵⁸ *Ibid*, p. 439 – 440.

³⁵⁹ *Ibid*, p. 440 – 441.

³⁶⁰ *Ibid*, p. 441.

2.2.4.3 Crítica Criminológica às funções declaradas da pena

A prevenção especial negativa, segundo a crítica criminológica, produz maior reincidência; influencia negativamente a vida real do prisioneiro; promove a máxima desintegração social deste; e a deformação psíquica e emocional com uma aparente disposição para uma carreira criminosa (*self fulfilling prophecy*). Essa função da pena, de neutralização, produz prognoses negativas, fundadas em indicadores sociais desfavoráveis, que justificam a criminalização e determinam o grau de periculosidade criminal do condenado, periculosidade essa utilizada como medida de proporcionalidade em face da duração da pena³⁶¹.

A crítica à prevenção especial positiva é a de que esta é baseada na noção de crime como problema individual e na concepção de tratamento curativo fracassada promovida pelo que Foucault chamou de ortopedistas morais³⁶². O projeto da prevenção especial positiva passa pela crise no que se refere à aplicação e à execução. Quanto à aplicação, porque admite o crime como preexistente, mas a realidade demonstra a seletividade do exercício do poder repressivo, que indica o crime como realidade social construída, a criminalização como bem social negativo, o sistema de justiça criminal como instituição ativa na transformação do cidadão em criminoso. E quanto à execução da pena, por promover a desculturação mediante a perda dos valores de convivência social e a aculturação com o aprendizado de valores necessários para sobreviver na prisão³⁶³.

Quanto à prevenção geral negativa, esta teria efeito no direito penal simbólico, mas não nos tipos penais de violência, pois procura a intimidação ligada diretamente à reflexão do sujeito. O direito penal simbólico vem para legitimar o poder político do Estado e o direito penal comum como instrumento de política social sob a aparência de eficiência repressiva³⁶⁴.

Prevenção geral negativa e positiva como discurso envolvidos da função real ou latente da pena criminal, de garantia da ordem social capitalista fundada na

³⁶¹ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: Parte Geral. p. 442 – 443.

³⁶² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 15.

³⁶³ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: Parte Geral. p. 444 – 446.

³⁶⁴ *Ibid*, p. 447 – 449.

separação força de trabalho/meios de produção, que institui e reproduz relações sociais desiguais e opressivas³⁶⁵.

Concluindo o discurso crítico “define o direito penal como um sistema dinâmico desigual em todos os níveis de suas funções”. Quanto à definição de crimes, a criminalização primária é direcionada para a proteção seletiva de bens jurídicos pautados nos interesses das classes hegemônicas; quanto à aplicação da pena, o sistema penal seleciona “indivíduos excluídos das relações de produção e de poder político da formação social”; por fim quanto à execução da pena, a repressão é seletiva e dirigida aos marginalizados do mercado de trabalho, ou seja, “de sujeitos sem utilidade real nas relações de produção/distribuição material”³⁶⁶.

Assim a função política da sanção penal seria garantir e reproduzir a escala social vertical como função real enquanto as sanções ideológicas teriam por fim encobrir e imunizar comportamentos danosos das elites de poder econômico e político da sociedade³⁶⁷.

2.3 A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA

Lola Anyiar de Castro tem proposto como uma possibilidade de superação do grande encarceramento a adoção de políticas governamentais preventivas, baseadas na promoção social, cultural e solidária³⁶⁸. Essas políticas deveriam ser orientadas para o abolicionismo, embora alguns abolicionistas mesmo não acreditem no fim do cárcere, e deveriam buscar uma maior inclusão social com investimento em recursos gerais, educativos, sanitários, para privilegiar a liberdade e a humanidade³⁶⁹.

Nessa mesma linha Wacquant afirma que a questão penal é “*um capítulo essencial da sociologia do Estado e da estratificação social*” e que para superar o agigantamento do Estado Penal e o encarceramento em massa seria preciso investir

³⁶⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral**. p. 450.

³⁶⁶ *Ibid*, p. 451 – 452.

³⁶⁷ *Ibid*, p. 452.

³⁶⁸ CASTRO, Lola Anyiar de. Matar com a prisão, o paraíso legal e o inferno carcerário: os estabelecimentos “concordes, seguros e capazes. In: BATISTA, Vera Malaguti. ABRAMOVAY, Pedro Vieira (Orgs). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 94.

³⁶⁹ *Ibid*, p. 100.

na ampliação do “bem-estar” coletivo proporcionando mais educação, moradia, saúde pública, auxílios financeiros às famílias e redistribuição de renda³⁷⁰, medidas não de cunho assistencialista, mas emancipadoras.

Pavarini também afirma que a alocação dos recursos políticos, de forma escassa, empregados para garantia do direito de segurança, nunca conseguirá transformar os riscos da criminalidade, pois sempre esse risco afetará a muitos, vítimas reais ou potenciais, tendo em vista que se atacam as consequências da criminalidade e não as causas³⁷¹.

Portanto, como parece ainda muito longínqua a abolição da pena de prisão como medida da liberdade, bem como do sistema penal, o que podemos postular como uma solução paliativa, no sentido de uma política de redução dos danos da violência institucional, ainda que não se acredite na reafirmação do sistema penal, seria pautar os aparelhos repressivos do Estado pela observância dos direitos humanos, dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, criando-se uma cultura de defesa e garantia desses direitos³⁷².

Os direitos humanos seriam os direitos individuais e coletivos reconhecidos a esses indivíduos ou grupos para que, em face da sua liberdade, satisfaçam suas necessidades³⁷³ compreendidas como as condições de existência que permitiriam a “produção material e cultural em uma formação econômico-social”³⁷⁴. Mesmo essa visão de garantia dos direitos humanos sendo um tanto mais palpável, ainda se configura como um dever ser, como utópica, pois reside na contradição da realidade das injustiças sociais, uma vez que nem todos podem desfrutar desses direitos, existindo uma verdadeira violência estrutural que afeta a satisfação dos direitos humanos³⁷⁵.

Os direitos humanos se classificam como de primeira, segunda e terceira geração, sendo que os de primeira geração estão diretamente relacionados aos direitos civis e políticos, incluindo a liberdade, a vida, a igualdade, a segurança

³⁷⁰ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. p. 46 – 47.

³⁷¹ PAVARINI, Massimo. Democracia y seguridad (notas de una conferencia jamás impartida). p. 13.

³⁷² Segundo Zaffaroni, existem dois direitos penais em aplicação na sociedade atual, o direito penal que podemos chamar de oficial e um direito penal, chamado de subterrâneo, o qual permite a violação dos direitos humanos conforme uma seletividade classista.

³⁷³ BARATTA, Alessandro. Derechos humanos: entre violencia estructural y violencia penal. Por la pacificación de los conflictos violentos. p. 334.

³⁷⁴ *Ibid*, p. 337.

³⁷⁵ *Ibid*, p. 338.

jurídica, entre outros. Os direitos humanos de segunda geração são direitos econômicos, sociais e culturais que garantem ao cidadão uma vida digna por meio da educação, alimentação, saúde etc. E por fim os direitos humanos de terceira geração incentivam o progresso social e o nível de vida das comunidades, especialmente no contexto internacional³⁷⁶.

Além disso, eles estão amplamente previstos nas Constituições internas dos países, bem como nos tratados internacionais, não lhe faltando qualquer previsão legal para que possa ser defendido, “poderia se dizer que tem uma abundância considerável, em textos constitucionais cuja principal característica parecer ser, justamente o enorme espaço dedicado às mesmas”³⁷⁷, ainda que leis subalternas por vezes violem as garantias fundamentais e sejam aplicadas na prática.

Como visto anteriormente, o termo violência é tomado pelo discurso midiático como sinônimo de crime, falando-se somente neste tipo de violência criminal quando relacionado ao sistema penal. No entanto, o sistema penal envolve vários tipos de violência como a violência institucional, legal e a violência individual seletiva, por exemplo. Essa redução do termo violência ao criminal revela que a criminalização é estruturalmente seletiva³⁷⁸.

E o sistema penal age de forma seletiva sobre os efeitos da criminalidade e não sobre as causas, com uma postura reativa e não preventiva, controlando o comportamento de determinadas pessoas e não as situações de conflito³⁷⁹, sendo “(...) uma inócua resposta simbólica (com efeitos reais) atirada ao problema real (com efeitos simbólicos)(...)”³⁸⁰.

A pena de encarceramento como um remédio simbólico que não cumpre as funções declaradas, mas realiza as funções latentes, é uma violência institucional praticada em face do indivíduo que tem limitados os seus direitos, especialmente o

³⁷⁶ HIKAL, Wael. **Criminología, Derechos Humanos y Garantías individuales**. México: Editorial Porrúa, 2010. p. 7 – 9.

³⁷⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raul. La justicia como garante de los derechos humanos en Mexico y America Central: La independencia del juez. In: **La justicia como garante de los derechos humanos: la independencia del juez (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Uruguay, España)**. - San José (Costa Rica): ILANUD. Programa Sistema Penal y Derechos Humanos; Comisión Europea. 1996.

³⁷⁸ BARATTA, Alessandro. Derechos humanos: entre violencia estructural y violencia penal. Por la pacificación de los conflictos violentos. p. 340 – 341.

³⁷⁹ *Ibid*, p. 342.

³⁸⁰ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. p. 274.

de liberdade; segundo Baratta o cárcere seria “um lugar privilegiado de violação dos direitos humanos”³⁸¹.

Intervenções militares autorizadas pelo Estado que intimidam, torturam e “desaparecem” com pessoas são uma manifestação de violência institucional violadora dos direitos humanos, pois são imunizadas pelo Estado quando deveriam ser punidas.

Baratta postula a adoção aqui de um direito penal mínimo voltado às garantias do sistema penal e da perspectiva dos direitos humanos como um limitador da violência punitiva e para reafirmar os valores do estado de direito no sistema de justiça penal. Em um segundo momento esse sistema caminharia para uma “ampla e rigorosa política de descriminalização” para ao final superar o sistema de justiça penal e substituí-lo por um sistema de proteção integral dos direitos humanos ante a violência³⁸² fora do sistema de justiça criminal. Afirmar os direitos humanos sobre bases democráticas, segundo o professor Baratta, é a via para a superação da violência³⁸³.

Para o garantismo, os direitos humanos teriam a função de definir o objeto e impor os limites de atuação do Direito Penal, como um instrumental teórico-prático contra a irracionalidade das manifestações de poder públicas ou privadas, assumindo assim a luta contra o tratamento penal desigual seletivo³⁸⁴. Porém, em realidade, acaba por legitimar o Direito Penal, pois normativamente defende uma limitação do sistema de justiça criminal, mas na prática não se realiza.

Embora se critique o garantismo, por acreditar no primado da lei penal, ou por legitimar o sistema penal³⁸⁵, o que se pretende não é uma defesa do sistema de justiça criminal, mas a sua superação através da limitação, inicialmente, e posteriormente, a suplantação desse modelo punitivo, tal como avaliado por Pavarini: adota-se uma “estratégia abolicionista e uma tática reducionista e garantista.”³⁸⁶.

³⁸¹ BARATTA, Alessandro. Derechos humanos. p. 345.

³⁸² *Ibid*, p. 348 – 349.

³⁸³ *Ibid*, p. 354.

³⁸⁴ CARVALHO, Amilton Bueno de. CARVALHO, Salo. **Aplicação da pena e garantismo**. 2ªed, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 19.

³⁸⁵ PAVARINI, Massimo. CARRILLO, Agustín A. Pérez. TAGLE, Fernando Tenório. **Seguridad pública: tres puntos de vista convergentes**. 1ª ed. México, D.F.: Ediciones Coyoacán, 2009. p. 16.

³⁸⁶ ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. Criminologia e crítica: debates atuais – entrevista com Massimo Pavarini. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, número 50, ano 2009. p. 205. Entrevista.

Nesse aspecto, para limitar a atuação do sistema de justiça criminal e definir o seu objeto – não obrigatório –, Baratta propõe uma série de medidas de política criminal a curto e médio prazo que poderiam ser adotadas no artigo intitulado *Princípios de Direito Penal Mínimo*³⁸⁷.

Após realizar um diagnóstico a respeito da atuação histórica do sistema de justiça criminal, constatando-se o fracasso das funções declaradas da pena, a seletividade do sistema penal e do uso da violência institucional dirigida aos mais vulneráveis, Baratta afirma que somente haverá a possibilidade de superação dessa realidade quando defendidos os direitos humanos e a justiça social, acompanhados de medidas descriminalizantes, despenalizantes, de desinstitucionalização, de mais tolerância com a diversidade, reivindicando ou outro papel para a mídia e rompendo com esse consenso hegemônico, tanto numa perspectiva prática quanto numa perspectiva ideal, sendo necessário manter um horizonte ideal de luta, para não transformar a questão em um problema sem resposta³⁸⁸.

Assim se postula uma defesa material, com efeitos concretos, dos direitos humanos, de concessão desses direitos às classes marginalizadas e de redução da violência institucional e estrutural que lhes afetam, para que se possa, em um segundo momento, abolir o sistema de justiça penal e, talvez, passar para outra esfera do conhecimento a gestão desses conflitos, buscando mais igualdade e solidariedade.

³⁸⁷ BARRATA, Alessandro. **Princípios do direito penal mínimo para uma teoria dos direitos humanos como objeto e limite da lei penal.** *Doctrina Penal. Teoria e prática em las ciências penais.* Ano 10, N. 87, P. 1 – 22.

³⁸⁸ *Ibid*, p. 4 – 22.

CONCLUSÃO

Após a apresentação da fundamentação teórica exposta para fins de justificar e pautar a análise do discurso midiático da campanha *Paz sem voz é medo*, é possível extrair algumas conclusões do objeto que serviu de base para este estudo:

1. A campanha *Paz sem voz é medo* sob o propósito de promover uma cultura de paz, apenas fomentou, se não a manutenção, a elevação do sentimento de insegurança ao noticiar todos os dias diversos assuntos que envolviam situações de violência no trânsito, na escola e violência criminal, como situações que teriam a mesma fonte e causadoras do medo e pânico social. O que ficou constatado ao longo da campanha foi que, apesar de apresentar um discurso dualista, que por vezes tinha uma visão crítica sobre o tema da segurança, a campanha teve como finalidade promover as políticas de segurança pública do atual governo, buscando especial apoio da população para a implantação da unidade de polícia pacificadora, aqui chamada de UPS - Unidade Paraná Seguro.

Ainda que de forma diferenciada daquela ocorrida no Rio de Janeiro, sem a presença do exército para "limpar" a área, essa "limpeza" estava presente no discurso e na atitude dos policiais que participaram da operação, sendo a presença da campanha sobre segurança muito importante para legitimar como opinião pública essa implantação.

2. A campanha *Paz sem voz é medo* reproduz no discurso do noticiário a rotulação de pessoas segundo estigmas eleitos e identificados como ruins, maus, os quais especialmente estão vinculados aos pobres e afrodescendentes. Esses estigmas são o de ser pobre, morador de regiões marginalizadas e violentas, envolvidos com tráfico de drogas. E esse discurso produz um consenso sobre o crime, a violência e a segurança na população no sentido de criar o sentimento de medo e repulsa, balizando assim a opinião pública a apoiar políticas repressivas do Estado.

3. Como uma possível alternativa para superar a visão hegemônica da opinião pública sobre o crime e o criminoso, a *Newsmaking Criminology* convoca os criminólogos a se mobilizar e utilizar os veículos midiáticos para fazer a crítica a

essa realidade e também buscar adesão das pessoas para a defesa dos direitos humanos em prol da maioria.

4. As áreas de segregação social dentro da cidade são comparadas a campos de concentração porque abrigam os rejeitados sociais, os quais estão sempre à espera ou da prisão ou da morte. As elevadas taxas de homicídios trazidas em diversas reportagens da campanha, normalmente associadas a esses lugares, deixam evidente que o governo adota uma política genocida, de controle sobre a vida de seus súditos, configurando-se como biopolítica essa gestão da vida, no sentido foucaultiano, de um Estado que deixa morrer os excluídos. Por meio do racismo contra essa classe, autoriza-se o exercício da morte, da expulsão e a neutralização pelo cárcere.

5. Quanto à questão de criminalização das ações que envolvem substâncias classificadas como ilegais, é preciso ressaltar que, como muito bem foi apresentado pelos autores citados no texto, é a criminalização dessa conduta que gera efeitos nefastos e envolve esse *business* em conflitos resolvidos de forma violenta, matando usuários e traficantes, por dívidas e disputas territoriais; embora seja um negócio que se administra com o uso da violência, ele não é causa de violência para outras situações, como se o tráfico fosse o culpado por todos os crimes. É preciso legalizar a fabricação, a distribuição e o consumo dessas substâncias, para reduzir a violência, mudando o tratamento da questão para o viés da saúde pública, especialmente para os adictos. A preocupação que fica é do que sobreviverão aqueles que trabalham para o tráfico? Porque, certamente, com a legalização, as indústrias farmacêuticas darão sequência a esse lucrativo negócio.

6. O Estado, abandonando o modelo do bem-estar social, impõe-se como um estado penal que utiliza seu aparato repressor para o controle da população marginalizada. Esse estado penal acredita na pena, na repressão policial, na guerra às drogas e tem uma visão individualista do crime, ao mesmo tempo em que economicamente defende o neoliberalismo excludente.

7. No que toca à segurança pública, conclui-se que esta não pode ser vista como caso de polícia, acreditando-se que a solução é elevar o número de policiais, mas é necessário alterar a perspectiva do direito à segurança para a segurança dos direitos.

8. O policiamento comunitário como tem sido implantado no Brasil se comporta como a velha polícia, vestido com outra roupagem. É uma forma de

controle e segregação social ainda mais perversa, pois de perto controla e imobiliza a população sobrevivente daquele território. Ao povo, que supostamente seria a voz direcionadora dessas políticas, não é dada a oportunidade de se expressar, negando-se, assim, um dos principais fundamentos dessa forma de policiamento. A polícia sempre de raiz militar parece não conseguir superar essa mentalidade e atitudes repressoras, violadora de direitos.

9. Tendo em vista que o estado penal autoriza o uso do controle letal e violento em face dos excluídos, eles seriam classificados como não cidadãos, pois contra eles não importa se a atitude policial ofendeu-lhes o direito. Essa forma de gestão dessas pessoas fora do direito, como técnica de governo, é baseada no estado de exceção, em que se aplica um direito comum ao que é considerado cidadão e um não direito ao inimigo.

Esse inimigo é retratado pela minoria perigosa a qual é morta ou neutralizada pelo cárcere.

10. O gueto seria o campo de concentração e as prisões os campos de extermínio, pois a neutralização desses indivíduos perigosos tem como efeito a prisonização desses sujeitos, que são declarados mortos para a sociedade, pois, mesmo que voltem em liberdade, não mais saberão viver conforme essas regras, figurando sempre como desajustado e criminoso, visto que esse estigma jamais lhe abandona.

11. Não apenas esses fatores, nem a sua combinação, seriam a explicação definitiva para o encarceramento em massa. Não se buscou explicar exhaustivamente essas causas, sendo que, por ser um fenômeno bastante complexo, foram trabalhadas questões que se configuram auxiliares para essa compreensão.

12. Por fim, na busca de um limite para essa violência institucional autorizada tanto pelo consenso hegemônico midiático quanto pelos órgãos estatais, como uma política de redução de danos concreta, propõe-se um resgate dos direitos humanos como objeto e limite da atuação sistema penal que necessita urgentemente ser revisto e superado, sob pena de sermos lembrados como uma das nações que praticaram um novo holocausto, na história da humanidade.

De resto, é preciso tomar a atitude de denunciar esses abusos e absurdos, para superar a lógica perversa, maquiavélica e maniqueísta de gestão do sistema penal, influenciada pela ordem neoliberal, para que outros Ismaéis possam se libertar da violência policial e de classe a que estejam subjugados.

São muitos os temas que se extraem da leitura das notícias comentadas e citadas nesta pesquisa, os quais, porém, pela necessidade de um recorte metodológico, não foram aqui abordados. No entanto, como o trabalho científico não pretende ser um projeto acabado, pois necessita caminhar ao lado da realidade, essas faltas podem ser superadas com novas e aprofundadas pesquisas.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS CITADAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo-sacer: o poder soberano e a vida-nua**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia: Uma fundamentação para o Direito Penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Helena Schissl Cardoso. Curitiba: ICPC. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010.

ALCÀZAR, Joan del. *Et al.* **Historia actual de América Latina 1959 – 2009**. Valencia: Tirant lo blanch, 2011.

ALTHEIDE, David L. **Creating fear: news and the construction of crisis**. New York: Aldine de Gruyter, 2002.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. **A ilusão de Segurança Jurídica – Do controle da violência à violência do controle penal**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.]

ARGÜELLO, Katie. **Do estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem**. Londrina, 1º Congresso Paranaense de Criminologia, novembro de 2005. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/artigos/Artigo%20Katie.pdf>. Acessado em: 19/10/2011.

ARGÜELLO, Katie. **O fenômeno das drogas como um problema de política criminal**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, trabalho apresentado no IV Seminário Nacional de Sociologia e Política: Pluralidade e Garantias dos Direitos Humanos no Século XXI. De 25 a 27 de setembro de 2012.

ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. Criminologia e crítica: debates atuais – entrevista com Massimo Pavarini. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, número 50, ano 2009. p.197 – 222. Entrevista.

ASMANN, Selvino. **A diferença da biopolítica em Foucault e Agamben**. Curitiba, UFPR, palestra ministrada no Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR. 06/06/2011.

BARATA, Francesc. La violencia y los mass media: Entre el saber criminologico y las teorías de la comunicacion. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 8, nº 29, p. 255 – 267, jan-mar de 2000.

BARAK, Gregg. Newsmaking Criminology: reflections on the media, intellectuals, and crime. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology**. New York, London: Garland Publishing, 1994. p 237 – 264.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARRATA, Alessandro. Princípios do direito penal mínimo: para uma teoria dos direitos humanos como objeto e limite da lei penal. **Doctrina Penal**. Teoria e prática em las ciências penais. Ano 10, N. 87, P. 1 – 22.

BARRETO, Tobias. **Obras Completas V Direito: Menores e Loucos e fundamentos do direito de punir**. Sergipe: EGE Editora, 1926.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, nº 12, p. 271 – 288, 2º semestre de 2002.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. ABRAMOVAY, Pedro Vieira (Orgs). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

BATISTA, Vera Malaguti (Org). **Paz Armada**. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.

BAUMAN. Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rev. Tecn. Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN. Zigmunt. **Medo Líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: Uma análise internacional comparativa**. Trad. Renê Alexandre Belmonte. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BECKER, Howard S. **Outsiders: Studies in the sociology of deviance**. New York: Free Press, 1963.

BOURDIEU, Pierre. **A televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre (Org.) *De L'Etat social al Etat penal*. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro. Revan, ano 7, nº 11, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. p. 137-151.

BUDÓ, Marília De Nardin. Crítica à função de prevenção geral positiva da pena na interação entre mídia e sistema penal. p. 747 – 772. In: Zilio, Jacson. Bozza, Fábio (Org). **Estudos críticos sobre sistema penal: homenagem ao Professor Doutor Juarez Cirino dos Santos por seu 70º aniversário**. Curitiba: LedZé, 2012.

CARVALHO, Amilton Bueno de. CARVALHO, Salo. **Aplicação da pena e garantismo**. 2ªed, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

CARDOSO, Helena Schiessl. **Discurso criminológico da mídia na sociedade capitalista: necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso**

e da criminalidade no espaço público. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Departamento de Ciências Jurídicas, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da Libertação**. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CHRISTIE, Nils. **Crime Control as Industry**. 2ª ed. London e New York: Routledge, 1994.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia: os espetaculares efeitos da propaganda**. Trad. Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

CHOMSKY, Noam. HERMAN, Edward S. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. CARVALHO, Edward Rocha de. Teoria das janelas quebradas: e se a pedra vem de dentro? **Revista de estudos criminais**, p. 23 – 29, ano 3, 2003, n.11, Porto Alegre: Notadez/PUCRS/ITEC.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da. BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Org). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Os grandes sistemas de politica criminal**. Trad. Denise Radanovic Vieira. Barueri, SP: Manole, 2004.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800 Uma cidade sitiada**. Trad. Maria Lucia Machado, Trad. Notas Heloisa Jahn. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ELBERT, Carlos Alberto (Dir). BELLOQUI, Laura (Coord). **Alessandro Baratta - Criminología y sistema penal: compilación in memoriam**. Buenos Aires: B de F, 2004.

ESCRIVÃO, Antonio Sergio Fl. FRIGO, Darci. **A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais**: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/a-luta-por-direitos-e-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-a-qual-estado-de-direito-serve-o-sistema-de-justica/>. Acesso em: 05/01/2013.

ESTEVES, João Pissaia. **A ética da comunicação e os media modernos**: Legitimidade e poder nas sociedades complexas. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

FELSON, Marcus. **Crime and nature**. EUA: Sage Publications, 2006. p. 321. e-book. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=z2MuWAB3CSIC&pg=PT3&dq=The+child+in+America:+Behavior+problems+and+programs.+W.I.+Thomas+and+D.S.+Thomas.+New+York:+Knopf,+1928:+571-572&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3. Acesso em: 05/02/2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan – ICC, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

Grass. Ronn Mann Diretor. Sphinx Produtor. 1999. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=LfTpjTjrGWM>. Acesso em: agosto/2012.

HIKAL, Wael. **Criminología, Derechos Humanos y Garantías individuales**. México: Editorial Porrúa, 2010.

HOLLANDA, Cristina Buarque. **Polícia e direitos humanos**: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983 – 1986). Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jaqueline Bernat de. **Penas Perdidas. O sistema penal em questão.** Trad. Maria Lucia Karan. 1ª ed. Rio de Janeiro: Luam Editora, 1993.

JAKOBS, Günther. MELIÁ, Manuel Cancio. **Derecho Penal del Enemigo.** Madrid: Civitas, 2003.

KARAM, Maria Lucia. “Guerra às drogas” e criminalização da pobreza. In: Zilio, Jacson. Bozza, Fábio (Org). **Estudos críticos sobre sistema penal: homenagem ao Professor Doutor Juarez Cirino dos Santos por seu 70º aniversário.** Curitiba: LedZé, 2012. p. 679 - 698.

KELLING, Geroge L. WILSON, James K. Broken windows: the police and the neighborhoods safety. **Atlantic Magazin**, Março de 1982. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/print/1982/03/broken-windows/304465/>. Acesso em 18/12/2012.

MAGUIRE, Mike. MORGAN, Rod. REINER, Robert. **Manual de criminología.** 2ª ed. Trad. Arturo Aparicio Vázquez. México D.F.: Oxford, 2008.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações FEARP/USP**, v.2, n.2, p. 8 – 18, jan/abr 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rco/v2n2/02.pdf>.

MARX, Karl. 'Prefácio' à 'Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K. E ENGELS, F. **História** (org. Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. Pags. 233 (col. Grandes Cientistas Sociais).

McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas.** Trad. Carlos de Jesus. Ver. Cristina Ponte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: Um estudo do Linha Direta.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Quartet. 2007.

MORAES, Pedro Rodolfo Bode. ALMENDRA, Dinaldo. O medo, a mídia e a violência urbana – A pedagogia política da segurança pública no Paraná. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, vol. 6, nº 2, p. 266 – 281, Ago/Set 2012.

MORETZSOHN, Sylvia. **Imprensa e criminologia**: o papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf>. Acesso em 19/06/2008.

MORETZSOHN, Sylvia. A lógica do jornalismo impresso na era do “tempo real”. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 4, nº 7 – 8, Rio de Janeiro, p. 261 – 266, 1º e 2º semestres de 1999.

MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da mídia cidadã. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 7, nº 12, Rio de Janeiro, p. 291 – 316, 2º semestre de 2002.

OLMO, Rosa del. **La cara oculta de la droga**. Bogotá – Colombia: Editorial Temis, 1988.

PASSETTI, Edson. Governamentalidade e violências. **Currículo sem fronteiras**, v.11, n.1, pp.42-53, jan/jun 2011. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.

PAVARINI, Massimo. **Un arte abyecto**. Ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad.Hoc, 2006.

PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. México, D.F.: Siglo XXI editores, 2010.

PAVARINI, Massimo. CARRILLO, Agustín A. Pérez. TAGLE, Fernando Tenório. **Seguridad pública**: tres puntos de vista convergentes. 1ª ed. México, D.F.: Ediciones Coyoacán, 2009.

PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos**: criminalidade, exclusão e insegurança. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Aliana Cirino Simon. Curitiba: LedZe Editora, 2012.

PILOTTO, Angela Seixas. **Área metropolitana de Curitiba**. Um estudo a partir do espaço intra-urbano. 2010. Dissertação de mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PORTALES, Rafael Enrique Aguilera (Coord). **Políticas de Seguridad Pública**: Análisis e tendências criminológicas y políticas actuales. México: Editorial Porrúa, 2011.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 5ª ed. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2010.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo**: Das mídias de massa à massa de mídias. 1ª ed. Trad. Douglas Estevam. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

REINER, Robert. **A política da polícia**. Trad. Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira Cunha Marques, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 1, nº 2, Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia, p. 269 – 276, 2º semestre de 1996.

ROXIN, Claus. **Derecho penal**: Parte General Tomo I Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. Trad. PEÑA, Diego-Manuel Luzón *et all*. Espanha: Civitas, 2007.

RUSCHE, Georg. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Trad. Rev. Tecn. Gizlene Neder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. 2ª ed. Curitiba: ICPC Lúmen Júris, 2006.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime**: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal do Inimigo**: ou o discurso do direito penal desigual. Disponível em:
<http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/Direito%20penal%20do%20inimigo.pdf> . Acesso: 24/03/2012.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: Parte Geral. 4ª ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Trad. Alvaro L. M. Valls. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

SILVA, Jaqueline de Paiva. A Broadcast, o mercado financeiro e a cobertura de economia da grande imprensa. **Discursos Sediciosos – crime, direito e**

sociedade, ano 11, nº 15/16, Rio de Janeiro, p. 333 – 344, 1º e 2º semestres de 2007.

SILVEIRA, Sylvio Lourenço da Fl. Neoliberalismo, mídia e movimento de lei e ordem: rumo ao Estado de Polícia. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 11, nº 15/16, Rio de Janeiro, p. 345 – 357, 1º e 2º semestres de 2007.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Rev. Leonardo Avritzer. 13ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

VIANNA, Rafael Ferreira. **Diálogos sobre segurança pública**: o fim do estado civilizado. Curitiba: Íthala, 2011.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan – UCAM, IUPERJ, 2011.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3ª ed. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no Direito Penal**. Trad. Sérgio Lamarão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. SLOKAR, Alejandro. ALAGIA, Alejandro. **Derecho Penal**: Parte General. 2ª ed. Buenos Aires: EDIAR Sociedad Anónima Editora, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. La justicia como garante de los derechos humanos en Mexico y America Central: La independencia del juez. In: **La justicia como garante de los derechos humanos: la independencia del juez** (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Uruguay, España). - San José (Costa Rica): ILANUD. Programa Sistema Penal y Derechos Humanos; Comisión Europea. 1996.

ZILIO, Jacson. Bozza, Fábio (Org). **Estudos críticos sobre sistema penal:** homenagem ao Professor Doutor Juarez Cirino dos Santos por seu 70º aniversário. Curitiba: LedZé, 2012.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ANDRADE, Fábio Martins de. **Mídia e Poder Judiciário:** A Influência dos Órgãos da Mídia no Processo Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis:** drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERGALLI, Roberto. BEIRAS, Iñaki Rivera. BOMBINI, Gabriel (compiladores). **Violencia y sistema penal.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: Uma entrevista. In: ADORNO, Theodor W. *et al.* Org. Salvoj Zizek. Trad. Vera Ribeiro. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 265-277.

CALEIRO, Maurício de Medeiros. O clone: mistificação, omissão e o marketing social como discurso totalitário. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 7, nº 12, p. 325 – 331, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2002.

CASTELLAR, João Carlos. Violência, imprensa e mudanças na lei penal. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 7, nº 12, p. 319 – 323, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2002.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem Global. Trad. Pedro Jorgensen Jr. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CHOMSKY, Noam. BARSAMIAN, David. **Propaganda e consciência popular**. Trad. Désirée Motta-Roth. Bauru: EDUSC, 2003.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da Violência: Jornalismo e produção de sentidos**. Campinas, SP: Autores Associados; Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos no Collège de France (1970 – 1984)**. Trad. Adréa Daher. Consult. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEÓN, José Gerardo Polina. **La seguridad pública entre la racionalidad y el caos**. México: Editorial Porrúa, 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MELOSSI, Dario. "Teoría social y cambios en las representaciones del delito". In: SOZZO, Maximo (Coord.) **Reconstruyendo las criminologías críticas**. Buenos Aires: Ad.Hoc, 2006, p.115-156.

MENDONÇA, Kleber. A não-voz do criminoso: o Linha Direta como crônica moral contemporânea. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 7, nº 12, Rio de Janeiro, p. 333 – 346, 2º semestre de 2002.

MENDONÇA, Kleber. A onda do arrastão. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 4, nº 7 – 8, Rio de Janeiro, p. 267 – 282, 1º e 2º semestres de 1999.

MORAES, Pedro Rodolfo Bode. **A cidade e a cultura do medo**. Curitiba, Paço da Liberdade, 30 jun. 2009. Palestra ministrada no curso Pensar a cidade.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MURARO, Mariel. Mídia e sistema penal: uma breve leitura a partir da criminologia crítica. In: **Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI**. Junho de 2011, Belo Horizonte – MG. Disponível em: www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/xxencontro/integra.pdf. Acesso em: 03/01/2013.

NATALINO, Marco Antonio Carvaho. **O discurso do telejornalismo de referência: criminalidade violenta e controle punitivo**. São Paulo: Método, 2007.

OLMO, Rosa del. **A américa latina e sua criminologia**. Trad. Francisco Eduardo Pizzolante e Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

OLMO, Rosa del. **La sócio-política de las drogas**. Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales División de Publicaciones, 1975.

PAVARINI, Massimo. MELOSSI, Dario. **Cárcere e Fábrica – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

PAVARINI, Massimo. André Giamberardino. **Teoria da Penal e Execução Penal: uma introdução crítica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ADORNO, Theodor W. *et al.* Org. Salvoj Zizek. Trad. Vera Ribeiro. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143 – 152.

RUGGIERO, Vincenzo. **Crimes e Mercados: Ensaio em Anticriminologia**. Trad. Davi Tangerino et al. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TAYLOR, Ian. WALTON, Paul. YOUNG, Jock. **La nueva criminología: contribución a uma teoría social de la conducta desviada**. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

TOVAR, Eduardo Lozano. **Manual de Política Criminal y Criminológica**. México: Editorial Porrúa, 2010.

VEIGA, Luciana Fernandes. **O poder da mídia**. Curitiba, Paço da Liberdade, 18 ago. 2009. Palestra ministrada no curso Curto Pensar: o poder.

VIEIRA, Luís Guilherme. O fenômeno opressivo da mídia: uma abordagem acerca das provas ilícitas. **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 3, nº 5 – 6, Rio de Janeiro, p. 249 – 257, 1º e 2º semestres de 1998.

WANDERLEY, Sonia. A greve de Volta Redonda (1988): o telejornalismo construindo significados. *In: Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, ano 2, nº 3, Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia, 1º semestre de 1997, p. 187 – 193.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 9. ed. Lisboa: Presença, 2006.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade** – estudos sobre marginalidade avançada. 2ª ed. Trad. João Roberto Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Revan, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. Vol.1. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas**. Trad. Vania Romano Pedrosa et al. 5ª ed. 1ª Reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A palavra dos mortos**: Conferências de Criminologia Cautelar. Luiz Flávio Gomes e Alice Bianchini (Coord.) São Paulo: Saraiva, 2012.

NOTÍCIAS ANALISADAS

Agência Brasil. Taxa de homicídios no Brasil mais do que dobra em 30 anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1203241&tit=Taxa-de-homi... Acesso em: 17/12/2012.

Agência Globo, “Política de segurança é feita de olho na mídia”. Curitiba, **Gazeta do Povo**. 1º de Setembro de 2011. Entrevista com Ana Paula Miranda. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?t>. Acesso em 17/12/2012.

ANÍBAL, Felipe. PR tem mais vigilantes que PMs. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8.

ANIBAL, Felipe. LOPES, Elisa. Richa promete instalar UPPs no PR este ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1209635&tit=Richa-promete-instalar-UPPs-no-PR-neste-ano>. Acesso em: 17/12/2012.

ANIBAL, Felipe. Números comprovam eficiência do sistema. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 11.

ANIBAL, Flippe. RIBEIRO, Diego. Curitiba tem o mês mais violento do ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 6.

ANÍBAL, Felipe. Droga causa 77% dos homicídios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4.

ANTONELLI, Diego. Crime atinge mais negros do que brancos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1203377&tit=-Parana-tem-... Acesso em: 17/12/2012.

ANTONELLI, Diego. Polícia investiga só 7 em cada 100 boletins de ocorrência no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 5.

AZEVEDO, Gabriel. Apenas 10% dos inquéritos são concluídos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1168137&tit=Apenas-10-dos-inqueritos-sao-concluidos>. Acesso em 15/12/2011.

BREMBATTI, Katia. Estrutura de Guerra para encarar o crime. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8.

BREMBATTI, Katia. Policia troca arma pela conversa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4-5.

BREMBATTI, Katia. Estado pode criar suas próprias “UPPar”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1º de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 6.

BREMBATTI, Katia. No Paraná 70% têm mais medo do que há cinco anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 3.

DEUS, Sergio Luis. Justiça social contra o crime. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 10.

FAVRETTO, Angélica. Líder em homicídios, CIC teme assaltos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1200172&tit=Lider-em-homicidioscictemeassaltos. Acesso em 16/12/2012.

Gazeta do Povo, Curitiba, 21 de Julho de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/campanha/conteudo.phtml?tl=1&id=1149583&tit=O-que-e-a-campanha>. Acesso em: 30 de dezembro de 2012.

GERON, Vitor. BATISTA, Rodrigo. Operação prende 296 em 60 municípios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1º de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 7 (destacou-se).

IREHETA, Diego. Risco de monopólio na mídia do Paraná. **Jornal Brasil 247**, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/29856/>. Acesso em 01/01/2013.

KÖNIG, Mauri. Insegurança originada por várias violências. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 5.

KÖNIG, Mauri. O povo contra o crime. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 7.

KÖNIG, Mauri. 60% das cidades do PR não tem Conseg. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 de outubro de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1176635&tit=60-das-cidad... Acesso em 17/12/2012.

LEITÓLES, Fernanda. TAVARES, Osny. Unidade Paraná Seguro é instalada na região do Uberaba. **Gazeta do Povo**, Curitiba 1º de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1229015&tit=Unidade-Para... Acesso em: 17/12/2012.

MILAN, Polianna. B.O. virtual atende 160 no 1º dia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1164891&tit=BO-virtual-atende-160-no-1-dia>. Acesso em 14/12/2012.

MILAN, Polianna. Delegacia Eletrônica do Paraná recebeu 30 mil solicitações em 4 meses. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 de dezembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1207879&tit=Delegacia-Elet.... Acesso em 17/12/2012.

MORAIS, Andréa. Ocupação permanente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1229204&tit=Ocupacao-pe... Acesso em: 17/12/2012.

PERES, Aline. Feiras da paz cultivam cidadania. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de junho de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1269797&tit=Feiras-da-pazcultivamcidadania. Acesso em 16/12/2012.

PERES, ALINE. FERNANDES, José Carlos. Uma realidade a 4 vezes, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de novembro de 2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1189000&tit=Uma-realidade... Acesso em 17/12/2012.

RIBEIRO, Diego. “Curitiba ainda não é uma cidade em estado de medo”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8. Entrevista com Alexandre Menezes.

RIBEIRO, Diego. A invejável estatística paulista de combate à violência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4 – 5.

RIBEIRO, Diego. Paraná decide abrir o mapa da violência para a população. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 11.

RIBEIRO, Diego. BOREKI, Vinicius. Segurança no PR terá aporte de R\$ 500 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1158857&tit=Seguranca-no-PR-tera-aporte-de-R-500-mi>. Acesso em: 09/12/2012.

RIBEIRO, Diego. Paraná terá mapeamento de crimes. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 23 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1183764&tit=Parana-tera-mapeamento-on-line-de-crimes>. Acesso em 16/12/2012.

RIBEIRO, Diego. Mapa do crime já tem mais de 500 registros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1186547&tit=Mapa-do-Crime-ja-tem-mais-de-500-registros>. Acesso em 17/12/2012.

RIBEIRO, Diego. 12 cidades têm alta taxa de mortes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 7

RIBEIRO, Diego. Capital elabora plano contra o crime unido à ação social. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de setembro de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8.

RIBEIRO, Diego. Violência muda hábitos no país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1182616&tit=Violencia-muda-habitos-no-pais>. Acesso em 16/12/2012.

RIBEIRO, Diego. “Policial eficiente é aquele que está próximo da população”. Curitiba, **Gazeta do Povo**. 29 de novembro de 2011. Entrevista com Roberson Bondaruk. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1197200&tit=Policial-eficien... Acesso em 17/12/2012.

RIBEIRO, Diego. PERES, Aline. A cada quatro crimes, um B.O. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 6.

RIBEIRO, Diego. Falta de punição e problemas sociais são as causas da criminalidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1199366&tit=Falta-de-punicao-e-problemas-sociais-sao-as-causas-da-criminalidade>. Acesso em 17/12/2012.

RIBEIRO, Diego. O gatinho é puxado pelo tráfico. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 de janeiro de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1210577&tit=O-gatilho-e-puxadopelotratico. Acesso em 17/12/2012.

SCOZ, Mariana. Curitiba terá mais 26 câmeras de segurança. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 11.

TAVARES, Osny. OAB denuncia PM por tortura. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1230463&tit=OAB-denunci... Acesso em: 17/12/2012.

TAVARES, Osny. Brasil lidera ranking global de assassinatos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 outubro de 2011, caderno Vida e Cidadania, p. 9.

TAVARES, Osny. Antídoto social contra a falta de segurança. Curitiba, **Gazeta do Povo**. 23 de maio de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1257714&tit=Antidoto-soci... Acesso em 17/12/2012.

TAVARES, Osny. Governo promete ações sociais no Uberaba a partir de 4^afeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba 03 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1229570&tit=Governo-pro... Acesso em: 17/12/2012.

TRISOTO, Fernanda. Violência policial no país está enraizada. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 de março de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1230825&tit=Violencia-poli... Acesso em: 17/12/2012.

VIGNA, Anne. UPP: o poder simplesmente mudou de mãos? **Le monde diplomatique Brasil**, 07 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/artigo.php?id=1328>. Acesso em: 11/01/2013.

WALTER, Bruna Maestri. Sensação de insegurança cresce, um ano depois. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de julho de 2012. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?tl=1&id=1275468&tit=Sensacao-deinsegurancacresce. Acesso em 16/12/2012.

WALTRICK, Rafael. Voluntárias reunidas pela paz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 12.

WALTRICK, Rafael. Paraná tem a maior população de presos em delegacias do país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 de Julho de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 8.

WALTRICK, Rafael. Verba de presídios vira superávit. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 de agosto de 2011. Caderno Vida e Cidadania, p. 4.

SITES CONSULTADOS

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u56734.shtml>

<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/campanha/conteudo.phtml?tl=1&id=1165220&tit=Voce-sempre-comunica-a-violencia-para-alguem-Conte-tambem-para-as-autoridades>

<http://www.ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=152>

<http://portal.mj.gov.br/>

APÊNDICES

REPORTAGENS	DATA	MEDO/INSEGURANÇA	HOMICÍDIOS	CRIME = VIOLÊNCIA	JOVENS VÍTIMAS	ESTEREÓTIPO DO CRIMINOSO	GEOLOCALIZAÇÃO DO CRIME/MAPA	MAIS POLÍCIA	GUERRA AO CRIME	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	UPP/UPS	CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	CONSEGS	CIFRA OCULTA E BOE	LEI SECA E CONTROLE ALCOOL	CRIME E USUÁRIO DE ENTORPECENTES	CRIME E TRÁFICO	IMPUNIDADE	RETRIBUIÇÃO E SISTEMA PENITENCIÁRIO	PENA COMO PREVENÇÃO	DIREITOS HUMANOS
NOVEMBRO																					
Quatro delegacias de Curitiba passam a funcionar 24 horas	01/11/2011													1							
Aluno é morto na saída da escola	02/11/2011		1		1		1									1	1				
Delegacias 24 horas registram cerca de 40 boletins de ocorrência no feriado	02/11/2011													1							
Duas pessoas são baleadas no bairro CIC, adolescente morre no local	02/11/2011		1		1				1								1				
Número de homicídios no PR estabiliza em alta	02/11/2011		1																		
Mais um adolescente é morto no Sabará	03/11/2011		1	1			1														
Mortes em série na Vila Sabará	04/11/2011		1														1				
Câmeras teriam evitado impunidade no caso Rachel	05/11/2011			1								1									
Clima de medo paira sobre a Vila Sabará	05/11/2011	1		1	1												1				

REPORTAGENS	DATA	MEDO/INSEGURANÇA	HOMICÍDIOS	CRIME = VIOLÊNCIA	JOVENS VÍTIMAS	ESTEREÓTIPO DO CRIMINOSO	GEOLOCALIZAÇÃO DO CRIME/MAPA	MAIS POLÍCIA	GUERRA AO CRIME	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	UPP/UPS	CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	CONSEGS	CIFRA OCULTA E BOE	LEI SECA E CONTROLE ALCOOL	CRIME E USUÁRIO DE ENTORPECENTES	CRIME E TRÁFICO	IMPUNIDADE	RETRIBUIÇÃO E SISTEMA PENITENCIÁRIO	PENA COMO PREVENÇÃO	DIREITOS HUMANOS	
JANEIRO																						
Dois terços dos mandados não são cumpridos no Paraná	04/01/2012													1				1				
Richa promete instalar UPPs no PR este ano	05/01/2012					1	1		1		1						1					
O gatilho é puxado pelo tráfico	08/01/2012	1	1	1		1	1	1								1	1					
A caridade como meio de transformação social	09/01/2012						1															
Mapa do crime entra em 2ª fase com novas informações	27/01/2012						1							1								
SOMA		1	1	1	0	2	4	1	1	0	1	0	0	2	0	1	2	1	1	0	0	0
Porcentagem mensal		5,3	5,3	5,3	0,0	10,5	21,1	5,3	5,3	0,0	5,3	0,0	0,0	10,5	0,0	5,3	10,5	5,3	5,3	0,0	0,0	0,0

REPORTAGENS		DATA	MEDO/INSEGURANÇA	HOMICÍDIOS	CRIME = VIOLÊNCIA	JOVENS VÍTIMAS	ESTEREÓTIPO DO CRIMINOSO	GEOLOCALIZAÇÃO DO CRIME/MAPA	MAIS POLÍCIA	GUERRA AO CRIME	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	UPP/UPS	CÂMERAS DE VIGILANCIA	CONSEGS	CIFRA OCULTA E BOe	LEI SECA E CONTROLE ALCOOL	CRIME E USUÁRIO DE ENTORPECENTES	CRIME E TRÁFICO	IMPUNIDADE	RETRIBUIÇÃO E SISTEMA PENITENCIÁRIO	PENA COMO PREVENÇÃO	DIREITOS HUMANOS
FEVEREIRO																						
Skate vira instrumento de paz	03/02/2012							1						1			1					
Café no bolsão Sabará rende projetos e reivindicações	27/02/2012													1								
Vizinhos unidos pela troca da capelinha	28/02/2012													1								
SOMA			0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0
Porcentagem mensal			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

REPORTAGENS	DATA	MEDO/INSEGURANÇA	HOMICÍDIOS	CRIME = VIOLÊNCIA	JOVENS VÍTIMAS	ESTERÉOTIPO DO CRIMINOSO	GEOLOCALIZAÇÃO DO CRIME/MAPA	MAIS POLÍCIA	GUERRA AO CRIME	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	UPP/UPS	CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	CONSEGS	CIFRA OCULTA E BOE	LEI SECA E CONTROLE ALCOOL	CRIME E USUÁRIO DE ENTORPECENTES	CRIME E TRÁFICO	IMPUNIDADE	RETRIBUIÇÃO E SISTEMA PENITENCIÁRIO	PENA COMO PREVENÇÃO	DIREITOS HUMANOS	
ABRIL																						
Jovem torturado presta depoimento na Polícia Civil	03/04/2012								1		1											
Acusados frequentam escola de polícia	04/04/2012								1													
Escolas buscam remédio antiviolência	07/04/2012											1					1					
Musical Sinfonia de paz é cancelado	08/04/2012																					
Coral de 150 vozes faz eco na Pedreira	08/04/2012												1									
Interior ficará sem UPSs neste ano	13/04/2012		1							1	1		1								1	
Jovem morto no Uberaba sofreu atentado em novembro	16/04/2012	1	1								1						1					
soma		1	2	0	0	0	0	0	2	1	3	1	2	0	0	0	2	0	0	0	1	
Porcentagem mensal		6,7	13,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,3	6,7	20,0	6,7	13,3	0,0	0,0	0,0	13,3	0,0	0,0	0,0	6,7	

REPORTAGENS	DATA	MEDO/INSEGURANÇA	HOMICÍDIOS	CRIME = VIOLÊNCIA	JOVENS VÍTIMAS	ESTERÉOTIPO DO CRIMINOSO	GEOLOCALIZAÇÃO DO CRIME/MAPA	MAIS POLÍCIA	GUERRA AO CRIME	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	UPP/UPS	CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	CONSEGS	CIFRA OCULTA E BOE	LEI SECA E CONTROLE ALCOOL	CRIME E USUÁRIO DE ENTORPECENTES	CRIME E TRÁFICO	IMPUNIDADE	RETRIBUIÇÃO E SISTEMA PENITENCIÁRIO	PENA COMO PREVENÇÃO	DIREITOS HUMANOS
Parolim é ocupado para instalação de UPS	03/05/2012		1				1			1	1		1	1			1				
Parolim recebe a 2 UPS no PR	04/05/2012		1	1			1				1					1	1				
PM do PR quer expulsar policiais acusados de tortura	04/05/2012																				
Polícia apreende 46 pedras de crack no primeiro dia da UPS no Parolim	04/05/2012										1					1	1				
Liberdade retorna ao Parolim	05/05/2012	1							1								1				
Parolim sonha ser Curitiba há 60 anos	06/05/2012	1	1				1									1					
UPS do Parolim ganha policiamento fixo	07/05/2012	1							1	1	1										
Parolim ganha policiamento fixo com UPS	08/05/2012										1										
Projetos de segurança de São José dos Pinhais conquistam a ONU	09/05/2012				1					1						1					
Curitiba tem trimestre menos violento	17/05/2012		1	1			1		1												
No sul, só Santa Catarina reduz número de mortes	17/05/2012		1			1	1										1				
Homicídios caem, mas índice é maior que os da década passada	18/05/2012		1	1	1				1		1										
Antídoto social contra a falta de segurança	23/05/2012									1	1										
Vila Verde recebe ação de cultura da paz	30/05/2012																				
SOMA		3	6	3	2	1	5	3	2	4	6	0	4	1	0	5	5	0	0	0	0
Porcentagem mensal		6,0	12,0	6,0	4,0	2,0	10,0	6,0	4,0	8,0	12,0	0,0	8,0	2,0	0,0	10,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0

REPORTAGENS	DATA	MEDO/INSEGURANÇA	HOMICÍDIOS	CRIME = VIOLÊNCIA	JOVENS VÍTIMAS	ESTEREÓTIPO DO CRIMINOSO	GEOLOCALIZAÇÃO DO CRIME/MAPA	MAIS POLÍCIA	GUERRA AO CRIME	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	UPP/UPS	CÂMERAS DE VIGILANCIA	CONSEGS	CIFRA OCULTA E BOE	LEI SECA E CONTROLE ALCOOL	CRIME E USUÁRIO DE ENTORPECENTES	CRIME E TRÁFICO	IMPUNIDADE	RETRIBUIÇÃO E SISTEMA PENITENCIÁRIO	PENA COMO PREVENÇÃO	DIREITOS HUMANOS
JUNHO																					
UPS devolve silêncio ao Parolim	03/06/2012	1	1				1				1					1					
Bairro Mercês ganha Conseg	04/06/2012			1									1								
UPS no Parolim completa um mês sem registrar homicídio	05/06/2012		1		1						1					1					
População unida em busca de paz	08/06/2012	1	1	1									1								
Menos brigas na escola	24/06/2012	1		1												1					
Férias da paz cultivam cidadania	28/06/2012											1									
SOMA		3	3	3	1	0	1	0	0	0	2	0	3	0	0	2	2	0	0	0	
Porcentagem mensal		15,0	15,0	15,0	5,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0	15,0	0,0	0,0	10,0	10,0	0,0	0,0	0,0	

meses	MEDO/INSEGURANÇA	HOMICÍDIOS	CRIME = VIOLÊNCIA	JOVENS VÍTIMAS	ESTERÉOTIPO DO CRIMINOSO	GEOLocalização DO CRIME/MAPA	MAIS POLÍCIA	GUERRA AO CRIME	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	UPP/UPS	CÂMERAS DE VIGILANCIA	CONSEGS	CIFRA OCULTA E BOE	LEI SECA E CONTROLE ALCOOL	CRIME E USUÁRIO DE ENTORPECENTES	CRIME E TRÁFICO	IMPUNIDADE	RETRIBUIÇÃO E SISTEMA PENITENCIÁRIO	PENA COMO PREVENÇÃO	DIREITOS HUMANOS
jul.11	3	5	5	4	1	2	5	3	3	2	0	1	0	1	1	5	3	5	1	2
ago.11	9	9	5	11	1	6	6	9	3	5	2	1	3	2	2	6	6	6	1	7
set.11	5	1	0	8	0	0	0	0	0	1	1	0	4	0	0	0	1	3	0	1
out.11	3	3	0	4	0	2	0	0	0	0	1	3	2	0	1	1	2	3	1	0
nov.11	5	18	8	10	1	14	7	2	2	0	1	5	3	0	2	11	0	0	0	1
dez.11	2	10	6	3	0	6	5	2	1	0	0	3	1	1	2	9	3	2	1	1
jan.12	1	1	1	0	2	4	1	1	0	1	0	0	2	0	1	2	1	1	0	0
fev.12	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0
mar.12	7	11	6	6	1	4	6	5	8	23	1	7	1	1	4	11	1	3	0	2
abr.12	1	2	0	0	0	0	0	2	1	3	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1
mai.12	3	6	3	2	1	5	3	2	4	6	0	4	1	0	5	5	0	0	0	0
jun.12	3	3	3	1	0	1	0	0	0	2	0	3	0	0	2	2	0	0	0	0
jul.12	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
total	43	70	38	49	7	45	34	26	23	44	7	33	18	5	21	52	17	23	4	16
% total	7,5	12,2	6,6	8,5	1,2	7,8	5,9	4,5	4,0	7,7	1,2	5,7	3,1	0,9	3,7	9,0	3,0	4,0	0,7	2,8

ANEXOS

NOTÍCIAS CITADAS

No PR, 70% têm mais medo do que há 5 anos -----	187
12 Cidades têm alta taxa de mortes -----	191
Voluntárias reunidas pela paz -----	195
Paraná tem maior população de presos em delegacias do país -----	198
Polícia troca arma pela conversa-----	201
Estado pode criar sua própria UPPar-----	204
Verba de presídios vira superávit-----	206
Droga causa 77% dos homicídios-----	210
A invejável estatística paulista de combate à violência-----	213
PR tem mais vigilantes que PMs-----	215
Estrutura de Guerra para encarar o crime-----	217
Segurança no PR terá aporte de 500 mil reais-----	219
Insegurança originada por várias violências-----	221
O povo contra o crime -----	223
A cada quatro crimes, um B.O. -----	224
Curitiba terá mais 26 câmeras de segurança -----	226
Paraná decide abrir Mapa do Crime à população -----	228
“Política de segurança é feita de olho na mídia -----	230
Operação prende 296 em 60 municípios -----	231
B.O. virtual atende 160 no 1.º dia -----	233
Curitiba tem o mês mais violento do ano -----	235
Apenas 10% dos inquéritos são concluídos -----	237
Polícia investiga só sete em cada 100 boletins de ocorrência no PR -----	239
Justiça social contra o crime -----	241
Capital elabora plano contra o crime unido à ação social -----	244
“Curitiba ainda não é uma cidade em estado de medo -----	246
60% das cidades do PR não tem Conseg -----	248
Brasil lidera ranking global de assassinatos -----	250
Violência muda hábitos no país -----	251
Paraná terá mapeamento on-line de crimes -----	253

Mapa do Crime já tem mais de 500 registros -----	254
Uma realidade a quatro vozes -----	256
“Policial eficiente é aquele que está próximo da população” -----	259
Falta de punição e problemas sociais são as causas da criminalidade -----	261
Líder em homicídios, CIC teme assaltos -----	263
Taxa de homicídios no Brasil mais do que dobra em 30 anos -----	265
Paraná tem duas entre cinco cidades mais violentas do país -----	266
Delegacia Eletrônica do Paraná recebeu 30 mil solicitações em 4 meses -----	270
Richa promete instalar UPPs no PR neste ano -----	271
O gatilho é puxado pelo tráfico -----	272
Unidade Paraná Seguro é instalada na região do Uberaba -----	276
Ocupação permanente -----	277
Governo promete ações sociais no Uberaba a partir de 4ª feira -----	281
OAB denuncia PMs por tortura -----	283
Violência policial no país está enraizada -----	285
Antídoto social contra a falta de segurança -----	286
Feiras da paz cultivam cidadania -----	288
Sensação de insegurança cresce, um ano depois -----	290

GAZETA DO POVO

Daniel Castellano/ Gazeta do Povo



A executiva Carla Wemer não foi vítima da violência, mas o medo é maior agora: relatos de conhecidos aumentam sensação de insegurança

INSEGURANÇA

No PR, 70% têm mais medo do que há 5 anos

Pesquisa mostra que a maioria dos paranaenses considera a falta de segurança o maior problema do estado. Índice aumenta entre os curitibanos

24/07/2011 | 01:04 | KATIA BREMBATTI

O paranaense acredita que a violência está mais perto: sete em cada dez pessoas se sentem menos seguras hoje do que há cinco anos. É o que mostra uma consulta realizada pelo Instituto Paraná Pesquisa em todas as regiões do estado. E a sensação de perigo é respaldada nas estatísticas que apontam, ano após ano, que todos os índices de criminalidade estão em tendência de alta no estado.

» [Confira o resultado da pesquisa que revela a sensação de medo no Paraná](#)

Levantamento

Pesquisa marca início de campanha

A divulgação da pesquisa sobre a percepção de insegurança inaugura a cobertura jornalística da campanha "Paz sem voz é medo", do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), que começa oficialmente neste fim de semana. Para saber o que mais está preocupando a população, o Instituto Paraná Pesquisa consultou 1.505 paranaenses – da capital, de municípios da região metropolitana de Curitiba (RMC) e do interior do estado. As entrevistas foram feitas em 70 municípios, entre os dias 8 e 15 de julho, com margem de erro de 2,5%.

Murilo Hidalgo, diretor do Instituto Paraná Pesquisas, parceiro do GRPCom na campanha, conta que o levantamento revelou que as pessoas estão conectadas com os problemas que as cercam. "Segurança pública é uma preocupação nas pequenas e nas grandes cidades". Para ele, o que mais chamou a atenção foi a associação entre violência e drogas, citada por um número considerável de entrevistados. "Espero que daqui a um tempo, quando a gente voltar a consultar a população, a sensação de medo seja menor e o número de pessoas que sofreram violência também tenha caído", pondera. (KB)

Temor distorce percepção

A comerciante Zanete Di Domenico sabe que o medo distorce a percepção. Depois de ter sido assaltada por um homem que usava boné, sentiu o corpo gelar quando um vendedor usando boné entrou no restaurante que administra com a família, no bairro Juvevê. Foram dois assaltos a mão armada, um há dez anos e outro há seis meses. A família também passou por várias tentativas de roubo do carro e por um roubo na rua. "Agora vivo em alerta", diz Zanete, que buscou ajuda psicológica. "Os medos invadem até o sonho", confessa.

[Leia a matéria completa](#)

Por trás das blindagens e dos muros altos

O advogado criminalista Carlos Alberto Martins da Silva sabe bem qual é a diferença de alternar a sensação de insegurança e de liberdade. Em Curitiba, mora em uma casa em condomínio fechado no Batel, com guarita e vigilância, e só circula em carro blindado. Nos Estados Unidos, onde passa alguns períodos por ano, fica em uma casa sem muros e não usa blindagem nos veículos. "Em Curitiba, tenho posturas defensivas que não tenho fora", diz ele, que deixa o carro sempre em estacionamento e faz compras pelo telefone.

[Leia a matéria completa](#)

Paz Sem Voz É Medo

O que é a campanha

Vivemos um momento delicado. As estatísticas mostram uma sociedade diferente daquela com que sonhamos. Diariamente, somos impactados pela agressividade no trânsito, pelo avanço das drogas, homicídios e tantas outras formas de violência que passaram a fazer parte de uma rotina que não deveríamos aceitar.

Diante disso, o GRPCOM, por meio de seus veículos, Gazeta do Povo, Jornal de Londrina, Gazeta Maringá, RPC TV, ÓTV, Rádios 98FM e Mundo Livre FM, lança uma campanha e convida todos os paranaenses para uma reflexão sobre o tema. [Leia matéria completa](#)

Mesmo sem ter passado por nenhuma situação de violência nos últimos cinco anos, a executiva Carla Werner acredita que o Paraná está menos seguro neste período. E o motivo é simples: nada aconteceu com ela, mas pessoas que ela conhece passaram por situações traumáticas. São relatos que reforçam a sensação coletiva de insegurança.

Carla acredita que só não foi mais uma vítima recente da violência porque tomou algumas atitudes que a deixaram um pouco mais protegida. Mesmo tendo investido dinheiro e sonhos na construção de uma casa no bairro Santa Quitéria, acabou se mudando para um apartamento no Água Verde. A motivação foi uma tentativa de assalto, há cinco anos. Antes disso, já tinha sido abordada cinco vezes enquanto dirigia. Passou a evitar sair à noite e só circula com os vidros do carro fechados. "Eu fiquei muito mais alerta", conta. "A verdade é que a pessoa fica presa, tem muito menos liberdade. Não pode mais ir ao lugar que quiser, no horário que quiser", diz.

A executiva busca trabalhar mais em casa e não deixa a filha, de 15 anos, ir sozinha a lugar algum. Quando alguém se aproxima do carro, ela já fica apavorada. "Às vezes é um trabalhador, mas eu acho que todo mundo é ladrão", conta. Depois dos traumas, vê mais maldade do que bondade nas pessoas. "A vida era muito mais bonita do que é hoje", lamenta.

Mais medos

No Paraná, a segurança pública é apontada como o principal problema por mais da metade (56%) dos entrevistados. Especificamente para os curitibanos, a preocupação é ainda maior – na faixa dos 62%. Já a percepção nacional, a partir de uma pesquisa recente feita pelo Ibope, indica que a segurança é a terceira preocupação dos brasileiros – atrás de saúde e educação. Anteriormente considerado tranquilo, o Paraná agora está, para metade das pessoas ouvidas na pesquisa, na média dos demais estados brasileiros no quesito violência. E para um a cada quatro consultados, o Paraná é muito violento.

Para a maior parte dos entrevistados, as drogas – tanto o uso (47%) quanto o tráfico (40%) – estão associadas aos casos de violência. Uma droga lícita, a bebida alcoólica (21%), aparece na terceira posição entre os motivadores. No rastro desses três fatores é que são citadas causas como falta de policiamento, questões sociais, corrupção e impunidade.

Alta probabilidade

Assaltos preocupam mais que homicídios

O principal medo dos paranaenses é ser vítima de assalto. Para quatro em cada dez pessoas ouvidas na consulta, esse é o crime mais temido. E o psiquiatra Sivan Mauer argumenta que esse receio é racional. "É um medo real, baseado na probabilidade", explica. Como os casos são frequentes, a pessoa realmente acredita que pode ser assaltada, acrescenta o vice-presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria.

A pesquisa também mostra que uma em cada cinco pessoas entrevistadas esteve cara a cara com uma situação de roubo ou furto nos últimos 12 meses. Considerando que todos os casos de roubo tenham sido comunicados à polícia e que a mesma pessoa não tenha sido vítima mais de uma vez no ano, as estatísticas da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) indicariam, contudo, baixo risco de envolvimento em uma situação de assalto. Uma em cada 500 pessoas no Paraná comunicou ter sido vítima de roubo no ano passado.

O medo de homicídio – crime mais grave que o assalto – aparece em sexto lugar na pesquisa. Bala perdida, sequestro e latrocínio também foram medos frequentemente citados. A percepção de que a possibilidade de ser assassinado é menor pode estar associada à impressão de que existem grupos de risco. Assim, uma mulher de meia idade que more em um bairro mais tranquilo estaria menos suscetível do que um rapaz morador da periferia e envolvido com drogas. Também pelos indicadores da Sesp, uma em cada 3,4 mil pessoas foi vítima de homicídio em 2010.

Metade dos entrevistados citou a saída de banco como uma situação de alto risco de violência. Estar na rua, parado em um semáforo ou circulando pela periferia da cidade também foram situações bastante apontadas como potencialmente arriscadas. Quatro em cada dez pessoas disseram que deixaram de fazer algo porque estão com medo. Mas a maioria da população (seis de cada dez pessoas) afirma que não restringiu nenhuma atividade por temor da violência. Sobre qual situação deixa as pessoas mais amedrontadas, as quatro principais respostas – em porcentuais bem semelhantes – foram: andar em ruas escuras, sacar dinheiro em caixa eletrônico, ser vítima de roubo ou furto em casa e sofrer assalto a mão armada.

A VOZ DA INSEGURANÇA

A percepção dos paranaenses é de que a violência se aproxima e é cada vez mais frequente. Confira os resultados da pesquisa que revela a sensação de medo no Paraná.



Nos últimos doze meses:

21% foi vítima de roubo ou furto

8% teve sua casa roubada ou furtada

4% teve o seu carro ou de alguém da família roubado ou furtado

Hoje:

43% deixa de fazer alguma coisa porque tem medo

OPINIÃO SOBRE O ESTADO



Qual é hoje o maior problema enfrentado pelos paranaenses?*

Segurança pública	56%
Saúde	43%
Drogas	28%
Educação	12%
Desemprego	11%

Porcentual de pessoas que consideram a segurança pública o maior problema do estado, por regiões:

Curitiba	62
RMC	58
Interior	54

O QUE OS PARANAENSES TEMEM

Qual local ou situação é mais arriscada?*

Na saída de bancos	53%
Na rua	31%
Quando está parado no semáforo	19%
Ao circular pela periferia da cidade	19%
Em casa	14%

De qual situação você tem mais medo?*

Andar em ruas escuras	25%
Sacar dinheiro em caixa eletrônico	24%
Ter sua casa roubada ou furtada	24%
Sofrer qualquer tipo de assalto à mão armada	23%
Chegar ou sair de casa, principalmente à noite	19%
Andar sozinho	15%
Andar no centro à noite	11%
Violência policial	7%
Ser assaltado no sinaleiro	7%
Ter seu carro roubado ou furtado	7%
Passear à noite em praças	6%
Andar de ônibus, principalmente à noite	6%
Estacionar na rua	2%
Empresas de segurança clandestinas	1%

De qual crime você mais teme se tornar vítima?

Assalto	39%
Bala perdida	9%
Sequestro/ refém	9%
Latrocínio	8%
Arrombamento	8%
Homicídio	7%
Tráfico	7%
Roubo de carro	5%
Agressão	5%

*Total superior a 100%, pois os entrevistados podiam escolher mais de uma alternativa.

METODOLOGIA: entre 8 e 15 de julho de 2011 foram entrevistados 1.505 habitantes do Paraná maiores de 16 anos, em 70 municípios. Grau de confiança de 95% e margem de erro de 2,5%

Fonte: Instituto Paraná Pesquisas.

Qual fator está mais associado à violência?*

Uso de drogas	47%
Tráfico de drogas	40%
Bebida alcoólica	21%
Falta de policiamento	20%
Arma	15%
Desigualdade social	12%
Corrupção	9%
Falta de emprego	9%
Gangues	7%
Trânsito	3%
Ganância	3%
Impunidade	1%

Infografia: Gazeta do Povo

O que você quer comparar?

Informática

Eletrônicos

Eletrrodomésticos

Telefonia

[Comparar os melhores preços](#)



Notebook Apple
Macbook Air MD2012...
KaBuM!
à vista R\$ 4.249,91



PC Itautec Intel
Celeron E3400...
Balão da informática
10 x R\$ 101,10



Pen Drive Emtec
M200 4GB
Balão da informática
2 x R\$ 30,78



Notebook Sony Vaio
SVT11125
Wal-Mart
12 x R\$ 249,83



D-Link DIR-615
Magazine Luiza
à vista R\$ 179,00

GAZETA DO POVO

ASSASSINATOS

12 cidades têm alta taxa de mortes

Levantamento põe municípios paranaenses entre os 100 com os maiores índices de assassinatos cometidos com armas de fogo no país

26/07/2011 | 01:05 | DIEGO RIBEIRO

O Paraná tem 12 cidades entre os 100 municípios brasileiros de médio e grande porte com taxas muito altas de homicídios cometidos com o uso de armas de fogo. Os números apresentados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) são preliminares e referentes a 2009. A relação leva em conta cidades com mais de 10 mil habitantes. O estudo, sobre a incidência do homicídio por arma de fogo no país, foi publicado em maio deste ano, com base nos dados do Ministério da Saúde.

Das 12 cidades paranaenses que integram o levantamento, oito são da região metropolitana de Curitiba: Campina Grande do Sul, Almirante Tamandaré, Piraquara, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Rio Branco do Sul, Colombo e Araucária. A Bahia lidera o ranking com 14 municípios, seguida de Pernambuco (13 cidades), Alagoas (12), Pará (12), Paraná e Espírito Santo (10).

Segundo a pesquisa, 71,2% dos assassinatos registrados no país em 2009 foram cometidos com armas de fogo. No Paraná, o percentual é um pouco acima da média nacional. Do total de homicídios no estado, 72,4% foram ocasionados por armas de fogo. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul os índices são de 60,6%, 80,1%, 62,2% e 73,7%, respectivamente.

Epidemia

Média é maior que a de SP

A escalada da violência transformou os homicídios em uma epidemia no Paraná. Hoje ocorrem no estado 27 assassinatos por 100 mil habitantes, média quase duas vezes maior do que a do estado de São Paulo, que possui uma taxa de 11 homicídios por 100 mil. O quadro epidêmico é ainda pior em Curitiba. A taxa atual de 37 assassinatos por 100 mil habitantes na capital é o segundo pior da história desde que as estatísticas da criminalidade começaram a ser divulgadas periodicamente, em 2007. Só perde para 2010, ano com média de 43. Entre 2007 e 2011, houve um aumento de quase 20% na média paranaense. Naquele ano, a taxa estadual era de 25 homicídios por 100 mil habitantes. Em Curitiba, o crescimento foi de 38,7%. No primeiro ano de divulgação das estatísticas, a taxa era de 31.

Deficiência

Investigação de homicídios ainda é falha no estado

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná (Adepol) e ex-titular da Delegacia de Homicídios de Curitiba, Luiz Alberto Cartaxo, acredita que a investigação policial deve ser melhorada no estado. "Hoje, na investigação de homicídio, o local de crime é o principal problema", afirma. Segundo ele, a preservação da prova e da área é deficiente em todo o Paraná. "Existe um trabalho de análise para criar um decreto estadual que discipline a atuação dos policiais em locais de crime", revela.

Com o objetivo de evoluir nesse quesito, a Escola da Polícia Civil, dirigida pelo próprio Cartaxo, está preparando um curso de reciclagem na investigação de homicídios. "Nesse tipo de crime é preciso ter um conhecimento especializado".

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) estuda a criação de uma divisão de homicídios. A ideia é formar um grupo maior e mais especializado na investigação desses crimes. O intuito é ter uma estrutura semelhante ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de São Paulo. "Estive em São Paulo. Falei com delegado-geral, visitei o DHPP e conversei com os delegados responsáveis. É claro que, com efetividade na investigação, isso diminui a impunidade e inibe a criminalidade", diz o secretário da Segurança Pública do Paraná, Reinaldo de Almeida César Sobrinho. Segundo ele, ainda não há data para a nova delegacia ser

implantada. “Nos primeiros seis meses procurei trabalhar na autoestima do pessoal, valorizar o trabalho, estar junto, apoiar e motivar”, diz o secretário.

Para o sociólogo e estudioso em segurança pública Luís Flávio Saporì, de Minas Gerais, entre as medidas necessárias para reduzir o número de homicídios está a restrição ao acesso a armas de fogo. Ele avalia que as campanhas de desarmamento anteriores ajudaram. “Elas evitaram que armas que estavam com um cidadão de bem fossem para as mãos de bandidos”. Hoje a campanha no país é permanente.

Já o ex-secretário Nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva não acredita que a campanha terá tanto efeito. “O desarmamento quase esgotou as possibilidades durante as duas primeiras campanhas. Agora não tem tanta adesão”, afirma.

Crise da segurança

Os motivos para essa crise da segurança pública no Paraná já são conhecidos: falta de efetivo policial, avanço do tráfico de drogas, fronteiras sem fiscalização eficiente, presos em delegacias, má gestão policial e impunidade. Apesar desses problemas históricos, os especialistas dizem que há esperança para reverter o quadro. “É possível reduzir. Essa possibilidade exige uma mobilização da sociedade e precisa de uma política de segurança concreta, bem delineada, com gestão técnica, que reduza a impunidade e aumente a capacidade de investigação”, diz Saporì.

Para José Vicente da Silva, não há sentido no fato de o Paraná ser mais violento do que São Paulo. “É fruto da má gestão”, critica. Ele avalia que a alta dos homicídios está diretamente ligada à gestão policial. “O Paraná tem uma boa polícia, mas a tecnologia da informação é precária no estado. É necessário que toda a gestão da polícia seja compartilhada e que haja respostas imediatas aos homicídios.” Silva acha que os autores dos assassinatos devem ser identificados em até três dias. “Quanto mais vigorosa for a resposta, menos crime teremos”.

As medidas citadas pelos especialistas têm o objetivo de reverter a situação atual a curto e médio prazo. Segundo Saporì, aumentar a repressão em locais com alta incidência de homicídios é uma medida permanente que surte efeito imediato. “Tem que inibir o poder territorial dos criminosos. Essas medidas são de curto prazo. É uma decisão política do governador. Depois, que adote essas ações permanentemente. Não há outra maneira”, diz. “Os criminosos têm que saber que a chance de serem presos é grande”.

CAMPO MINADO

O ranking que mostra as cem cidades brasileiras com mais homicídios por armas de fogo tem doze municípios do Paraná.

Taxa de homicídios com arma de fogo a cada 100 mil habitantes, em cidades com mais de 10 mil habitantes. Dados de 2009.

1º	Eunápolis	Bahia	106,5	
2º	Lauro de Freitas	Bahia	100	
3º	Itapissuma	Pernambuco	98,3	
4º	Marabá	Pará	92,6	
5º	Cupira	Pernambuco	83,4	
6º	Serra	Espírito Santo	82	
7º	Branquinha	Alagoas	81,9	
8º	Campina Grande do Sul	Paraná	81,5	
9º	Piraquara	Paraná	81,3	
10º	Almirante Tamandaré	Paraná	81	
11º	Fazenda Rio Grande	Paraná	80,4	
14º	Iporã	Paraná	78,8	
22º	Guaratuba	Paraná	76,2	
23º	Pinhais	Paraná	76,1	
33º	Rio Branco do Sul	Paraná	69,4	
38º	Santa Terezinha de Itaipu	Paraná	68,2	
57º	Guaíra	Paraná	60,7	
91º	Colombo	Paraná	51,8	
92º	Araucária	Paraná	51,7	

Seis cidades da região metropolitana de Curitiba têm taxas piores do que o município fronteiriço Guaíra.

Estados com
mais cidades
no ranking

Bahia	14 cidades	
Pernambuco	13 cidades	
Alagoas	12 cidades	
Pará	12 cidades	
Paraná	12 cidades	
Espírito Santo	10 cidades	

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios.

Infografia: Gazeta do Povo

Colaborou Kátia Brembatti

GAZETA DO POVO

Jonathan Campos/Gazeta do Povo



Dona Cida e as outras integrantes do projeto Mulheres da Paz: ideia é trabalhar conceitos de cidadania, ética e direitos humanos

ATMSMO

Voluntárias reunidas pela paz

Mulheres atuarão na prevenção da violência nas comunidades de Borda do Campo e Grande Guatupê, em São José dos Pinhais

28/07/2011 | 00:02 | [RAFAEL WALTRICK](#)

Moradora há 22 anos da comunidade do Grande Guatupê, em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, Sonia Maria Siqueira é “figurinha carimbada” nas ruas da região, tanto pela fala fácil quanto pela disponibilidade. Tem quatro filhos, criados somente por ela, “mas com a ajuda do homem lá de cima”, como faz questão de destacar. Por isso mesmo, o contato com os demais jovens é frequente. E deve se intensificar ainda mais. Sonia é uma das 50 voluntárias que integram o projeto Mulheres da Paz, desenvolvido pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O projeto, já em andamento, capacita mulheres para atuarem em suas comunidades na prevenção da violência, especialmente envolvendo jovens e adolescentes.

Em São José dos Pinhais, o Mulheres da Paz atuará nas comunidades de Borda do Campo e Grande Guatupê, que reúnem 63 mil pessoas. A região foi escolhida por ser considerada uma das mais vulneráveis da cidade, onde as ocorrências de brigas entre gangues e tráfico de drogas são frequentes. O grupo, porém, formado em grande parte por mães de família e aposentadas, passará longe de ser repressor, fiscalizador ou delator. A intenção é dialogar com os jovens e mediar conflitos, repassando, no processo, conceitos de cidadania, ética e direitos humanos.

Ou, como resume Maria Aparecida Cerqueira, mais conhecida como Dona Cida, “trabalhar para trazer mais paz”. Ela é outra voluntária que, após se aposentar, continuou trabalhando. Dessa vez, não em nome de uma

O que é o Pronasci

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), desenvolvido pelo Ministério da Justiça, articula políticas de segurança com ações sociais. Conheça alguns detalhes do programa:

Finalidade

Entre os principais eixos de trabalho do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Público-alvo

Além dos agentes de segurança, o Pronasci tem como público alvo jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei. Presos ou egressos do sistema prisional também participam dos projetos.

Projetos

Segundo o Ministério da Justiça, 94 ações fazem parte do programa, envolvendo os municípios, estados, ONGs e a comunidade. Entre os projetos, destacam-se a Justiça Comunitária e Mulheres da Paz – ações que são desenvolvidas em São José dos Pinhais. Além disso, há uma bolsa-formação de R\$ 400 para policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes prisionais de baixa renda.

Abrangência

O Pronasci tem projetos em 150 municípios de 22 estados do país, mais o Distrito Federal. No Paraná, em 17 cidades há alguma ação do programa: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araçongas, Araucária, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Colombo, Foz do Iguaçu, Iporã, Jataizinho, Londrina, Pinhais, Piraquara, Rolândia, São José dos Pinhais, Sertãozinho e Tamarana.

Investimento

Segundo o governo federal, até o fim do ano que vem serão investidos R\$ 6,707 bilhões para o desenvolvimento e a ampliação dos projetos do Pronasci. A intenção é que o programa seja estendido a todos os estados até 2012.

empresa ou órgão público, mas pela comunidade. “As pessoas que moram aqui [no Grande Guatupê] são pessoas idôneas, que merecem toda a ajuda e atenção possíveis. Queremos simplesmente fazer um pouco a mais a favor delas”, explica.

Atuação

Após a divulgação do projeto, 240 mulheres se inscreveram para participar. A escolha das 50 selecionadas levou em conta o perfil das candidatas e o local onde moravam. A turma passou por aulas e palestras sobre conflitos, modos de enfrentamento à violência, acesso à Justiça, relações sociais e outros temas. Agora, já está em campo, batendo de porta em porta para registrar informações sobre as comunidades, identificando os perfis dos moradores, os principais tipos de violência e as medidas mais eficazes para sua prevenção e combate.

A ação é reforçada pela presença de outro grupo de 30 mediadores de conflitos que atuarão, a partir de agosto, no projeto Justiça Comunitária, também em Borda do Campo e no Grande Guatupê.

“São ações integradas visando à redução da violência. Os problemas acabam sendo resolvidos pela própria comunidade, o que reduz os crimes, principalmente entre os jovens”, avalia a gestora do Mulheres da Paz em São José dos Pinhais, Cleusa Maria Lima.

Um estudo anterior constatou que existem cerca de mil famílias com jovens entre 15 e 24 anos nas regiões de abrangência do projeto. As voluntárias irão agora priorizar o contato com essas famílias, identificando as que podem estar em situação de vulnerabilidade e encaminhando os jovens para o Protejo, outro programa do Pronasci que será implantado em breve na cidade.

Cada uma das Mulheres da Paz deverá cadastrar, nesta primeira etapa, 20 famílias. Após o cadastramento, elas irão acompanhar e orientar tanto os pais quanto os filhos. Isso somente ocorre, porém, se a família aceitar a ajuda. O que, para a gestora do projeto, não deve ser problema. “Mulheres, em geral, são mais confiáveis e têm mais credibilidade junto à comunidade. Elas são mais sensíveis e dedicadas aos problemas que as famílias enfrentam e entram em lugares que muitos não conseguem”, afirma Cleusa.

Cidade terá programa para jovens e adolescentes

Além do Mulheres da Paz e do Justiça Comunitária, São José dos Pinhais deverá receber em breve o Protejo, programa do Pronasci voltado especificamente para jovens e adolescentes. Assim como as outras ações já em andamento na cidade, o Protejo busca transformar os próprios moradores das comunidades em multiplicadores e defensores dos direitos humanos e da cidadania. Nesse caso, os jovens receberão bolsas

para atuar, repassando a outros adolescentes os ensinamentos recebidos pelas integrantes do Mulheres da Paz.

Para o sociólogo e professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Lindomar Wessler Bonetti, as ações desenvolvidas no município são eficazes justamente por trabalhar o combate à violência a partir de uma visão do conjunto, e não só do indivíduo. "A conquista da paz é uma construção coletiva", analisa. "Assim, o papel dessas voluntárias [as Mulheres da Paz] é, no fundo, construir um ser social, para que essa pessoa se sinta integrada à sociedade".

Comunidade mobilizada

A consolidação da própria comunidade como agente fundamental na busca da paz também é defendida pelo advogado especialista em mediação de conflitos Adolfo Braga Neto, consultor da Secretaria de Reforma do Judiciário. Ele esteve nas últimas semanas em São José dos Pinhais capacitando os integrantes do projeto Justiça Comunitária.

"Essa é uma forma de solução de problemas na qual as pessoas utilizam um terceiro que não é um advogado, um psicólogo, um assistente social, um agente público. O mediador vai fazer com que as próprias pessoas resolvam seus conflitos, promovendo o diálogo e reforçando que quem tem poder são as pessoas", diz Neto.

* * * * *

Interatividade

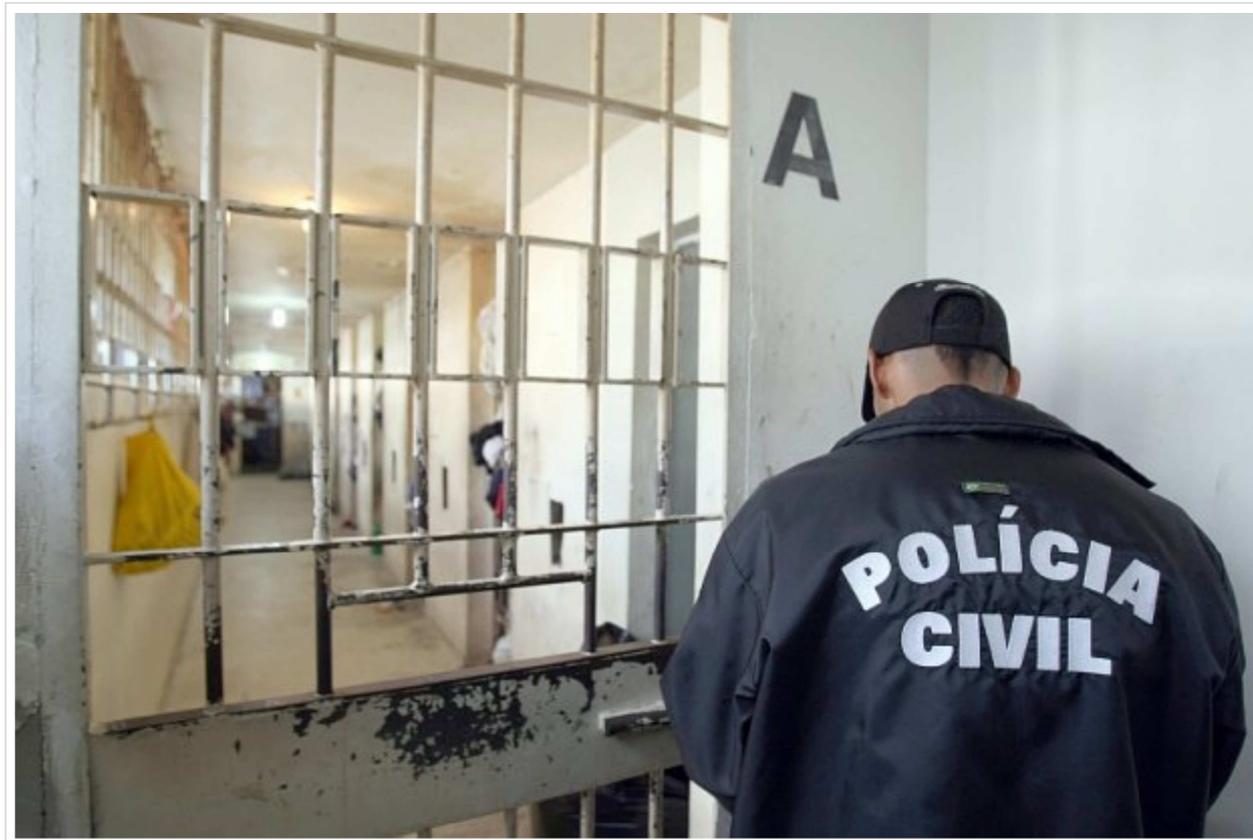
Qual o papel do voluntariado e da participação da comunidade no combate à violência?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

GAZETA DO POVO

Daniel Castellano/ Gazeta do Povo



SISTEMA PRISIONAL

Paraná tem a maior população de presos em delegacias do país

Dados do Departamento Penitenciário revelam que, em abril, 16.462 presos provisórios estavam em cadeias do estado, sob custódia da Polícia Civil

29/07/2011 | 00:01 | [RAFAEL WALTRICK](#)

Apesar de construídas exclusivamente para abrigar presos provisórios, as carceragens das delegacias do Paraná comportavam, em abril deste ano, 16.462 detentos, distribuídos em celas que, juntas, deveriam receber no máximo 6.117 pessoas. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o estado possui o maior número de detentos em cadeias do país – no final de 2010, dos 50.546 presos custodiados nas delegacias, 16.223 estavam no Paraná.

Estimativas do Ministério Público (MP) do Paraná e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná (OAB-PR), mostram ainda que pelo menos 3,5 mil presos já condenados cumprem pena nas delegacias do estado, ao invés de estarem em penitenciárias, como prevê a lei. Os impactos são diversos: sem estrutura física para receber tantos presos – e por tanto tempo –, as cadeias superlotadas favorecem o risco de fugas e rebeliões e, principalmente, comprometem o trabalho dos policiais civis, que precisam dividir a rotina de investigação com a custódia dos detentos.

Segundo o Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná (Sinclapol), a superlotação é ainda mais crítica nas delegacias do interior, onde o efetivo de agentes é menor. Das 561 delegacias com carceragens

no Paraná, 303 ficam no interior. Além do desvio de função ocasionado pela guarda dos presos, o sindicato critica as escalas estendidas a que os policiais são submetidos, justamente para evitar que as celas fiquem sem vigilância.

Assistência jurídica

Defensoria abre concurso público

A Defensoria Pública do Paraná abriu inscrições na última segunda-feira para o processo seletivo que irá contratar 150 assessores jurídicos para atuarem em estabelecimentos penais de todo o estado. Do total de assessores, 64 atuarão exclusivamente nas cadeias públicas e distritos policiais do Paraná. Segundo a Secretaria de Justiça do Paraná, a intenção é ampliar e garantir a assistência jurídica aos presos, inclusive como forma de diminuir o número de detentos mantidos hoje nas delegacias.

O concurso ocorrerá no dia 28 de agosto. Os contratos terão validade até que sejam preenchidos os cargos do primeiro concurso público para a carreira de defensor público do Paraná, que ocorrerá provavelmente ano que vem.

Serviço:

As inscrições podem ser feitas pelo site www.nc.ufpr.br até 10 de agosto.

Mais espaço

Secretaria promete 2,5 mil novas vagas até outubro

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) garante que há a intenção de repassar integralmente a custódia dos presos mantidos nas carceragens para agentes da própria secretaria, liberando os policiais civis para atividades de investigação. O processo, porém, deve ocorrer paulatinamente, ao longo dos próximos quatro anos. Antes, seria necessário reformar as cadeias e inaugurar novas unidades prisionais, diminuindo o problema da superlotação.

Segundo a assessoria da Seju, 2,5 mil novas vagas devem ser colocadas à disposição do sistema prisional do Paraná até outubro. Uma nova penitenciária, com 720 vagas, será inaugurada em Cruzeiro do Oeste e a Penitenciária Central do Estado, em Piraquara (Grande Curitiba), está sendo ampliada para abrigar mais 1.480 detentos. Também nos próximos três meses, o regime semiaberto da Penitenciária de Maringá contará com mais 300 vagas.

A secretaria informa ainda que estão sendo licitadas ampliações de outras unidades prisionais já existentes em Piraquara – voltadas para jovens de 18 a 24 anos – e Ponta Grossa, que, juntas, disponibilizariam 1.064 vagas. A Seju também planeja a construção de novas penitenciárias em Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Londrina. Nesse caso, porém, não há qualquer previsão para os projetos saírem do papel, já que as obras dependeriam de recursos federais que ainda estão sendo negociados.

CARGO

Superlotação cria figura do auxiliar de carceragem

Às voltas com a superlotação das cadeias, algumas delegacias têm recorrido à ação de auxiliares de carceragem, agentes que ficam responsáveis pelo “trabalho braçal” de custódia. A equipe serve comida aos detentos, acompanha entrada e saída das celas e limpa carceragens, entre outras tarefas. O auxiliar de carceragem não é um policial e não pode portar armas, por exemplo.

O 12º Distrito Policial de Curitiba, no bairro Santa Felicidade, uma das unidades em que o problema da superlotação é crônico – são 26 vagas para, em média, 150 detentos –, conta hoje com quatro auxiliares. Apesar de o 12º DP já ter contado com o dobro de funcionários para o trato dos presos, o superintendente do distrito, Manoel Mendes, afirma que a ajuda dos auxiliares de carceragem é “fundamental”. “O trabalho deles é muito importante para a delegacia, até para liberar os policiais para outras tarefas. São funcionários contratados por meio de requisitos criteriosos, como a ausência de antecedentes criminais”, explica Mendes.

Mesmo a presença dos auxiliares de carceragem, porém, não isenta totalmente os policiais da custódia dos detentos, já que a atuação da equipe é restrita a tarefas administrativas. A segurança do distrito e das celas continua sendo feita exclusivamente pelos 25 policiais, que, além do trabalho rotineiro de investigação, precisam prevenir fugas e rebeliões nas celas lotadas.

“Isso inviabiliza o trabalho policial. Agentes que deviam estar a campo permanecem na delegacia apenas para cuidar dos presos”, critica o diretor de assuntos parlamentares do Sinclapol, Sidnei Belizário de Melo. “Assim, a grande maioria dos boletins de ocorrência simplesmente não é investigada”.

O delegado-chefe da Divisão Policial do Interior (DPI), Júlio César dos Reis, afirma que há uma falsa impressão de que apenas um ou dois policiais conseguem “dar conta” da custódia e segurança dos presos, o

que não ocorre na prática. “O policial civil tem formação para investigação e infelizmente tem que desviar boa parte das suas atribuições para essa custódia, o que, sem dúvida, dificulta o trabalho”, relata.

Para Reis, uma das alternativas buscadas é repassar o trabalho de custódia dos detentos exclusivamente para agentes da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), o que já ocorre em outros estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A secretaria confirma a intenção, mas diz que a mudança ainda pode demorar para ser integralmente implantada.

Origem

A promotora de justiça Maria Esperia Costa Moura, da área de Execuções Penais do MP, destaca que o problema da superlotação tem como uma das causas a deficiência na assistência judiciária dos detentos. A vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB-PR, Isabel Kluger Mendes, diz que não é raro encontrar nas cadeias presos que já foram condenados há meses e até anos. “Ninguém está defendendo que aquele que pratica um delito seja solto ou absolvido. Mas na Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba, por exemplo, encontramos um rapaz que já havia sido condenado e estava ali há mais de quatro anos. Essa é uma situação gravíssima”, relata.

A superlotação das delegacias também é reflexo do esgotamento do sistema prisional brasileiro. O déficit de vagas nos presídios, no final de 2010, chegou a 164.624 vagas. Segundo balanço do Depen, só no Paraná seriam necessárias mais 5.311 vagas nos estabelecimentos prisionais. Isso, sem colocar na conta os mais de 16 mil presos mantidos nas delegacias.

Excesso de presos transforma cadeias em “escolas do crime”

As vistorias da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB-PR nas carceragens de delegacias permitiram visualizar na prática uma situação implícita nos números: com a superlotação superando o número de vagas em mais de 10 mil presos, as celas se tornam ambientes mais do que favoráveis para a disseminação de doenças e da própria criminalidade.

Sem estrutura para separar presos de menor ou maior periculosidade, ou detentos provisórios daqueles que já foram condenados, as carceragens transformam-se em verdadeiras “escolas do crime” – expressão normalmente relacionada às penitenciárias.

“Imagine um garoto de 18 anos que foi preso por praticar um furto simples para comprar drogas, por exemplo. Esse rapaz teria todas as condições de ser recuperado se a lei fosse respeitada. Mas aí ele é jogado no meio de abutres, criminosos que estão ali há muito tempo e dominam a cadeia. Esse jovem acaba sendo coagido e violentado em todos os sentidos”, relata a vice-presidente da comissão, Isabel Kluger Mendes.

Gravidade

Para a promotora de justiça Maria Esperia Costa Moura, a “mistura” entre presos é um problema tão grave quanto o risco de fugas e rebeliões devido à grande concentração de pessoas nas celas. Nesse caso, a detenção, que deveria reforçar a segurança, acaba tendo efeito contrário, causando um agravamento maior da violência e da reincidência de crimes. “Os presos provisórios acabam sendo libertados, mas se tornam agentes de prestação de serviços para aqueles que ainda estão detidos, após serem cooptados por persuasão ou ameaças”, explica a promotora.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB-PR alerta ainda para as más condições de insalubridade vividas pelos presos em carceragens lotadas. Segundo Isabel, exemplos de graves riscos à saúde não faltam. “Na delegacia do Alto do Maracanã [em Colombo, região metropolitana de Curitiba], solicitamos uma vistoria da Vigilância Sanitária. A capacidade é de oito presos, mas havia cerca de 40 quando passamos por lá. Vários detentos tinham problemas sérios de furúnculos pelo corpo inteiro”, relata.

* * * * *

Intervenção

Construir mais presídios resolve ou agrava o problema da superlotação carcerária? Por quê?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

GAZETA DO POVO

Henry Milléo/ Gazeta do Povo



Vela da comunidade Santa Marta, uma das 17 beneficiadas pelo projeto de pacificação que privilegia a interação policial em vez da força

EXEMPLO

Polícia carioca troca arma pela conversa

UPPs do Rio de Janeiro se aproximam da comunidade e mostram que é possível reduzir índices de criminalidade

31/07/2011 | 00:10 | [KATIA BREMBATTI, ENVIADA ESPECIAL](#)

Rio de Janeiro - A paz subiu morros cariocas munida de fuzil, pelas mãos do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), mas quem está mudando de fato a história das relações entre polícia e sociedade são pessoas treinadas para recorrer menos às armas e usar mais a palavra para resolver os problemas. Os agentes que trabalham nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) são instruídos a agir sem exacerbar o poder da autoridade e a mediar conflitos, muitas vezes fazendo trabalho que não é considerado função da polícia. Mesmo que outras cidades não tenham morros ou áreas a serem retomadas de organizações criminosas, o que está aí para ser copiado da experiência carioca é a disposição real de investir em um policiamento de proximidade.

A UPP é inspirada em um modelo colombiano de combate à criminalidade (que deu certo num primeiro momento, mas já demonstra sinais de desgaste, com novas escaladas de violência). No final de 2008, a comunidade carioca do Santa Marta foi a primeira a ser retomada do controle do tráfico de drogas. De lá para cá, foram instaladas 16 UPPs. Nos próximos três anos, a meta é chegar a 40 unidades, alcançando diretamente cerca de 1,3 milhão de moradores. Os critérios para a definição de quais áreas receberão UPPs não são públicos. Mas os locais escolhidos até agora não deixam dúvida de que está sendo priorizado todo o cinturão próximo aos principais pontos turísticos e aeroportos da cidade, com vistas a garantir segurança para a realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016.

Estratégia tem limitações

Quem está atento às lacunas da gestão de segurança pública do Rio de Janeiro reconhece a melhora no panorama, mas com ressalvas. Para Sebastião Santos, coordenador da ONG Viva Rio, se não houver política integrada de combate à violência em todo o estado, a criminalidade será expulsa de alguns locais e empurrada para outros, como a Baixada Fluminense. "Já é possível perceber o deslocamento", diz. Pesquisas indicam uma violência crescente nos municípios médios e pequenos.

Santos justifica as reações temerosas frente às UPPs em certas comunidades. São pessoas que assistiram a uma sequência frustrada de outras experiências de policiamento de proximidade. "A relação não será a ideal enquanto policiais acharem que todo favelado é bandido e a comunidade enxergar o policial como corrupto e truculento", diz. Morador da Tijuca, cercado por favelas, Santos sente a mudança na percepção de violência. "Era uma insegurança total. Agora parece a Suíça, as pessoas vão para as ruas, para os restaurantes."

O cientista político André Rodrigues coordena pesquisa que reúne informações sobre como quatro comunidades pacificadas percebem a vida depois das UPPs. Ele rechaça a ideia de que se trata de policiamento comunitário, pois a gestão não é compartilhada com a sociedade. "Só poderia ser comunitário se houvesse integração nas ações e decisões. Como o modelo é imposto e não discutido, está mais para uma polícia de proximidade."

Para ele, a UPP ainda é uma experiência sem um programa estruturado. "Está em fase de institucionalização, mas ainda é mais uma prática de polícia." Anda resta a memória da truculência, da polícia que entrava atirando. Essa forte lembrança gera desconfiança quando o policial da UPP chega dizendo que será cordial e vai colaborar. Rodrigues não acredita na replicação do modelo de UPP em larga escala, por ainda ser experimental e específico para o Rio.

Pesquisador do Laboratório de Análise de Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o cientista político João Trajano lembra que nenhum estudioso conseguiu identificar os motivos da redução da criminalidade. "Ainda não se sabe qual é o fator", confessa. A melhoria nos indicadores não pode ser atribuída só às UPPs porque os números já estavam em queda antes delas.

Trajano não vê mudanças substanciais na polícia do Rio. "Não dá pra entrar no entusiasmo e no ufanismo do discurso oficial", diz. Para ele, a preocupação sobre a manutenção das UPPs faz sentido dentro da cultura política de descontinuidade de projetos a cada fim de mandato. Também haveria resistência interna na polícia para evitar o confronto. "A UPP é só um passo. Necessário, desejável, modesto, mas só um passo." (KB)

Um capitão para toda hora

Nem todos os 3,5 mil policiais de UPPs agem com gentileza, mas "os dedos da mão também não são iguais", lembra Percília da Silva Pereira, que coordena um projeto social no morro da Babilônia, pacificado há dois anos. Porém, duas situações que aconteceram enquanto a reportagem da Gazeta do Povo esteve visitando a cidade, no início de julho, demonstram a preocupação de agentes da UPP para solucionar problemas e a busca por argumentar mais do que gritar.

[Leia a matéria completa](#)

Grife UPP deve ser espalhada pelo país

Depois de criar modas negativas, com palavras repetidas à exaustão país afora, como bala perdida e caveirão, o Rio de Janeiro instituiu uma nova mania nacional: a UPP. O Ministério da Justiça estuda um projeto para adequar o modelo carioca às mais diferentes realidades brasileiras.

[Leia a matéria completa](#)

O projeto inclui uma extensiva presença policial. Em algumas comunidades, há um oficial para cada grupo de 50 moradores. O governo estadual tem autorização para contratar 12 mil agentes – até agora já foram 3,5 mil. Não é fácil encontrar gente disposta e qualificada para preencher tantas vagas e ainda, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, há rigor na avaliação do perfil do candidato, para assegurar que o futuro agente esteja sintonizado com a lógica de trabalho mais baseada na argumentação do que no uso da força. O treinamento diferenciado com seis meses de duração – voltado para aulas de direitos humanos e de policiamento comunitário – é proporcionalmente muito mais barato do que a compra de fuzis em larga escala, ao preço médio de R\$ 60 mil cada.

Para evitar que policiais já acostumados com a lógica do confronto (que deixou mágoas, vícios e preconceitos) fossem escalados para as UPPs, o governo fluminense decidiu escolher agentes novos na idade e no tempo de recrutamento. Mesmo os oficiais que exercem cargo de comando nas UPPs são jovens, com pretensão de mostrar serviço e ascender na carreira.

Por não priorizar o enfrentamento do crime, preferindo avisar que a polícia vai subir o morro e assim permitir a fuga dos criminosos, a iniciativa está sujeita a críticas. Uma delas destaca que estaria sendo promovida

apenas a migração da criminalidade. A justificativa do governo é de que a organização criminosa, quando tirada de seu local de atuação, acaba desestabilizada e pode ser mais facilmente combatida. O fato é que os indicadores de criminalidade em todo o Rio estão em queda.

A Secretaria de Segurança reconhece que a UPP não acaba com o tráfico de drogas, mas ressalta que o projeto tem o objetivo de diminuir os impactos no combate às organizações criminosas e de criar condições para a entrada do Estado em áreas até então controladas por um poder paralelo. Outro entrave na percepção de que as UPPs podem ser a solução para todos os problemas de segurança pública no Rio é que existem mais de mil comunidades pobres e altamente expostas à criminalidade no município e há previsão de implantar unidades em não mais do que 160.

Os moradores das comunidades ainda têm medo. E muitos ainda evitam falar sobre o que mudou com a entrada da UPP. A preocupação latente é de que o projeto acabe e as regras voltem a ser as de antes da ocupação policial. É que não é a primeira vez que uma estratégia governamental promete acabar com a ditadura da opressão nas favelas. As primeiras tentativas reais de derrubar a barreira entre polícia e sociedade datam da década de 80 no Rio. Outras iniciativas se sucederam, mas acabavam enfraquecidas nas trocas de governo, na falta de vontade política ou mesmo na ausência de um projeto mais consistente.

Por enquanto, o que predomina nas ruas e ladeiras é a sensação de que a vida está mais segura, envolta em otimismo, que impulsiona a valorização dos imóveis e o incentivo ao turismo, e que contabiliza ao menos mil mortes evitadas no último ano.

Interatividade

O modelo de uma polícia como da UPP serviria para o Paraná? Por quê?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

UPPS

Estado pode criar suas próprias "UPPar"

01/08/2011 | 00:05 | KATIA BREMBATTI, ENVIADA ESPECIAL

Exemplo primaz do caos generalizado na segurança pública no Brasil há bem pouco tempo, o Rio de Janeiro entrou para o roteiro do "turismo de antiviolença". Agora, toda semana chegam comitivas de outros estados e até de países para conhecer as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e outras iniciativas adotadas pelo governo fluminense no combate à criminalidade. Em agosto, o secretário de Segurança Pública do Paraná, Reinaldo de Almeida César, vai se encontrar com o secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame. Colegas na Polícia Federal, eles já conversaram pelo menos quatro vezes neste ano sobre a realidade de cada estado.

César admite que o Paraná tem áreas preocupantes, mas destaca que o projeto das UPPs é específico para a realidade do Rio de Janeiro. "Eu já disse ao governador Beto Richa, em uma reunião com outros secretários, de que estou absolutamente convencido de que o Paraná deve ter algo assemelhado. Eu até brinquei com eles e disse que aqui seriam as UPPar. Mas esse não seria o nome", conta.

Para o secretário, o modelo tem grandes chances de dar certo se for realizado de forma integrada. "Uma coisa é entrar numa área dominada pelo tráfico e recolocar a ordem pública e a paz social. Mas depois tem de entrar o Estado com os investimentos sociais, geração de renda, saneamento, saúde pública, educação, atendimento social. Porque se não, entra a polícia e gera uma expectativa de que está tudo resolvido e fica só a polícia, aí não tem sentido. Mesmo no Rio, com todo o sucesso das UPPs, só vai ter realmente consistência se o Estado e a iniciativa privada entrarem também."

Sobre a migração do tráfico em função de ações repressivas em outros estados, Almeida César admite que o cenário é preocupante. "A criminalidade organizada muda de atividade quando há um esforço do Estado para reprimir a ação ou muda de endereço. Obviamente se há um bom trabalho do governo do Rio e de São Paulo, a tendência é que haja, na visão da organização criminosa, uma oportunidade de negócio no Paraná", pondera. Mas ele evita o tom alarmista. "Tenho responsabilidade de fazer análise de risco, projeção de cenário, mas não posso ser irresponsável e causar pânico dizendo que facções criminosas estão vindo para cá", diz.

Viagens para São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco também estão marcadas. "Só estamos indo agora porque só me sinto verdadeiramente estimulado a conhecer boas experiências de outros estados depois de ter uma ideia efetivamente do que o governo vai investir em segurança pública no Paraná", justifica. A intenção é "colher experiências de êxito que eventualmente, guardadas as peculiaridades, possam ser aproveitadas aqui", relata César.

GAZETA DO POVO

Christian Rizzi/ Gazeta do Povo



O Centro de Detenção de Foz do Iguaçu é um dos oito presídios do Paraná construídos com verba do Fundo Penitenciário Nacional

SISTEMA PRISIONAL

Verba de presídios vira superávit

Governo federal não aplica em novas unidades prisionais toda a verba arrecadada pelo Fundo Penitenciário Nacional. Déficit de vagas chega a 170 mil

02/08/2011 | 00:01 | RAFAEL WALTRICK

Quarenta anos. Esse é o tempo que o Brasil deverá levar para suprir o atual déficit de 170 mil vagas no sistema prisional. A previsão, apontada pelo Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), leva em conta a disponibilidade de recursos no Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e o custo de construção da estrutura necessária para se receber um detento, que hoje chega, em média, a R\$ 40 mil.

O cálculo, nada animador, reflete a política de liberação a "conta-gotas" dos recursos federais para a ampliação e modernização dos estabelecimentos prisionais. Desde a sua criação, em 1994, o Funpen arrecadou R\$ 2,6 bilhões, mas a quantia não foi integralmente investida na construção de penitenciárias ou programas de formação educacional dos presos – historicamente, parte dos recursos são contingenciados pela União, para gerar superávit primário.

Nesse ano, 65,4% dos R\$ 269 milhões disponíveis no orçamento do Funpen foram bloqueados e não poderão ser investidos nas finalidades previstas na criação do fundo. É o maior contingenciamento dos últimos 12 anos.

O que é

O Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) tem como principal finalidade proporcionar recursos para financiar a modernização e o aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro.

Origem

O Funpen existe desde 1994, criado pela Lei Complementar 79 e regulamentado no Decreto Federal 1.093.

Arrecadação

O fundo é constituído por recursos do orçamento da União, custas judiciais, arrecadação de concursos de prognósticos (loterias), recursos confiscados ou provenientes da alienação de bens perdidos em favor da União Federal, multas decorrentes de sentenças penais condenatórias e fianças quebradas ou perdidas.

Finalidade

Os recursos do Funpen devem ser aplicados na construção, reforma e ampliação de estabelecimentos penais, aperfeiçoamento do serviço penitenciário, aquisição de equipamentos e veículos para as unidades penais, formação educacional e cultural dos detentos e programas de assistência jurídica aos presos.

Repasse

Os recursos podem ser repassados para secretarias estaduais, prefeituras, conselhos municipais e instituições privadas sem fins lucrativos, por meio de convênios ou contratos de repasse. No caso do poder público, normalmente há contrapartida financeira nos projetos.

Solução

Penas alternativas são a saída

Apesar do déficit de 170 mil vagas e a consequente superlotação nas penitenciárias e delegacias de todo o país, entidades como a Pastoral Carcerária Nacional e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defendem que a construção de novas unidades prisionais não deve ser vista como a melhor ou única solução para melhorar as condições de detenção e ressocialização dos presos. Para a vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB-PR, Isabel Kluger Mendes, é preciso se antecipar à prisão em si e prevenir os motivos que levam, principalmente os jovens, à criminalidade.

A avaliação encontra respaldo em um levantamento feito pela OAB-PR em delegacias do Paraná, estado que, segundo estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional, possui mais detentos mantidos em carceragens no país – em abril, eram 16,6 mil presos para apenas 6,1 mil vagas. Conforme dados apurados nas delegacias e com os próprios detentos, 95% dos delitos têm origem direta ou indireta nas drogas. Além disso, grande parte da população carcerária das delegacias tem entre 18 e 23 anos e menos de 15% completou o ensino fundamental. “É preciso investir em educação. Não adianta abrir novas vagas [no sistema prisional]. Se continuar assim, quanto mais vaga abrir, mais vai ter gente para preencher”, resume a advogada da OAB.

“Proposta falida”

O assessor jurídico da Pastoral Carcerária Nacional, José de Jesus Filho, também defende o fortalecimento de penas alternativas, como a prisão domiciliar, para pessoas que cometeram delitos leves ou são réus primários. Ele reconhece, porém, que tais medidas ainda encontram resistência em boa parte da sociedade brasileira, que ainda acredita na máxima de que “lugar de bandido é na cadeia”.

“Para a população, a única resposta é a prisão. E essa é uma proposta falida, porque não ajuda a sociedade e não ajuda a pessoa que cometeu o crime, que volta pior”, defende o assessor da Pastoral.

Custos

Se o bloqueio gera alívio econômico para as contas do governo, o custo social não parece próximo de ser diminuído. Somente entre 2006 e 2010, a população carcerária aumentou 37%, passando de 361.402 para 469.251 detentos. Mas a infraestrutura necessária não aumentou no mesmo ritmo. O crescimento no número de vagas no sistema prisional nesses quatro anos foi de 19%. Como resultado, presídios e delegacias superlotadas, que, conseqüentemente, geram uma série de outros problemas: policiais impedidos de investigar para fazer a custódia dos presos nas cadeias, alto risco de fugas e rebeliões e detentos submetidos a condições desumanas e tendo de conviver com outros criminosos de maior periculosidade dentro das carceragens.

GAZETA DO POVO

SEGURANÇA PÚBLICA

Droga causa 77% dos homicídios

A maioria dos assassinatos em Curitiba está associada à venda ou consumo de entorpecentes. Usuários são as maiores vítimas

04/08/2011 | 00:01 | FELIPPE ANÍBAL

Três em cada quatro assassinatos registrados em Curitiba têm relação direta com as drogas. A constatação é de um levantamento feito pelo serviço de inteligência da Delegacia de Homicídios (DH), com base nos boletins de ocorrência. Das 357 pessoas assassinadas no primeiro semestre deste ano na capital, 274 tinham envolvimento com entorpecentes, seja como usuário ou traficante. Para as autoridades, os números comprovam que as drogas representam o principal problema a ser enfrentado pela segurança pública no estado.



As estatísticas apontam que 108 traficantes morreram na guerra pelo tráfico, enquanto 166 usuários foram assassinados: de cada dez homicídios diretamente relacionados às drogas registrados na capital, seis foram de pessoas que apenas faziam uso de entorpecentes. O levantamento aponta que houve pouca oscilação em comparação com o mesmo período do ano passado, quando 74,7% dos homicídios tiveram relação direta com as drogas. O número de usuários assassinados, no entanto, era maior: 71,1%.

“Os números comprovam que as drogas são o principal problema da contemporaneidade e motivador não só de homicídios e de outros tipos de crimes como roubos e furtos, mas responsáveis também por distúrbios sociais, como conflitos familiares e de relacionamentos”, avalia o professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Lindomar Boneti.

Mortes

Cinco bairros concentram 49% dos casos

Os bairros da área central ou norte da capital foram palco de apenas 16% dos homicídios relacionados às drogas. Os outros 84% – ou 230 assassinatos – se concentraram em localidades do sul de Curitiba. Cinco dos 75 bairros concentram quase a metade (48,9%) dos homicídios vinculados ao tráfico ou uso de entorpecentes: Cidade Industrial, Uberaba, Sítio Cercado, Cajuru e Novo Mundo.

O sociólogo Lindomar Boneti defende que o fenômeno está associado às condições socioeconômicas dos locais onde os crimes ocorrem. “A iniciativa [de se envolver com as drogas] não parte da periferia, mas a periferia acaba cooptada e envolvida nesta questão, por sua condição de vulnerabilidade”, diz.

Para o delegado Riad Farhat, além do viés social, há outra explicação para o fato. Ele explica que os traficantes e seus “quartéis-generais” se encontram, principalmente, em bairros periféricos e na região metropolitana. Além disso, Farhat menciona que o tráfico e seus agentes têm uma dinâmica própria em cada região. “Nesses bairros onde se mata mais, o tráfico tem um histórico crônico de violência. Mas isso não significa que em outros locais não tenha tráfico.”

Tragédias pessoais

Embora uma parcela significativa dos usuários de drogas tenha sido assassinada por não ter quitado dívidas com traficantes, a questão não se restringe a este aspecto. A delegada Maritza Haisi, chefe da DH, explica que boa parte dos homicídios envolvendo pessoas que faziam uso de drogas ocorreu porque as vítimas se envolveram em situação de risco por causa dos entorpecentes. "Para conseguir manter o vício, alguns usuários partem para os delitos. Essas situações geram desdobramentos. Os usuários acabam sendo mortos em decorrência destes crimes", aponta.

Em relação à morte de traficantes, a dinâmica é outra. Segundo o delegado Riad Farhat, da Divisão de Narcóticos (Denarc), os homicídios ocorrem por dois motivos básicos: confronto pelo controle de pontos de drogas ou por desacerto entre os criminosos. "Para comprar grandes quantidades de entorpecentes, os traficantes se organizam em uma espécie de consórcio. Na partilha da droga, não é raro ocorrer desentendimentos, que acabam gerando conflitos internos e integrantes de um mesmo grupo acabam se matando", explica.

Outra característica mencionada pelas autoridades é que os homicídios vinculados aos entorpecentes, em geral, estão relacionados uns aos outros. O delegado Jaime da Luz, responsável por investigar mortes ocorridas em bairros como Uberaba e Cajuru, aponta que os "personagens" dos crimes costumam se repetir com frequência. "Uma pessoa mencionada como testemunha em um inquérito aparece como suspeita de homicídio em outro caso. Há muitos crimes interligados."

Para o delegado Rubens Recalcatti, responsável pelo grupo Homicídios Não Resolvidos (Honre), que investiga casos anteriores a 2008, o alto índice de mortes relacionadas às drogas não é um fenômeno recente. "Nos antigos, percebemos que o porcentual é muito parecido com os atuais", avalia. Policial há 31 anos e delegado há 16, Recalcatti observa que os entorpecentes sempre tiveram impacto direto na segurança pública, mas ressalva que o problema se agravou consideravelmente nos últimos dez anos. "O Estado negligenciou seu papel. O resultado é este. Infelizmente", lamenta.

Especialistas contestam o levantamento

Os dados apresentados pela polícia, no entanto, não são unanimidade entre os especialistas. Para o economista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) Daniel Cerqueira a metodologia utilizada pelas autoridades não é capaz de fornecer uma leitura real da questão. "Desconfio que esses dados sejam um absurdo ou um 'chute'. Com certeza a droga é um problema a ser resolvido, mas colocar a culpa do colapso da segurança na droga é simplismo. Com esse discurso, as autoridades tentam, subliminarmente, se eximir da responsabilidade e atribuir o problema somente a uma questão social", diz.

Em seu doutorado, Cerqueira se debruçou sobre índices de criminalidade de duas décadas. Ele descobriu que 5% dos crimes relacionados às drogas são cometidos por usuários sob efeitos psicofarmacológicos das drogas. Outros 95% estão relacionados ao que ele chama de "violência sistêmica", consequência da disputa entre traficantes e de mecanismos de controle adotados por eles. "Não temos condições de aferir quanto isso representa no total de homicídios, mas com certeza é um porcentual extremamente menor do que o propalado pelas autoridades", afirma.

O ex-secretário nacional de Segurança Pública o coronel José Silveira é mais enfático. Para ele, o índice de homicídios relacionados às drogas não passa de 20%, em qualquer parte do país. "Eu desafio qualquer autoridade policial a comprovar que passa deste patamar [20%]", disse. Na avaliação de Silveira, a associação entre assassinatos e entorpecentes virou "lugar comum". "É uma desculpa esfarrapada que a polícia usa para desviar o foco e para não admitir que falhou", diz.

GAZETA DO POVO

Ivonaldo Alexandre/ Gazeta do Povo



Investimento pesado em Segurança Pública fez com que policiais paulistas fossem capacitados e ganhassem equipamentos adequados para solucionar crimes

INVESTIMENTO

A invejável estatística paulista de combate à violência

Em dez anos, São Paulo contornou índice de assassinatos considerado epidêmico pela OMS. Paraná está longe de fazer o mesmo

07/08/2011 | 00:04 | DIEGO RIBEIRO, ENVIADO ESPECIAL

No primeiro semestre deste ano, a população de São Paulo viu o esforço de uma década na área de segurança se materializar em uma estatística invejável. O estado mais rico do país registrou uma taxa de 9,6 homicídios por 100 mil habitantes, um pouco abaixo do índice de dez ocorrências por 100 mil habitantes, a partir do qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) passa a considerar a violência como "epidêmica".

A experiência paulista é hoje um exemplo que precisa ser olhado com atenção por qualquer região do Brasil interessada em lidar de frente com a violência – inclusive o Paraná, onde a taxa de homicídios é hoje de 27 mortos por 100 mil habitantes. A lição número um é: dar segurança à população leva tempo. São Paulo começou a reverter a tendência de crescimento da criminalidade há cerca de dez anos. A segunda lição é que isso custa caro. Com tempo e dinheiro é possível fazer investimentos de longo prazo em treinamento e equipamentos.

Desafios

São Paulo ainda tem um longo caminho a ser percorrido

Apesar da evidente evolução da segurança pública paulista, o estado ainda tem um caminho longo para percorrer e evitar que não haja um retrocesso. Para a socióloga e coautora do livro Segurança Pública e Violência, Liana de Paula, entre os maiores desafios agora está aprofundar os projetos de policiamento comunitário.

"A polícia ainda precisa ser vista com confiança. Por isso, é necessário aprofundar para reforçar o vínculo com a sociedade", ressalta. Segundo ela, a população ainda não sente que o policial é alguém que está ali para garantir seus direitos. "Os números estão melhores, mas ainda não refletem no sentimento de segurança."

Além disso, segundo ela, São Paulo precisa manter os números de homicídios em baixa, melhorar o combate às drogas e criar alternativas de trabalho e renda para jovens, principalmente, nas regiões metropolitanas.

Integração

O ex-secretário nacional da Segurança Pública e coronel da reserva paulista José Vicente da Silva Filho acrescenta que é preciso ser feito um trabalho mais intenso para diminuir os crimes contra o patrimônio. "As polícias precisam afinar a integração, melhorando a cooperação uma com a outra. Quanto mais agem separadas, pior o desempenho delas", afirma.

O atendimento ao cidadão também é um ponto frágil da segurança paulista, segundo Silva. De acordo com ele, a melhoria nos treinamentos dos policiais e a terceirização dos atendimentos podem resolver o problema. "Existe uma terceira necessidade. É a redução da corrupção policial, que é muito alta ainda", ressalta.

Atualmente, o orçamento da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP) é de R\$ 11,9 bilhões. Desse total, R\$ 2 bilhões são investidos diretamente na área. O restante da verba é usado como custeio, pagamento de funcionários, entre outras despesas. Essa imponente capacidade financeira ganha ainda mais corpo quando comparada à realidade paranaense. A Secretaria da Segurança Pública do Paraná (Sesp) tem hoje um orçamento total de R\$ 1,9 bilhão, sendo apenas R\$ 80,47 milhões para investimentos.

Tempo e dinheiro, no entanto, não bastam. A terceira lição paulista é que o Estado precisa assumir uma nova postura diante da criminalidade, com um plano objetivo e metas. São Paulo apostou em um tripé de políticas: polícia militar comunitária e cidadã, capacidade tecnológica com peritos de qualidade e uma polícia civil preparada para esclarecer os crimes. Com isso, as investigações melhoraram, houve mais identificação de suspeitos e prisões de criminosos e a gestão policial foi profissionalizada.

Atuais problemas velhos

São Paulo já viveu problemas semelhantes aos atuais do Paraná. Delegacias superlotadas, taxa de homicídios elevada, entre outras pendengas comuns na realidade de grandes estados. Desmontar esses obstáculos foi fundamental para desenvolver o trabalho na área. "O governo de São Paulo investiu na construção de muitos presídios na década de 90. As delegacias eram masmorras e os policiais eram desviados para cuidar de presos", lembra o delegado-geral paulista, Marcos Carneiro Lima.

Segundo o policial, depois de retirar os presos das delegacias, a polícia aprimorou as investigações. A cidade de São Paulo chegou a registrar 70 homicídios por fim de semana. "Grande parte desses crimes ocorria na periferia. Se passava a ideia que quem morria era bandido, mas eram trabalhadores comuns, que não tinham o que fazer, bebiam muito e acabavam cometendo crime", conta.

Desde então, a polícia incrementou a investigação de homicídios, reforçando ainda mais a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da capital paulista. "O diferencial da DHPP é que a equipe vai completa. São peritos, investigadores e até fotógrafos. Investigação e operação de qualidade."

Interatividade

02/12/12

A invejável estatística paulista de combate à violência - Paz Sem Voz é Medo - Gazeta do Povo

Que outras medidas poderiam ser adotadas para diminuir a violência sem prejudicar os cidadãos?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

GAZETA DO POVO

Daniel Castellano/Gazeta do Povo



Investimento em segurança privada é uma exigência dos condôminos do edifício Laís Peret, em Curitiba

VIOLÊNCIA

PR tem mais vigilantes que PMs

Efetivo de segurança privada é quatro vezes maior que o da Polícia Militar. Mercado cresce diante da negligência do poder público na área

10/08/2011 | 00:54 | FELIPPE ANIBAL

A ineficiência do Estado em cumprir o dever constitucional de garantir a segurança dos cidadãos tem impulsionado a atuação de empresas de segurança privada no Paraná, que têm crescido além das forças policiais. Sindicatos do setor e especialistas estimam que, atualmente, 90 mil vigilantes estejam em atividade no estado, entre legalizados e clandestinos. O número é quatro vezes maior que o efetivo da Polícia Militar (PM), estimado em 16,7 mil homens.

Hoje, o Paraná é o 7.º no ranking de unidades da federação com o maior número de vigilantes cadastrados na Polícia Federal (PF), com 91 mil profissionais com permissão para exercer a função. Destes, 22,5 mil estão em atividade, fazendo a segurança de espaços particulares. A clandestinidade, no entanto, faz com que o peso da segurança privada seja muito maior. Sindicatos e empresas apontam que, para cada vigilante legalizado, três atuam irregularmente. Neste cenário, seriam 67,5 mil clandestinos. A ilegalidade também abrange as empresas: enquanto existem 104 grupos de segurança privados cadastrados no Paraná, há mais de 700 clandestinos.

RANKING

Acompanhe quantos vigilantes estão cadastrados na Polícia Federal, com permissão para exercer legalmente a função:

	Vigilantes cadastrados	População	Habitantes por vigilante
BRASIL	2 milhões	190.732.694	95,3
1º São Paulo	500 mil	41.262.199	82,5
2º Rio de Janeiro	250 mil	15.989.929	63,9
3º Minas Gerais	150 mil	19.597.330	130,6
4º Bahia	122 mil	14.016.906	114,8
5º Rio Grande do Sul	110 mil	10.693.929	97,2
6º Distrito Federal	106 mil	2.570.160	24,2
7º Paraná	91 mil	10.444.526	114,7

Fontes: PF e IBGE.

Mercado

Empresas exigem vigilância

Em segurança, discrição é regra. Os três vigilantes postados em uma guarita à frente do edifício Laís Peret, no bairro Juvevê, em Curitiba, passam praticamente despercebidos pelos visitantes. Uma vez dentro do prédio, a pessoa tem todos seus passos monitorados. Após a tradicional identificação na portaria, todos são observados por 72 câmeras internas, espalhadas pelos 24 andares e garagem. Uma equipe de agentes privados faz rondas internas. Em cinco anos, nenhuma ocorrência foi registrada no prédio.

"É uma exigência das próprias empresas que mantêm escritório no prédio. Eles não se importam de investir um pouco mais, desde que a segurança esteja garantida", diz o gerente-administrativo do edifício, Paulo Roberto Teixeira. "Se alguma ocorrência for registrada, os vigilantes acionam a central e, em poucos minutos, equipes de reforço estão no local", garante o diretor-operacional Mauro Nunes. À noite, a equipe é reforçada com agentes armados.

Para Teixeira e Nunes, a preocupação com a segurança passou a ser prioridade para as empresas há cinco anos. "Antes, as pessoas não gostavam sequer de se identificar nas portarias. Hoje, se não virem vigilantes, estranham e parecem não se sentirem seguras", diz Nunes.

Para contratar

Enquanto o mercado legalizado de segurança privada cresce a um ritmo de 14% ao ano, as empresas clandestinas se multiplicam em índice maior. Saiba o que é preciso para um serviço qualificado:

- Os vigilantes precisam passar por um curso específico, comprovar a cada três meses que não têm antecedentes criminais e passar por reciclagens a cada dois anos.
- As empresas devem ser licenciadas pela Polícia Federal.

Fonte: Sindvigilantes e Sindiesp-PR.

Para o professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Lindomar Boneti, o aumento da presença da vigilância privada ocorre porque a sociedade "desconfia" da qualidade dos serviços de segurança pública oferecidos pelo Estado. "Esses números refletem que o Estado não tem exercido seu papel. Com isso, o mercado se apropria deste espaço negligenciado pelo poder público para oferecer um produto", concorda o especialista em segurança e professor de Direito Penal da UniBrasil Ledo Paulo Guimarães.

As opiniões vão ao encontro do sentimento do paranaense. Um estudo conduzido pelo instituto Paraná Pesquisas, a pedido da Gazeta do Povo, revelou que 70% dos entrevistados se sentem menos seguros que cinco anos atrás. Quase um quinto dos entrevistados (19,67%) mencionou a falta de policiamento como o elemento mais associado à violência. No mesmo sentido, 52,96% disseram estar "insatisfeitos" ou "muito insatisfeitos" com a presença da polícia em seus respectivos bairros.

Atividade complementar

Os especialistas avaliam que, como fica restrito a espaços particulares, o maior efetivo privado não implica na melhoria da segurança pública. Para Guimarães, ocorre a "elitização" do debate: somente quem pode pagar pelo serviço fica com a "sensação" de proteção. "E é apenas uma sensação porque a presença de vigilantes não garante a segurança, em si", opina.

O ex-secretário Nacional de Segurança, coronel José Vicente Silva, classifica a segurança privada como uma atividade complementar à da polícia. Os agentes particulares atuam em locais sobre os quais o Estado não tem obrigação direta. "A maioria [dos vigilantes] vai fazer controle de acesso e rondas em espaços privados. Coisa que não é de competência, nem obrigação da polícia", pontua.

Custo do serviço inibe clientela

A vigilância privada deixou de ser exclusividade de empresas e está cada vez mais presente em áreas residenciais. Entretanto, o custo do serviço ainda é o principal entrave à sua popularização. "Eu acho que todos os condomínios deviam ter vigilantes. Mas as pessoas ainda levam muito em conta o valor cobrado pelas empresas", avalia a advogada Silmara Medeiros, síndica há 21 anos. Dos 11 condomínios que representa, apenas dois contam com o serviço.

Um desses condomínios fica próximo ao Parque Tingui, em Curitiba. O local tem 20 mil metros quadrados, várias ruas e 69 residências de alto padrão. A um custo de R\$ 15 mil por mês, três vigilantes e três porteiros fazem a segurança do local, 24 horas por dia, em turnos. "Mas nada disso funciona se todos não seguirem as regras de segurança e se não houver integração entre condôminos e funcionários", ressalva Silmara.

Para áreas residenciais com menor poder aquisitivo, a síndica lembra que há alternativas: interação entre os moradores, câmeras de segurança, porteiro eletrônico e cercas elétricas. "As pessoas se conhecendo, sabendo das rotinas uma das outras, já ajuda bastante", sugere.

Porte de arma deve ser controlado

Segundo a Polícia Federal, os vigilantes privados podem portar armas de fogo apenas no local em que atuam profissionalmente. O porte é concedido às empresas, que são responsáveis pelo armamento. O problema é que, com o número de vigilantes clandestinos em atuação, a fiscalização se torna mais complicada. "Agente privado não deve portar arma", defende o ex-secretário Nacional de Segurança José Vicente Silva.

O delegado da Delegacia de Furtos e Roubos Guilherme Rangel concorda e aponta que o uso de armas – até mesmo as não letais – gera casos de "excessos". "O que precisa ficar claro é que vigilante não é policial. Temos vários casos de abuso de autoridade e até de cárcere privado cometidos."

Outro aspecto é a atuação de policiais militares em empresas clandestinas. Não há estatística oficial, mas a estimativa é de que um quinto dos irregulares corresponda a policiais. Feitos por PMs nos dias de folga, os chamados "bicos" são proibidos pela corporação e têm impacto direto na qualidade da segurança. "É um problema grave que é facilitado pelo Estado, que, com baixos salários e regime de escala com folgas, acaba incentivando a prática", opina Silva.



APOIO:



CHINELO
R\$ 49,90
Raphaella Booz - 41 3044 5900



RELÓGIO WM014LRG
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



BANCO IMOBILIÁRIO ESTRELA
R\$ 119,90
Titia Brinquedos Batel - 41 3014-9331
Xaxim - 41 3079-6066



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



ALMOFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparicando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pernet, 185

GAZETA DO POVO



Henry Milléo/ Gazeta do Povo

O sargento Marco Moraes participou de todas as 17 ocupações do Bope para pacificação de favelas: "É como saltar de paraquedas"

TROPA DE ELITE

Estrutura de guerra para encarar o crime

Temido pelos bandidos, o Bope, pelotão de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro, é fruto da própria complexidade da violência carioca

16/08/2011 | 00:59 | RIO DE JANEIRO - KATIA BREMBATTI, ENVIADA ESPECIAL

A escalada da violência no Rio de Janeiro nos últimos 20 anos preparou o terreno para o surgimento de uma máquina bélica: o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). E o uso dessa força se tornou tão frequente que espalhou Brasil afora a ideia de que o modelo carioca de enfrentamento à criminalidade poderia ser aplicado em quase todas as situações, mesmo às custas de mais violência.

"Aqui [no Rio] o Bope só é desse jeito por causa da quantidade de bandido. Tivemos que evoluir ou ia morrer policial direto", relata o subcomandante do Bope, tenente-coronel Fábio Souza. Em dez anos o Bope dobrou de efetivo, de 200 para 400 policiais. O processo de seleção e treinamento do pelotão é realmente rigoroso, reconhece Souza. Mas ele não considera que haja exageros, como os retratados nos filmes Tropa de Elite 1 e 2, que popularizaram o Bope no país. "O ambiente operacional onde o policial vai trabalhar exige que seja assim", justifica.

Personagem

Orgulho de ser "caveira"

A reportagem da Gazeta do Povo esteve no Morro da Mangueira, em julho, duas semanas após a ocupação da área pelo Bope. São os "caveiras" que abrem o caminho para a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Eles ficam na comunidade até que o local seja considerado seguro e que o efetivo da UPP esteja pronto para assumir o controle da área.

No alto do morro, junto a escritórios improvisados, chamados informalmente de "meu contêiner, minha vida", a reportagem encontrou o 2º sargento Marco Moraes fazendo o patrulhamento a pé. De fuzil na mão e uma cápsula ponto 50 no colete, ele concorda que avisar os traficantes de que o Bope vai subir a favela é mais adequado do que manter a política do confronto. "Não dá pra dizer: trouxemos a paz, com o chão cheio de sangue", avalia.

Há 26 anos no Bope, Moraes já esteve em mais de uma centena de operações e em todas as 17 ocupações para pacificação de favelas. "A emoção de participar em uma situação dessas não pode ser traduzida. É como saltar de paraquedas". Para ele, desmontar o esquema do tráfico gerou "desemprego" na favela e deixou o gerenciamento mais barato para o traficante. Ainda assim, hoje seria bem menos "atrativo" entrar para uma organização criminosa. "Teve momentos em que era bem mais tentador ser comandante do tráfico do que governador do estado", avalia.

O armamento das organizações criminosas, na visão do subcomandante, é parecido com o usado pelo Bope. "Mas tem uma grande diferença: ter treinamento, saber usar", pondera. Há quatro anos não morre um "caveira", como são chamados os agentes do Bope, em confronto.

Um novo quartel – que ficará no Complexo da Maré, um conjunto de favelas consideradas violentas e nas proximidades do aeroporto Tom Jobim – está em construção. Mas não há expectativa de aumentar muito a estrutura nos próximos anos – o investimento cada vez mais é destinado à tecnologia. "Agora conseguimos estar um passo à frente da criminalidade, inovando em equipamento e treinamento", conta.

A sede atual do batalhão, que fica no Morro das Laranjeiras, recebe visita de comitivas de vários estados e até de outros países, em busca da experiência adquirida. Mas enquanto outros copiam o modelo, o Rio de Janeiro se prepara para usar cada vez menos a estrutura que montou.

Com o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o Bope deixou de ser acionado em várias favelas em que aconteciam enfrentamentos frequentes, como o Complexo do Alemão. O próprio pelotão defende a política de pacificação adotada pelo governo fluminense. "Em 22 anos de polícia, o programa das UPPs é o melhor que eu já vi", afirma. Para ele, a política de ocupar apenas uma vez cada favela representa também uma economia de forças.

Contraponto

Mesmo dentro da polícia fluminense, o uso recorrente da força do Bope é contestado. O comandante das UPPs, coronel Robson Rodrigues, afirma ter dificuldade para convencer a sociedade que uma polícia de proximidade é mais eficiente do que a polícia do enfrentamento. Rodrigues avalia que, antes da política de pacificação, o imaginário coletivo defendia que toda a estrutura de segurança pública agisse aos moldes do Bope.

Para o cientista político João Trajano, do Laboratório de Análise de Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Bope deve ser acionado, como o

próprio nome sugere, em operações especiais, quando ocorrem situações extraordinárias.



CARRETILHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



TAPETE KILIM
R\$ 150,00 m²
Persépolis - 41 3029-1929



FLOWER BY KENZO
R\$ 79,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua Mal. Deodoro, 810

GAZETA DO POVO

ORÇAMENTO

Segurança no PR terá aporte de R\$ 500 mi

Entre as metas do programa Paraná Seguro, lançado ontem, está a contratação imediata de 2 mil policiais militares e concurso para novos delegados

17/08/2011 | 00:04 | DIEGO RIBEIRO E VINÍCIUS BOREKI

O primeiro passo para tentar reverter o quadro caótico da violência paranaense foi dado ontem pelo governo do estado. Lançado pelo governador Beto Richa, o programa Paraná Seguro deve reforçar o orçamento atual de R\$ 1,5 bilhão da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) em R\$ 500 milhões ainda neste ano e promete aumentar o orçamento da pasta para até R\$ 3 bilhões ao final da gestão de Richa, em 2014.

Mesmo com o aumento considerável, o valor continua a representar apenas 1% da estimativa de Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná em 2010. Esse aporte financeiro, contudo, deve bancar o pagamento de 10 mil novos policiais, a construção de 400 módulos policiais móveis – compostos por um trailer, duas motos e uma viatura da Polícia Militar (PM), a construção de 95 delegacias, a aquisição de 3,2 mil viaturas, além da instalação de cinco bases de helicóptero para ações de socorro e resgate.

O objetivo do governo é contratar imediatamente 2 mil policiais militares, candidatos remanescentes do concurso de 2009, e 670 investigadores para a Polícia Civil. Até outubro, o governo ainda pretende contratar, por meio de concurso, 40 delegados para preencher vagas em comarcas que não têm chefe nas unidades da Polícia Civil. Além disso, até 2014, o objetivo é aumentar o efetivo com mais 360 delegados, 600 escrivães, 530 investigadores e 300 papiloscopistas para o Instituto de Identificação.

"Para recuperar o tempo perdido, estamos fazendo esforço sobre-humano de todo governo. Há possibilidade de créditos em organismos internacionais [Banco Interamericano de Desenvolvimento] e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social [BNDES]", explica Richa.

Fotos: Aniele Nascimento/ Gazeta do Povo



"São medidas consistentes. Estamos há meses estudando para colocá-las em prática. E as dificuldades são enormes, mas é inaceitável ter o mesmo efetivo de 10 anos atrás." Beto Richa, governador do estado, durante o lançamento do programa Paraná Seguro

Capacitação

Formação de policiais deve ser prioridade

Os benefícios para a sociedade com o aumento do efetivo das polícias Civil e Militar são óbvios, mas o período de formação dos agentes não deve ser acelerado. Essa é a posição do coronel José Vicente da Silva Filho, ex-secretário nacional de Segurança Pública e consultor da área. Atualmente, o Paraná conta com 17.473 policiais militares, enquanto a lei sugere 26.747. A diferença de 9.274 servidores seria reduzida drasticamente se a promessa do governo fosse cumprida até 2014.

De acordo com Silva Filho, as polícias são capazes de treinar em torno de 5% de seu efetivo por ano – aproximadamente 900 policiais por ano no estado. "O que se tem certeza na gestão da polícia é que apostar na quantidade acaba dando prejuízo no futuro. Uma boa formação é como se fosse uma gravidez, leva pelo menos nove meses", diz. Mesmo a melhora na aparelhagem da polícia pode ser ineficiente se o treinamento não for apropriado. "A formação é um investimento crítico que requer seleção e acompanhamento adequados", afirma.

Uma das preocupações de Silva Filho é que o governo observe os índices de aposentadorias e exonerações anuais – uma média de 3% – para evitar que a polícia volte a perder sua capacidade pela falta de efetivo.

Gestão

Administrativamente, o estado tem condição de contratar novos policiais sem comprometer o orçamento, na avaliação da professora de Gestão Pública da Isae-FGV Denise Basgal. "A folha de pagamento deve permanecer dentro dos índices aceitáveis e existe capacidade para transferir esses R\$ 500 milhões para a segurança pública", diz. Ela ressalta, no entanto, que a intenção do governo é bastante audaciosa. "Trata-se de uma necessidade para a população e uma questão de vontade para o administrador. Depois de muito tempo, a segurança voltou a ser prioridade", diz.

As novas medidas contrariam uma das propostas de campanha eleitoral do governador, que prometia a ativação de 72 módulos fixos até 2013. Na avaliação do ex-secretário nacional de Segurança Pública e consultor da área coronel José Vicente da Silva Filho, o governo aceita com a mudança. "A mobilidade é importante e faz parte do policiamento moderno e inteligente, ajustado de acordo com as ocorrências", diz.

O governo também deve implantar a partir de 1.º de setembro o boletim de ocorrência eletrônico. Com a nova ferramenta, a população poderá registrar ocorrências pela internet. "São medidas consistentes. Estamos há meses estudando para colocá-las em prática. E as dificuldades são enormes, mas é inaceitável ter o mesmo efetivo de 10 anos atrás", diz o governador.

Eixos do programa

Um Paraná unido em torno da segurança. Foi o que o secretário de Estado da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, sugeriu durante o lançamento do programa. Após mostrar o diagnóstico alarmante, com índices de criminalidade superiores aos recomendados pela ONU e falta de estrutura e de efetivo, o secretário afirmou que o programa seguirá três eixos: renascimento das instituições policiais; mapeamento da criminalidade com cobrança de metas para diminuição da violência; e a integração entre as polícias, Judiciário, Ministério Público e população.

Para facilitar a participação da comunidade, o governo do estado pretende simplificar a criação dos conselhos comunitários de segurança (Consegs). "O conselho deve ser o foro adequado para o debate", ressalta o secretário.

* * * * *

Interatividade

O que mais poderia ser feito com este aumento no orçamento da segurança pública?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



ALMÔFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Papapicando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pernetá, 185



RELÓGIO WM015LB
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



BIKINI ESTRELICIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-2642
>



PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua Mal. Deodoro, 810

GAZETA DO POVO

SOCIEDADE

Montagem: Evelyn Tallevi

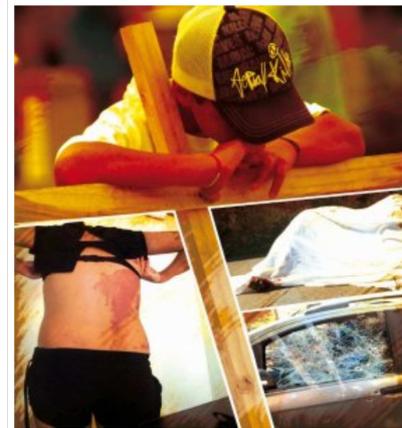
Insegurança originada por várias violências

A sensação de medo não depende apenas de estatísticas de mortes. Violações cometidas longe do alcance das autoridades também levam as pessoas a isso

19/08/2011 | 00:01 | MAURI KÖNIG

São as taxas de homicídio que costumam nortear as políticas públicas de segurança, mas não só os assassinatos aumentam a sensação de medo e reduzem a qualidade de vida das pessoas. A violência não compreende apenas os crimes tipificados como violação da lei penal (homicídio, sequestro, roubo e outros crimes contra pessoa ou patrimônio), mas todas as ações que provocam efeitos negativos sobre as pessoas e as regras de convívio em sociedade. Há muitas formas de violência, desencadeadas por diferentes motivos, e nem todas captadas pelo radar estatístico da segurança pública.

"Parece existir uma coisa só, mas são muitas as violências", pontua o sociólogo Michel Misse, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além da violência criminal, aponta



Sequelas

Agressão contra a mulher afeta toda a família

Toda família perde quando há violência em casa. No caso de agressões à mulher, não é só ela quem sofre, mas também os filhos. Além das sequelas físicas e psicológicas à vítima direta da violência, os filhos são educados pelo mau exemplo do agressor.

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência doméstica contra as mulheres como uma questão de saúde pública. A violência afeta negativamente a integridade física e a saúde mental. Viver em uma situação de violência aumenta o risco de adoecimentos. Há ocorrências expressivas de problemas mentais, depressão e tentativas de suicídio.

Os tipos clássicos de agressão contra a mulher são:

- Violência física: empurrão, rasteira, mordida, tapa, soco, torção, corte, queimadura, golpes com objetos.
- Violência sexual: ser forçada a fazer sexo, estupro.
- Violência psicológica: ameaça, chantagem, xingamento, palavras humilhantes, desautorização.
- Violência patrimonial: quebrar móveis e eletrodomésticos, atirar objetos pela janela, rasgar roupas e documentos, ferir ou matar animais de estimação.

Contra a criança

Um ambiente familiar hostil e desequilibrado pode afetar a aprendizagem e o desenvolvimento físico, mental e emocional de seus membros. Uma criança que sofre maus tratos tem probabilidade muito maior de ser um adulto agressivo do que as demais. A criança ou adolescente costuma reproduzir no meio social o que aprende em casa. Os tipos de agressão contra crianças são:

Violência física

- Emprego de força física no processo disciplinador de uma criança, ação que causa dor física: de um tapa a um espancamento fatal. Em geral, os agressores são os pais ou responsáveis que usam essa estratégia como forma de domínio sobre os filhos.

Negligência

- Descuido, ausência de auxílio financeiro, colocando a criança ou adolescente em situação precária, como desnutrição, baixo peso, doenças, falta de higiene.

Violência sexual

- Ato ou jogo sexual entre um adulto e uma criança/adolescente, tendo por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-lo para obter satisfação sexual. Afeta o físico e o emocional da vítima.

Violência psicológica

- Interferência negativa do adulto sobre a criança, formando nela um comportamento destrutivo. Há mães que submetem o filho a vexames, gritam com ele, fazem queixas, comparações, palavrões, chantagem.

Misse, há aquelas relacionadas aos mercados ilegais (como tráfico de drogas), às brigas cotidianas, aos conflitos entre vizinhos, aos acidentes de trânsito, à violência contra a mulher, a criança e o idoso, aos crimes ambientais. Tudo concorre para aumentar a sensação de insegurança e prejudicar as relações sociais.

Estudos do diretor do Centro de Tratamento e Pesquisas de Vítimas de Crimes da Universidade da Carolina do Sul (EUA), Dean Kil Patrick, revelam que vítimas de crimes estão dez vezes mais sujeitas a enfrentar depressões profundas que a maioria das pessoas. Mas a violência urbana não se limita a tirar o sossego apenas de quem já foi alvo de crime. As sequelas se estendem também a pessoas que vivem ou circulam por áreas consideradas de risco, ou mesmo àquelas que estão atentas aos noticiários policiais.

Reação emocional

Para o Comitê Europeu sobre Problemas Criminais, o medo do crime está vinculado ao medo da ocorrência de certos delitos, tais como homicídios, estupro, arrombamentos e lesões corporais. Outros estudos atestam que esse tipo de medo é uma reação emocional caracterizada pela percepção de perigo e consequente ansiedade produzida por sua ameaça remota ou iminente – indicada por fatores percebidos no ambiente, como a notícia de ocorrências idênticas às mencionadas pelo comitê europeu. Portanto, a sensação de insegurança não se atrela apenas às taxas de homicídio.

A redução das taxas de assassinatos nem sempre é o bastante para o cidadão se sentir mais seguro, segundo estudo divulgado em março pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Embora a Região Sudeste seja a que registra o menor índice de homicídios dolosos do país e os estados do Rio de Janeiro e São Paulo tenham conseguido reduzir esse tipo de crime, a sensação de insegurança ainda é maior do que nas regiões Centro-Oeste e Sul. A explicação está, em grande parte, na falta de confiança nas polícias. No Sudeste, só 25% das pessoas confiam, índice que sobe para 30% no Nordeste e 41% no Centro-Oeste.

* * * * *

Interatividade

Que medidas podem ser adotadas dentro de casa para que a sensação de insegurança seja minimizada?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



FERRARI BLACK
R\$ 169,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



CAPAS PROTETORAS
a partir de R\$ 39,00
I Center - 41 - 3079 6464



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



CARRETLHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Círculos Jaime - 41 3333-3456

GAZETA DO POVO

ATTITUDE

☐ povo contra o crime

O dever de propiciar a segurança é do Estado. Mas sem a ajuda da população essa é uma missão impossível

21/08/2011 | 00:07 | MAURI KÖNIG

O trabalho policial depende muito da cooperação da sociedade. "Se o cidadão não denunciar, se não for à Justiça para testemunhar, se não colaborar no esclarecimento dos crimes, a polícia sozinha não conseguirá", observa o sociólogo Michel Misse. Antes, porém, a polícia precisa resgatar a confiança da população, e a população precisa confiar na capacidade do Judiciário de administrar os conflitos cotidianos e punir os crimes. "Se isso não acontecer, não vamos conseguir diminuir a impunidade", diz Misse, que coordena o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A sociedade pode colaborar com as políticas públicas de prevenção voltadas à parcela da juventude que muitas vezes acaba seduzida pela violência e pelo crime. O cidadão pode contribuir na medida em que se organiza, cria por meio de associações diferentes formas de ajudar jovens que estejam em situações de risco a sair de uma situação vulnerável, a encontrar um emprego, a ter um salário razoável, a estudar. "Se a sociedade participa desse empenho ao lado do Estado, sem dúvidas estará contribuindo também para diminuir o número de jovens que, não tendo outra alternativa, prefere o caminho do crime."

Do envolvimento da comunidade nasce um novo caminho

Nas comunidades pacificadas do Rio de Janeiro não bastou intensificar a presença policial. Foi necessário envolver a sociedade para que pessoas que estavam próximas ou já envolvidas com o mundo dos traficantes encontrassem um novo caminho. "Vários moradores bateram aqui na porta, pedindo emprego. Fui no Afroreggae [ONG carioca], avisei que tinha gente precisando de ajuda e foi possível conseguir vaga para uns cinquenta", conta o presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, Luiz Bezerra do Nascimento. Ele lembra que 60% das pessoas na favela dependiam do tráfico.

[Leia a matéria completa](#)

Redes sociais podem tirar o jovem do crime

As redes sociais físicas e virtuais, quando integradas, podem contribuir na redução da violência. Para o jovem, a informática leva a um mundo de possibilidades, e esse acesso é essencial para sentir-se parte da sociedade. "Com ele sentindo-se integrado, as chances de aderir à delinquência se reduzem. É importante o jovem estar num ambiente social que o reconheça", diz o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos, coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[Leia a matéria completa](#)

Projetos mudam perfil de favela de São Paulo

Segunda maior favela de São Paulo e quinta do país, Paraisópolis não tem ações específicas de combate à violência, mas possui uma série de programas que ajudam na segurança pública. Sem uma arquitetura típica de áreas de invasão, a favela consegue produzir em seus 80 mil habitantes um sentimento de unidade, movendo a população em torno da União dos Moradores de Paraisópolis.

[Leia a matéria completa](#)

Para o coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o sociólogo Sérgio Adorno, cabe à sociedade cobrar as autoridades, vigiar o cumprimento das leis, a aplicação dos recursos e como as políticas públicas estão sendo aplicadas no policiamento e na investigação criminal, por exemplo. Na atividade judicial, ver se os criminosos estão sendo julgados e se esses julgamentos estão dando resultados, levando-os à condenação. Outra maneira de participação é recorrer às instituições encarregadas de promover a lei e a ordem, fazendo denúncia ao Ministério Público, à polícia, às instâncias judiciais.

Adorno considera outra forma de participação escrever cartas para jornais, de modo a fazer com que a mídia traga o tema ao debate público, cobre ações das autoridades e dê voz a diferentes setores da sociedade, inclusive às potenciais vítimas da violência. Ele ressalva, no entanto, que a mídia às vezes tem papel ambíguo ao estimular políticas do tipo "mão dura", de eficácia discutível. "Ela [a mídia] pode dar a sensação de que as instituições estão funcionando, mas quando você começa cientificamente a acompanhar os resultados, começa a ver que os resultados são pífios, quando não inexistentes", observa.

A sociedade deve ser estimulada a participar, a cobrar das autoridades. Contudo, por mais amplas que sejam suas ações, ela não substitui o Estado, não pode agir no lugar do Estado porque não tem os instrumentos de coerção legal para poder pôr ordem, para garantir a paz. "A gente não pode ter a ilusão de que a sociedade resolve o problema. Isso é uma atribuição do Estado, que tem de estar em condições para poder agir e poder conter a violência dentro dos marcos da lei", diz.

Interatividade

Você conhece alguma iniciativa popular que esteja ajudando a melhorar a segurança em sua comunidade? Relate o seu exemplo.

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456



ANABELA DOURADA
R\$ 129,90
Zutti Calçados



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



FERRARI BLACK
R\$ 169,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



KIT PARA DECORAR UNHAS
R\$ 35,70
Esmalteria Curitiba

GAZETA DO POVO

Antonio Costa/Gazeta do Povo



Rosane levou uma facada no pescoço e policial não deu importância ao caso

SEGURANÇA

A cada quatro crimes, um B.O.

Levantamento do Paraná Pesquisas revela que 76% das vítimas de assalto em Curitiba não fazem o relato oficial do caso

23/08/2011 | 00:02 | DIEGO RIBEIRO E ALINE PERES

"Dê graças a Deus que você está viva". Foi com essa frase que um policial atendeu, em maio deste ano, a funcionária de uma escola de Curitiba, Rosane*, 32 anos, ao chegar à delegacia. Ela havia acabado de sofrer um assalto seguido de tentativa de homicídio quando esperava o ônibus no bairro Campo Comprido.

Além do trauma físico e psicológico, a funcionária convive até hoje com a sensação de que fazer o Boletim de Ocorrência (B.O.) não tem a mínima importância quando não há interesse da polícia em investigar.

O pensamento de Rosane representa a ideia de pelo menos 3 em cada 4 paranaenses vítimas de crime, segundo recente levantamento do Paraná Pesquisas. Entre os 1.505 entrevistados em todo o estado, 20% já foram vítimas de furtos e roubos. Desse total, em Curitiba, 76% não registraram o boletim. No interior, essa cultura é ainda mais arraigada. Segundo o estudo, 81,5% das vítimas não foram até a delegacia registrar o caso.

Para o coordenador do Núcleo de Estudos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pedro Bodê, a questão só será resolvida quando a polícia ganhar a confiança da população. "O número de não registros é inversamente proporcional à crença das pessoas de que o boletim possa fazer alguma diferença", explica. "Nos casos de registro criminal, as pessoas têm ainda mais resistência para se relacionar com os órgãos. Eles não se aventuram a fazer os boletins porque têm de enfrentar burocracia demais ou recebe um péssimo tratamento."

Importância

Não registro dificulta planejamento

O registro de Boletim de Ocorrência é fundamental para aprimorar as políticas públicas na área de segurança, como explica Pedro Bodê, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da UFPR. "O registro mostra a quantidade de crimes que ocorrem no estado, o que fundamenta planos de ação", diz ele.

Segundo o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto, os registros só irão aumentar quando a credibilidade da polícia for resgatada. "Mesmo assim é preciso que a população se conscientize da importância de fazer o B.O.", explica.

Sobre o fato de a polícia não investigar todos os boletins registrados, ele ressalta que os investigadores vão, sim, atrás dos casos. De acordo com o delegado, muitas vezes um bandido preso significa a resolução de diversos crimes. "Procurem a polícia e registrem os crimes: isso é o que vai melhorar o planejamento policial e aprimorar a qualidade da segurança."

A explicação do especialista vai ao encontro do que ocorreu com Rosane: o pouco caso e a falta de respeito são os principais fatores que levam os cidadãos a não registrarem B.O. quando são vítimas de crime.

Ao chegar no distrito, após a frase nada receptiva do policial, ela informou que teria condições de fazer um retrato falado, além de fornecer o número da placa do carro usado pelo criminoso na fuga.

Mesmo assim, o policial não deu qualquer indicativo de que o caso seria investigado.

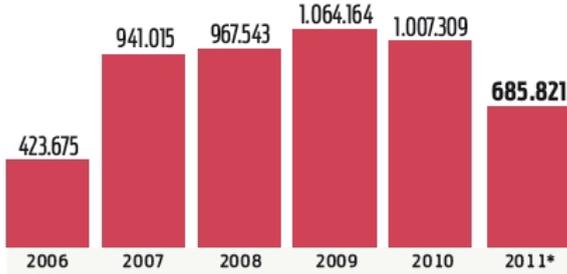
Segundo ela, a violência do ato e o descaso da polícia deixaram marcas que dificilmente serão superadas. O criminoso a espancou depois de ouvi-la gritar e os passageiros do ônibus não reagiram diante da cena. A polícia também ficou inerte.

Sem esperanças de que o criminoso será realmente impedido de cometer a mesma brutalidade com outras vítimas, ela divide sua rotina de trabalho com sessões de terapia psicológica. Rosane tem pânico de sair às ruas e um trauma causado pela facada que levou no pescoço durante o assalto, que resultou em 15 pontos. "Por dois centímetros poderia não estar viva hoje. E ele simplesmente queria levar minha bolsa", diz revoltada.

BOLETINS DE OCORRÊNCIA

O número de registros aumentou 137% em cinco anos. Mas 76% das vítimas de assaltos em Curitiba não registraram a ocorrência.

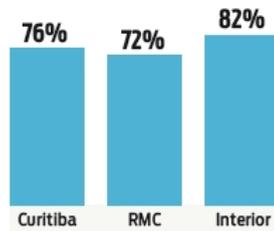
Total de B.O. registrado no Paraná segundo, a SESP



* Registros até 17 de agosto

Fonte: SESP e Paraná Pesquisas.

Vítimas de roubos ou furtos que não registraram B.O.



Infografic: Gazeta do Povo

Burocracia na delegacia atrapalha notificação

Diferentemente do caso de Rosane, a nutricionista Flaviani Andrade de Lara, 27 anos, não procurou a delegacia depois da violência sofrida simplesmente porque acreditou que "não ia dar em nada". Porém hoje afirma que gostaria de que os casos fizessem parte das estatísticas da violência e que as informações pudessem servir à polícia para confirmar a vulnerabilidade de determinados pontos da cidade.

Ela teve o carro arrombado próximo à Praça do Japão, no Batel, em 2010. O registro do B.O. não foi feito ao perceber a fechadura danificada e a bagunça no interior do veículo porque já era tarde da noite. No entanto, ligou para o 190 para informar o ocorrido. Para sua surpresa, ao procurar um distrito, soube que o registro teria de ser feito na Delegacia de Furtos e Roubos ou no 1.º Distrito, na região central, em Curitiba. Flaviane mora em Almirante Tamandaré. "Se qualquer delegacia civil pudesse receber as informações seria mais prático."

Criminalidade baixa

Paulo* tem um sítio no município de Campo Magro, na região metropolitana, e já viu o sofrimento de vizinhos quando o assunto é procurar a delegacia. Segundo ele, o bairro Boa Vista é um dos mais populosos da cidade, porém o distrito policial mais próximo fica distante em torno de 30 quilômetros. "O índice de criminalidade lá é baixo e será por toda a vida porque as pessoas nem sempre tem condições de se deslocar até o distrito".

*nome fictício.

* * * * *

Interatividade

Você já deixou de fazer um Boletim de Ocorrência? Por qual motivo?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



CARRETILO MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



FLOWER BY KENZO
R\$ 79,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



TAPETE KILIM
R\$ 150,00 m²
Persépolis - 41 3029-1929



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995

GAZETA DO POVO

VIGILÂNCIA

Daniel Castellano/ Gazeta do Povo

Curitiba terá mais 26 câmeras de segurança

Novos equipamentos operados pela Guarda Municipal serão instalados no Água Verde, Centro Cívico, Bacacheri e Sítio Cercado

25/08/2011 | 00:02 | **MARIANA SCOZ**

O sistema de monitoramento das ruas de Curitiba deve ganhar mais 26 câmeras ainda neste ano. O aumento se deve à meta da prefeitura de ter 450 câmeras instaladas até a Copa de 2014. As novas câmeras serão instaladas em quatro locais: seis no Cemitério do Água Verde; duas no Centro Cívico, próximo ao Palácio 29 de Março; quatro no Parque do Bacacheri; e 14 no o bairro Sítio Cercado em locais não informados.



Meta da prefeitura é colocar 450 câmeras na capital até a Copa de 2014

Com as novas instalações, a rede contará com 115 câmeras para monitorar a cidade. Hoje, a maior parte – cerca de 50 – está na região central da cidade. Outros locais que já contam com o monitoramento são o Parque Barigui, os pontos de ônibus do campus central da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), no Prado Velho, a Administração Regional da Cidade Industrial e as Ruas da Cidadania dos bairros Sítio Cercado, Boqueirão, Santa Felicidade, Boa Vista, Capão Raso e Fazendinha.

As imagens capturadas pelas câmeras vão para centrais de monitoramento da Guarda Municipal (GM). As regionais possuem suas próprias ilhas, mas a que monitora a região central fica na Praça Osório. Nessa central principal trabalham três guardas municipais, um policial federal, um agente da Diretoria de Trânsito de Curitiba (Diretran) e um agente de urbanismo.

“Big Brother”

Tática comum em várias cidades

Não é apenas em Curitiba que as câmeras monitoram pontos estratégicos da cidade. Londrina, no Norte do estado, já conta com 54 câmeras nas ruas e ainda deve receber mais 30 pelo convênio entre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que repassa os recursos, e o Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania da Região de Londrina (Cismel), que os distribui.

Outras cidades da região devem receber câmeras por esse projeto: Rolândia, Araçongas, Apucarana, Cambé, Ibiporã, Bela Vista do Paraíso, Sertãozinho, Jataizinho e Tamarana. Apucarana também já possuiu o vídeo monitoramento em 33 pontos da cidade. Entre outros municípios que já instalaram os equipamentos estão Toledo, Matinhos, Araucária, Cândói e Castro.

Segundo a GM, os flagrantes de delitos diminuiram 40% entre 2008 e 2010. O inspetor da Guarda, Wilson Antônio Stempinhaki, acredita que isso acontece porque as câmeras coíbem a ação de criminosos e delinquentes. “É uma espécie de Big Brother, monitora 24 horas, o que acaba inibindo alguns atos de vandalismo e de uso e tráfico de drogas”, afirma. Nos primeiros seis meses deste ano, as ocorrências relacionadas às drogas foram as mais registradas pelo monitoramento na área central. Foram 126 das 266 ocorrências, seis vezes mais do que as pichações, que aparecem em segundo lugar com 17 ocorrências.

Análise

Para o ex-comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Rui César Melo, as câmeras servem como prevenção. “Desde que bem monitoradas e que a polícia esteja bem aparelhada para isso, elas podem ajudar muito. É mais fácil enviar viaturas ao local quando se detecta o problema pelas câmeras”, explica.

Para manter o sistema, Stempinhaki também entende que o aumento da rede é essencial. “Ainda temos muitos pontos cegos e novas câmeras poderiam auxiliar com isso. As câmeras não coíbem 100% os crimes, mas não consigo mais ver a segurança sem essa tecnologia para ajudar”, afirma.

* * * * *

Interatividade

Em quais outros locais de Curitiba a prefeitura deveria instalar câmeras de segurança?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

O que você quer comparar?

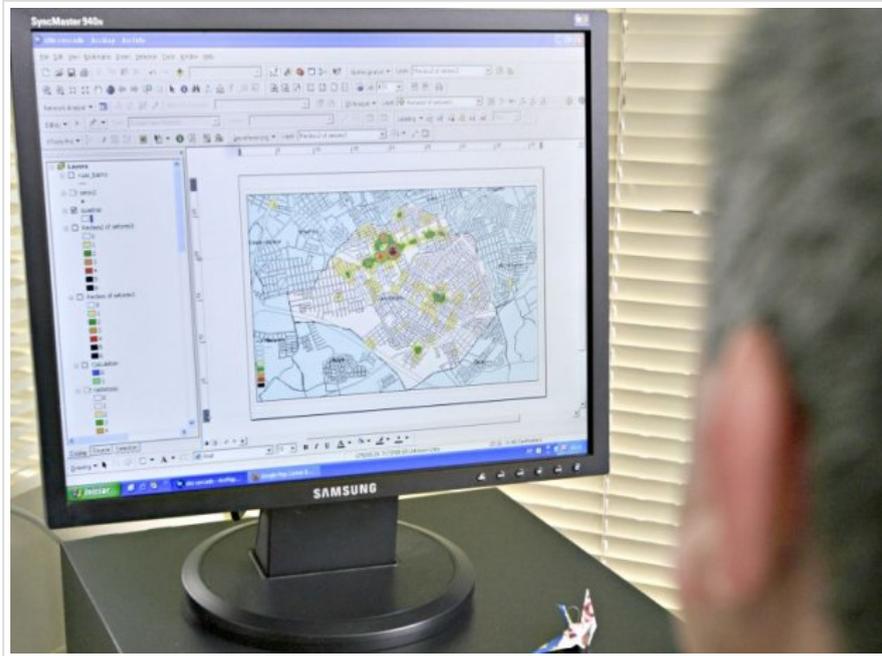
Informática					
Eletrônicos	Tablet Samsung Galaxy Note 10....	Monitor LG W1946P 18.5 Polegad...	Pen Drive Sandisk Cruzer Fit S...	Tablet Apple iPad 4 Tela Retin...	C3 Tech WB2102
Eletrônicos	KaBuM! à vista R\$ 1.657,41	KaBuM! à vista R\$ 333,96	KaBuM! à vista R\$ 26,26	Apple Store 12 x R\$ 145,75	KaBuM! à vista R\$ 27,96

[Comparar os melhores preços](#)

FECHAR X

GAZETA DO POVO

Priscila Forone/ Gazeta do Povo



Sistematização dos dados permite identificar as regiões onde mais ocorrem crimes e ajuda a traçar políticas de segurança

SEGURANÇA PÚBLICA

Paraná decide abrir Mapa do Crime à população

Mudança no sistema de divulgação das estatísticas também prevê publicação dos dados por cidades, que hoje são regionalizados

28/08/2011 | 00:01 | DIEGO RIBEIRO

O Geoprocessamento-Mapa do Crime, sistema de mapeamento criminal do Paraná, vai passar a publicar as estatísticas por cidades a partir do ano que vem. O chefe da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (Cape), tenente-coronel Marco Antonio Wosny Borba, confirmou mudanças no sistema de divulgação das estatísticas. A proposta é a população ter mais acesso aos dados da criminalidade. Hoje, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) divulga estatísticas regionalizadas.

A primeira das mudanças previstas será a regionalização das reuniões entre comandantes, delegados e secretário estadual. Hoje, os debates das estatísticas da segurança pública do estado são realizadas em Curitiba. Após a mudança, cada área integrada de segurança pública, que agrega subdivisões da Polícia Civil e batalhões da Polícia Militar, será responsável pela administração das informações fornecidas pela Cape. "As metas serão regionalizadas e a ideia é que haja uma avaliação constante", afirma Wosny.

Números comprovam eficiência do sistema

Mais do que planilhas em computadores, os números do geoprocessamento têm saído das telas para ajudar a polícia a definir políticas de segurança e planos de trabalho. Para o delegado Guilherme Rangel, adjunto da Delegacia de Furtos e Roubos (DFR), a palavra de ordem quando se fala em inteligência policial é otimização de recursos. "Se as condições não são as ideais, temos que concentrar os esforços de forma mais focada, embasada nesses números."

No início do ano, Curitiba viveu uma onda de assaltos e arrombamentos a residências. A Cape mapeou as ocorrências, detalhando dias e horários dos crimes e as manchas criminais onde se concentravam. A DFR delimitou as investigações e, em dez dias, duas quadrilhas estavam desmanteladas. Trinta dias depois, já eram 19 presos, de quatro grupos criminosos diferentes. "No Jardim Social, por exemplo, que era um dos mais visados, houve redução de mais de 70% de casas invadidas", disse.

Outro bom exemplo é o da Delegacia de Homicídios (DH) de Curitiba, cujo setor de estatísticas cadastra os crimes contra a pessoa. Bastante detalhado, o mapeamento leva em conta informações sobre a vítima (sexo, idade, onde residia, se era usuária de drogas, se tinha passagem) e sobre o crime em si. O banco de dados é alimentado depois com informações dos inquéritos policiais. A partir daí, o núcleo cruza informações, capaz de fornecer uma leitura precisa sobre as ocorrências.

Segundo a delegada Maritza Haisi, titular da DH, os números norteiam constantemente a atuação da unidade. Desde março, o geoprocessamento já ajudou a definir quatro operações, em bairros distintos. No Novo Mundo, houve o resultado mais expressivo. O bairro era um dos mais violentos de Curitiba, com 17 homicídios no primeiro semestre. Após a operação, que terminou com a prisão de 11 pessoas, apenas um assassinato foi registrado, em agosto. "Ou seja, quando a inteligência é empregada, os resultados são imediatos", conclui a delegada.

Felippe Anibal

Como é hoje

Implementada em 2004, a Cape é ponto fundamental para melhorar a segurança pública no estado. É com base nas informações geradas pelo setor que as polícias podem saber onde atuar com mais intensidade. "É essencial para dar precisão nas políticas públicas", afirma o ex-secretário Nacional da Segurança Pública, o coronel da reserva paulista José Vicente Silva.

Segundo Silva, essas informações são fundamentais para fazer ajuste de recursos, como distribuir efetivos. "É importante também para a população saber como está o trabalho policial e conferir a eficiência dos recursos públicos", comenta.

Formado por dez profissionais das áreas de Tecnologia da Informação, Ciências Jurídicas e Sociais, Estatística, Cartografia e Geografia, a Cape inicia o processo com a coleta das informações pelo Boletim de Ocorrência. Após a coleta, as informações de cada crime são direcionadas para softwares chamados Arc-gis, mapserver, geoserver e I3geo, que compilam as informações e reproduzem as "hot spots" (manchas criminais).

Os profissionais ainda encaminham as informações para um banco de dados compartilhado para todas as unidades de polícia do estado. Há hoje mais de 300 policiais capacitados para receber as informações da Cape. Pela metodologia adotada pela coordenadoria na última gestão, os comandantes e delegados são responsáveis por apresentar essas informações para a população nos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs). "O problema é que falta participação popular", ressalta.

Lesão e morte

A taxa de 27 homicídios por 100 mil habitantes do Paraná pode ser ainda maior. Segundo Wosny, a lesão corporal seguida de morte não está incluída nas estatísticas dos homicídios do estado. O número suprimido ainda não foi revelado e não se sabe o quanto acrescentaria à taxa atual da violência paranaense. As estatísticas da criminalidade ainda não contabilizam mortes em confronto com a polícia e latrocínios (roubo seguido de morte). De acordo com Wosny, a Sesp está analisando quando e como disponibilizará essas informações no Mapa do Crime.

Interatividade

Você aprova a divulgação dos dados de crimes? Por quê?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor



O imóvel dos seus sonhos está mais perto do que você imagina

GAZETA imóveis

➔ Encontre!

GAZETA DO POVO

ENTREVISTA

“Política de segurança é feita de olho na mídia”

Ana Paula Miranda, coordenadora-executiva do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense

01/09/2011 | 00:02 | AGÊNCIA GLOBO

A antropóloga Ana Paula Miranda, que atua na área de segurança pública, diz que a política de segurança no país “é feita a partir da visibilidade de certos fenômenos na mídia”, e não com base em dados oficiais.

Como a senhora vê a falta de dados na área de segurança?

Vejo que não é um problema só da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública). O Judiciário não tem dados. A Senasp até avançou, embora ainda tenha muitos problemas. As polícias federais não têm dados, as guardas municipais não têm. Não temos informações sobre o sistema penitenciário, não podemos descobrir, por exemplo, quantos foram condenados por homicídio. O Ministério da Justiça até faz investimentos, mas é preciso mais. A qualidade da nossa informação ainda é muito ruim. A Justiça sabe quantos processos foram julgados, mas não sabe a dinâmica do crime. Nossos dados não são confiáveis. A situação é caótica, e a tendência é piorar.

O que é preciso para que haja uma mudança?

Uma política nacional de tratamento da informação. No Rio temos os dados todos informatizados. Mas eles não estão organizados. Precisamos de um sistema que possa virar fonte de informação, como faz o IBGE, que tem dados confiáveis. Agora, essa política precisa ser articulada com as universidades, não pode ser imposta.

Quanto tempo levaria para termos essa política nacional?

É um processo de médio prazo. O Rio levou quase 20 anos para organizar os dados da Polícia Civil; os dados da Polícia Militar não estão incluídos e foram 20 anos de trabalho. É um processo demorado, mas que precisa começar hoje.

A falta de informação faz com que as políticas sejam feitas às cegas?

A política de segurança não é feita com base nos dados. A política é feita a partir da visibilidade de certos fenômenos na mídia. Os olhares se voltam para esse determinado fato que está tendo repercussão. Desse jeito, não vamos a lugar nenhum.

Por que não temos ainda essa política nacional de tratamento de informação?

Falta vontade política para isso ser feito. Não falta dinheiro, o problema não é financeiro. O maior problema é transparência. A informação é a base da democracia e significa controle. É um direito da sociedade ter acesso à informação, mas isso nos falta. Há quem diga que existe o Portal da Transparência, mas ele é muito focado na questão financeira, o que é importante, mas não basta.



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



ALMADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparcando - 41 3016 1088
Rua Miliano Pernet, 185



BIKINI ESTRELÍCIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-2642



RELÓGIO WM014LRG
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua Mal. Deodoro, 810

GAZETA DO POVO



Ricardo Almeida/SECS

Ações policiais integradas como a Sentinela ocorrerão com regularidade, segundo comandantes da operação

AÇÃO CONTRA O CRIME

Operação prende 296 em 60 municípios

Segundo a polícia, presos são acusados de envolvimento com o tráfico de drogas

01/09/2011 | 00:59 | GAZETA MARINGÁ, VITOR GERON E RODRIGO BATISTA, ESPECIAL PARA A GAZETA DO POVO

Policiais civis e militares prenderam 296 suspeitos de vários crimes entre sexta-feira e ontem, em 60 municípios paranaenses, durante a Operação Liberdade. A maioria dos detidos é acusada de envolvimento com o tráfico de drogas no estado. Além das prisões, os oficiais apreenderam 271 quilos de maconha, 31,5 quilos de crack, armas, munições e veículos. A divulgação dos resultados foi realizada na manhã de ontem, em Maringá, no Noroeste.

Em Curitiba, a operação batizada como Liberdade 2 prendeu 19 pessoas nos bairros Sítio Cercado, Pinheirinho e Ganchinho, entre segunda-feira e o início da tarde de quarta-feira. Na capital também foram apreendidos um carro e uma moto roubados, um quilo de crack, 150 gramas de maconha, 6,5 mil CDs, 32 caixas de cigarro contrabandeados, DVDs piratas e até remédios com venda proibida pela Anvisa. Quatro dos 19 presos foram soltos após o pagamento de fiança, segundo o delegado Francisco Alberto Caricati, do 10.º Distrito Policial.

A operação se deu após quatro meses de investigação pelas delegacias de Curitiba e outras 20 subdivisões policiais do estado. Antes disso, a ação só tinha ocorrido na capital, em abril deste ano, com atuação no centro da cidade.

Dos 296 presos, seis foram em Maringá. O secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, garantiu que a operação ocorrerá com regularidade, a fim de dismantlar quadrilhas, principalmente de tráfico de drogas.

Em Curitiba, participaram da operação 121 policiais civis, 186 militares e 65 guardas municipais. Como a investigação permitiu identificar fornecedores de drogas e armas que podiam estar abastecendo grupos em todas as regiões do estado, as informações obtidas durante a investigação da Operação Liberdade serão repassadas para a Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc), para servir de base para possíveis investigações no futuro.

Rumo aos chefes

O delegado Caricati classificou como positivo o resultado da operação em Curitiba. "Tanto pelas prisões e apreensões quanto pela forma como ocorreram, podemos considerar que os trabalhos foram satisfatórios". Ele ainda explicou que os presos são suspeitos de envolvimento em pequenos tráficos e que, por meio deles, as investigações partem para chegar aos chefes do tráfico.

Os envolvidos também são suspeitos de participar de outros crimes, como assaltos e homicídios. Alguns dos detidos, segundo Caricati, atuavam nas imediações do 10.º DP, no bairro Sítio Cercado.

O delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, explicou que o foco no tráfico de drogas é uma maneira eficaz de combater a violência, pois o comércio de drogas tem, por trás, uma rede de outros crimes, a exemplo do roubo e dos homicídios.

Além da regularidade da Operação Liberdade, Almeida César prometeu a intensificação de ações de segurança nos 19 municípios paranaenses que fazem fronteira com outros países. "Vamos formar um cinturão para prevenir que drogas, armas e contrabando entrem no estado [por meio dos outros países]", comentou o secretário.



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



RELÓGI WM015LB
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



ALM FADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparcando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pernetá, 185



BIKINI ESTRELCIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-2642



FAMÍLIA SMARTPHONE
GRÁTIS No Família

GAZETA DO POVO

Reprodução



Delegacia eletrônica do Paraná começou a funcionar nesta quinta-feira (1)

DELEGACIA ON-LINE

B.O. virtual atende 160 no 1.º dia

Por enquanto, site recebe apenas o registro de extravios de documentos, cartões, cheques e aparelhos eletrônicos. Denúncias anônimas ou identificadas também podem ser feitas

02/09/2011 | 03:00 | POLLIANNA MILAN

A Delegacia Eletrônica do Paraná começou a funcionar ontem e já registrou cerca de 160 boletins de ocorrência (B.O.s) até as 18 horas. Pelo site www.delegaciaeletronica.pr.gov.br, o usuário pode registrar extravios (perdas) de documentos, cartões, cheques e aparelhos eletrônicos. No novo endereço eletrônico também é possível fazer denúncias de criminosos ou de delitos: elas podem ser anônimas ou identificadas. Por enquanto, o sistema é limitado pois todos os outros B.O.s, como furtos e roubos, acidentes de trânsito (com ou sem vítimas) e homicídios continuam sendo feitos apenas pessoalmente, em suas respectivas delegacias.

"Ficamos surpresos com a procura que o site teve no primeiro dia. Estimávamos que, com o passar do tempo, teríamos uma demanda de cerca de 150 a 200 boletins eletrônicos por dia, e atingimos esse número já na inauguração", afirma o responsável pela Delegacia Eletrônica, o delegado Eduardo Castilla. A possibilidade de fazer o B.O. pela internet vai dar comodidade à população, mas, sobretudo, pretende desafogar um pouco o trabalho nas delegacias. "Uma parcela grande do fluxo nas delegacias, 30% dele, era para atender BOs de objetos perdidos. Ou seja, das 260 mil ocorrências registradas no primeiro semestre deste ano, quase 80 mil foram para estes casos", afirma o governador interino do Paraná, Flávio Arns. Isso quer dizer que em um ano cerca de 160 mil pessoas poderão deixar de ir às delegacias e fazer o boletim de perdas de objetos pela internet, de casa ou do trabalho.

O documento impresso no site tem a mesma validade do B.O. feito na delegacia. A pessoa que precisa apresentar o boletim a uma empresa, por exemplo, poderá passar a ela o número do protocolo e a própria empresa poderá confirmar a validade dele na internet.

Experiências

SP, RS e SC têm sistema avançado

Aline Peres

Enquanto o Paraná inaugura o boletim eletrônico somente ontem, em outros estados o serviço existe há muito tempo e é muito mais avançado. Na Região Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm delegacias virtuais desde 2002. Os gaúchos têm acesso a sete tipos de registros que vão de furtos de documentos a acidentes de trânsito sem vítimas. A inspetora de polícia civil Neusa Casagrande, responsável pela Delegacia On-line, diz que são recebidas em média 400 ocorrências diárias. Todas geram comprovantes. Quando é necessária investigação, os casos são analisados e vão para as delegacias competentes.

Dos registros recebidos, 90% são deferidos e encaminhados, lembra ela. Os que recebem negativa dizem respeito à duplicidade de registros, falta de dados ou "testes" efetuados pela população. Para ela, o benefício tem mão dupla: as delegacias físicas desafogam e o cidadão ganha comodidade no atendimento.

Em Santa Catarina, o perfil é semelhante. A perda de documentos tem sido a campeã entre os boletins virtuais, seguido de denúncias. A facilidade de conseguir o registro para efetuar o pedido de segunda via de documentos e a confiabilidade do canal, lembra o investigador da Diretoria de Inteligência de SC, Diego Coradini, são as principais vantagens.

Coradini conta que a Delegacia Eletrônica estuda há algum tempo a ampliação do serviço, como a inclusão do boletim de acidentes de trânsito apenas com danos materiais. No entanto, ele lembra que há situações em que é necessária a presença da pessoa na delegacia. "O Código Penal nos deixa limitado", alerta. A confusão quanto à nomenclatura do crime também é um agravante e a omissão de informações também pode ser um complicador.

Em São Paulo, primeiro estado a implantar a delegacia virtual, foram 822 mil solicitações em 2010. Lá é possível fazer B.O. eletrônico de furtos de veículos: de cada dez carros furtados, três são registrados via internet.

Atraso

O Paraná é o último estado a ter o boletim de ocorrência eletrônico. O secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, disse não saber o motivo de o estado ter demorado tanto para inaugurar o serviço. A polícia pretende abrir a possibilidade de registrar outros tipos de B.O.s ao longo do tempo, como pequenos furtos, mas ainda não dá um prazo para isso ocorrer. "Ainda existe uma resistência dos policiais à nova ferramenta. Assim que quebrarmos este paradigma, vamos adiante", diz. Cesar lembra que o B.O. eletrônico é fácil de ser feito e tem uma operação semelhante a um cadastro simples de uma loja.

O usuário recebe no e-mail pessoal a confirmação e o protocolo de que o boletim foi aceito. Na inauguração do site, o e-mail estava sendo enviado, após a solicitação, em menos de 30 minutos. Somente nos casos de inconsistência de dados, falta de informações ou quando o registro é indeferido é que o policial entrará em contato.

Os B.O.s feitos eletronicamente são enviados à delegacia responsável, assim como as denúncias. Menores de 18 anos não podem fazer o registro.

César afirma que a polícia também pretende instalar computadores em algumas delegacias à disposição da população, para que as pessoas mais carentes possam ter acesso ao serviço. Não se sabe ainda quando os computadores estarão disponíveis.

* * * * *

Interatividade

Quais outras medidas poderiam ser tomadas para desafogar o trabalho nas delegacias?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



TAPETE KILIM
R\$ 150,00 m²
Persépolis - 41 3029-1929



CARRETLHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua M.I. Deodoro, 810



DOCK STATION
R\$ 479,00
iCenter - 41- 3079 6464



BIQUÍNI ESTRELÍCIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-2642

GAZETA DO POVO

SEGURANÇA PÚBLICA

Curitiba tem o mês mais violento do ano

Capital registrou 79 assassinatos em agosto – 52% a mais do que no mês anterior. Chacinas e brigas elevaram o número de homicídios

06/09/2011 | 03:10 | FELIPPE ANIBAL E DIEGO RIBEIRO

O mês passado levou Curitiba a atingir o seu pico de violência em 2011. A capital registrou 79 assassinatos (média de 2,6 por dia), 52% a mais do que em julho, segundo balanço da Delegacia de Homicídios. Em agosto, Curitiba registrou uma taxa de 54,1 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes, índice quase quatro vezes e meia maior que o considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os números não levam em conta as lesões corporais seguidas de morte, confrontos com a polícia e latrocínios. Somando esses casos, a capital teve 90 mortes violentas em agosto e uma taxa de 61,6 óbitos para cada 100 mil habitantes.

Vítima de uma guerra urbana



Elineuza Maria da Conceição (foto), 47 anos, perdeu a filha Leila, de 16 anos, em um acidente de trânsito em 29 de dezembro de 2008, em Maceió (AL). O motorista do carro estava embriagado e, há três anos, foi condenado a prestar serviços comunitários pela morte de duas jovens.

[Leia a matéria completa](#)

Áreas críticas

Estatísticas determinam próximos passos da polícia

Apesar de alarmantes, as estatísticas de homicídios em Curitiba – bem como a de outros crimes – são importantes para determinar as próximas ações da polícia, afirma o ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva. “É preciso analisar porque o que está sendo feito até agora não está surtindo efeito. É preciso que a polícia se debruce sobre os números para traçar uma radiografia mais clara da criminalidade”, avalia.

Os dados estatísticos já nortearam quatro grandes operações da Delegacia de Homicídios neste ano. Uma dessas ações, no bairro Novo Mundo, terminou com a prisão de 11 pessoas e com a redução do índice de homicídios no bairro. “Por isso, a intenção é justamente aumentar este trabalho”, disse a delegada Maritza Haisi. Segundo ela, a delegacia prepara outras duas operações em bairros considerados críticos.

Falta de efetivo

A boa vontade da polícia, no entanto, esbarra na falta de pessoal e no acúmulo de inquéritos. A estimativa é de que existam cerca de 4 mil homicídios ainda sem solução na Delegacia de Homicídios. Cada um dos quatro delegados operacionais recebe, em média, 15 novos casos por mês – ou um novo caso a cada dois dias. Nenhuma das autoridades comenta a falta de recursos, mas pelos corredores da delegacia é possível notar a falta de investigadores e escrivães. Um problema que só deve ser solucionado com a contratação de 2,2 mil policiais civis nos próximos três anos, conforme previsão do programa Paraná Seguro. (FA)

Para o ex-secretário nacional de Segurança Pública coronel José Vicente da Silva, as estatísticas comprovam “uma ineficiência da gestão de segurança no Paraná”, cujo reflexo maior é sentido em Curitiba. O especialista avalia que há falhas graves, principalmente na prevenção ao crime.

“Quando você reduz [o número de homicídios], é porque você previne. Se não há redução, é porque está havendo erros no processo [de prevenção]”, afirma. O trabalho preventivo é de atribuição da Polícia Militar, mas, por meio de sua assessoria de imprensa, a corporação informou que só se manifestaria após avaliar os dados.

A delegada Maritza Haisi, chefe da Delegacia de Homicídios, diz que agosto teve duas particularidades que ajudam a entender a escalada das mortes. Uma delas são os homicídios múltiplos (quando mais de uma pessoa morre em um mesmo evento). Foram seis duplos homicídios e uma chacina (com quatro pessoas executadas). Outro aspecto são as brigas em saídas de casas noturnas, responsáveis por sete assassinatos. “Apesar do trabalho de investigação, isso não foi suficiente para fazer frente a esse aumento”, lamentou a delegada.

Para Vicente da Silva, esses fatores não são capazes de dar a medida exata do problema. Agosto superou meses como janeiro e fevereiro que, historicamente, registram mais homicídios por causa do calor e do maior consumo de bebida alcoólica. “A tendência deveria ser de queda em agosto.”

Mais do mesmo

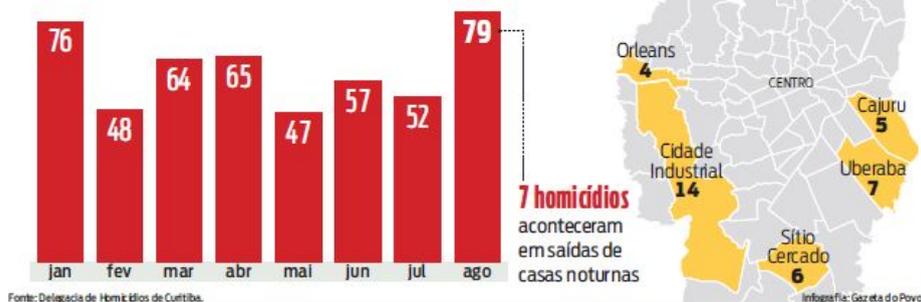
O mapeamento revela que a maior parte dos homicídios ocorreu nas regiões leste e oeste da capital. Os bairros que concentraram o maior número de mortes no primeiro semestre deste ano também foram os mais violentos em agosto: a Cidade Industrial mais uma vez puxou a lista, com 14 homicídios. Em seguida vieram Uberaba (7), Sítio Cercado (6) e Cajuru (4).

De acordo com a Polícia Civil, quase a totalidade das mortes está relacionada ao tráfico de drogas, seja por acerto de contas com usuários ou por rixa entre grupos rivais. “É exceção quando a motivação não é uma dessas”, diz o delegado Jaime da Luz, responsável pela investigação de assassinatos nos bairros Uberaba e Cajuru.

A polícia revela que, nesses bairros, os crimes se concentram em áreas que compreendem poucas quadras. Segundo o delegado Cristiano Quintas dos Santos, que investiga casos na CIC, via de regra, os homicídios nesses bairros estão relacionados uns com os outros.

RECORDE DE HOMICÍDIOS

Acompanhe a evolução de assassinatos mês a mês em Curitiba:



* * * * *

Interatividade:

O que mais explica o aumento de homicídios em Curitiba no último mês?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



ALMOFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparicando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pemeta, 185



BIQUÍNI ESTRELÍCIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-2642



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua Mal. Deodoro, 810



TAPETE KILIM
R\$ 150,00 m²
Persépolis - 41 3029-1929

GAZETA DO POVO

HOMICÍDIOS DOLOSOS

Apenas 10% dos inquéritos são concluídos

Estados não avançam na meta de terminar este ano investigações abertas até 2007. No Paraná, apenas 7% do objetivo foi atingido

12/09/2011 | 00:05 | GABRIEL AZEVEDO, COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA O GLOBO

Quatro meses após o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançar a Meta 2 – uma determinação para que todos os inquéritos de homicídios dolosos abertos até 2007 sejam concluídos ainda neste ano –, apenas 10% das 140 mil investigações espalhadas pelo Brasil foram concluídas. No Paraná, apenas 7,2% dos 7.352 inquéritos tiveram algum destino.

O mais preocupante é que, quando a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) estabeleceu a meta, o objetivo era combater a impunidade. Na prática, porém, os promotores optaram por arquivar em massa, em vez de investir mais nas investigações para chegar a dezembro com prateleiras vazias.

Nos primeiros quatro meses de Meta 2, os MPs do país já arquivaram 11.282 casos e ofereceram denúncia em apenas 2.194. Goiás é o maior arquivador: pediu o encerramento de 97% dos casos examinados. No Paraná, 87% dos 531 casos analisados foram arquivados e em apenas 9% alguém foi denunciado.

SÃO PAULO - Somente 6% dos BOs viram inquéritos

Levantamento do pesquisador Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, revelou que entre 20% e 40% dos casos de assassinatos levados às delegacias paulistas nem ao menos viram inquéritos. E as vítimas têm endereço certo: bairros pobres da periferia e favelas.

Adorno se debruçou sobre 344 mil boletins de ocorrência para revelar que apenas 6% são transformados em inquéritos. Em caso de homicídio, de 60% a 80% viram inquérito, mas a maioria dos crimes sem autoria definida fica sem apuração. E aponta a desigualdade no tratamento dado aos pobres mortos. O estudo foi realizado sobre os anos de 1991 a 1997, mas o pesquisador, que estuda a impunidade há dez anos, disse acreditar que a realidade nas delegacias não tenha mudado.

Casos raros

“Os homicídios investigados são os que têm autoria conhecida. Casos que envolvam um corpo que foi encontrado, uma vítima do tráfico de armas ou o crime organizado raramente são investigados. Em geral, argumenta-se que não há provas nem elementos”, diz o pesquisador. Adorno afirma que a maioria dos casos é amparada por testemunhas, que acabam sumindo. Esse sumiço se explica pela lei do silêncio que impera nos bairros pobres e sem o amparo do estado. “Grande parte das provas é testemunhal, não se recolhem provas técnicas e, muitas vezes, elas não são o que nós vemos aí em Lei e Ordem [seriado de tevê sobre investigação criminal]. A testemunha é uma figura que desaparece, se sente ameaçada”, explica.

Daniel Dereveki/Gazeta do Povo



Recalcatti: falta estrutura para apurar crimes antigos

A prática de arquivar antecede a Meta 2. No 1.º Tribunal do Júri de São Paulo, que concentra mais da metade dos casos de homicídio da cidade, só no ano passado foram arquivados 1,5 mil inquéritos. Cerca de 90% desse total é arquivado por falta de informações sobre a autoria do crime. E a maior parte desses crimes acontece em bairros pobres, em meio a famílias sem condição financeira ou social para clamar por Justiça.

Crítica

O pesquisador do Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo e secretário-geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, defende as metas do Enasp, mas critica um eventual arquivamento indiscriminado dos casos. “O arquivamento revela a deficiência não da Meta 2, mas do modelo de investigação. É importante fazer com que a investigação seja feita. Não cabe só à polícia o papel de má nessa história, se o MP não for fundo, a Meta 2 vira procedimento administrativo.”

Coordenador da meta do Enasp em São Paulo, o promotor Fernando Pastorello Kfourri nega que os promotores estejam sob pressão para avaliar os inquéritos rapidamente e afirma que o não cumprimento da meta não resultará em punição. Kfourri diz que não há intenção de rever casos arquivados. “A Meta 2 é de priorização dos casos anteriores a 2007. Quanto mais antigo o inquérito, menor a chance de um desfecho positivo.”

O responsável da Delegacia de Homicídios Rubens Recalcatti, que lidera o grupo Honre (Homicídios Não Resolvidos), em Curitiba, afirma que na maioria dos inquéritos arquivados não foi possível descobrir a autoria ou o autor está morto. No caso do Paraná, segundo ele, falta estrutura para apurar crimes antigos. “Nos últimos quatro meses, conseguimos concluir cem inquéritos, mas a dificuldade é grande. Não temos acesso a dados importantes, como da Receita Federal, que podem subsidiar informações. Temos dificuldade de localizar familiares, testemunhas, falta material, pessoal e tempo para ler e organizar o inquérito.”



MALETA DE MÉDICO DR
R\$ 49,90
Titã Brinquedos
41 3014-9331 | 41 3079-6066



OI FAMÍLIA SMARTPHONE
GRÁTIS No Oi Família



PORTA SORVETE INOX
R\$ 65,00
Freezer Point - 3223 1109



KIT PARA DECORAR UNHAS
R\$ 35,70
Esmalteria Curitiba



ANABELA DOURADA
R\$ 129,90
Zutti Calçados

GAZETA DO POVO

Henry Milléo/ Gazeta do Povo



Rosmei Ribeiro prestou duas queixas por causa de um roubo, mas sabe que dificilmente verá os ladrões atrás das grades: "Faço o B.O. mais por desengano de consciência"

SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia investiga só sete em cada 100 boletins de ocorrência no PR

Apenas 6,7% das queixas feitas nas delegacias do estado entre 2006 e 2010 se transformaram em inquéritos

15/09/2011 | 00:59 | DIEGO ANTONELLI, ESPECIAL PARA A GAZETA DO POVO

Números estatísticos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) comprovam uma percepção comum entre a população. A maioria dos crimes registrados não é efetivamente investigada pela polícia no Paraná. Entre 2006 e 2010, apenas 6,7% dos boletins de ocorrência (B.O.s) computados no estado resultaram em inquérito policial – o equivalente a 296 mil em um universo de 4,4 milhões de queixas. O motivo do problema já é conhecido: faltam policiais civis para dar vazão à demanda por investigação.

Nem todo boletim de ocorrência tem a obrigação de virar inquérito policial. Em média, 30% dos B.O.s correspondem a extravios de documentos e objetos eletrônicos, que não configuram crimes. Mesmo assim, sobram, nesses cinco anos, 3 milhões de boletins que, em tese, deveriam ter recebido a atenção da polícia. "Sabemos que o número de inquéritos instaurados não é o ideal. Mas nem todo B.O. obrigatoriamente vira inquérito. É necessário que se tenha a configuração de crime", explica o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César.

Seleção de crimes

Passo a passo

Veja os procedimentos para prestar uma queixa na polícia:

- 1 Em caso de crime, a pessoa deve se dirigir a uma delegacia de polícia e formalizar a queixa, fazendo o Boletim de Ocorrência (B.O.). Se a Polícia Militar tiver atendido o chamado, os próprios PMs devem fazer o B.O.
- 2 Na delegacia, a vítima assina um documento no qual afirma que o fato denunciado é verdadeiro. Em caso de agressão, ela é encaminhada ao Instituto Médico-Legal para fazer exame de corpo delito.
- 3 Uma central da polícia deve distribuir os boletins para as autoridades competentes. Por exemplo, crimes envolvendo adolescentes vão para os delegados da área; assassinatos para a Delegacia de Homicídios; furtos e roubos para a delegacia do setor; e assim por diante.
- 4 Feito isso, os delegados analisam as denúncias e abrem um inquérito para começar a investigar o caso.

Concurso pela metade atrasará admissão de PMs

O governador Beto Richa autorizou ontem a contratação imediata de 2 mil policiais militares, 500 bombeiros e 695 policiais civis como parte do programa Paraná Seguro, anunciado no mês passado. Mas, no caso de PMs e bombeiros, a intenção de efetivar rapidamente os candidatos aprovados no concurso público realizado em 2009 esbarra em um problema. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), contratada sem licitação para aplicar o teste seletivo, não terminou a correção de todas as provas discursivas.

[Leia a matéria completa](#)

Segundo a Sesp, faltam delegados de polícia em 270 das 399 cidades paranaenses. A delegada Valéria Padovani, que atua na região dos Campos Gerais, revela que, devido ao baixo número de delegados e também de investigadores, é necessário fazer uma seleção de quais crimes serão desvendados. "Não há condição humana para apurar todos os boletins de ocorrência. Temos de selecionar quais têm maior relevância, como homicídios, latrocínios e roubos", ressalta.

O pedreiro Rosmei da Luz Ribeiro, 38 anos, foi assaltado há seis meses. Ele registrou um B.O., mas até hoje não conseguiu recuperar seus documentos. "Os bandidos me levaram dinheiro e toda minha documentação. Fiz B.O. uma vez e até agora nada", conta. Na semana passada, ele foi novamente ao 2.º Distrito Policial, em Ponta Grossa, para fazer um novo boletim na esperança de que a queixa fosse averiguada. "Mas é difícil a polícia

descobrir os autores do crime. Faço o B.O. mais por desengano de consciência”, reconhece.

O mesmo pensa o comerciante Rosaldo Felipe da Silva, 40 anos. Ele diz estar sofrendo ameaças de morte há duas semanas. “Estou com medo. Vim para registrar o boletim para ver se a polícia consegue me dar uma proteção”, diz, mesmo ciente de que isso não é tão simples. “Queria que esse desejo fosse possível na prática.”

Volume de trabalho

“Em tese, toda denúncia de crime deveria resultar em investigação. Mas é impossível apurar todos os casos com o baixo número de delegados e de investigadores existentes em todo o Paraná. O volume de trabalho é grande e a falta de policiais é elevado”, destaca o presidente da Comissão de Advocacia Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Paraná, Jacinto de Miranda Coutinho.

O delegado Maurício Souza da Luz, que recebe por dia uma média de 30 boletins de ocorrência em Ponta Grossa, concorda que a carga de trabalho é muito elevada. “Não é possível dar conta de tudo. É muito trabalho para apenas uma pessoa”, diz.

Falta de confiança no trabalho policial causa subnotificação de crimes

Apesar de alto, o número total de boletins de ocorrência feitos no Paraná desde 2006 (4,4 milhões) não reflete com exatidão a quantidade de crimes praticados no mesmo período. Isso ocorre por causa da subnotificação, segundo o presidente da Comissão de Advocacia Criminal da OAB Paraná, Jacinto de Miranda Coutinho.

Ele acredita que mais da metade dos delitos nem chega ao conhecimento da polícia justamente por causa da desconfiança da população de que o crime será investigado. “O povo tem receio de ir fazer o B.O. Há uma descrença muito grande da sociedade, que não acredita mais que a polícia irá resolver seus problemas. Existem muito crimes que estão no chamado ‘número escuro’ da criminalidade”, explica.

O especialista aponta também o medo como outro fator que impede a oficialização da queixa. Coutinho diz que muitos desistem pelo receio de sofrer uma retaliação do próprio bandido. “Sem falar que quando você se propõe a fazer uma denúncia, será obrigado a prestar depoimentos. E, às vezes, a pessoa não quer se incomodar, já que pode ter que faltar ao emprego e o patrão nem sempre entende essas questões”, afirma.

Autorização

A delegada-chefe da 13.ª Subdivisão Policial, Valéria Padovani, lamenta que algumas pessoas desistam de procurar a polícia e não prossigam com a denúncia.

Ela explica que em determinadas circunstâncias é necessário que a vítima autorize a investigação do crime para que seja aberto um inquérito. “Em crimes de natureza privada, [quando a denúncia] não é proposta pelo Ministério Público, temos de ter a anuência da vítima. Se a vítima não colabora, não temos como investigar”, salienta.

INVESTIGAÇÃO PRECÁRIA				
Em cinco anos, apenas 296 mil de 4,4 milhões de boletins de ocorrências registrados no Paraná se tornaram inquéritos.	ano	BOs	inquéritos	% de BOs que viraram inquéritos
	2006	423.675	46.346	10,9
	2007	941.015	57.750	6,1
	2008	967.543	54.341	5,6
	2009	1.064.543	66.495	6,2
	2010	1.007.309	71.452	7,1

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública. Infografia: Gazeta do Povo

* * * * *

Interatividade

Você já registrou um boletim de ocorrência que não resultou em nada? Conte sua história.

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

 <p>KIT COCA COLA R\$ 60,00 Freezer Point - 3223 1109</p>	 <p>KIT PARA DECORAR UNHAS R\$ 35,70 Esmalteria Curitiba</p>	 <p>OI FAMÍLIA SMARTPHONE GRÁTIS No Oi Família</p>	 <p>SLEAPPER COM SPIKE R\$ 89,90 Zutti Calçados</p>	 <p>CALOI HTX 21V R\$799,00 em 10x no cartão Cicles Jaime - 41 3333-3456</p>
---	--	---	---	--

GAZETA DO POVO

Sérgio Luís de Deus/ Gazeta do Povo



Na capital colombiana é possível encontrar policiais e militares fazendo rondas preventivas em quase todos os pontos da cidade: presença da polícia inibe a criminalidade

SEGURANÇA

Justiça social contra o crime

Uma das cidades mais violentas do mundo nos anos 90, Bogotá mudou esse cenário investindo principalmente no bem-estar da população

18/09/2011 | 00:10 | SÉRGIO LUIS DE DEUS, ENVIADO ESPECIAL

Bogotá já foi conhecida como uma das cidades mais violentas do mundo. No início dos anos 90, a população local vivia acuada diante de uma taxa de homicídios que beirava 80 mortes a cada 100 mil habitantes – o dobro do índice verificado hoje em Curitiba, por exemplo. Havia ainda uma alta incidência de sequestros, roubos, violência doméstica – sobretudo contra mulheres – e acidentes de trânsito. Brigas banais eram resolvidas no olho por olho, quando não à bala.

Mas hoje, duas décadas depois, a capital colombiana é reconhecida – ao lado de Nova York e sua política de tolerância zero – como um caso raro de sucesso na luta contra a violência. A mudança de cenário chegou ao ponto de inspirar a política de segurança pública de cidades brasileiras reconhecidamente violentas, como Rio de Janeiro e São Paulo. Mas como isso foi possível?

Medidas

O Plano de segurança de Bogotá uniu ações de prevenção e controle. Conheça as áreas de atuação:

Prevenção

Controle de riscos

- Restrição ao consumo de bebida com bares fechando mais cedo.
- Programa de prevenção e tratamento de dependentes.
- Restrição ao porte de armas.

Resolução de conflitos

- Mediação de disputas interpessoais, comunitárias e familiares.

Atenção e serviços

- À população, com investimentos em educação, saúde, coleta de lixo, iluminação, cultura e lazer.
- A jovens envolvidos com gangues.
- A indigentes e moradores de rua.

Controle de delitos

Fortalecimento da polícia

- Investimento em viaturas.
- Implantação de rádios.
- Construção de módulos menores e melhoria de batalhões e delegacias.
- Treinamento dos policiais.
- Compra de armas e munição.
- Elaboração de estatísticas confiáveis e investimento em perícia.
- Investigação criminal.

Fortalecimento da Justiça

- Melhoria de cadeias e prisões.
- Investimento em centros de recuperação de jovens.
- Ressocialização de presos: programas de trabalho e atendimento a familiares de presos.

O segredo de Bogotá está na forma como as autoridades enxergaram o problema. Em um país acostumado a usar a força para enfrentar guerrilheiros e traficantes de drogas, a tentação de investir ainda mais no aparato policial e literalmente partir para a guerra era grande. Mas a cidade trilhou outro caminho: o da justiça social.

“Entendíamos a segurança como um tema de bem-estar. A polícia cumpre sua função repressiva quando persegue os delinquentes, mas não é somente isso. Tínhamos que buscar que educação, saúde e cultura também cumprissem sua função”, explica o sociólogo Hugo Acero Velásquez, ex-secretário de Segurança de Bogotá entre 1995 e 2003.

Choque de gestão

Velásquez diz que o ex-prefeito Antanas Mockus, que governou a cidade entre 1995-1997 e 2001-2003, foi peça-chave na reação contra a violência. Mockus sabia que boa parte do problema tinha origem na pobreza e na falta de amparo do Estado. Por isso, comandou uma política de segurança pública que combinava desenvolvimento social e medidas de prevenção ao crime: o Plano Integrado de Convivência e Segurança Cidadã.

A estratégia tinha como principal meta reduzir o número de assassinatos. Para isso, a prefeitura investiu na construção de escolas, postos de saúde e áreas de lazer em regiões dominadas por criminosos

coleta de lixo e pavimentação de ruas. Paralelamente, instituiu subprogramas para controle de riscos (restrição à venda de bebida alcoólica e ao porte de armas); resolução de conflitos familiares e comunitários; e auxílio a jovens envolvidos com drogas e gangues, e a minorias como indigentes e os chamados "desprezados", população que migra do interior para as grandes cidades por causa do conflito com as guerrilhas.

Em outra ponta, a prefeitura direcionou recursos para fortalecer a polícia com novos equipamentos, reforma de instalações, treinamento e inteligência. E com um detalhe: sem aumentar o efetivo, que permaneceu sendo de 10,3 mil homens.

O plano de segurança deu resultado rapidamente. A taxa de assassinatos caiu vertiginosamente já nos primeiros anos, atingindo uma queda de 71% até o ano passado, e desde 2003, oscila entre 22 e 25 mortes a cada 100 mil. Paralelamente, todos os outros indicadores de violência diminuíram.

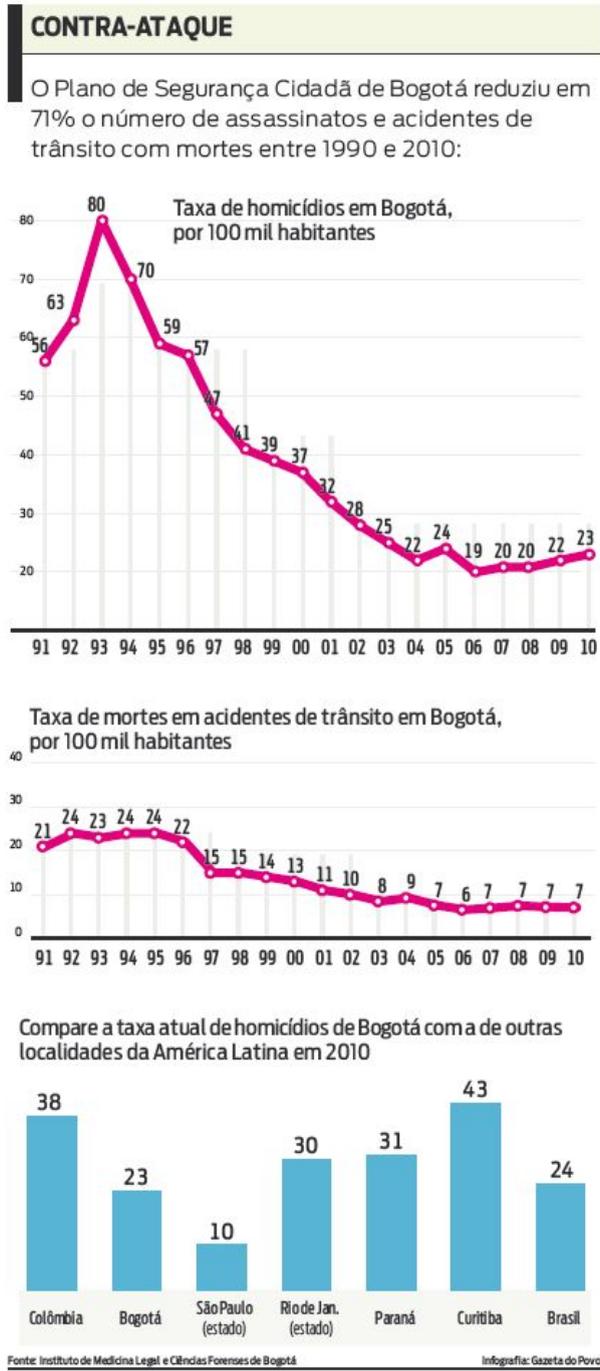
O jornalista viajou a convite da Marcopolo

Interatividade

Para melhorar a segurança é mais importante investir em polícia ou desenvolvimento social? Por quê?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



				
PORTA SORVETE INOX R\$ 65,00	KIT PARA DECORAR UNHAS	OI FAMÍLIA SMARTPHONE GRÁTIS No Oi Família	SAPATILHA ROSE R\$ 59,90	CALOI HTX 21V R\$799,00 em 10x no cartão

GAZETA DO POVO

Cesar Brustolin/SMCS



Secretário de Segurança Reinaldo de Almeida César e o prefeito Luciano Ducci discutiram plano, que deve ter início em 60 dias

SEGURANÇA

Capital elabora plano contra o crime unido à ação social

21/09/2011 | 00:48 | DIEGO RIBEIRO

Entrar em bolsões de pobreza para prender criminosos e, em seguida, reurbanizar essas áreas para atender a população com ações sociais. Esta é a linha mestra do plano de segurança integrado de Curitiba que teve a primeira reunião técnica na noite de segunda-feira, com a presença do prefeito Luciano Ducci, do secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César e representantes das polícias.

O projeto, que ainda não tem previsão orçamentária na prefeitura, visa melhorar a segurança de regiões violentas, aproximando o trabalho das secretarias municipais. "Queremos implementar ações sociais, levar iluminação pública e atendimentos mais eficazes a locais de grande ocupação e de altos níveis de criminalidade, mas por enquanto não há ações definidas", explica o secretário municipal de Defesa Social, Nazir Chain.

A união entre secretarias municipais e polícias Militar e Civil, que pretende envolver investigação policial e ação social, começou com a formação de um comitê gestor, coordenado pelo coronel da Polícia Militar (PM), Roberson Bondaruk. Segundo o oficial, as áreas alvo das ações não estão definidas. "Estamos fazendo o levantamento para saber quais participarão do projeto, saber também da disponibilidade de recursos de pessoal e material", explica o coronel.

Não serão UPPs

Bondaruk ressalta que o projeto não é baseado nas Unidades de Polícia Pacificadora, implantadas nos morros do Rio de Janeiro. Ele explica que a polícia e as secretarias municipais buscam uma forma diferente de trabalhar nos bolsões de pobreza. "Mas não será de forma drástica como no Rio, até porque aqui temos uma realidade bem diferente", diz ele, assinalando que os bolsões curitibanos não são conflagrados pelo armamento pesado usado nas localidades cariocas. "Primeiro, vamos dar a garantia da segurança e, depois, acesso aos serviços pela prefeitura. Será uma reinserção social", comenta. De acordo com Bondaruk, a ideia é que as regiões se tornem espaços sustentáveis em segurança pública e que o estado fique permanentemente nos locais. "Para que, em longo prazo, não haja mais a necessidade de intervenções agudas". A previsão inicial da prefeitura é de que as ações comecem em 60 dias, mas não há uma data definitiva.

Cuidado

O sociólogo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Lindomar Bonetti, aprovou a ideia, mas ressaltou a importância de todos os processos serem efetivados com cuidado. Segundo ele, é preciso levar em consideração os problemas enfrentados nas UPPs no Rio, que recentemente, sofreram com a corrupção entre agentes da polícia envolvidos na pacificação dos morros. "A intenção é boa, unificar as administrações, mas é preciso ter cuidado na operacionalização deste processo: qualquer falha pode fortalecer o crime", diz Bonetti.



CHINELO
R\$ 49,90
Raphaella Booz - 41 3044
5900



RELÓGIO WM014LRG
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



ALMOFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparicando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pemeta, 185



BIKINI ESTRELCIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-
2642

GAZETA DO POVO

ENTREVISTA

"Curitiba ainda não é uma cidade em estado de medo"

Alexandre Menezes, guitarrista da banda O Rappa, grupo envolvido em diversas ações sociais

30/09/2011 | 00:59 | DIEGO RIBEIRO

Ele é carioca, conhece a realidade violenta do Rio de Janeiro, mora em Curitiba e detesta o famoso autofagismo curitibano. Alexandre Menezes, o Xandão, guitarrista da banda O Rappa, reside em uma casa no bairro Santa Cândida há nove anos com a família. "Parece que Curitiba é um fardo enorme para o curitibano", avalia. Xandão veio da capital fluminense para o Paraná em uma fuga da rotineira troca de tiros das ruas cariocas. Defensor ferrenho de Curitiba, o músico está entrosado com a cidade e, sobretudo, com as dificuldades na área de segurança. "O problema está crescendo e está aos olhos pelos números. Porém, ainda não é uma cidade em estado de medo", explica.

Xandão acredita que a segurança na cidade tem solução simples. O guitarrista recebeu a reportagem da Gazeta do Povo em seu estúdio, no bairro Cabral, para um bate-papo sobre violência e o envolvimento da banda em ações sociais. "Não adianta mais na sociedade moderna esperar que os eleitos tomem conta de tudo sozinhos".

Por que você veio morar em Curitiba?

Vim em razão do meu casamento e da violência (no Rio de Janeiro). Sou casado com uma curitibana. Eu vivi uma situação com a minha esposa no Rio e com a minha filha, que tinha 1 ano de idade na época. A gente ficou preso no trânsito, na Linha Vermelha, e começou um tiroteio entre favelas. A minha mulher se desesperou. Se jogou em cima da minha filha. Decidi que aquela era a hora de meter o pé.

Qual foi a primeira impressão da cidade e dos moradores?

Quando vim para cá parecia que a cidade era muito cultural e dinâmica. E percebi que não é nada disso. Tem mais teatro, mas sem aquela coisa de rua. Vejo o curitibano reclamando muito. Parece que Curitiba é um fardo enorme pro curitibano. Eu venho de fora e adoro a cidade. Você vê o ônibus de turismo aqui lotado o tempo todo. Fim de semana, tem uma fila gigante na frente da Ópera de Arame. As pessoas têm de entender que o que temos de melhor é para vender para os outros. A prefeitura deveria fazer um grande projeto em relação a isso para conscientizar as pessoas. Por mim, colocaria na Rua XV uma pista de esqui do começo ao fim no inverno, fazendo um torneio downhill internacional.

Como você percebeu a questão da violência em Curitiba e entre os curitibanos?

Eu não posso mentir. A cidade não é violenta. No Rio de Janeiro, se você vê um policial, uma blitz, você se mija todo. Você não sabe se é policial ou bandido. Isso pra mim é estado de violência, que transcende a coisa da arma. É uma situação de opressão, medo. As pessoas estão em pânico no Rio. Isso não chegou ainda em Curitiba. Eu não acho que seja uma cidade violenta. Sei que os índices são violentos. Sei que a periferia tem violência. Aqui as pessoas andam no centro, é mais aquela coisa de sinal, e mais na periferia.

Mas o que aconteceu no Rio?

O Rio tem a situação de uma cidade que convive com a violência há muitos anos. Na época do (Leonel) Brizola, ele não deixou mais a polícia subir o morro. Claro, a polícia não podia subir lá metendo o dedo, achando que todo mundo ali era bandido. Porém, aqueles 5% da população que era bandida, depois que a polícia não subiu mais, se transformou em uma facção muito bem armada. Eu já subi quase todos os morros do Rio, já fiz vários projetos lá. Chegava ao ponto de ver até 200 homens armados.

O que é necessário para não chegar neste estado de pânico?

É perceber antes o que pode acontecer e a sociedade se mexer. A população tem de se colocar. Educação. Sempre nos envolvemos com projetos sociais dentro das periferias. Começamos a tirar a mão de obra do tráfico. Eles (os traficantes) não são imbecis. O dono da boca olha você nos olhos e diz: eu não quero essa vida para o meu filho, leva ele com você para o projeto. Por isso ele deixa você entrar, educando os moleques. Isso é importante para exemplificar para os meninos. Nem o traficante quer que o filho dele entre nessa.

O Paraná ainda está carente de projetos sociais dentro das áreas de periferia?

Não vou dizer que está carente, porque não sei o que existe. Mas não há melhor hora para essa mobilização. O problema está crescendo e está saltando aos olhos pelos números. Uma vez fui parado pela polícia aqui. Era uma operação para ver documento. Eu disse "muito obrigado por me parar" e elogiei. Nunca vi um policial tão bem alinhado, sem um amassado na calça, educado. Já passei por isso em outros lugares e os policiais parecem bandidos. Acho que a sociedade curitibana ainda está estruturada. Ainda existe a coisa do "muito obrigado", "por favor", gentileza. Claro que os policiais que estão em situação de conflito nas periferias são mais duros. No entanto, não se pode abandonar a cidade como se fosse uma guerra vencida. Me assombra muito acharem que aqui é extremamente violento. Eu não acho.

Que tipos de projetos se encaixariam na nossa realidade?

A Fundação Cultural me procurou querendo que o Rappa viesse fazer um show nos 30 anos do projeto Oficina de Música, que acontece todo mês de janeiro em Curitiba. A gente ficou honrado. A relevância de ser lembrado é fantástica. Só que eu não gostaria de ser chamado só para tocar, mas para criar algo mais consistente aqui. Em Curitiba há várias regionais (da prefeitura). Pega a regional e faz inclusão desses moleques nas aulas de música.

Como foi o início do envolvimento do Rappa com as ações sociais?

Foi muito natural. No primeiro disco, fomos fazer um DVD. E o pessoal do Afroreggae estava começando com um projeto em Vigário Geral (favela na Zona Norte do Rio de Janeiro). A gente não tinha um cenário. Tinha acabado de ocorrer a chacina de Vigário Geral, em que morreram mais de 20 pessoas. E resolvemos fazer tudo por lá. Perguntaram se queríamos montar nosso show num palquinho de cimento lá para a comunidade. Depois a molecada iria lá conhecer os instrumentos. Na semana seguinte, a gente fez o troço. E foi muito moleque. Um dos que estavam lá é o baterista da banda hoje.

Como foi ver um verso da música "Minha Alma" como nome da campanha contra a violência "Paz Sem Voz é Medo", do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM)?

Antônio More/ Gazeta do Povo



"As pessoas estão em pânico no Rio. Isso não chegou ainda em Curitiba. Eu não acho que seja uma cidade violenta. Sei que os índices são violentos. Sei que a periferia tem violência. Aqui as pessoas andam no centro, é mais aquela coisa de sinal, e mais na periferia."

Eu fiquei envaidecido. É uma frase muito importante. Ela diz muita coisa. O principal é chamar a sociedade para discussão. Não adianta mais na sociedade moderna esperar que os eleitos tomem conta de tudo sozinhos. A felicidade dessa frase é esse convite a discutir. É uma frase tão bacana que os jovens todos conhecem, porque é de uma música importante. O link é direto. E os mais velhos vão começar a perceber.



SANDÁLIA
R\$ 189,90
Raphaella Booz - 41 3044
5900



RELÓGIO WM015LB
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



ALMOFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparicando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pemeta, 185



BIKINI ESTRELCIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-
2642

GAZETA DO POVO



PREVENÇÃO

60% das cidades do PR não têm Conseg

Desinteresse da população e falta de apoio governamental explicam a inexistência de conselhos de segurança em 240 municípios do estado

05/10/2011 | 00:57 | MAURI KÖNIG

O Conselho de Segurança atua como um elo entre a população e o poder público

Os Consegs

São instituições jurídicas de direito privado sem fins lucrativos com o objetivo principal de organizar as comunidades e fazê-las interagir com as Polícias Militar e Civil e, por adesão, se vinculam às diretrizes da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). Foram criados para ser um canal pelo qual o governo, na figura da Sesp, ouve as necessidades da sociedade. Seriam os olhos e os ouvidos da secretaria.

Entre suas finalidades estão a de integrar a comunidade com as autoridades policiais; propor às autoridades a definição de prioridades na segurança pública; promover programas e ações de autodefesa às comunidades, estabelecendo parcerias, visando projetos e campanhas educativas de interesse da segurança pública; e promover eventos comunitários que fortaleçam os vínculos da comunidade com a polícia.

São José dos Pinhais

Unindo forças contra a violência

Nenhum município do Paraná tem tanta representação popular na segurança pública quanto São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A mobilização começou há dois anos e meio, quando a Secretaria Municipal de Segurança passou a percorrer os bairros divulgando uma nova proposta para o setor, com a criação dos Conselhos Comunitários Municipais de Segurança Cidadã, os Comunsegs. Hoje existem 32 Comunsegs, um para cada 8,5 mil habitantes (Curitiba, por exemplo, tem um conselho para cada grupo de 46 mil moradores). E a participação popular não é só figuração.

Os representantes dos conselhos se reúnem toda última quinta-feira de cada mês para trocar informações. Eles têm assento no Gabinete de Gestão Integrada do município, onde apresentam suas demandas, inclusive para outras áreas da administração pública. "Se a comunidade é participante, uma política pública posta em prática passa a não ser mais só do governo, mas também dela", diz o secretário Marcelo Jugend, ex-assessor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e idealizador do projeto.

Participação popular

Jugend assumiu a pasta com a percepção de que era necessária a participação popular. Por isso criou a Diretoria de Relacionamento com a Comunidade, encarregada de fazer o corpo a corpo nos bairros. Para ele, não se trata de transferir a responsabilidade da segurança pública para a comunidade, mas de torná-la protagonista do setor. A luta contra a violência, diz ele, deve ser coletiva, numa parceria da sociedade com o poder público. "É uma bobagem imaginar que alguém consegue fazer algo sozinho", observa.

Até 2009, o município tinha um único Conseg, na região central, formado por empresários e com uma visão patrimonialista de segurança pública. "Não que isso seja errado, mas na periferia a visão é outra, porque a realidade é outra", pondera. Hoje, os 32 Comunsegs cobrem quase todo o território de São José dos Pinhais.

Somente quatro entre 10 municípios do Paraná dispõem de um Conselho Comunitário de Segurança (Conseg), a forma mais direta de a população interagir e exigir intervenções dos governos no setor que hoje é a maior preocupação dos paranaenses. Curitiba tem 39 conselhos ativos e a vizinha São José dos Pinhais, 32. Os demais estão espalhados por todo o estado. Mas 240 cidades nunca tiveram ou perderam seu Conseg. Duas razões centrais explicariam o esvaziamento desses fóruns de discussão: o desinteresse dos cidadãos e a falta de apoio do governo.

A "morte" do Conseg ocorre por inanição, ou seja, por falta de participação popular e a conseqüente perda de representatividade. A queixa é generalizada. Mesmo quando o governo dá apoio, a população nem sempre participa. Poucos se interessam em saber o que se passa no bairro, se isso não os afeta diretamente. A baixa participação está ligada à cultura local e a cultura de hoje, observam pessoas ligadas aos Consegs: é o isolamento para se proteger. Há uma tendência de as pessoas só se envolverem em algum assunto quando têm interesse pessoal.

Sem apoio

A falta de participação popular é só a consequência do problema, diz o presidente do Conseg do Bacacheri (Curitiba), José Augusto Soavinski. Para ele, o fracasso dessas entidades está na falta de apoio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), que leva ao descrédito popular e, por sua vez, à evasão da comunidade, acarretando na morte do Conseg.

Porém, o problema nem sempre é a apatia. Em bairros da periferia de Curitiba, o medo da reação dos traficantes é o que inibe a participação da comunidade. Isso acontece por causa do desconhecimento da atuação do conselho. "Presidente de Conseg não tem poder de polícia", diz Soavinski. "Um conselho só vai para frente quando a população vê a polícia na rua e isso não está acontecendo. A polícia só vem para apagar incêndio", avalia. "Não adianta fazer reunião com a população para ficar no papel", diz. Para ele, pouco adianta o Conseg fazer seu trabalho, ir às escolas, orientar as pessoas sobre como se proteger, participar da vida da comunidade, se falta polícia na rua. "Isso desmotiva o conselho."

A proposta do Conselho de Segurança não é exercer o papel da polícia, mas pensar o que pode ser feito para melhorar a qualidade de vida da população. Com isso, fica comprometida parte de uma estrutura criada para identificar problemas pontuais ligados à segurança pública e a outras áreas, como educação, saúde, terceira idade e trânsito. Conseqüentemente, a rede de prevenção à violência fica enfraquecida, sem contribuições da sociedade em discussões e na apresentação de melhorias para problemas que envolvem a comunidade.

* * * * *

Interatividade

O que falta para os conselhos de segurança se tornarem mais ativos?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



KIT PARA DECORAR UNHAS
R\$ 35,70
Esmalteria Curitiba



SANDÁLIA COM SPIKE
R\$ 109,90
Zutti Calçados



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



FERRARI BLACK
R\$ 169,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Viste nossas lojas!

GAZETA DO POVO

VIOLÊNCIA

Brasil lidera ranking global de assassinatos

Brasil teve o maior número de homicídios do mundo em 2009. Estudo da ONU mostra que país tem a terceira taxa de assassinatos da América do Sul

07/10/2011 | 00:59 | OSNY TAVARES, COM AGÊNCIAS

O Brasil registrou o maior número mundial de homicídios em 2009, com 43.909 vítimas. Segunda colocada no ranking da violência, a Índia teve 40.752 mortes naquele ano. A população indiana, entretanto, é cinco vezes maior que a brasileira. Os dados fazem parte do Estudo Global de Homicídios 2011, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o primeiro levantamento da organização a relacionar tipos e apontar as causas dos crimes de morte.

Em todo o mundo, 468 mil pessoas foram assassinadas em 2010. Desde 1995, a taxa de homicídios tem diminuído em países da Ásia, da Europa e da América do Norte. No entanto, a quantidade de mortes violentas vem aumentando principalmente na América Central e no Caribe. O índice global é de 6,9 vítimas por 100 mil habitantes.

Em termos proporcionais, o Brasil apresentou a terceira maior taxa de homicídios na América do Sul, com 22,7 casos para cada 100 mil habitantes. O país fica atrás apenas da Venezuela, que apresenta 49 assassinatos para cada grupo de 100 mil, e da Colômbia, cuja taxa é de 33,4 homicídios.

Justiça

Impunidade é um dos principais desafios

Folhapress

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse ontem que o país precisa ter ações mais integradas e efetivas para a redução da violência. Para ele, a impunidade é um dos principais aspectos a serem combatidos. O ministro destacou também a necessidade de criar unidades específicas para a investigação de homicídios em cada estado, além de agilizar processos judiciais. As informações são da Agência Brasil.

"São grandes os desafios que todos aqueles que governam têm o dever de enfrentar de forma conjugada, superando entraves políticos e buscando soluções necessárias para a sociedade brasileira", ressaltou, após participar do programa "Bom Dia Ministro", produzido em parceria com a Secretaria de Comunicação da Presidência e com a EBC Serviços.

O fornecimento de equipamentos que permitam ações periciais mais céleres é uma das medidas para acabar com a impunidade, segundo Cardozo.

"É um número alto [do Brasil], mas não descola muito da média latino-americana. Na América Central, temos países, como Jamaica e Honduras, que ultrapassam as 50 mortes para cada 10 mil", avalia Bo Mathiasen, representante do UNODC para o Brasil e o Cone Sul.

Mathiasen atribui a taxa brasileira a dois fatores: mazelas sociais e crime organizado. "A desigualdade socioeconômica do país provoca atrito entre as pessoas, levando à insatisfação e à conseqüente violência. Soma-se a isso a ação de quadrilhas, principalmente as de narcotraficantes", cita.

Para o representante da ONU, o crescimento econômico da última década não foi capaz de causar a queda na taxa de assassinatos, que ele avalia ter permanecido estável. "As condições melhoraram, mas o Brasil ainda registra miséria e problemas sociais a serem resolvidos".

No Brasil, assim como em outros países com alta taxa de crime organizado, os homens jovens (15 a 29 anos) são as maiores vítimas de homicídio. "Um trabalho para diminuir a taxa de mortalidade precisa necessariamente focar nesse grupo", ressaltou Mathiasen.

O relatório aponta a cidade de São Paulo como um exemplo positivo. Desde 2001, o município reduziu a taxa de 120 para 40 assassinatos por 100 mil habitantes. "As autoridades fizeram uma análise mais de perto e identificaram os bairros mais problemáticos. Então, implantaram ações como a lei seca, polícia comunitária e ronda ostensiva. Os números mostram que a estratégia funcionou", avalia.

Método

O levantamento da ONU mostra que, nas Américas, a arma de fogo é o instrumento mais usado em homicídios, também reflexo do crime organizado. Cerca de 74% dos crimes são cometidos dessa forma. Na Europa, para efeito de comparação, as armas de fogo são usadas em 21% dos assassinatos.

Outro destaque a respeito da Europa é o assassinato de mulheres, proporcionalmente maior quando comparado ao continente americano. No europeu, as vítimas do sexo feminino somam 27%, contra 10% nas Américas. São crimes cometidos principalmente pelo cônjuge, parente ou pessoa conhecida, dentro da casa da vítima. Na taxa por 100 mil habitantes, entretanto, América e África ficam na frente da Europa.



CARRETIHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



TAPETE KILIM
R\$ 150,00 m²
Persépolis - 41 3029-1929



FLOWER BY KENZO
R\$ 79,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua Mal. Deodoro, 810

GAZETA DO POVO

SEGURANÇA PÚBLICA

Violência muda hábitos no país

80% dos brasileiros tomaram alguma medida para evitar assaltos, segundo pesquisa Ibope/CNI. A principal foi andar sem dinheiro

20/10/2011 | 00:59 | DIEGO RIBEIRO

A falta de segurança tem alterado o comportamento da população brasileira, de acordo com a pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública", realizada pelo Ibope e divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, 80% dos entrevistados mudaram seus hábitos devido à violência nos últimos três anos. A pesquisa considerou oito tipos de mudança comportamental, entre elas evitar andar com dinheiro – a principal delas, citada por 63% das pessoas –, aumentar o cuidado ao sair da escola, não sair à noite e até mesmo comprar uma arma.

O impacto causado pela insegurança pode ser interpretado de duas formas, segundo especialistas em segurança. Para o autor do livro Arquitetura contra o Crime e coronel da Polícia Militar (PM) do Paraná, Roberson Bondaruk, o número pode ser tanto um dado preocupante quanto apresentar um viés otimista. "Esse número reflete uma sensação de insegurança, um medo das pessoas. Mas também pode significar maior conscientização da população, que tem se autoajudado para criar uma segurança pública mais sustentável", explica.

Medidas

Pena capital divide opinião da população

Agência Estado

Quase metade da população (46%) se mostra a favor da adoção da pena de morte no Brasil, enquanto a mesma parcela de brasileiros é contra esta medida. A divisão nas opiniões dos entrevistados também está presente entre os que se dizem totalmente a favor da pena de morte (31%) e aqueles que são totalmente contra (34%) e entre os parcialmente favoráveis (15%) e os parcialmente contrários (12%). Outros 7% não se posicionaram e 1% não respondeu.

A pesquisa mostra que a maior parte dos brasileiros defende políticas de tolerância zero e penas mais duras, como a prisão perpétua. De acordo com a CNI-Ibope, 69% dos entrevistados são favoráveis à medida.

Maioridade

Ao menos quatro entre cinco brasileiros concordam com a redução da maioridade penal para 16 anos. Mostram-se totalmente a favor da medida 75% dos entrevistados e parcialmente a favor, 11%. Além disso, os que acham que a atribuição da responsabilidade penal somente a partir dos 18 anos incentiva a participação de menores de idade em crimes somam 83%, enquanto os que discordam são 9%.

A pesquisa CNI-Ibope informa ainda que 65% concorda totalmente ou parcialmente que a proibição de venda de bebidas alcoólicas após a meia-noite contribui para a queda no número de crimes.

Segundo Bondaruk, o grande problema da segurança brasileira continua sendo os delitos de oportunidade, como furto e roubo. "São esses crimes que lotam as delegacias. E são esses que poderiam ser evitados", afirma. O coronel acredita que essa mudança de hábito entre as pessoas também se deve ao alto número de informações sobre o tema, que serve para alertar a população. "É uma nova visão de mundo, que faz com que as pessoas sejam mais cuidadosas na sua rotina. É o que chamamos de prevenção primária", ressalta.

Aspecto negativo

Para o coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública da PUCMG, o sociólogo Luís Flávio Sapori, os números da pesquisa da CNI demonstram a magnitude do problema da falta de segurança no país. "Os brasileiros estão, mais do que nunca, com medo. Os dados mostram que a violência afeta a qualidade de vida deles", comenta.

Segundo Sapori, a população está percebendo cada vez mais a violência no dia a dia. "O brasileiro se sente desprotegido, percebe o alto grau de impunidade e não confia nas instituições (do sistema de segurança pública)", diz, revelando que os números refletem também um sentimento de autodefesa por parte da população. "As pessoas estão se virando como podem. Os números são um recado ao Estado, à polícia e à Justiça".

O hábito de não andar com dinheiro começou a fazer parte da vida de 63% dos entrevistados. Além disso, pouco mais da metade da população afirmou ter aumentado o cuidado ao sair ou entrar em casa, na escola, no trabalho. Outro dado revela um investimento direto das pessoas em segurança: 52% dos entrevistados colocaram grade, cadeado ou tranca em sua residência para evitar atos de violência.

A pesquisa foi realizada entre os dias 28 e 31 de julho com eleitores de 16 anos ou mais. Foram feitas 2.002 entrevistas em 141 municípios do país.

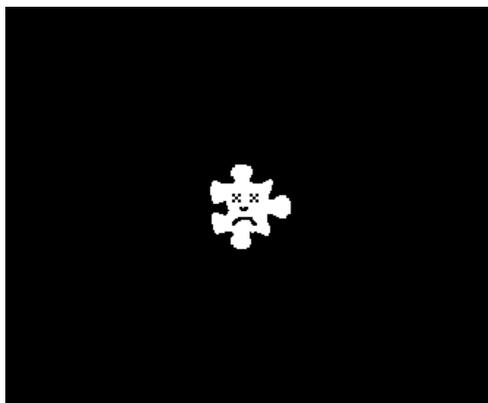
* * * * *

Interatividade

Você tomou medidas particulares para aumentar a segurança? Quais?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.





OI FAMÍLIA SMARTPHONE
GRÁTIS No Oi Família



KIT COCA COLA
R\$ 60,00
Freezer Point - 3223 1109



KIT PARA DECORAR
UNHAS
R\$ 35,70
Esmalteria Curitiba



ANABELA DOURADA
R\$ 129,90
Zutti Calçados



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456

GAZETA DO POVO

SEGURANÇA

Paraná terá mapeamento on-line de crimes

Ferramenta desenvolvida pelo GRPCom permitirá que cidadãos ajudem a tornar públicos os lugares onde a criminalidade está concentrada

23/10/2011 | 00:14 | DIEGO RIBEIRO

Uma nova ferramenta na internet para aumentar a transparência das informações de crimes no Paraná será lançada, neste domingo, no site da campanha "Paz Sem Voz é Medo", do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom). O [Mapa do Crime](#) será um instrumento que possibilita que o cidadão registre delitos, com a intenção de deixar os dados sobre a violência cada vez mais próximos da realidade.

O instrumento foi inspirado no sucesso de plataformas como o site "Wikicrimes", o "New York City Homicides Map" e o "Spotcrime", criados todos com o mesmo objetivo. Segundo uma das desenvolvedoras da nova ferramenta, a designer Tatiane Campos, os usuários poderão cadastrar, a cidade e o endereço onde o crime ocorreu no o Paraná. "A pessoa terá a navegação livre", afirma.

Mapa do Crime



O Grpcom cria o [Mapa do Crime](#) uma ferramenta para dar mais voz à população do Paraná. Aqui você pode cadastrar os crimes dos quais foi vítima, além de registrar sua denúncia

De acordo com ela, o usuário precisará apenas preencher um cadastro rápido. "Nos termos de uso estará claro que as informações pessoais do cidadão não serão abertas ou divulgadas em nenhum momento", explica.

A ideia do Mapa do Crime é que as informações atinjam um alto grau de credibilidade. Por isso, a vítima poderá indicar pessoas que tenham presenciado o crime ou que conheçam o fato para confirmar as informações postadas. Essas pessoas receberão um e-mail para confirmação das informações. Todos os casos estarão registrados em um mapa, onde os locais de crime receberão pontos coloridos, indicando quais crimes ocorreram. Será possível registrar os crimes de agressão, homicídio, furto, roubo e tráfico de drogas.

Em um segundo momento, cerca de 15 dias depois do lançamento da ferramenta, o site vai filtrar informações com mais ou menos credibilidade, separando-as com selos diferentes. Essas marcas serão os carimbos de confiabilidade das informações cadastradas.

Wikicrimes

O Mapa do Crime não é a primeira ferramenta de colaboração em massa no país. Desde sua criação, em 2008, o site Wikicrimes (wikicrimes.org) já registrou milhares de delitos no Brasil inteiro. A ferramenta tem acesso livre e foi criada também para aumentar a transparência dos dados da violência no país. Idealizado pelo doutor em inteligência artificial Vasco Furtado, professor da Universidade de Fortaleza, o site busca diminuir o número de subnotificações de crimes. De acordo com Furtado, o número de delitos não notificados é muito grande no país e a ferramenta possibilita o registro sem incômodo. "Os dados oficiais podem não condizer com a realidade. E uma forma de resolver isso é simplificar a vida das pessoas", afirma.

A ferramenta tem ainda outro objetivo. Segundo o professor, as pessoas podem utilizá-la como um serviço, recebendo e-mails sobre determinadas regiões para saber que caminho é mais seguro tomar em determinadas horas. O conteúdo pode ser acessado, inclusive, por dispositivos móveis.

O maior desafio para o Wikicrimes é ainda a credibilidade da informação. Apesar disso, Furtado lembra que o número de pessoas com má intenção no registro de crimes, certamente, é menor do que o de subnotificações. No Wikicrimes, o processo também engloba e-mails para testemunhas, para tentar aumentar a confiabilidade. O grupo de pesquisa da universidade, coordenado por Furtado, também trabalha arduamente para confirmar as informações com órgãos oficiais. Segundo ele, o site ainda compila as informações oficiais das secretarias estaduais de Segurança Pública.

* * * * *

Interatividade

Iniciativas de compartilhamento de informações sobre crimes são eficazes? De que forma podem ajudar os cidadãos?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



CARRETILO MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



TAPETE KILIM
R\$ 150,00 m²
Persépolis - 41 3029-1929



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



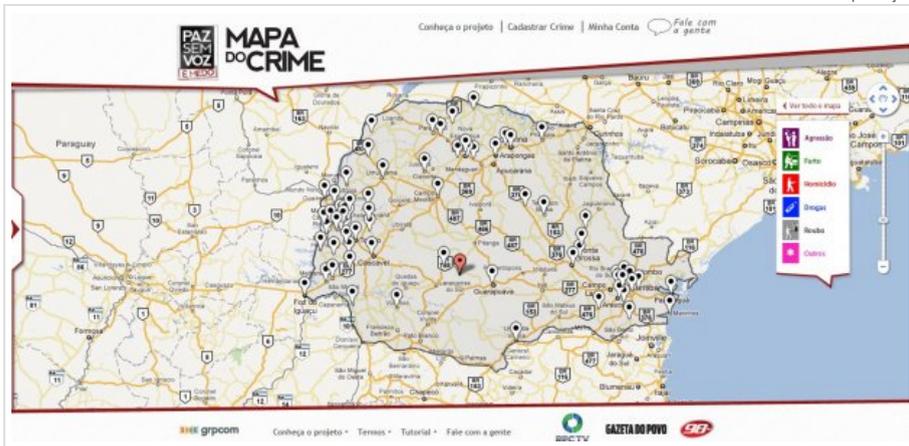
PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua Mal. Deodoro, 810



FERRARI BLACK
R\$ 169,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!

GAZETA DO POVO

Reprodução



SEGURANÇA

Mapa do Crime já tem mais de 500 registros

Lançada há uma semana, ferramenta mostra onde estão os delitos no Paraná

30/10/2011 | 00:18 | DIEGO RIBEIRO

O Mapa do Crime on-line, ferramenta de registro de delitos lançada pela campanha Paz Sem Voz É Medo, do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), completa hoje uma semana. Até as 17 horas de sexta-feira, moradores de 68 cidades do Paraná haviam denunciado 507 crimes, entre eles homicídio, furto, roubo, agressão e tráfico de drogas. São quase 85 crimes por dia informados por vítimas ou testemunhas de delitos no estado em menos de uma semana.

[>>> Acesse o Mapa do Crime e participe](#)

A intenção do Mapa do Crime é aproximar cada vez mais as estatísticas criminais da realidade. Até sexta-feira, Curitiba era a cidade com mais ocorrências. De acordo com o balanço do Mapa, 294 pessoas contaram terem sido vítimas ou presenciado crimes na capital. Maringá (26), Londrina (15), Ponta Grossa (14) e Cascavel (14) aparecem logo em seguida no ranking de registros. "Qualquer instrumento que possa dar cada vez mais publicidade para essas informações é importante", afirma o coordenador do Centro de Estudos da Violência da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pedro Bodê.

Segundo o professor, o que confere credibilidade à ferramenta é a isenção e boa fé de quem registra o delito. No caso do Mapa do Crime, a vítima pode indicar e-mails de testemunhas ou pessoas que tomaram conhecimento da ocorrência para que confirmem o crime. Se as pessoas indicadas ratificarem o fato, o registro ganha maior grau de credibilidade.

Bodê lembra que a população tem deixado de registrar boletins de ocorrência nas delegacias pelo incômodo ou pela falta de fé na polícia. Nesse caso, o Mapa do Crime pode colaborar para diminuir ainda mais a subnotificação.

Locais perigosos

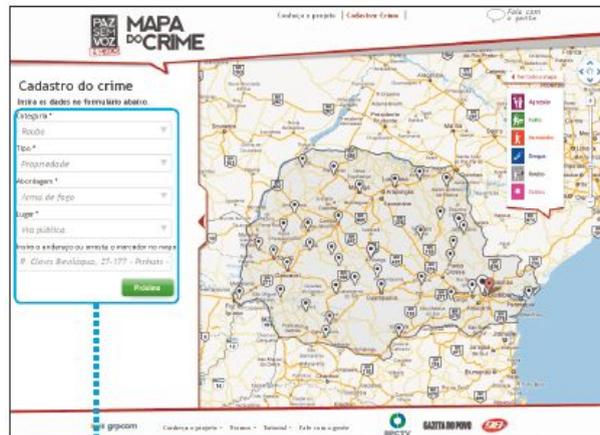
Para a professora e moradora de Londrina Rita de Cássia Santos, 45 anos, o Mapa do Crime já está ajudando a alertar a população que transita de carro e a pé pela região da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Rita foi vítima de uma tentativa de assalto, na via marginal da BR-369, sentido Cambé, por volta das 22 horas. Ela saía de moto de um evento sobre educação na UEL quando freou para passar por um quebra-molas, próximo da Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná (Confepar).

"Um rapaz saiu do ponto de ônibus com uma arma em punho e parou na frente da moto. Eu desviei, mas ele tentou me derrubar. O assaltante era franzino e não teve força, por isso acelerei e passei", conta. Como não se feriu nem teve nenhum objeto levado, ela preferiu não ir até a delegacia registrar o crime, mas fez questão de publicar a ocorrência no Mapa do Crime para que outras pessoas evitem a marginal naquela região.

"Fiquei sabendo que naquele ponto houve vários assaltos. Se eu soubesse que era perigoso, teria passado pela pista principal. Espero que todo mundo faça a mesma coisa e registre no mapa", afirma.

COBERTURA VIRTUAL

O Mapa do Crime possibilita o registro on-line de todos os crimes ocorridos no Paraná, aumentando a transparência das informações sobre violência no estado.



Categoria *
Roubo

Tipo *
Propriedade

Abordagem *
Arma de fogo

Lugar *
Via pública

Insira o endereço ou arraste o marcador no mapa
R. Clóvis Beviláqua, 27-177 - Pinhais -

Próximo

1 Antes de registrar o crime, o usuário deve fazer um cadastro simples com nome completo e e-mail. Para concluir o registro, deve concordar com os termos de uso.

2 Depois do cadastro, na janela lateral, o usuário seleciona o tipo de crime, abordagem, local e endereço. Para definir o endereço, é possível arrastar o marcador no mapa.

Data
22/10/2011

Horário entre
02:00 - 03:00

Descrição
Assalto a mão armada

Número do boletim de ocorrência (opcional)
88963248

Próximo

3 Na segunda tela, o usuário pode dar mais detalhes: data, horário em que o delito ocorreu e número do boletim de ocorrência, além de explicar o caso com mais detalhes.

4 Em seguida, pode indicar dois e-mails de testemunhas que confirmem o episódio narrado.

Infografia: Gazeta do Povo



**FRIGIDEIRA WOK
AMARELA**
R\$ 140,00
Freezer Point - 3223 1109



**KIT PARA DECORAR
UNHAS**
R\$ 35,70
Esmalteria Curitiba



SAPATILHA DE LAÇO
R\$ 139,90
Zutti Calçados



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995

CIDADE INDUSTRIAL

Uma realidade a quatro vozes

Para moradores, a CIC é o Eldorado da casa própria – um direito do qual um dia se viram privados. Quanto à violência, eis um preço pago pela combinação de abandono com apatia

06/11/2011 | 00:07 | ALINE PERES E JOSÉ CARLOS FERNANDES

- isolamento
Salésio, 60, V. Verde

+ educação
Regina, 45, Sabará

112 homicídios
A CIC desponta no Mapa da Violência de 2011. Sua população se sente acuada. Na quarta-feira passada, foi morto Maicon Willian de Lima Patrício, de 16 anos, o 111º. Na tarde de sábado, um garoto de 14 anos, de identidade ainda não conhecida.

300 mil atendimentos
Número de serviços registrados na Regional CIC. É como se cada morador da região fizesse dois pedidos à prefeitura a cada 30 dias. Dado configura um dos maiores índices de participação popular da cidade.

violência -
Leonir, 77, N. Sra. da Luz

participação +
Manoel, 53, V. Sandra

“Prefiro ser uma metamorfose ambulante...”, canta um embriagado morador de rua no meio do Parque Mané Garrincha, ou Parque dos Peladeiros, como é chamado o local plantado no coração da Cidade Industrial de Curitiba, a CIC. “É do Roberto Carlos”, dá o crédito, levando às gargalhadas sua pequena plateia de meio da tarde.



Fotos: Priscila Forone/ Gazeta do Povo

Morador canta Raul e mostra “que são horas”: CIC é mesmo metamorfose ambulante

CIC TUR

Confira o maior bairro de Curitiba na voz de alguns de seus 130 líderes comunitários

SALÉSIO

Há 23 anos, o pedreiro Salésio Back vivia de aluguel, no Novo Mundo, e ouviu dizer que na CIC “chegava gente de tudo que é lado”. Por que não ele? Mandou-se com a família para Vila Verde, fazendo o que todo mundo fazia: comprou terreno de um “invasor” e se pôs a esperar a regularização. Não foi tão perfeito. A violência – provocada por bebedeiras e perrengues com a polícia – deu-lhe a medida do riscado. Era preciso fazer algo diante de 2-3 mortes por semana. Virou o Salésio da igreja, o Salésio da comunidade. Não foi o bastante. “Na época em que cheguei aqui ninguém sabia o que era crack.”

REGINA

A educadora Regina dos Reis tinha 20 anos quando mudou para o Bolsão Sabará – a mais complexa zona de ocupação da capital, com cerca de 11 mil habitantes, 13 homicídios desde o início do ano. Tudo é superlativo no conglomerado de vilas: a organização comunitária, a violência, a informalidade. “Culpa do charmariz de que Curitiba era um bom lugar para se morar”, brinca a líder que conhece cada beco e ladeira daqueles labirintos. Afirma sem medo: “O bolsão é o que é pela ação dos moradores” – para o bem e para o mal. Dividido pelo Contorno Sul, é uma CIC das rebarbas, onde a luta por terra virou luta por território. Para bons entendedores.

MANOEL

Manoel Brito da Silva faz parte de uma das categorias mais curiosas da “Grande CIC”: os núcleos de nordestinos. Há os alagoanos, os paraibanos e os baianos, como ele. É de Jequié, chegou em 1993, mora e atua como líder na Vila Sandra, mas circula pela cidade mais que o prefeito. “Faz tudo”, como são chamados os pedreiros multifuncionais, vara madrugadas arrumando canos e telhados nos bairros elegantes. Como vê muito Curitiba, vê muito da CIC. Principalmente a situação das escolas. Poderia ser consultor de educação. “Já pensou se cada uma delas tivesse uma oficina?” (AP e JCF)

[Confira vídeo com os quatro líderes da CIC falando do seu bairro](#)

O nome do autor está errado – mas a música de Raul Seixas é a trilha sonora perfeita para traduzir o maior bairro da capital paranaense, endereço de 172 mil habitantes – 10% de toda a cidade e pouco mais do que uma Campo Largo inteira. A CIC se transforma a cada dia – por força do dinheiro e pela ausência dele.

Sabem disso os gestores públicos, que por ora mal se atrevem a fazer interferências pesadas na região que cresce cerca de 1,5% ao ano e se tornou um catálogo completo dos problemas metropolitanos de que se tem notícia. E os moradores, que não reconhecem o local onde vivem a cada vez que saem para uma batida de perna numa das 83 áreas que formam o bairro.

Exato – 83. Somando plantas históricas, como a Nossa Senhora da Luz, loteamentos populares, loteamentos irregulares, ocupações e até condomínios fechados, uma novidade dos últimos tempos, a CIC é um quebra-cabeça de vilas, conjuntinhos e favelas que crescem na vizinhança do maior parque industrial do estado, com 7.991 empresas, a maior parte delas clamando por estradas para escoar sua produção com a mesma ferocidade com que despejam fumaças no céu.

Entre uma Cohab e outra, não por menos, há 400 quilômetros de vias – a distância entre Curitiba e São Paulo – formando um amontoado de concreto e deselegância. Para percorrer o Alto da Glória ou o Hugo Lange, bastariam algumas horas. A CIC pediria meses, a fé de um peregrino e a coragem de um herói. Do início do ano até agora foram 112 homicídios na região, 16% dos crimes da cidade, o bastante para lhe dar o pior dos estigmas: além de a maior, é a mais violenta, título que empalidece todos os outros.

Seria semelhante à Brasilândia, na Grande São Paulo, ou Contagem, na Grande Belo Horizonte? "Desconheço algo parecido", admite o urbanista Reginaldo Reinert, 56 anos, professor da PUCPR, analista do Ippuc e referência em planejamento urbano. Com quase quatro décadas de fundação, a vasta região de campos, capões e fundos de vale – espalhados em 43 milhões de metros quadrados e 15 quilômetros de extensão – pode ser descrita como um desafio para todos os que se ocupam das grandes cidades, de antropólogos e arquitetos a professores e líderes comunitários.

A propósito, na imensa CIC os líderes são muitos – pelo menos 130, calcula-se. Feito um reinado, o bairro é dividido em Norte e Sul, com suas respectivas autoridades populares. Quanto mais vilas, igrejas e associações cada área tiver, mais representantes, mais assembleias. O levantamento "A Regional desejada", realizado há quatro anos pelo Ippuc, identificou na CIC 125 entidades diferentes, perdendo em representações apenas para a Regional do Cajuru, com 148 grupos, entre clubes e associações.

É, com folga, a maior virtude da CIC. Em paralelo às agruras de uma zona industrial, de área empobrecida e endereço do tráfico, é uma universidade de organização comunitária. Para essa incontável parcela da população, o número de mortes violentas é uma derrota diária, da qual se ocupam em combater com a mais antiga das receitas: encontros em roda para discutir o que fazer – e de quem cobrar.

Em meados de outubro, a reportagem da Gazeta do Povo convidou quatro dessas pessoas para apresentar o bairro em que vivem. O resultado do encontro é um retrato que não aparece nas estatísticas. E que não consegue ser visto pelos que fizeram da Cidade Industrial um lugar de passagem. Ou um lugar que deve ser evitado. A CIC para sua gente é casa – casa grande, nem sempre acolhedora, habitada por cerca de 45 mil jovens. Ali mora o futuro de Curitiba: em resumo, é o que eles têm a dizer.

A Leonir da Praça 1

Leonir, Manoel, Salésio e Regina moram no mesmo bairro – a CIC. Mas isso é o que diz a plaquinha das ruas. Na prática, apenas vivem próximos um do outro. Quando descrevem suas vilas, é como se falassem de lugares tão diferentes quanto Quixeramobim e Xanxerê.

Leonir, 77 anos, a decana do grupo, se encanta com a vista de Curitiba na redondeza das Moradias Corbélia, uma das áreas de trabalho comunitário de Regina, 45. E Salésio, 60, se espanta ao ver que um Supermercado Condor será construído nas rebarbas da Vila Sandra, área de atuação do pedreiro Manoel. Até pouco tempo, era mais fácil ver discos voadores do que uma grande rede comercial nas imediações.

Foi assim, num misto de surpresa, realismo – e afeto indissociável – que o quarteto conduziu a reportagem pela região que escolheram para viver. Escolheram. "A Cidade Industrial foi o Eldorado dos novos curitibanos", sintetiza o urbanista Reginaldo Reinert ao falar do bairro que a partir de 1973 passou a abrigar nortistas expulsos das lavouras de café, sem-teto e profissionais dos ofícios mais modestos.

A chance de nosso pedreiro e nossa diarista morarem lá, com folga, é de 4 em 10. Leonir trabalhou desde menina em "casa de família", como se dizia. Em 1967, comprou sua "Cohab" – o menor modelo – na Praça 1 da Vila Nossa Senhora da Luz, núcleo mais antigo da CIC. O isolamento do conjunto, à época, foi determinante para que se instalasse ali a violência. Leonir, ao lado do líder João Marreiro, cedo saiu do comodismo de olhar desgraceiras pelas janelas.

No início da década de 1970, criou a Guarda Mirim, "para salvar a piaçada da rua". Foi a primeira ação antiviolência da CIC, com ajuda do padeiro e das vizinhas. Nas décadas que se seguiram, acumulou trabalhos em grupos católicos e comunitários. Sua folha corrida de serviços prestados não é só impressionante. É emocionante. De cadeira, diz: "Não se trata de ter mais polícia. Trata-se de escolher o jovem. É chocante: muitos morrem antes de completar 30 anos", afirma, na espera de ser ouvida.

Vida e Cidadania | 2:09

A CIC como ela é

A Cidade Industrial de Curitiba é um bairro populoso e diversificado. Quatro líderes comunitários da região contam como é viver em meio a 83 vilas e no entorno de fábricas.

[VER MAIS VÍDEOS](#)

				
DOCK STATION R\$ 479,00	SANDÁLIA R\$ 189,90	RELÓGIO WM015LB R\$ 3X 86,33	BANQUETA GIRATÓRIA R\$ 179,00	ALMOFADA MASS. R\$ 89,90 cada
iCenter - 41- 3079 6464	Raphaella Booz - 41 3044	Touch Watches	Movel da Fábrica	Paparcando - 41 3016 1088

GAZETA DO POVO

Felipe Rosa/ Gazeta do Povo



"Vamos trazer para junto do comando o bom policial, o que vai fazer uma segregação natural do mau profissional."

ENTREVISTA

"Policial eficiente é aquele que está próximo da população"

Roberson Bondaruk, novo comandante da Polícia Militar do Paraná

29/11/2011 | 00:42 | DIEGO RIBEIRO

Os altos números da criminalidade e os poucos investimentos em segurança pública ao longo de anos nunca deram motivos para a população confiar em uma reversão imediata do quadro de violência no Paraná. Apesar disso, a escolha do coronel Roberson Bondaruk como novo comandante da Polícia Militar surge como uma ponta de esperança em meio ao caos.

Autor de livros e estudos científicos sobre segurança, Bondaruk pretende priorizar esforços no policiamento comunitário, investindo mais no estreitamento dos laços entre a população e os policiais. Ao mesmo tempo, promete fortalecer a Corregedoria da PM. "Não apenas para retirar de circulação aquele policial que já incorreu em delitos, mas também o policial propenso a cometê-los", diz. Ontem à tarde, o coronel conversou com a Gazeta do Povo sobre suas expectativas e seus planos para exercer o cargo mais importante – e de maior pressão – na hierarquia da PM.

Qual a prioridade da Polícia Militar daqui para frente?

Vamos trabalhar com a "comunitarização" do serviço policial. Acredito que o policial mais próximo da comunidade é mais eficiente. Queremos também que o policial seja mais valorizado e esteja mais estruturado para atender melhor à comunidade. Além disso, vamos usar cada vez mais a ciência e a tecnologia como armas de combate à criminalidade. E, como não poderia deixar de ser, combater o crime organizado e os desvios de conduta de integrantes da corporação.

O Paraná vem de oito anos de policiamento comunitário, mas esse tempo ainda não foi suficiente para tornar o programa um sucesso. Como o senhor analisa essa situação?

As primeiras experiências de polícia comunitária no Paraná ocorreram em 1976, com a criação dos módulos. Mas, em vários momentos dessa história, ocorreram mudanças de orientação política e, queira ou não, a polícia acaba sendo atingida. Nem sempre a decisão técnica prevaleceu perante a política. A polícia comunitária precisa ser uma política de estado e não um programa de governo. Já caminhamos muito, mudando a cabeça do policial. Quando tivermos condições materiais, humanas e liberdade técnica de trabalhar essa questão, teremos uma polícia comunitária efetiva.

Falta mudar também a cultura da comunidade?

A polícia comunitária não pode prescindir da presença da sociedade. E o cidadão ainda é muito retraído. Em parte, pela própria imagem da polícia, que nem sempre foi uma imagem de confiança. Mas pretendemos mudar isso por meio dos Conselhos e das ações policiais.

Como consolidar essa cultura na polícia?

Até o final dos próximos três anos de governo, todos os policiais e bombeiros passarão por cursos de capacitação em policiamento comunitário. Muitos deles já fizeram. A ideia é que aqueles que forem treinados recebam uma reciclagem mais objetiva e aqueles que não fizeram recebam essa capacitação. Se a polícia comunitária é uma filosofia, uma estratégia, todos têm de falar a mesma língua. Esses cursos também se estenderão a pessoas da comunidade.

Hoje faltam efetivo, viaturas e equipamentos. Como resgatar a estrutura da polícia?

O governo do estado já está trabalhando na unificação do Fundo Estadual de Segurança Pública. Esse fundo vai ter um aporte muito maior de recursos do que tradicionalmente havia. Isso vai trazer dinheiro para construção de módulos, aquisição de armamento, viaturas e material de tecnologia de ponta, como tablets para viaturas.

O telefone 190 tem hoje uma média de espera de 11 minutos e a viatura demora 1h30 para chegar ao local chamado. Como mudar essa realidade?

A tecnologia que será instalada no 190 vai ser muito melhor. O número de linhas, os softwares, o sistema de atendimento e o número de viaturas também. A escala vai maximizar o policiamento onde ele é mais necessário.

Como resgatar a imagem da Polícia Militar e alavancar o trabalho da Corregedoria?

Precisamos de uma Corregedoria com recursos humanos e materiais disponíveis, que faça um serviço efetivo de correção de conduta. Não apenas para retirar de circulação aquele policial que já incorreu em delitos, mas também o policial propenso a cometê-los. Vamos trazer para junto do comando o bom policial, o que vai fazer uma segregação natural do mau profissional. A nossa proposta é uma ação sistêmica para mexer também na questão psicológica do policial. Nós somos a polícia. Nós temos que cumprir a lei. O resgate do sentimento de que a função do policial é sustentar a lei e proteger a comunidade tem de ser trabalhado de forma intensa. Obviamente não é uma coisa que se faz de um dia para o outro. Uma polícia é a imagem que ela tem. Ela só transmite confiança ao cidadão e insegurança ao criminoso se ela tiver uma boa imagem.

O senhor já falou que o pequeno delito é o grande problema da segurança pública no estado. Como reprimi-lo?

Os pequenos delitos são a escola do criminoso. São esses delitos que superlotam as centrais do 190 e as delegacias. A experiência do programa "Tolerância Zero" de Nova York, na década de 1990, usou a teoria dos pequenos delitos. Combatendo os delitos menores, os maiores desaparecem naturalmente. A maior parte dos grandes delitos precisa, para o seu desenvolvimento, de um campo fertilizado pelo pequeno delito, uma polícia superassoberbada e uma sensação de desorganização social.

Teremos o "Tolerância Zero" no Paraná?

A nossa proposta não é essa. O "Tolerância Zero" é considerado o programa da intolerância total. Qualquer pequeno desvio de conduta, a polícia prende. Nesse caso teríamos de ter um número muito maior de policiais e de penitenciárias também. A nossa proposta é a teoria das janelas quebradas, que propõe que pequenos problemas sejam tratados pela comunidade e pela polícia. Surgiu um problema, a comunidade se reúne com a polícia e resolve enquanto ele ainda é pequeno.



KIT PARA DECORAR UNHAS
R\$ 35,70
 Esmalteria Curitiba



SAPATILHA ROSE
R\$ 59,90
 Zutti Calçados



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
 Cicles Jaime - 41 3333-3456



KIT COCA COLA
R\$ 60,00
 Freezer Point - 3223 1109



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
 Prata Fina - 3093-4995



ENTREVISTA

Falta de punição e problemas sociais são as causas da criminalidade

Marcus Vinicius Michelotto, delegado-geral da Polícia Civil

05/12/2011 | 00:09 | DIEGO RIBEIRO

O delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinicius Michelotto, 43 anos, foi alçado ao cargo mais importante da instituição mesmo tendo sido um policial da linha de frente do governo passado. Ele chefiou unidades importantes como o Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) e a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas (DEDC) durante a gestão de Roberto Requião, opositor ao atual governo. Hoje Michelotto é um dos chefes da segurança pública do governo Beto Richa.

Formado em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1991, tornou-se delegado três anos depois. Em 12 de janeiro deste ano assumiu o mais alto posto dos policiais civis. Ele recebeu a reportagem da Gazeta do Povo no departamento da Polícia Civil, onde apresentou suas ideias sobre segurança pública e defendeu o atual governo. Michelotto prometeu transparência, mas indagado sobre a corregedoria exemplificou que o Poder Judiciário não permite sequer que sejam divulgadas as iniciais dos juizes detidos. Ele ainda prometeu reestruturar a polícia e melhorar o atendimento à população. "As pessoas vão à delegacia e se assustam. Acham um absurdo, se sentem aviltadas. Imagine o policial civil que vive dia e noite naquele lugar cuidando de presos, de objetos apreendidos – dos quais não deveria cuidar –, sem ter uma delegacia arejada", afirma. Confira a entrevista:

Como o senhor encontrou a Polícia Civil quando tornou-se delegado-geral?

Encontrei de forma precária administrativamente. O departamento da Polícia Civil não tinha setor algum funcionando a contento. Eu não tinha levantamentos e ainda tenho dificuldade de ter um sobre as dificuldades da polícia. Não havia uma unidade administrativa e de planejamento eficiente. Hoje estamos arrumando toda essa parte. Agora a Secretaria [de Estado da Segurança Pública] está estudando adquirir um software para fazer um raio X da instituição.

Qual o maior problema da segurança pública?

Pela falência do sistema penitenciário, o que se visualiza hoje no país é a criação de mecanismos para que o cidadão responda sempre pelo crime em liberdade. Evita-se até o último instante a prisão. Esse caminho é totalmente errado. A grande causa da criminalidade, além dos problemas sociais, é a falta de punição. Cidadão que comete o crime tem que ir preso – mas em um local adequado, para que possa ser ressocializado. É preciso ter penas severas e que realmente sejam cumpridas. No Paraná, o problema é de pessoal, que agora está sendo restabelecido com contratações. Teria que haver pelo menos o dobro de efetivo. Hoje tenho 20% do efetivo recuperado devido ao programa Paraná Seguro, mas ainda não posso, pela situação de emergência pela qual passamos, nem mesmo colocá-los na escola de polícia para fazer curso.

Mas muitos delegados reclamam que funcionários novos têm atrapalhado o trabalho policial.

Acredito que o último chamamento é o que vai atropelar o processo, quando os policiais vão à delegacia para depois irem à escola. No governo anterior ocorreu a mesma coisa. Tenho 215 policiais que estão há mais de um ano sem escola. Fizemos esse ano o curso de armamento e tiro pelo menos para eles.

Mas esses policiais sem escola não acabam reduzindo a porcentagem de punição por não estarem preparados?

Isso não quer dizer que eles não têm qualidade. Hoje eles trabalham em grupos. Dentro de uma equipe tem policial formado e não formado. Os policiais também ganham experiência de rua. O que fizemos agora? Colocamos policiais [recém-convocados] para registrar boletim de ocorrência. Se os delegados reclamam, é uma incoerência. Eles vivem reclamando que não têm estagiário na delegacia. Eu estou dando esse estagiário a eles.

E se esses policiais sem preparo estão trabalhando no processo comum de uma investigação ?

[Os delegados] Estão equivocados, então. Eu não vou colocar esses policiais quatro meses na escola agora se tem Natal, ano-novo, férias de verão e muitos policiais sendo deslocados para a Operação Verão. Não seria o caminho ideal, mas é o que podemos fazer agora. Nesse período vamos formar todos os policiais no curso de armamento e tiro. E até o ano que vem todos vão estar formados. Os novos não estão lá, neste momento, para fazer trabalho policial.

Quando as delegacias do Paraná serão esvaziadas?

O projeto está em andamento. Em Curitiba já se sente uma resposta do sistema penitenciário. Temos a promessa de que até o fim do ano todas as delegacias do Litoral estarão esvaziadas e que novas serão construídas. Essas unidades não terão carceragem. Aqui na capital teremos esvaziamento de todos os distritos que têm mulheres presas, o 9.º Distrito, o Centro de Triagem 1 e também em Quatro Barras (RMC). Além disso, já temos um provimento da Corregedoria da PC, com nosso apoio, proibindo os delegados do interior de receberem presos de regime semiaberto. Não é possível que eu chegue a cidades do interior como Guaíra e o delegado seja responsável pelos presos homens e mulheres do regime fechado e ainda do semiaberto.

Como a polícia planeja atingir as áreas com mais crimes em Curitiba?

O secretário determinou que ocorram ações contundentes em determinadas áreas de Curitiba. Não é uma UPP porque esse é um modelo para a realidade do Rio de Janeiro. Mas o secretário pediu para que fizéssemos um planejamento de pacificação de algumas áreas, retomando as localidades com a presença do Estado. Iniciaremos diálogos com a comunidade, com as escolas, empresários, já no começo do ano que vem. A partir dali entenderemos o que a localidade precisa do poder público. Com relação aos bares: não há como dissociar o combate à criminalidade sem uma limitação a eles nas regiões onde os índices de violência são altos. Vamos limitar o horário deles e estamos propondo isso para o município.

Faz parte do plano municipal de segurança?

Existe uma conversa muito boa entre o estado e o município. O diálogo está amadurecendo e a ação da Polícia Civil faz parte deste contexto.

Como andam as investigações dos crimes em torno das escolas? Não falta uma atenção especial a essas regiões, como o Jardim Sabará?

Temos um grande projeto de redução dos crimes de homicídio. Tudo isso passa pelo combate às drogas. A Divisão Estadual de Narcóticos também vai atuar para atingir as quadrilhas de bairro, para chegar também ao pequeno traficante. Esse é o crime que gera homicídio. Sobre as escolas, o Cope vai atuar com o Denarc da mesma forma. Em áreas mapeadas, junto com a PM e a Guarda Municipal, na saída e entrada de escolas, para descobrir quem está no entorno desses locais.

Como resgatar a confiança da população na polícia?

A população tem de entender que os policiais civis são pessoas. Também são vítimas da falta de investimento do estado. Fazemos uma polícia civil e militar extremamente boa dentro das condições que vivemos. Qual delegacia tem um espaço digno para atender a população? As pessoas vão à delegacia e se assustam. Acham um absurdo, se sentem aviltadas. Imagine o policial civil que vive dia e noite naquele lugar cuidando de preso, de objetos apreendidos – dos quais não deveria cuidar –, sem ter uma delegacia arejada? Vamos melhorar a qualidade de vida do policial, desde a questão da reforma do estatuto até a melhora salarial do policial.

Não falta mais transparência na corregedoria com relação à prisão e exclusão de policiais para a população poder diferenciar o bom e o mau policial?

O poder judiciário estabeleceu que nem a primeira letra dos nomes dos juizes pode ser divulgada hoje, quando é preso por corrupção. Esse questionamento é feito pela sociedade para os juizes?

A imprensa faz isso diariamente, delegado...

Mas os nomes dos policiais presos são divulgados sempre. Na minha gestão vai ter transparência. A Corregedoria está sendo reestruturada, estamos dando policiais necessários para retomar esse trabalho. Não vai haver omissão. Vamos ser rigorosos. Transparência total.

Como está o andamento do novo estatuto da Polícia Civil?

Está em estudo na Secretaria da Segurança Pública e contém uma modernidade estrutural, um avanço salarial. Não é possível um policial da base hoje ser o menor salário de terceiro grau do estado. Estamos trabalhando também a criação de uma delegacia racial, de proteção a minorias. Será uma delegacia com cerca de dez policiais.

As delegacias vão ficar abertas 24 horas após a aprovação do estatuto?

O Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (Ciac) está no primeiro distrito e no oitavo para atender flagrantes. Já conseguimos contratar 695 policiais este ano. O terceiro, o sexto, sétimo e o décimo distrito são delegacias que não têm preso e já atendem 24 horas. Apenas para fazer registro de B.O. e termo circunstanciado, porque não há escrivães. Enquanto não tiver efetivo não vamos abrir as delegacias todo o tempo.



MALETA DE MÉDICO DR
R\$ 49,90
Titã Brinquedos
41 3014-9331 | 41 3079-6066



OI FAMÍLIA SMARTPHONE
GRÁTIS No Oi Família



PORTA SORVETE INOX
R\$ 65,00
Freezer Point - 3223 1109



KIT PARA DECORAR
UNHAS
R\$ 35,70
Esmalteria Curitiba



SLEAPPER COM SPIKE
R\$ 89,90
Zutti Calçados



Carlos Parpineli, do Jardim Gabinete: 80 furtos e assaltos

SEGURANÇA

Líder em homicídios, CIC teme assaltos

Com 120 assassinatos registrados neste ano no bairro, moradores sentem essa possibilidade distante pela associação das mortes ao tráfico

07/12/2011 | 00:59 | ANGÉLICA FAVRETTO, ESPECIAL PARA A GAZETA DO POVO

Os assaltos e não os homicídios são a maior fonte de preocupação dos moradores da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), bairro que concentra o maior número de assassinatos da capital neste ano – 120 até ontem. A percepção dos habitantes da CIC ouvidos pela reportagem é a mesma apontada pelos paranaenses em levantamento do Instituto Paraná Pesquisas realizado em julho em todo o estado. Segundo o estudo, 40% deles temem roubos, 7% têm medo de serem assassinados e 9% receiam ser vítimas de balas perdidas.

O medo dos homicídios não é tão alto na CIC porque os moradores e comerciantes entendem essa possibilidade como algo distante. Segundo eles, os alvos geralmente são pessoas ligadas ao tráfico de drogas – usuários e traficantes. Já os assaltos estão bem mais próximos da realidade de toda a população local.

Carlos Eloi Parpineli, de 49 anos, tem uma farmácia no Jardim Gabinete. Desde que abriu o negócio, há 28 anos, ele calcula que ocorreram pelo menos 80 furtos e assaltos ao estabelecimento. “Faz tempo que não acontece isso comigo, mas meu compadre foi assaltado na semana passada aqui perto. Eu desconfio de todos”, diz.

A psicóloga Ana Amélia Barbosa, especialista em Psicoterapia Cognitiva e Comportamental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), afirma que esse receio é comum, já que após um episódio de violência, todos passam a ser suspeitos.

Mudança de hábitos

Trabalhar sob constante medo tem feito com que os hábitos de moradores e comerciantes mudem de comportamento. Mesmo no horário de verão, por volta das 19h30, as portas dos estabelecimentos comerciais começam a se fechar e as pessoas evitam sair às ruas. “Todo mundo vigia a rua durante o dia para ver se tem suspeito rondando o comércio do vizinho. Os ladrões nem se importam se ainda está claro. Eu mesmo fui assaltado logo depois do almoço, há poucos dias”, diz um comerciante da região, que pediu para não ter seu nome citado.

“O que falta é melhorar o policiamento preventivo. Eu sei que não é culpa deles, porque há pouco policial para cuidar de um bairro grande igual ao nosso. Mas a polícia poderia se organizar melhor com o que tem. Colocar gente em lugar estratégico ajudaria, mesmo sem ter módulo policial. No carro mesmo. Isso facilitaria o atendimento à população”, avalia um morador.

As invasões, o crescimento desordenado, o descaso público e dos próprios moradores são fatores que, acumulados ao longo dos anos, tornaram o bairro inseguro. “Quem sai cedo pra trabalhar, vai com medo. Aqui os bandidos ficam ‘cuidando’ do movimento de entra sai nas casas”, conta uma das moradoras da Vila Modelo.

População tem colaborado mais com a polícia

Até o dia 22 de novembro, o 11.º Distrito Policial, que atende à região da CIC, contabilizava 255 inquéritos instaurados em 2011. As ocorrências mais frequentes são de brigas de vizinhos, perda de documentos e roubos. O superintendente Eliott Cabral diz que, mesmo morando em uma região considerada violenta, a população não se cala e faz denúncias com frequência.

Cabral aponta a maior participação dos moradores como um reflexo do trabalho que vem sendo feito com a população carcerária. “Quando a família vem fazer visita, percebe que procuramos dar um tratamento digno aos presos e conta aos vizinhos. Aos poucos, eles perdem o medo de vir até o distrito e, pelo menos nos casos de roubos, já estão nos ajudando”, afirma.

As mais temidas

As ocorrências que ainda têm deixado a população com medo de registrar denúncias são o assalto à mão armada e as agressões. Números do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (Siate) mostram que, até o começo de novembro, a agressão física foi responsável por 82 ocorrências atendidas na região, mas que não levaram necessariamente à morte da vítima.

Os ferimentos por arma de fogo somaram 40 atendimentos. “Hoje muitos assaltos são feitos por adolescentes armados, o que preocupa”, conta um

comerciante da Vila Oswaldo Cruz. Por causa dos assaltos sofridos neste ano e o nível alto de estresse, esse comerciante diz que tirou 15 dias de folga, mas que no dia seguinte ao retorno, mais uma vez foi vítima de assalto. "Era um piá de 14 anos mais ou menos, que entrou aqui e levou o dinheiro do caixa", completa.



CAPAS PROTETORAS
a partir de **R\$ 39,00**
I Center - 41- 3079 6464



CHINELO
R\$ 49,90
Raphaella Booz - 41 3044
5900



RELÓGIO WM015LB
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



ALMOFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparicando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pemeta, 185

GAZETA DO POVO

MAPA DA VIOLÊNCIA

Taxa de homicídios no Brasil mais do que dobra em 30 anos

De acordo com o relatório, a média anual de mortes por homicídio no país supera o número de vítimas de enfrentamentos armados no mundo

14/12/2011 | 15:12 | AGÊNCIA BRASIL

Em 30 anos, o Brasil ultrapassou a marca de 1 milhão de vítimas de homicídio. Dados do **Mapa da Violência 2012**, divulgado nesta quarta-feira pelo **Instituto Sangari**, apontam que o número de homicídios passou de 13,9 mil em 1980 para 49,9 mil em 2010, o que representa um aumento de 259%. Com o crescimento da população nesses 30 anos, a taxa de homicídios passou de 11,7 em cada grupo de 100 mil habitantes em 1980 para 26,2 em 2010.

De acordo com o relatório, a média anual de mortes por homicídio no país supera o número de vítimas de enfrentamentos armados no mundo. Entre 2004 e 2007, 169,5 mil pessoas morreram nos 12 maiores conflitos mundiais. No Brasil, o número de mortes por homicídio nesse mesmo período foi 192,8 mil.

“Fica difícil compreender como, em um país sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos violentos, consegue-se exterminar mais cidadãos do que na maior parte dos conflitos armados existentes no mundo”, diz o documento.

No entanto, o relatório aponta que nesses 30 anos houve uma ruptura no crescimento da taxa de homicídios no país. Entre 2003 e 2010, houve variação foi negativa de 1,4% ao ano. Porém, a partir de 2005, foi verificada uma instabilidade, com oscilações em torno de 26 homicídios em 100 mil habitantes. Em 2010, ocorreram 50 mil assassinatos no país. Segundo o relatório, foram registrados 137 homicídios por dia.

“Vários fatores concomitantes e complexos parecem intervir nessa explicação dessas quebras e oscilações a partir de 2003: políticas de desarmamento, planos e recursos federais e estratégias de enfrentamento”, aponta o relatório.

Os dados do Mapa da Violência demonstram ainda que os estados que lideravam as estatísticas no início da década, como Pernambuco, o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso, Roraima e Distrito Federal apresentam quedas do índice de homicídios. São Paulo e o Rio de Janeiro apresentam reduções de 63,2% e 42,9%, respectivamente.

Por outro lado, os 17 estados com as menores taxas do país no ano 2000 apresentam taxas crescentes. Em vários locais, esse aumento teve tal magnitude que levou os estados a ocupar um lugar de destaque no contexto nacional no final da década. Assim, Alagoas passou a ocupar o primeiro lugar no Mapa da Violência. O Pará passou da 21ª posição para a terceira; a Paraíba, da 20ª para a sexta, e a Bahia, da 23ª para sétima posição.

O ranking do Mapa da Violência 2012 é liderado por Alagoas, seguido pelo Espírito Santo, Pará por Pernambuco e pelo Amapá.



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



FLOWER BY KENZO
R\$ 79,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



CARRETLHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca

GAZETA DO POVO

Albari Rosa/ Gazeta do Povo



Em quatro anos, Brasil teve mais mortes do que os 12 maiores conflitos mundiais

TRAGÉDIA SOCIAL

Paraná tem duas entre as cinco cidades mais violentas do país

Assassinatos aumentaram 259% em 30 anos no Brasil. No Paraná, Campina Grande do Sul e Guaíra tiveram as maiores médias de homicídios entre 2008 e 2010

15/12/2011 | 00:01 | DIEGO ANTONELLI - DA SUCURSAL, ESPECIAL PARA A GAZETA DO POVO

Um milhão e cem mil brasileiros foram assassinados nos últimos 30 anos, o equivalente às populações de Londrina, Maringá e Guarapuava somadas. Os homicídios passaram de 13,9 mil, em 1980, para 49,9 mil, no ano passado, um aumento de 259%. No período, a taxa variou de 11,7 para 26,2 assassinatos a cada grupo de 100 mil habitantes.

Só no ano passado ocorreram 50 mil homicídios no país, média de 137 por dia. O Paraná é o nono estado mais violento do país e tem duas cidades - Campina Grande do Sul e Guaíra - entre as cinco mais violentas. Curitiba ocupa a sexta posição entre as capitais, com taxa de 55,9 homicídios por 100 mil habitantes.

Análise policial

Crescimento desordenado é uma das causas

Vitor Geron e Felipe Anibal

O delegado Rubens Recalcatti, chefe da Delegacia de Homicídios (DH), concorda com os períodos destacados no relatório e aponta fatores que motivaram a mudança na evolução das taxas de assassinatos. Segundo Recalcatti, a primeira aceleração nos índices tem raízes estruturais: está relacionada ao crescimento desordenado da região metropolitana e de bairro periféricos de Curitiba, para onde migraram trabalhadores de todo o estado. "A população explodiu nesses lugares, mas a infraestrutura não acompanhou esse crescimento", avalia.

Obedecendo à mesma dinâmica estrutural, a própria polícia ficou para trás, segundo o delegado. A falta de investimentos nas forças policiais teria criado o que Recalcatti classifica de "situação anômala". "Hoje temos regiões da capital com 250 mil habitantes e que estão sob responsabilidade de um único distrito. A defasagem é brutal", aponta.

O segundo catalisador das taxas, na avaliação do delegado, seria a chegada do crack ao Paraná. Por ser uma droga relativamente barata e com alto potencial de dependência, o entorpecente levou pouco tempo, de acordo com Recalcatti, para se consolidar, principalmente entre as camadas sociais mais vulneráveis. "Hoje, a maior causa de homicídios é o crack e o tráfico. Essa droga potencializou um quadro que já era gravíssimo", explica.

Ainda de acordo com Recalcatti, mudanças no comportamento das pessoas também contribuem para o aumento dos índices. "A maior tolerância às drogas, como a liberação da marcha da maconha, e outras 'liberalidades' também compõem este cenário."

Crime atinge mais negros do que brancos

O Mapa da Violência mostra que, de 2002 a 2010, a taxa de homicídios de brancos vem caindo no país, enquanto que a de negros está subindo. Segundo o estudo, o número de homicídios de brancos caiu de 20,6 para cada 100 mil habitantes em 2002, para 15 em 2010. Já o dos negros subiu de 30 para cada 100 mil habitantes em 2002, para 35,9 em 2010.

Os dados mostram que para cada dois brancos vítimas de homicídio em 2002, morreram aproximadamente três negros. Já em 2010, para cada dois brancos assassinados 4,6 negros foram vítimas de homicídio.

"É um fato preocupante porque a tendência está aumentando. Nossa mídia veicula o que acontece em famílias abastadas e há uma preocupação dos órgãos de segurança com isso. Mas ninguém noticia que morreram dois negros em uma favela, a não ser que seja uma chacina", diz o coordenador da pesquisa Julio Jacob Waiselfisz.

De acordo com ele, a maior violência contra os negros pode ser explicada também pela questão econômica e pela privatização da segurança. "Quem pode pagar, paga a segurança privada, que protege melhor". Como a população negra é, em média, mais pobre, explica Jacob, passa a depender dos órgãos de segurança pública que, geralmente, não conseguem atender adequadamente a população.

"Essas evidências nos levam a postular a necessidade de reorientar as políticas nacionais, estaduais e municipais, em torno da segurança pública, para enfrentar de forma real e efetiva essa chaga aberta na realidade do país", diz o texto do estudo.

O Mapa da Violência 2012, divulgado ontem pelo Instituto Sangari, mostra Alagoas no topo do ranking, seguido do Espírito Santo, Pará, Pernambuco e Amapá. O relatório mostra que, de maneira geral, ao longo dos últimos 30 anos os polos de violência no Brasil se deslocaram das capitais e regiões metropolitanas para o interior dos estados. Ao contrário do restante do país, o Paraná não teve uma interiorização da violência: os crimes estão concentrados em Curitiba e sua região metropolitana. O estado passou de uma taxa de 10,8 para 34,4 assassinatos a cada 100 mil moradores.

Interiorização

Segundo o Mapa, entre 1980 e 1995 as capitais passaram de 18 para 40 homicídios a cada 100 mil habitantes, um aumento de 124%. No mesmo período, cidades do interior passaram de 7,5 para 11,7 homicídios em 100 mil moradores, crescimento de 56%. Já entre os anos de 2003 e 2010, as capitais e regiões metropolitanas registram uma queda de 23,8% enquanto os índices do interior cresceram 21,4%. Pelo estudo, as cidades de Simões Filho (BA), Campina Grande do Sul (PR), Marabá (PA), Guaíra (PR) e Porto Seguro (BA) ocupam as primeiras posições do ranking.

A taxa de homicídios no Paraná passou a crescer com mais força em meados dos anos 1990, justamente quando o número de assassinatos disparou na Região Metropolitana de Curitiba. No começo daquela década, o índice a cada grupo de 100 mil moradores era de 14,4 e no interior, 13,9. Já no ano passado, o Mapa revela que a região metropolitana e a capital apresentaram uma taxa de 47 a cada 100 mil moradores, enquanto no interior o índice foi de 24,8.

Conforme o relatório, a média anual de mortes por homicídio no país supera o número de vítimas de enfrentamentos armados no mundo. Entre 2004 e 2007, 169,5 mil pessoas morreram nos 12 maiores conflitos mundiais. No Brasil, o número de mortes por homicídio nesse mesmo período foi 192,8 mil. "Fica difícil compreender como, em um país sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos violentos, consegue-se exterminar mais cidadãos do que na maior parte dos conflitos armados existentes no mundo", diz o documento.

Para o professor Pedro Bodê, do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a 'capitalização' dos assassinatos no estado deve-se à falta de políticas públicas e policiais. "Houve esse crescimento na taxa como um todo pela falta de repressão e de políticas públicas. Mas, o que precisamos é de políticas que destinem mais verba para o setor de segurança pública, com investimento tecnológico e modernização do próprio Poder Judiciário", ressalta.

Professor do curso de Ciências Sociais pela PUC-Minas e secretário executivo do Instituto Minas pela Paz, o sociólogo Luiz Flávio Saporì lamenta a situação em que o Paraná se encontra. "Isso é reflexo da falta de investimento na segurança pública nas últimas décadas. Faltam policiais e políticas eficazes no combate à criminalidade", enfatiza. No entanto, Saporì acredita que a interiorização da violência – registrada em grande parte do país – é explicada pelo próprio avanço socioeconômico que ocorre em cidades menores. "As cidades do interior estão crescendo economicamente e socialmente. Esse crescimento traz consigo o tráfico de drogas e a presença de armas de fogo, o que contribui para o aumento da violência", explica.

Paraná é o nono mais violento entre os estados

No Paraná, a taxa de homicídios teve um crescimento de 86% entre 2000 e 2010, fazendo com que o estado subisse da 16.ª para a 9.ª posição no ranking do Mapa da Violência. Apesar de a taxa de homicídios ter regredido o índice de 35,1 para 34,4 por 100 mil habitantes entre 2009 e 2010, o estado registra um índice superior ao do Rio de Janeiro, que, por sua vez, caiu em 10 anos da segunda posição para a 17.ª.

Em Curitiba, a taxa de assassinatos acompanhou o crescimento da violência no país e subiu 113,2% no mesmo período. Com isso, a cidade passou de 20ª para 6ª colocada na lista das capitais mais violentas.

Em números absolutos, o Paraná registrou 3.588 homicídios no ano passado contra 1.766 em 2000, uma alta de 103,2%, a mais alta entre os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No mesmo período, o Brasil apresentou aumento de 10,1% na taxa. No país, 45.360 homicídios foram registrados em 2000 e 49.932 em 2010.

"Estamos vivendo um genocídio. É uma vergonha nacional. Os números demonstram que o país não consegue ser capaz de encontrar soluções para a criminalidade", enfatiza o sociólogo Luiz Flávio Saporì, pesquisador da PUC de Minas Gerais. "A realidade do Paraná ainda é a metropolização da violência, apesar de existirem cidades do interior violentas. A região metropolitana de Curitiba ainda é tomada pelo alto índice de homicídios", salienta o sociólogo Julio Jacobo, diretor de pesquisa do Instituto Sangari. Ele explica que o objetivo do Mapa é apontar os caminhos para que os governos federal e estadual apliquem políticas públicas capazes de deter o avanço da criminalidade.

Plano de metas

A partir de 2012, cada uma das 23 Áreas Integradas de Segurança Pública do Paraná (Aisp's) – divisão geográfica que reúne municípios em diferentes regiões do estado – terá de cumprir metas específicas de redução na taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes. A Secretaria da Segurança Pública (Sesp) afirma que pretende fechar 2015 com uma taxa de 21,5 mortes por 100 mil/habitantes no estado.

O plano de metas envolvendo indicadores de criminalidade, já presente em estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro, [foi anunciado anteontem](#). A medida prevê uma redução gradual nos próximos quatro anos, que deve ser viabilizada por uma série de ações do programa Paraná Seguro. Além das metas para as Aisp's, o plano também estabelece reduções específicas para Curitiba, que será subdividida em 13 áreas.

VIOLÊNCIA EM NÚMEROS

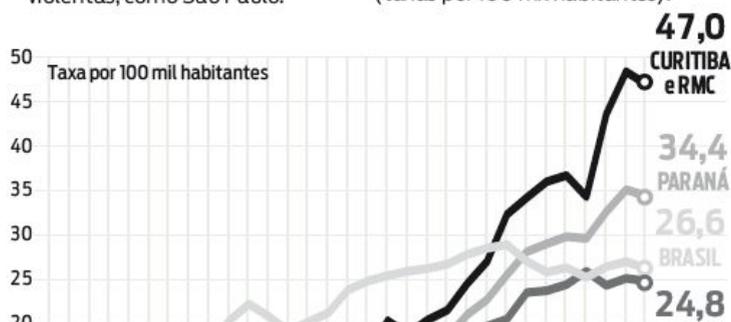
O Mapa da Violência 2012 mostra como evoluiu a taxa de homicídios no Brasil nas últimas décadas.

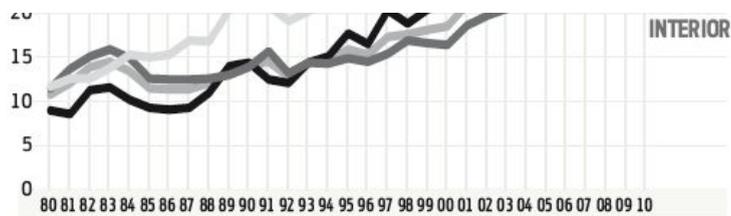
BRASIL

A taxa de homicídios cresceu com força até o início dos anos 2000, quando começaram a surgir efeitos de políticas de segurança em algumas das cidades mais violentas, como São Paulo.

PARANÁ

A taxa de homicídios no Paraná passou a crescer com mais força em meados dos anos 90, justamente quando o número de homicídios disparou na Região Metropolitana de Curitiba (taxas por 100 mil habitantes).





NÚMERO ABSOLUTO DE MORTES NO BRASIL



AS MAIS VIOLENTAS

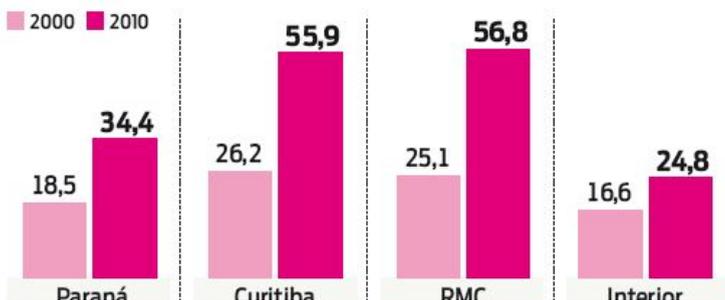
Estados	Rank	Nome	UF	Índice
1º	Alagoas			66,8
2º	Espírito Santo			50,1
3º	Pará			45,9
4º	Pernambuco			38,8
5º	Amapá			38,7
6º	Paraíba			38,6
7º	Bahia			37,7
8º	Rondônia			34,6
9º	Paraná			34,4
10º	Distrito Federal			34,2

Capitais	Rank	Nome	UF	Índice
1º	Maceió	AL		109,9
2º	João Pessoa	PB		80,3
3º	Vitória	ES		67,1
4º	Recife	PE		57,9
5º	São Luís	MA		56,1
6º	Curitiba	PR		55,9
7º	Salvador	BA		55,5
8º	Belém	PA		54,5
9º	Porto Velho	RO		49,7
10º	Macapá	AP		49,0

Cidades	Rank	Nome	UF	Índice
1º	Simões Filho	BA		146,4
2º	Campina Grande do Sul	PR		130,0
3º	Marabá	PA		120,5
4º	Guaíra	PR		112,8
5º	Porto Seguro	BA		108,3
6º	Ananindeua	PA		108,1
7º	Coronel Sapucaia	MS		107,7
8º	Itabuna	BA		103,9
9º	Maceió	AL		103,8
10º	Itapissuma	PE		101,8

EVOLUÇÃO

Nos últimos dez anos, a Região Metropolitana de Curitiba ultrapassou o interior no número de homicídios.





* * * * *

Interatividade

O que poderia ser feito para reduzir o número de homicídios no Brasil?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



KIT PARA DECORAR UNHAS
R\$ 35,70
Esmalteria Curitiba



ANABELA DOURADA
R\$ 129,90
Zutti Calçados



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



KIT COCA COLA
R\$ 60,00
Freezer Point - 3223 1109

GAZETA DO POVO

SEGURANÇA

Delegacia Eletrônica do Paraná recebeu 30 mil solicitações em 4 meses

No site é possível registrar boletins de ocorrência (B.O.) da perda de documentos, cartões, cheques, dinheiro e aparelhos eletrônicos

29/12/2011 | 13:25 | GAZETA DO POVO

Aproximadamente 30 mil solicitações foram feitas no site da **Delegacia Eletrônica do Paraná** em menos de quatro meses. O sistema entrou em funcionamento em 1º de setembro. No site <http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br> é possível fazer boletins de ocorrência (B.O.) do extravio (perda) de documentos, cartões, cheques, dinheiro e aparelhos eletrônicos. A população também pode fazer denúncias (anonimamente ou se identificando).

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), 16 mil B.Os. foram feitos e efetivados no site da Delegacia Eletrônica desde 1º de setembro. A Polícia Civil alerta que o B.O. pode ser cancelado por conta de erros no preenchimento ou falta de dados.

Em média, 150 boletins de ocorrência são registrados por dia no site e em torno de 4 mil solicitações são feitas por mês.

O site recebeu ainda 480 denúncias, a maioria relacionada ao tráfico de drogas.

"A delegacia [eletrônica] diminuiu, efetivamente, o fluxo de pessoas nos distritos. Com isso, cumpre um dos objetivos iniciais do projeto, que é desafogar os distritos da capital e do interior", afirmou o delegado Eduardo Castella, responsável pela Coordenação de Informática da Polícia Civil, em entrevista à Agência Estadual de Notícias, órgão oficial de comunicação do governo do Paraná.

Ainda não é possível registrar B.O. no site em caso de furto e roubo, acidente de trânsito, e homicídio. A pessoa precisa comparecer a uma delegacia nessas situações.

A expectativa da Polícia Civil é aumentar o número de serviços que se pode fazer no site em 2012. Segundo a Sesp, atualmente 22 servidores trabalham na Delegacia Eletrônica do Paraná e será preciso aumentar o quadro funcional para poder oferecer novos serviços.



CAPAS PROTETORAS
a partir de **R\$ 39,00**
I Center - 41- 3079 6464



CHINELO
R\$ 49,90
Raphaella Booz - 41 3044 5900



RELÓGIO WM014LRG
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



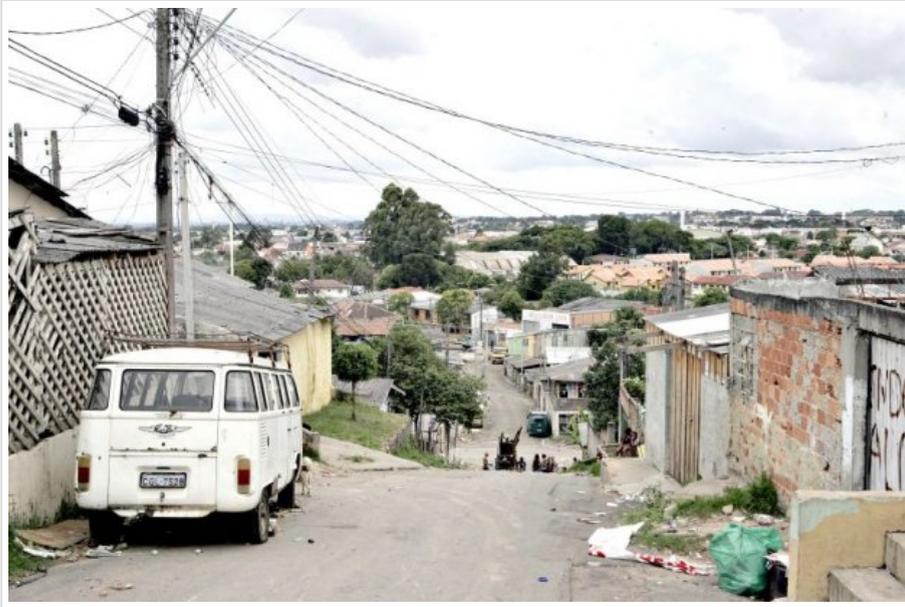
BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



ALMOFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparcando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pemeta, 185

GAZETA DO POVO

Hedeson Alves/Gazeta do Povo/Arquivo



Vila Parolin é uma das regiões cotadas para receber a UPP paranaense, com o objetivo de conter o tráfico e a violência entre gangues

SEGURANÇA

Richa promete instalar UPPs no PR neste ano

Piloto do modelo paranaense será implantado até a metade deste ano e não terá participação do Exército

05/01/2012 | 00:41 | FELIPPE ANIBAL E ELISA LOPES, ESPECIAL PARA A GAZETA DO POVO

O governador Beto Richa anunciou ontem, em entrevista ao ParanáTV, da RPCTV, que o Paraná terá unidades pacificadoras, semelhantes às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), instaladas nas favelas do Rio de Janeiro dominadas pelo narcotráfico. De acordo com o governador, o piloto do modelo paranaense será implantado até a metade deste ano, em Curitiba. A Unidade Paraná Seguro – como seriam chamadas aqui – não contará com a participação do Exército (como ocorre na versão carioca), mas com as polícias Militar e Civil do estado.

“A maior preocupação é a criminalidade e temos números alarmantes no Paraná, que nos envergonham. Então a intenção é implantar algo similar à UPP, com as nossas peculiaridades”, disse Richa. A não participação do Exército, segundo a avaliação de Richa, ocorre porque “as polícias Civil e Militar dão conta”. As UPPs devem ser implantadas primeiramente em Curitiba e região metropolitana, antes de serem levadas para todo o estado. “Já estamos identificando, com a inteligência da polícia, as áreas tomadas por criminosos”, complementou.

O delegado Rubens Recalcatti, chefe da Delegacia de Homicídios (DH), classifica a importação das unidades pacificadoras ao Paraná como uma medida importante. De acordo com o delegado, a presença constante da polícia em zonas de grande incidência de crimes e onde há facções ajudaria a coibir as ocorrências e aproximaria os policiais da comunidade.

“Se implantássemos uma UPP no Parolin [em Curitiba], por exemplo, a polícia estaria perto da comunidade e poderia minimizar as mortes que estão ocorrendo por causa da guerra pelo comando do bairro. Com certeza seria interessante para a polícia e para a população”, avaliou.

Áreas

Um levantamento realizado em dezembro de 2010 pela Gazeta do Povo, com base em estatísticas criminais e estudos de campo, identificou 24 áreas no Paraná que, à época, eram controladas pelo tráfico de drogas. Nove delas ficam na capital: Bracatinga/Jd. Kosmos, Vila Torres, Vila Autódromo, Nossa Senhora da Luz, Parolin, Vila Camargo, Morro do Piolho, Vila Trindade (conhecida também como Vila São Domingo ou São João Del Rey) e Vila Icará/Vila Reno, que integram o bolsão Audi-União.

Neste ano, outros pontos da capital se mostraram vulneráveis à atuação de pequenos grupos que disputavam o controle de espaços urbanos e de pontos de comercialização de drogas, como a Vila Sabará, na Cidade Industrial (CIC), o Uberaba e o Parolin.



BANCO IMOB. ESTRELA
R\$ 119,90
Titã Brinquedos
41 3014-9331 | 41 3079-6066



OI FAMÍLIA SMARTPHONE
GRÁTIS No Oi Família



PORTA SORVETE INOX
R\$ 65,00
Freezer Point - 3223 1109



KIT PARA DECORAR
UNHAS
R\$ 35,70
Esmalteria Curitiba



SAPATILHA ROSE
R\$ 59,90
Zutti Calçados

GAZETA DO POVO

HOMICÍDIOS

O gatilho é puxado pelo tráfico

Em 2011, 685 pessoas foram assassinadas em Curitiba. Entre as vítimas, 61% eram usuárias ou traficantes de drogas

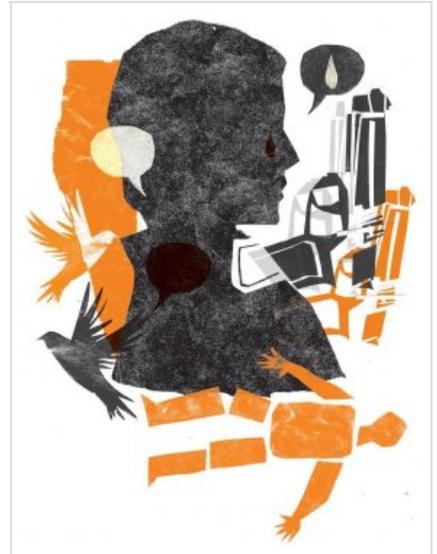
08/01/2012 | 00:09 | DIEGO RIBEIRO

Seis em cada dez pessoas que morreram assassinadas em Curitiba no ano passado eram usuárias ou tinham envolvimento com o tráfico de drogas. Ao todo, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), foram 685 homicídios – 423 tendo os entorpecentes como motivação.

Apesar disso, o tráfico não deve ser o alvo central das políticas de segurança pública. Em Curitiba, a exemplo do que ocorreu em outros grandes centros brasileiros, o combate à violência relacionada às drogas precisa ser priorizado. Isso porque, segundo especialistas, o consumo e a venda de drogas chegaram a um estágio quase impossível de se conter. Por isso, os usuários precisam ser tratados e os grandes traficantes presos.

“O problema imediato não é a relação das mortes com o tráfico de drogas. No Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, o tráfico continua, mas houve declínio das taxas de homicídio”, explica o sociólogo Pedro Bodê, coordenador do Centro de Estudos da Violência e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná.

O sociólogo Luis Flávio Sapori, ex-secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, diz que, dentro



Cenário

Menos mortes, mas taxa ainda alarmante

Curitiba fechou 2011 com uma redução de 8,9% no total de assassinatos em relação a 2010. Apesar da queda, a capital ficou com um índice de 38,9 homicídios por 100 mil habitantes – quase três vezes mais do que o número considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O chefe da Delegacia de Homicídios (DH) de Curitiba, delegado Rubens Recalcatti, considera improvável o fim do tráfico de drogas. No entanto, ele ressalta que a polícia tem trabalhado para prender autores de homicídios, independentemente da motivação do crime.

“A DH tem um planejamento e trabalha com inúmeras operações, num constante combate aos crimes de homicídio”, diz. Ele considera fundamental uma intervenção social nas áreas mais frágeis da cidade, como propõe o governo do estado com as Unidades Paraná Seguro (UPS), uma versão local das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), do Rio de Janeiro.

Depoimento

Valdelino Alves Pontes, 41 anos, proprietário de uma oficina mecânica no Sabará

“Desde o começo das ações da campanha Paz Sem Voz é Medo no Bolsão Sabará, a aproximação entre a comunidade e a polícia melhorou e, como resultado, a segurança local também. Eu e outros comerciantes temos comemorado o fim dos assaltos na região desde dezembro. O policiamento montado voltou e o medo recuou. Moro há 22 anos no Bolsão e nunca tinha visto e sentido um efeito tão positivo e rápido, a partir das ações coletivas, incentivadas pela campanha.

Antes, os pedidos de policiamento eram feitos de forma recorrente, mas nunca tínhamos sido contemplados. Nossos apelos não geravam resultados. Era muito difícil a reunião das lideranças e o trabalho em favor das melhorias na área de segurança. Agora, estamos confiantes, pois começamos a ter a percepção do que fazer, de como fazer e para qual motivo. É uma visão ampla do que somos capazes. Os resultados, com isso, dizem respeito ao esforço da comunidade e ao trabalho dos envolvidos na campanha.”

Interatividade

O que fazer para reduzir ainda mais as estatísticas de homicídios no Paraná?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

dessa lógica, é necessário aumentar e qualificar as ações policiais nos pontos de tráfico em que ocorre a maioria dos crimes; prender mais traficantes e homicidas; e investir no tratamento de usuários de drogas, de forma intensiva. “A perspectiva não pode ser acabar com o tráfico, mas com a violência. O tráfico nunca vai acabar”, afirma.

Segundo Sapori, o investimento pesado em tratamento médico pode diminuir, e muito, a vitimização dos usuários. Em Curitiba, 42,77% das pessoas assassinadas no ano passado eram usuárias, e não traficantes (que representam 18,23% do total).

Nova polícia

Para Pedro Bodê, é fundamental que o alto número de vítimas de homicídios envolvidas com drogas não seja usado como justificativa para deixar os casos sem conclusão. O especialista considera que o trabalho qualificado para diminuir a violência poderá ser mais bem desenvolvido por uma polícia mais moderna, focada na prevenção. Na opinião de Bodê, a polícia hoje tem um viés mais reativo, trabalhando quase sempre quando já houve o crime.

“É preciso ter uma ocupação social (em áreas conflagradas) e uma polícia capaz de se aproximar da população. Só assim caminharemos para um estado de proteção (da população)”, opina Bodê.

Armas

O elevado número de armas de fogo ilegais circulando também tem um impacto considerável na taxa de homicídios da cidade. De acordo com a Sesp, 77% dos assassinatos em Curitiba tiveram o uso de armas de fogo. A arma branca e a agressão física foram empregadas em 13,87% dos casos registrados na capital no ano passado.

Segundo Sapori, é preciso ter mais rigor no controle dessas armas, com ações efetivas de retirada das ruas, na fronteira, além de destinar mais energia ao combate da corrupção policial – um dos elementos responsáveis pela entrada e circulação de armas nas ruas.

Agora Paz Tem Voz

A partir deste domingo, a campanha contra a violência do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom) entra em outra fase e ganha um novo slogan: Paz Tem Voz. "A sociedade já correspondeu e mostrou que pode ter um papel mais ativo na campanha e é isso que queremos", explica a diretora de marketing do GRPCom, Milena Seabra. Segundo ela, as ações agora terão uma proposta mais positiva, com foco na cultura da paz.

Dentro desse perfil, serão realizadas ações de mobilização e peças publicitárias, provocando ainda mais a população a interagir, como ocorreu no Fórum da Paz, em setembro – uma discussão ampla sobre segurança pública com vários setores da sociedade, que colocaram problemas e propostas.

Paz Sem Voz é Medo

Iniciada em julho do ano passado, a campanha procurou, num primeiro momento, mostrar o tamanho do problema no Paraná, que atingiu em 2010 a taxa de 31 homicídios para cada 100 mil habitantes, número considerado epidêmico pela Organização Mundial da Saúde. Na sequência, foram apresentados exemplos de ações e propostas que podem ser colocados em prática para mudar o cenário no estado.

Um levantamento do Instituto Paraná Pesquisas, realizado pouco antes do início das ações, já indicava que os paranaenses tinham consciência da gravidade do quadro. Os entrevistados consideraram a falta de segurança o principal problema do estado. Além da pesquisa que diagnosticou a segurança como principal preocupação paranaense, a RPCTV e a Gazeta do Povo estiveram em São Paulo e no Rio de Janeiro para conhecer a realidade desses estados que tiveram bons resultados com investimentos pesados e estratégias bem delineadas para mudar o quadro de violência.

O jornal e a tevê também iniciaram um trabalho focado na Vila Verde e no Bolsão do Sabará, ambos na Cidade Industrial de Curitiba, bairro que concentra maior número absoluto de homicídios. Lá, foram identificados líderes formais e informais das comunidades envolvidas, que debateram com a polícia e jornalistas as principais necessidades e possíveis soluções para a violência. A interação já começou a apresentar resultados práticos: a volta da Polícia Montada, reivindicada pelas lideranças.

Mapa do Crime

Dentro da campanha, o GRPCom também colocou à disposição dos paranaenses o Mapa do Crime – um espaço para a comunicação de casos de homicídio, agressão, furto, roubo e tráfico de drogas. O mapa também está entrando em uma nova fase, em que os usuários poderão acessar estatísticas, como o perfil das vítimas de homicídios, com informações da Sesp, que serão atualizadas periodicamente.

O Mapa do Crime ainda trará estatísticas baseadas nas informações cadastradas pela própria população. Com essa ferramenta, o leitor poderá, por exemplo, saber quais crimes mais ocorrem e em quais cidades do estado.

PERFIL

Análise feita pelo governo do estado apontou que cerca de 60% dos homicídios ocorridos em Curitiba em 2011 foram motivados pelo uso ou tráfico de drogas. A maior parte das vítimas tinha entre 18 e 29 anos e a arma de fogo foi usada em quase 80% dos assassinatos na capital.

SEXO DAS VÍTIMAS



*um deles com sexo não definido

MEIO USADO PARA MATAR



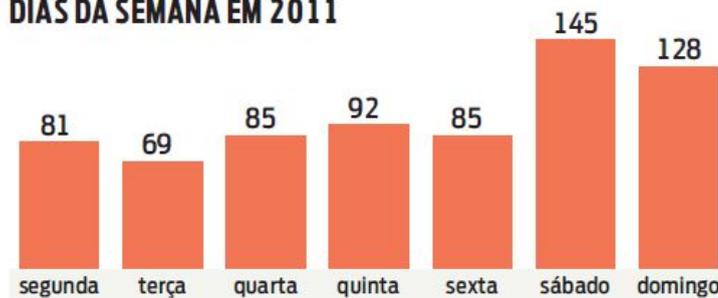
IDADE DAS VÍTIMAS



MOTIVAÇÃO PARA MATAR



ASSASSINATOS POR DIAS DA SEMANA EM 2011



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública.

In fografia: Gazeta do Povo

GUIA Delivery
GAZETA DO POVO

DISPONÍVEL
no tablet

BAIXE
AGORA.





CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



FLOWER BY KENZO
R\$ 79,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



CARRETILHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca

GAZETA DO POVO

UNIDADE PARANÁ SEGURO

Unidade Paraná Seguro é instalada na região do Uberaba

Polícia ocuparam a região por volta das 6 horas desta quinta-feira e pretendem mapear pontos de tráfico de drogas do Uberaba e das proximidades

01/03/2012 | 07:53 | FERNANDA LEITÓLES E OSNY TAVARES

Aproximadamente 450 policiais militares, civis e guardas municipais participam de uma ação na região do bairro **Uberaba**, em **Curitiba**, na manhã desta quinta-feira (1º), para instalar a primeira unidade pacificadora do estado. O projeto piloto do Paraná é semelhante ao do Rio de Janeiro, porém, a **Unidade Paraná Seguro (UPS)** – como é chamada aqui – não conta com a participação do Exército (como ocorre na versão carioca), mas com as polícias Militar e Civil do estado.

A meta para este ano é a implantação de dez unidades do Paraná Seguro em Curitiba. O governo do estado já está mapeando áreas de risco nos maiores municípios do estado, que também passarão a contar com o serviço.

Os policiais ocuparam a região por volta das 6 horas desta quinta-feira, porém, a movimentação teve início durante a madrugada. O objetivo é mapear pontos de tráfico de drogas do Uberaba e das proximidades. O tráfico está relacionado com grande parte dos crimes da região.

Ação foi desencadeada na Vila União, Icaraí, Vila Audi, Jardim Primavera, Vila Ferroviária, Alvorada, Marumbi I, Marumbi II e Notiguaçu. Além do reforço policial, a UPS vai contar com outros serviços públicos, em parceria com a prefeitura.

Três pessoas foram presas e 34 mandados de busca e apreensão foram ser cumpridos na região do Uberaba. Os malotes com os itens apreendidos foram encaminhados para o 7º Distrito Policial. Não foi divulgado o que foi apreendido e nem o motivo da prisões.

Escolha do Uberaba

Segundo o secretário de Segurança Pública do estado, Reinaldo de Almeida César, o critério utilizado para a escolha da região onde está sendo implantada a primeira unidade da UPS foi técnico. Ele disse que o Paraná vai devolver uma vida comunitária regular aos moradores dessas regiões.

Depois que os pontos de tráfico forem identificados, em um segundo momento, serão realizadas ações saneadoras, com a prisão dos envolvidos.

Moradores aprovam ação

O conceito da unidade, conforme o secretário, não é o de intervenção, de constrangimento aos moradores. Os moradores eram revistados ao chegar e ao sair do Uberaba. A polícia colocou veículos nos principais pontos de acesso da região. Fotografias de foragidos estavam em todas as viaturas da polícia.

O clima era de tranquilidade nesta manhã. Um dos moradores ouvidos pela reportagem afirmou que concorda com a ação da polícia. “[A ação] é ruim para quem deve. Quem não deve está tranquilo. Não podemos deixar os bandidos tomarem conta”, afirmou o pedreiro Pedro Martins de Almeida, 67 anos.

O temor da população é de que as forças de segurança retirem-se do local em breve e não haja mudanças na região.



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456



FLOWER BY KENZO
R\$ 79,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



SAPATILHA DE LAÇO
R\$ 139,90
Zutti Calçados

GAZETA DO POVO

Felipe Rosa/ Gazeta do Povo



Policiais fecharam ontem os principais acessos do bairro Uberaba, em Curitiba, escolhido para receber a primeira Unidade do Paraná Seguro: mais nove UPSs serão implantadas ainda neste ano, segundo o governo

SEGURANÇA PÚBLICA

Ocupação permanente

Polícia lança ofensiva para retomar o controle de regiões violentas com a implantação de unidades inspiradas nas UPPs do Rio

02/03/2012 | 00:21 | **ANDRÉA MORAIS**

Vida e Cidadania | 2:20

Moradores aprovam ação policial no primeiro dia da UPS

Cerca de 450 policiais participaram de uma ação na região do bairro Uberaba, em Curitiba, nesta quinta-feira (01). Moradores eram revistados ao chegar e ao sair do bairro. A Unidade Paraná Seguro (UPS) pretende pacificar regiões violentas da capital.

[VER MAIS VÍDEOS](#)

A ocupação policial de parte do bairro Uberaba, em Curitiba, marcou o início da implantação das Unidades do Paraná Seguro (UPSs). O modelo é similar ao adotado no Rio de Janeiro com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), mas com algumas diferenças. As principais são um foco maior em ações sociais e um trabalho prévio de identificação e prisão de criminosos. Até o final do ano, o governo do estado planeja implantar outras nove unidades em Curitiba e também um número ainda não definido em municípios da região metropolitana da capital e nas principais cidades do interior do estado.

UPS do Uberaba

Localização e alto índice de violência pesaram na escolha

A UPS do Uberaba é um projeto-piloto. A escolha do bairro deve-se a dois fatores principais: é considerado um dos mais violentos de Curitiba, com 53 homicídios no ano passado (terceiro em número de mortes, juntamente com o Cajuru), e tem uma zona geográfica favorável ao desenvolvimento das ações. "Como é um piloto, nós não podemos errar na mão. Um passo muito ousado seria tentar fazer a primeira UPS na Cidade Industrial de Curitiba, como exemplo, que tem 200 mil habitantes. No Uberaba, [na área escolhida], há 20 mil e fica mais fácil para testar o modelo e fazer as correções necessárias", explicou o secretário da Segurança, Reinaldo de Almeida César.

Em Curitiba, o governo já definiu os outros nove bairros que receberão UPSs neste ano, mas não divulgou quais são alegando que se trata de uma questão estratégica. Já na região metropolitana e no interior ainda estão sendo feitos estudos para a definição dos locais. A intenção, porém, é que todas as principais cidades do estado tenha Unidades do Paraná Seguro. Isso dependerá também da disposição das prefeituras em colaborar com o projeto, que não existe sem a contrapartida do poder Executivo, com ações sociais.

Preparação

A ocupação do Uberaba foi precedida de um trabalho de inteligência policial, iniciado em setembro do ano passado. Neste período, a polícia realizou o que denomina de repressão qualificada, com a identificação e prisão de homicidas foragidos e dos líderes do tráfico na região. É justamente esse trabalho, que, segundo o secretário de Segurança, vai garantir que não ocorra o mesmo que foi percebido no Rio de Janeiro, onde, após as ocupações, os criminosos que não foram presos migraram para as regiões periféricas da cidade.

Esse trabalho de preparação para ocupação já está sendo feito nos bairros de Curitiba que receberão UPSs nos próximos meses. "Quando você lança um trabalho ostensivo é sinal que tudo que podia ser feito no campo da inteligência já foi feito. Claro que nós sabemos que no tráfico há uma fila de sucessão. Você prende um traficante e já tem outras pessoas querendo ocupar o lugar dele. Mas a ideia é que a partir do momento em que você pinça a liderança, entre a polícia comunitária, que faz o contato com as famílias, de casa em casa, de forma a estabelecer uma parceria", explicou o coronel Roberson Bondaruk, comandante da Polícia Militar no Paraná.

As UPSs fazem parte de um conjunto de ações de segurança pública que começaram a ser colocadas em prática ontem pelo governo do estado. "Considero o dia de hoje [ontem] como o início daquilo que eu imagino que possa ser a gestão da segurança pública no estado. Ano passado isso não foi possível, porque foi um período de apagar incêndio e criar condições para o trabalho que começa a ser realizado agora", disse o secretário de Segurança Pública do Paraná, Reinaldo de Almeida César.

O secretário garantiu que há dinheiro e efetivo suficientes para a implantação de todas as ações anunciadas. "Teremos R\$ 500 milhões só para investimentos, sem incluir verba de custeio. Esse dinheiro virá do Fundo Estadual de Segurança Pública [Funesp]. Além disso, vamos contratar 10 mil

policiais durante todo o governo. Cerca de 3 mil já foram convocados no ano passado e outros 2 mil, em média, serão chamados nos próximos três anos.”

O Funesp previa a destinação de recursos do chamado “tarifaço do Detran” – a lei estadual que reajustou as taxas do Departamento de Trânsito do Paraná em até 271%. Mas uma liminar suspendeu o tarifaço. Como a questão ainda será analisada em definitivo pelo Tribunal de Justiça (o julgamento será hoje), não há garantia de que o montante fixado seja mesmo de R\$ 500 milhões.

Congelamento

A ocupação do Uberaba começou ao amanhecer, por volta das 6 horas, quando cerca de 500 policiais (300 militares, 150 civis e 90 guardas municipais) entraram no bairro. Essa etapa, que é chamada de congelamento da região, inclui o controle de acesso e circulação de pessoas, e o posicionamento da polícia nos principais pontos da região. Durante a operação foram cumpridos 34 mandados de busca e apreensão e efetuadas ao menos três prisões.

A fase de congelamento, com ao menos 200 policiais, deve durar 15 dias. O objetivo é reduzir o nível de risco para que os policiais possam dar início à segunda etapa do trabalho, que consiste em abordagens aos moradores (de casa em casa), dentro do modelo de polícia comunitária. Cerca de 60 policiais permanecerão no bairro por tempo indeterminado.

“Eles estão recebendo treinamento para que tenham a capacidade de interação com a comunidade. A ideia é que esses policiais tenham uma convivência com a comunidade. Eles farão visitas nas casas, farão as refeições no próprio bairro, tudo para facilitar essa proximidade com a população”, disse o secretário.

Numa etapa posterior – que o governo não informou quando ocorrerá – começam as ações de políticas públicas, a serem desenvolvidas pela prefeitura e pelo governo estadual. Serão iniciativas como a regularização fundiária, poda de árvores, iluminação pública, oferta de contraturno escolar, ocupação mais efetiva das escolas e recuperação de equipamentos urbanos e espaços públicos para que a população possa efetivamente utilizá-los.

A última fase prevê o envolvimento da comunidade local, a partir de representantes e lideranças da sociedade civil, que definirão juntos com a polícia como cada pessoa e instituição podem colaborar no processo de construção da segurança pública no modelo da UPS.

Assista à entrevista com o secretário de segurança do PR

Vida e Cidadania | 7:10

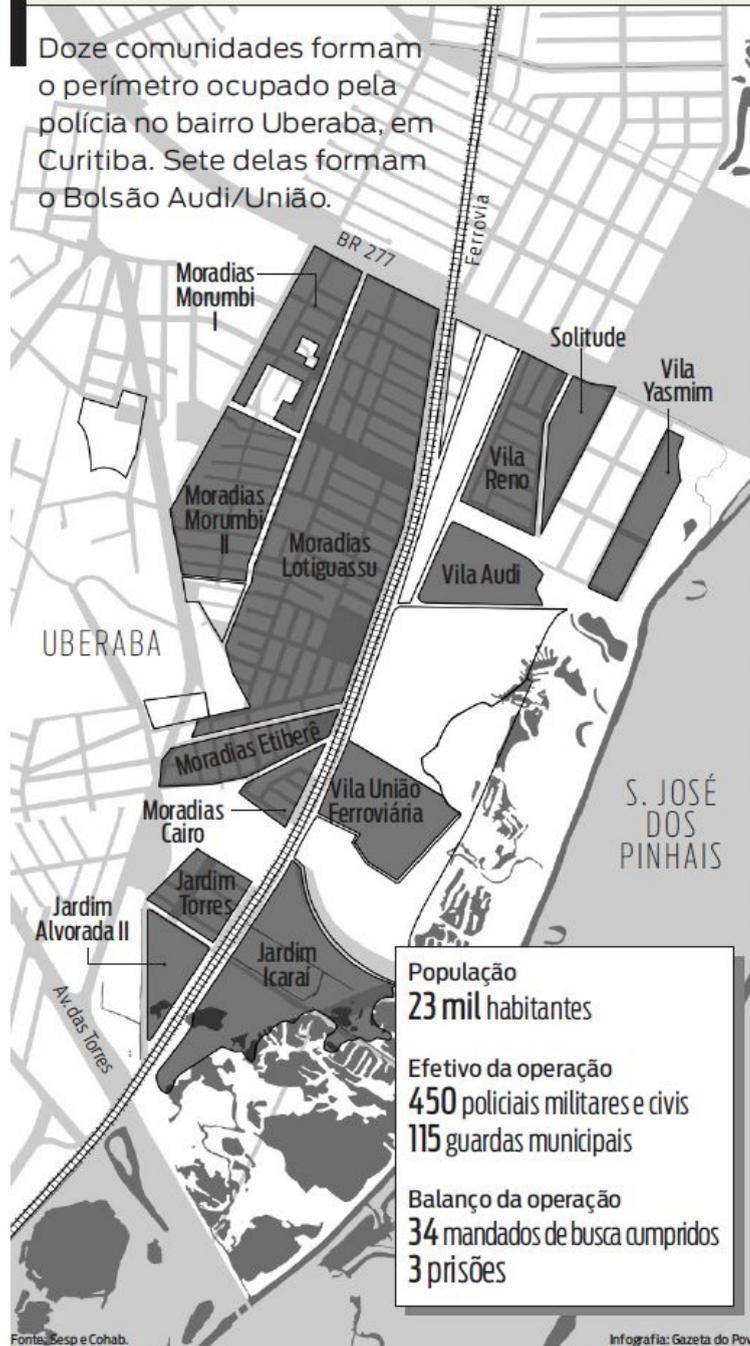
Dez bairros de Curitiba serão ocupados pela polícia

450 policiais ocuparam nesta quarta-feira (01) o bairro Uberaba, em Curitiba. A região será a primeira a ter implantada a Unidade do Paraná Seguro (UPS). Ao todo, serão dez na capital até o fim do ano. O secretário de Segurança Pública do Paraná explica o projeto.

[VER MAIS VÍDEOS](#)

ONDE FICA

Doze comunidades formam o perímetro ocupado pela polícia no bairro Uberaba, em Curitiba. Sete delas formam o Bolsão Audi/União.



Colaboraram Guido Orgis e Aline Peres.



OI FAMÍLIA SMARTPHONE



BANCO IMOB. ESTRELA



KIT COCA COLA



KIT PARA DECORAR



SLEAPPER COM SPIKE

GRÁTIS No Oi Família

R\$ 119,90

Titã Brinquedos
41 3014-9331 | 41 3079-6066

R\$ 60,00

Freezer Point - 3223 1109

UNHAS

R\$ 35,70

Esmalteria Curitiba

R\$ 89,90

Zutti Calçados

GAZETA DO POVO

Albani Rosa / Gazeta do Povo



Forças de segurança mantiveram o policiamento ostensivo no segundo dia de ocupação no Uberaba: população seguiu sua rotina normalmente

SEGURANÇA PÚBLICA

Governo promete ações sociais no Uberaba a partir de 4.ª-feira

Prefeitura diz que intenção é usar estruturas e programas já existentes, mas que estavam subutilizados por causa da violência no bairro

03/03/2012 | 00:08 | OSNY TAVARES

A fase de "congelamento" do crime nas 12 comunidades do bairro Uberaba, em Curitiba, ocupadas pelas forças de segurança anteontem, vai terminar na próxima terça-feira, informou ontem o secretário de Segurança Pública do Paraná, Reinaldo de Almeida César. No dia seguinte, a operação de implantação da primeira Unidade do Paraná Seguro (UPS) passa a uma nova fase.

O primeiro passo é a construção de dois imóveis para abrigar os policiais permanentemente, segundo o secretário. As sedes ficarão em pontos distantes entre si e devem servir de base para os trabalhos de segurança, além de prestar apoio às ações comunitárias. "Nossa ideia é fazer uma edificação simples, com um projeto padrão, que depois possa ser usado em outros locais. É um espaço para abrigar as forças policiais e ser usado pela comunidade", garantiu Almeida César. Por enquanto, os policiais estão usando unidades móveis (furgões) e banheiros químicos no Uberaba.

Opinião

Diego Ribeiro, repórter da Gazeta do Povo

Futuro ainda é um ponto de interrogação

O estado crítico da segurança pública no estado exige algumas ponderações no momento em que se apresenta a Unidade do Paraná Seguro (UPS), uma espécie de polícia pacificadora paranaense. Após o primeiro dia da ocupação no Uberaba, a realidade do bairro e as dúvidas da própria comunidade colocam um ponto de interrogação no que vem pela frente. A população não faz ideia do que esperar após a saturação drástica de policiais no bairro e continua às cegas.

A necessidade de ações sociais é óbvia diante das carências da região. Por isso, o esclarecimento à população por parte do governo torna-se fundamental para formatar uma relação mais harmoniosa entre polícia e comunidade.

O governo precisa mostrar o plano para o futuro da UPS, quais ações serão implementadas e quais necessidades da população da região devem ser supridas, para que fique tudo muito claro, sobretudo aos moradores do Uberaba.

Ainda ontem as autoridades continuavam com discursos vagos sobre suas futuras intervenções sociais na área. Manter a ação policial sem detalhar o que virá causa dúvida, desconfiança, tudo o que a polícia não precisa em um momento em que o elo com a população deve ser fortalecido e não quebrado.

Para que essa relação volte às boas, é preciso paciência de ambos os lados, mas também sinceridade. O governo do estado deve contar o que pretende, sem generalidades, e a comunidade pode dar um voto de confiança à polícia, pelo menos até agora.

5 bairros concentram 47% dos assassinatos

Aline Peres

Cidade Industrial, Sítio Cercado, Uberaba, Cajuru e Tatuquara responderam por 47% dos 688 assassinatos registrados em Curitiba no ano passado, segundo as estatísticas da Delegacia de Homicídios (DH). Diante desse cenário, não é preciso muito esforço para adivinhar quais são os outros bairros que receberão uma Unidade do Paraná Seguro (UPS).

A alta incidência de crimes contra a vida foi uma das razões para que o Uberaba abrigasse o primeiro posto avançado da polícia comunitária no estado. "Os bairros mais violentos de Curitiba vão receber UPSs", disse o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, no dia da ocupação no Uberaba. Ontem, ele esclareceu que a capital terá mais nove (e não dez) unidades pacificadoras até o fim do ano.

Perfil

Dos 75 bairros de Curitiba, 59 tiveram assassinatos cometidos por arma de fogo, arma branca ou agressão, segundo a DH. Além dos 688 homicídios, a delegacia atendeu 18 casos de lesão corporal seguida de morte. O perfil das vítimas revela que 88% (611) eram homens. Em 273 casos, a faixa etária foi de 15 a 25 anos. O uso da arma de fogo prevaleceu em 83% das mortes. De acordo com a DH, 65% eram de usuários de drogas (303) ou tinham envolvimento com o tráfico de drogas (145).

Segundo o delegado Rubens Recalcatti, titular da DH, as últimas ações da polícia conseguiram reduzir o quadro de violência, mas ainda há o que melhorar. Em comparação ao primeiro semestre de 2011, quando houve 357 casos, o ano encerrou com uma queda de 7,18% no número de homicídios (331).

A resolução dos casos têm sido expressivas, segundo ele. A ida ao local do crime; a coleta do maior número de informações, com a identificação de pessoas a serem ouvidas; e a humanização no atendimento têm sido fatores preponderantes para agilizar a resolução dos inquéritos e prender os responsáveis.

Em 2011, no Uberaba, houve uma redução no número de assassinatos de um semestre para outro. Foram 32 casos de janeiro a junho. Nos seis meses finais, com o cumprimento de dezenas de mandados e a prisão de 12 criminosos, o ano encerrou com 21 homicídios.

Em compensação, a Cidade Industrial, responsável por 118 homicídios no ano, teve um aumento de 7% nas ocorrências no segundo semestre: passou de 57 para 61 crimes.

Ele esclareceu que a operação iniciada na quarta-feira, batizada internamente de "Paraná Segurança Total", é prévia à instalação efetiva da UPS. "Primeiro procuramos o congelamento das ações de violência para permitir a implantação das políticas públicas de Estado", disse. Com a construção física da UPS, cerca de

60 policiais permanecerão na comunidade.

Ação cidadã

Os equipamentos e programas a ser instalados na área ocupada ainda não foram detalhados pelo governo, que declarou apenas que a UPS vai levar serviços públicos para áreas carentes e o conceito de policiamento comunitário. À Gazeta do Povo, o secretário municipal de Planejamento e Gestão, Carlos Homero Giacomini, declarou que a intenção é usar estruturas e programas já existentes no bairro, mas combatidos pelo medo da violência entre os moradores. A prefeitura é parceira do governo na implantação da UPS.

"Temos 20 equipamentos públicos naquela área, entre escolas, faróis do saber, unidades de saúde e outros serviços. A prefeitura não está ausente", rebate. "Podemos agora ampliar a atividade nesses locais. Costumava acontecer que, por causa da violência, aulas noturnas no Liceu de Ofícios ou atividades esportivas nas escolas não podiam ocorrer", ressalta.

Para dar conta da demanda extra, Giacomini afirma que os coordenadores da Administração Regional do Cajuru, que atende ao Uberaba, foram orientados a priorizar a região nas decisões sobre destinação orçamentária. O secretário também acredita que, após a pacificação, a iniciativa privada se sentirá confortável para investir em ações sociais.

Entre 20 e 25 cidades terão UPSs até 2014, diz secretário

Entre 20 e 25 cidades do interior do estado deverão receber uma Unidade do Paraná Seguro (UPS) até 2014, garantiu ontem o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César.

Mas, sem citar nomes de municípios, destacou que a iniciativa depende da predisposição das prefeituras em estabelecer uma parceria e acatar algumas obrigações. Em Curitiba, outras 9 UPSs estão em estudo em bairros identificados como violentos.

No Uberaba, 300 policiais militares e 90 guardas municipais seguiram na ocupação ontem. Durante a coletiva de imprensa, o secretário e os comandantes das polícias foram questionados sobre a presença de policiamento à noite. Jornalistas que estiveram no bairro durante a madrugada afirmaram não ter encontrado as forças de segurança.

"À noite, somente os policiais do Bope permanecem na área, com um efetivo de 30 pessoas. Como a cor da farda e da viatura é preta, acabam não sendo tão vistos pela população", justificou o coronel César Alberto Souza, subcomandante-geral da Polícia Militar do Paraná.

Balanco

"Antecipamos prisões para evitar o confronto"

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) evitou ontem divulgar um balanço da operação de ocupação do Uberaba. Os números entregues aos jornalistas contabilizam ações realizadas pelas Polícias Militar e Civil desde setembro do ano passado – data apontada pelo governo como início do cerco aos criminosos. "A intenção foi antecipar as prisões para evitar o confronto armado durante a ocupação", argumentou o secretário Reinaldo de Almeida César.

O governo aponta um número de 17 prisões nesse período, das quais apenas três ocorreram no dia da ocupação. Foram 34 mandados de busca e apreensão cumpridos, mas o teor dos objetos recolhidos não foi divulgado. Almeida César refuta a possibilidade de que os planos da polícia tenham vazado e chegado aos ouvidos dos criminosos. "Foi uma ação que atingiu plenamente seu objetivo. Como escolhemos fazer um trabalho prévio, não se pode medir a qualidade pelas prisões feitas na hora", avalia.

* * * * *

Interatividade

O que precisa ser feito para que as UPSs cumpram o seu papel nas áreas em que forem instaladas?

Escreva para leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.



CARRETILHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



TAPETE KILIM
R\$ 150,00 m²
Persépolis - 41 3029-1929



CARRETILHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão

GAZETA DO POVO

Henry Milléo/Gazeta do Povo



O servente de pedreiro Ismael da Conceição: tortura 40 anos depois.

ABUSO POLICIAL

OAB denuncia PMs por tortura

Jovem de 19 anos, morador do Uberaba, diz ter sido agredido e acusado de roubo por policiais. Comando admite culpa e afasta dois suspeitos

06/03/2012 | 00:11 | OSNY TAVARES

Desde que foi liberado da delegacia, na madrugada de domingo, o servente de pedreiro Ismael Ferreira da Conceição se limita a andar do quarto para a sala. O jovem de 19 anos, que tem um problema na perna esquerda, passou a caminhar com ainda mais dificuldade. Ele se queixa de dores causadas por uma sessão de agressões e choques que durou cerca de cinco horas.

Em um relato corroborado pela família, vizinhos e advogada, Ismael diz ter sido seguidamente torturado por policiais militares – após supostamente ser confundido com um assaltante – dois dias depois da ocupação de 12 comunidades do Uberaba, ocorrida na última quinta-feira, na capital. O caso foi denunciado ontem pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná. O Comando da Polícia Militar reconheceu o fato e informou que dois PMs foram afastados preventivamente.

Henry Milléo/Gazeta do Povo



A dona de casa Lairi Inez Campiol, que dá abrigo a Ismael, mostra a casa no Uberaba supostamente revirada depois da passagem da polícia, no último sábado

Caso arranha credibilidade do programa UPS

Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a tortura sofrida por Ismael da Conceição tira a credibilidade da primeira Unidade do Paraná Seguro (UPS) instalada no estado. "Esse episódio coloca em dúvida se esse programa, que era necessário na cidade, terá condições de diminuir a violência nos bairros. Ainda mais quando os acusados são policiais militares", afirma a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da seção Paraná da OAB, Isabel Mendes.

De acordo com ela, a denúncia partiu dos próprios moradores do bairro, que viram o jovem sendo levado pela polícia. "Acompanhamos o exame de corpo delito no Instituto Médico Legal e foi confirmado que o rapaz foi torturado. Ele apanhou e levou choques elétricos. Os policiais ainda colocaram um saco plástico em sua cabeça para ele ficar sem respirar por algum tempo", relata Isabel.

A Comissão de Direitos Humanos da OAB comunicou oficialmente o fato à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) na manhã de ontem. A secretária Maria Tereza Uille Gomes determinou que uma equipe da Seju acompanhasse Isabel até o Uberaba. (DA)

Porta-voz da PM reconhece que houve excesso

A Polícia Militar confirmou no fim da tarde de ontem que identificou dois policiais suspeitos de ser os responsáveis pela tortura do servente de pedreiro Ismael da Conceição no Uberaba. Segundo o major Antônio Zanata Neto, porta-voz da PM, será instaurado um inquérito policial para apurar de fato o que aconteceu. Se confirmada a culpa, os PMs envolvidos podem até ser expulsos da corporação.

"Um oficial da Polícia Militar foi até o Instituto Médico Legal e acompanhou o exame de corpo delito. Foi confirmado que houve tortura por parte da Polícia Militar", admitiu o major. Para acompanhar o inquérito será solicitado o acompanhamento de um promotor público.

"É prematuro fazer um juízo de valor do que aconteceu. Vamos aguardar o término do inquérito, que deve ser concluído em 40 dias", afirmou. A polícia contesta

que a prisão tenha ocorrido no Uberaba.

Zanata pede para que a população denuncie casos de policiais que abusam do poder. "A sociedade deve denunciar para que possamos tomar as medidas cabíveis e esclarecer todos os fatos", disse.

Diego Antonelli

"Tu tá preso"

Ismael conta que às 17 horas do último sábado recebeu um telefonema de um amigo convidando-o para sair. Ele havia acabado de chegar em casa após o fim da jornada de trabalho. De banho tomado, montou na bicicleta e foi em direção ao ponto de encontro, na casa de um deles.

Após pedalar por algumas quadras, foi avistado por uma viatura da PM que participa da Unidade do Paraná Seguro (UPS). Segundo ele, o veículo fez a volta e bloqueou a passagem. "Passou por nós, azar o seu. Cadê a arma?", perguntou um dos policiais saindo da viatura. Ismael disse que não tinha qualquer arma. Outro policial o derrubou da bicicleta e, com o servente no chão, apertou-lhe a garganta. Outro deu um chute nas costelas e perguntou mais uma vez sobre uma arma.

Ismael respondeu pedindo para que os policiais o acompanhassem até em casa, onde poderia apresentar documentos. Foi então colocado no camburão. Segundo ele, xingamentos racistas começaram a pipocar, e se tornaram a forma-padrão de tratamento até o fim do cativeiro. O rapaz demonstrou preocupação com a bicicleta, que permanecia tombada na rua. "Tua bike já era. Tu tá preso", comunicou um policial.

Dez minutos depois, a viatura chegou à casa de Ismael. A família do jovem vive em Piraquara, no entanto ele mora com os patrões. Cinco anos atrás, Ismael conheceu Cristiano, o filho cadeirante de Lairi Inez Campiol, 52 anos, e Celso Luís Pereira, de 36 anos, proprietários de uma pequena empresa de acabamentos em construção civil. Cristiano convidou Ismael para participar do time de basquete em cadeira de rodas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Quando os pais se mudaram para a região metropolitana, o que impossibilitaria a rotina de treinamentos, os pais do amigo o acolheram. E lhe deram um emprego.

Segundo Lairi, os policiais entraram na casa e começaram a vasculhar os cômodos, abrindo armários e jogando objetos no chão. Disseram que estavam procurando armas. "Temos um flagrante. Ele confessou que fez um assalto e a vítima já o reconheceu", disse um PM. Enquanto isso, Ismael permanecia trancado na viatura estacionada do outro lado da rua. Ninguém podia vê-lo. Celso perguntou pelo funcionário. Os policiais foram até o camburão e retiraram o rapaz. Levaram-no até o quintal, mas não deixaram ninguém tocá-lo ou conversar com ele.

Violência

"Fui espancado, sufocado e levei choques", diz vítima

Após a busca no imóvel, que se revelou infrutífera, a patrulha foi embora levando Ismael. Os donos da casa perguntaram o que seria feito do garoto. Os policiais informaram que ele estava preso, mas não revelaram para qual delegacia seria levado.

No meio da confusão que se formou na rua, um vizinho passou para o casal o número de telefone de uma advogada. "Nunca precisamos de um profissional da área criminalística, então não sabíamos o que fazer", lembra Lairi Inez Campiol.

A advogada Raquel Farah, 46 anos, atendeu à ligação de Lairi enquanto se preparava para atender a uma ocorrência no 8º Distrito Policial. Ao ouvir a história, se comprometeu a tentar descobrir o paradeiro de Ismael.

O jovem, entretanto, não foi levado a uma delegacia. A primeira parada foi em um descampado. O servente diz ter identificado cinco policiais, que se alternaram distribuindo chutes, socos e estrangulamento. "Se você contar onde é a boca, a gente te solta", teria dito um deles.

Após um tempo que o agredido é incapaz de estimar, foi mais uma vez trancado no carro. Ele lembra que ficou um bom período na viatura parada, dentro do porta-malas, como se os policiais tivessem retornado ao posto.

A próxima parada foi em uma construção pequena, com duas camas, três armários e um computador. Ismael supõe que se trata de um posto policial. Ali, segundo ele, voltou a ser agredido. Alguns rostos eram novos. Também foi submetido a choques no peito, nos genitais e na língua. "Vamos levar ele para a desova", teria dito um dos homens. Ismael começou a rezar.

Na delegacia

"Eles desistiram de você"

Eram 21 horas quando Ismael da Conceição foi levado algemado até o Hospital Cajuru para tratar dos ferimentos. "Não diga que você está sentindo dor", ameaçou o homem que o escoltava. Às 22h30, foi finalmente entregue ao 8º DP. A advogada Raquel Farah havia sido informada da chegada apenas 15 minutos antes.

Na delegacia, os PMs apresentaram uma arma de brinquedo como pertencente a Ismael. O que se seguiu, segundo a advogada, foi uma discussão entre policiais civis e militares, ouvida ao longe também por Lairi Campiol e Celso, que haviam acabado de chegar. Os agentes da delegacia apontavam a inconsistência da prova.

A vítima do assalto chegou para fazer o reconhecimento. Ismael foi colocado ao lado de dois outros detidos. Apesar de a roupa ser semelhante à do autor do roubo (tênis branco, calça jeans e camisa xadrez), o biotipo não batia. O assaltante era alto e magro, Ismael é mediano e troncudo.

A delegada de plantão o liberou às 4 horas da madrugada de domingo. Ismael não conseguia andar sozinho e estava zozzo. Foi embora carregado. "Eles simplesmente desistiram de você", justificou um policial civil.

Pânico e revolta

Ao longo das 36 horas seguintes, Ismael e Lairi não voltaram a sair para a rua. A dona da casa não acredita que eles possam ser ameaçados novamente, mas Ismael está em pânico. Sua conversa é calma, mas os olhos permanecem sempre arregalados. Lairi entoava indignação. "A gente não pode aceitar isso. Senão vai ter mais vítimas", avalia.

Ela lembra que na quinta-feira, dia da ocupação, a família ficou feliz ao ver a polícia no bairro. Imaginava que aquele seria o começo de um prolongado período de tranquilidade. "Nos tornamos vítimas, quando deveríamos estar recebendo proteção." Na manhã de domingo, dois policiais da Unidade do Paraná Seguro – que nada têm a ver com o ocorrido – visitaram cada uma das casas da rua para perguntar aos moradores como eles avaliavam a atuação do destacamento. Lairi discorreu longamente sobre o que se passou com seu protegido. "Isso nós não estamos sabendo", ponderou o patrulheiro.



RELÓGIO WM014LRG
R\$ 3X 86,33
Touch Watches



BANQUETA GIRATÓRIA
R\$ 179,00
Movel da Fábrica



ALMOFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Paparicando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pemeta, 185



BIQUINI ESTRELÍCIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-2642



PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua Mal. Deodoro, 810

GAZETA DO POVO

ANÁLISE

Violência policial no país está enraizada

07/03/2012 | 00:12 | FERNANDA TRISOTTO

O caso do servente Ismael da Conceição deixou evidente que a tortura, por mais que cause repulsa, ainda é uma prática comum no Brasil. Para a cientista política e pesquisadora da Unicamp, Glenda Mezarobba, a violência faz parte da história brasileira de maneira muito específica. "A violência é constitutiva da nossa história. Desde a colonização, contra as populações indígenas, passando pela época da escravidão até o Estado Novo e a ditadura militar. No caso desse rapaz, havia dois estigmas: o fato de ser uma pessoa de baixa renda e negro", analisa.

Na opinião da professora, a compreensão da democracia deve ser encarada como o início de uma mudança de comportamento da polícia, já que neste sistema a sociedade e o poder público devem ter a capacidade de resolver seus problemas pelo diálogo. "Contribui muito para essa violência o fato da impunidade e de não se responsabilizar agentes torturadores", argumenta.

A crença de que um criminoso só confessa sob pressão continua impregnada na cultura policial. "Aos poucos, a polícia vai abandonando isso, mas o processo é mais lento do que gostaríamos", pondera o pesquisador Guaracy Mingardi, da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, e que já foi policial e subsecretário nacional de Segurança Pública.

Ele explica que há dois tipos de tortura que tradicionalmente a polícia usa. Um tem a ver com espancamento, normalmente feito na rua ou em viatura, que serve de intimidação para conseguir uma informação rápida. Outro tipo, que está caindo em desuso, é a prática durante investigações, onde se mantém um suspeito preso até obter uma confissão ou outro tipo de informação relevante. "Essa tortura operacional, que ainda ocorre com razoável frequência, é mais difícil de se controlar, porque normalmente acontece na rua, com um agente sozinho ou com amigos. Em muitos casos, o agressor fica impune", analisa.

Para o professor, a violência empregada por uma corporação pode identificar outros problemas, como a corrupção. "Sempre houve uma ligação muito grande, especialmente nos períodos com mais casos de tortura, entre tortura e corrupção. O método era usado porque, para poder extorquir alguém ou tirar alguma vantagem, era preciso ter uma confissão. É preciso tomar cuidado porque a polícia mais violenta é mais corrupta".

Histeria e apoio

Na opinião do professor de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos André Giamberardino, o medo exagerado e a histeria acabam dando suporte para que o Estado cometa esse tipo de violência. "É essencial que a população não apoie esse tipo de violência e que isso pode acontecer com qualquer pessoa", diz.

"A tortura só pode ser efetivamente combatida pela decisão política de todos, comunidade e autoridades. É preciso um processo de educação para combater isso. Além disso, enquanto a polícia não for aparelhada e qualificada para o combate ao crime, é loucura falar em combate a tortura", diz Narciso Pires, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais no Paraná.

BAIXE AGORA O aplicativo



Disponível em
 App Store
 Google play em breve

GUIA Delivery
 GAZETA DO POVO



CARRETLHA MARINE
 R\$ 226,90
 Hobby Pesca



PÓLO BÁSICA M/C
 R\$ 69,90
 Loja Padrão



TAPETE KILIM
 R\$ 150,00 m²
 Persépolis - 41 3029-1929



FERRARI BLACK
 R\$ 169,90
 Di Vetro - 41 3044-4748
 Visite nossas lojas!



PANELAS ALLEGRA
 R\$ 179,00 à vista
 Supreme Inox - 41 3322-8287
 Rua Mal. Deodoro, 810

GAZETA DO POVO

Henry Milleo/ Gazeta do Povo



Crianças puderam brincar à vontade ontem na Praça Oswaldo Cruz, em Curitiba: resgate do espaço público

VIOLÊNCIA

Antídoto social contra a falta de segurança

Preservação do espaço público afasta a criminalidade e reduz problemas relacionados à manutenção da ordem

23/05/2012 | 00:04 | OSNY TAVARES

Algo está diferente no espírito da Rua Riachuelo. A tradicional via de comércio popular no Centro de Curitiba, que passou por um processo de revitalização entre 2009 e 2010, agora lucra com a melhoria estética. As novas fachadas, calçadas e luminárias reverteram o processo de degradação e criaram um círculo virtuoso. Embelezada, a rua se mostrou atraente e algumas pessoas voltaram a trafegar por ela. Ganhando movimento, intimidou a mendicância e a criminalidade.

Essa percepção da nova Riachuelo é resultado de uma estratégia de segurança que considera o ambiente urbano o instrumento mais eficiente na prevenção a delitos. Os defensores dessa forma de atuação apontam que um local em desordem será necessariamente um foco de criminalidade. Quando bem cuidado, entretanto, tende a reprimir o crime de ocasião, independentemente de um policiamento ostensivo. A vigilância é social.

Aniele Nascimento/ Gazeta do Povo



Pedestres reencontram a Riachuelo

A revitalização da Rua Riachuelo, no Centro da capital, tornou o ambiente menos hostil ao pedestre e muitas pessoas fizeram da via um caminho de passagem. Isso atraiu o interesse de novos lojistas com novos produtos – o que chamou a atenção e, como esperado, também atraiu mais pessoas. Disputando esses novos consumidores, os lojistas reformaram a parte interna dos imóveis e reforçaram estoques – o que, uma vez mais, trouxe mais gente para a rua.

"Eu mesmo deixava queimar seis lâmpadas antes de me preocupar em trocar. Achava que quem entrava aqui não merecia o esforço", lembra Chaim Jaber (foto), proprietário de uma loja de confecções e vice-presidente da Associação dos Comerciantes e Moradores da Rua Riachuelo. "Aquela mulher ali, por exemplo [diz ele, apontando para uma freguesa], não teria coragem de abrir a bolsa na porta daquele jeito". (OT)

Mobilização na capital resgata praça como área de lazer

Um exemplo de iniciativa de resgate do espaço público ocorreu ontem em Curitiba, com o Dia do Abraço à Praça, realizado na Praça Oswaldo Cruz. A ação foi promovida pelo Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) da Área Central de Curitiba e está na terceira edição. Durante todo o dia, a comunidade que passou pelo local encontrou atividades e brincadeiras para crianças e estandes de serviços e orientações.

Segundo Malu Gomes, presidente do Conseg da área central, além da ocupação da área de lazer, o objetivo do evento é fazer com que a comunidade conheça a polícia e

suas funções e se aproxime da corporação. Segundo ela, desde que o conselho iniciou trabalhos mais efetivos na área central, com o apoio da polícia, houve queda nos índices de criminalidade. "Tenho certeza que a polícia comunitária ajuda a diminuir esses índices, mas é preciso ter o apoio da comunidade para ser efetivo", diz.

A professora aposentada Sônia Munhoz, de 57 anos, mora nas redondezas da praça e vai ao local pelo menos uma vez por semana. Ontem, ao ver a programação especial, voltou para casa e buscou o neto Mateus, de 2 anos, para brincar. "Vim para fazer ginástica e quando vi toda a estrutura, pensei em trazer meu neto para se divertir. Acho muito válida a iniciativa", diz.

Reocupação

Para o sociólogo e professor da PUCPR Cezar Bueno, o ato simbólico de abraçar a praça é importante no sentido de recuperar o espaço público para o lazer e refazer o contato entre cidadãos, mas a ação deve ser efetiva. Nessa perspectiva, ele defende que é preciso haver uma intervenção do poder público. "A população tem que buscar reocupar os espaços que sempre pertenceram a ela, mas a presença do poder público facilita essa retomada", acredita.

Para ele, é preciso um projeto político para garantir a livre circulação dos cidadãos e marcar presença para prevenir a violência. O policiamento comunitário, em que os agentes não estejam necessariamente fardados e sejam próximos a comunidade, poderia ser uma atitude interessante na opinião do professor.

Fernanda Trisotto

Em 1982, o cientista político James Q. Wilson e o psicólogo criminologista George Kelling, ambos norte-americanos, publicaram um estudo que pela primeira vez estabelecia essa relação causal. O trabalho da dupla ficou conhecido como a "Teoria das Janelas Quebradas", uma referência ao exemplo usado por eles.

Se alguém quebra uma janela e o vidro não é substituído, argumentam, outras pessoas que passam pelo local podem se sentir à vontade para fazer o mesmo, já que o ato de vandalismo parece não produzir qualquer reação imediata. O sentimento de anarquia se espalha epidemicamente pelo bairro, criando uma espiral de degradação. Nesse espaço sem controle, um assaltante se sentirá seguro para agir, pois ninguém parece ter condições de impedir, ou mesmo se importar, com problemas relacionados à manutenção da ordem.

"Ninguém vai construir uma casa limpa ao lado de um barraco. Da mesma forma, quando as pessoas entram em um metrô limpo, se sentem menos propensas a jogar papel no chão", ilustra Marcos Antônio Amaro, coronel da reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro e autor do livro *Arquitetura contra o Crime*.

O metrô, inclusive, foi o ponto de partida para um dos casos mais bem sucedidos de reversão de criminalidade. A política de Tolerância Zero, implementada em Nova York entre o final dos anos 80 e o início dos 90, teve como embrião a "retomada" do sistema de transporte subterrâneo, então decrépito. Pichações eram limpas assim que os trens chegavam à estação final e furadores de catraca foram detidos em massa pela polícia à paisana. Descobria-se, logo depois, que alguns deles eram conhecidos assaltantes com atuação no metrô.

Sucesso

Em um artigo jurídico, o promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul Daniel Sperb Rubin analisa o sucesso da estratégia. "Atacando o problema do não pagamento das passagens, estava-se prevenindo a desordem e também que elementos criminosos entrassem no sistema subterrâneo de trânsito. Depois de um tempo, os desordeiros e criminosos começaram a deixar suas armas em casa. Menos armas, menos roubos, menos assaltos, menos assassinatos, menos vítimas. Começava-se a demonstrar, na prática, a relação entre desordem e criminalidade no interior do metrô", correlaciona.

Consertar a "janela" deve ser prioridade

A aplicação da Teoria das Janelas Quebradas exige uma inversão de prioridades por parte do trabalho policial. Os pequenos delitos passam a ser a principal preocupação, e se tornam o perfil de crime em que as respostas precisam ser mais rápidas e eficientes. É uma escolha oposta à estratégia de prioridades presente na maioria das polícias do Brasil, que direciona esforços para os crimes mais graves.

"Todo grande criminoso começou realizando pequenos delitos", aponta o comandante geral da Polícia Militar do Paraná, Roberson Luiz Bondaruk, autor do livro *A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano*. "Uma área de abandono é uma janela quebrada. Para consertá-la, é preciso combater as mazelas que criam os problemas sociais, trabalhando na base do problema".

Bondaruk situa as Unidades do Paraná Seguro (UPS) como um programa em que essa estratégia é adotada. "O policial inserido na comunidade detecta o que está gerando o crime. Todo criminoso sempre faz uma análise do ambiente, e não age caso não encontre condições mínimas de segurança para si", argumenta.

Exemplo

Fortaleza recuperou área central após mapear imóveis subutilizados

Algumas ações de preservação do espaço urbano realizadas em cidades brasileiras têm se revertido em exemplos de sucesso. Em Fortaleza (CE), por exemplo, a prefeitura iniciou há seis anos um processo de reocupação da área central – que havia tido uma redução de quase 30% no número de habitantes. Os imóveis vazios criaram desconexão entre a vizinhança e oportunidade para a formação dos chamados "mocós", áreas que abrigam de moradores de rua a usuários de drogas.

Com um investimento inicial de R\$ 110 mil, a prefeitura mapeou 660 imóveis sub-ocupados. Neles, implantou instrumentos como o IPTU progressivo para forçar os donos a utilizá-los de alguma forma. "Planejamos inserir a habitação popular dentro da área central. Em Fortaleza, passamos por um processo – não descontextualizado do restante do país – de falta de planejamento urbano. Os bairros se expandiram a partir de mutirões, e o município foi perdendo o poder de gerenciar a dinâmica da cidade", conta o secretário de Habitação da capital cearense, Roberto Gomes.



PANELAS ALLEGRA
R\$ 179,00 à vista
Supreme Inox - 41 3322-8287
Rua Mal. Deodoro, 810



BIKINI ESTRELÍCIA
Por R\$ 106,00 à vista
Dentro D'Água - 41 3016-2642



TAPETE KILIM
R\$ 150,00 m²
Persépolis - 41 3029-1929



CARRETLHA MARINE
R\$ 226,90
Hobby Pesca



ALMOFADA MASS.
R\$ 89,90 cada
Papaicando - 41 3016 1088
Rua Emiliano Pemeta, 185

GAZETA DO POVO

Marcelo Andrade/ Gazeta do Povo



Comunidade é convidada a dizer o que diminuirá a violência

COMUNIDADE

Feiras da paz cultivam cidadania

Nos próximos dois dias, dez cidades do Paraná receberão uma série de atividades que discutem formas de reduzir a violência local

28/06/2012 | 00:06 | [ALINE PERES](#)

Dez cidades paranaenses recebem amanhã e sábado a Feira da Paz, uma iniciativa do Sesi Paraná e do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), com apoio de comunidades locais, para estimular a reflexão sobre formas de reduzir a violência. A população de Curitiba, Rio Branco do Sul, na região metropolitana, Ponta Grossa, Guarapuava, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Apucarana e Londrina irá participar de ações que incentivam a cultura da paz.

Para a presidente do Conselho de Segurança do Jardim Botânico, Fátima Maia, o evento servirá de marco não só para os moradores do bairro, mas para Curitiba. "Isso é um reflexo de que tem outras pessoas olhando por nós", referindo-se à confirmação de presença no evento de conselhos de segurança e associação de moradores de outras localidades.

Os participantes da feira em Curitiba poderão colocar bilhetes em um suporte estilizado que recebeu o nome de Árvore da Atitude. Cada um terá a oportunidade de escrever como pode contribuir, individualmente, para diminuir a violência no lugar onde vivem. "A ideia é reforçar o sentimento de pertencimento dos moradores pelo local onde moram e incentivar a prática de construção de uma comunidade voltada para a paz", afirma Fátima.

Participação

O Sesi Paraná utiliza programas institucionais, como o Arranjo Educativo Local, a Rede de Desenvolvimento Local, Nós Podemos Paraná, o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial (CPCE) e o Junior Achievement, para articular e mobilizar as comunidades.

Nos dez municípios escolhidos para a realização da Feira da Paz haverá programação específica com atividades que prestigiem os talentos locais, como grupos culturais, serviços, oficinas de artes, recreação e educação para a paz. Outra ação comum em todos os eventos será o abraço coletivo pela paz – que convoca os moradores para darem as mãos pedindo o fim da violência.

* * * * *

Agende

Confira os locais:

CURITIBA

Bairro Jardim Botânico. Sexta-feira: no Colégio Hildebrando de Araújo, Avenida Omar Sabbag, 721, das 8 às 17 horas. No sábado: na praça da Itália, entre a Av. Lothario Meissner e Rua Eng. Gottardo Bottarelli, das 9 às 18 horas.

APUCARANA

Bairro Jardim Colonial. Sexta-feira: na Escola Municipal Monsenhor Arnaldo Beltrani, Rua Luiz Claudio Matsui, 106, das 12 às 17 h e no sábado, das 9 às 17 horas.

CASCADEL

Centro da Juventude e Associação de Moradores do bairro Interlagos. Sexta-feira: na Travessa da Felicidade, das 8 às 18 horas. No sábado, das 9 às 16h30.

FOZ DO IGUAÇU

Comunidade da Vila C. Sexta-feira: na Rua Vila Velha, 63, das 14 às 18 horas. No sábado, das 9 às 17 horas.

MARINGÁ

Bairro Jardim Vitória. Sexta-feira: na Escola Estadual Alfredo Moisés Maluf, na Rua Alfredo Marquezini, 879, das 13 às 18 horas. No sábado, no Parque das Palmeiras, Av. das Palmeiras, s/nº, das 9 às 16 horas.

LONDRINA

Comunidades Jardim Jamaica, Tóquio, Pinheiros, Versales, Vila Industrial e Bandeirantes. Sexta-feira: na Praça dos Expedicionários, na Vila Industrial, das 14 às 18 horas. No sábado, das 9 às 18 horas.

PONTA GROSSA

Comunidades Barreto, Santana e Coronel Cláudio. Sexta-feira: as ações ocorrerão em 14 escolas do município, das 9 às 18 horas. No sábado, no Parque Ambiental, das 9 às 17 horas.

GUARAPUAVA

Bairro Industrial. Sexta-feira, no Colégio Estadual Dulce Maschio, Rua Padre Jandir Luiz Ferrari; e na Escola Municipal São Pedro, Rua Dinarte Saul Araújo, 450, das 8 às 21 horas. No sábado, no Colégio Estadual Dulce Maschio, das 9 às 16 horas.

UMUARAMA

Associação Vida e Solidariedade. Sexta-feira, na Rua Jorge Carlos Jardim, das 13 às 21 horas. No sábado, das 7h30 às 17 horas.

RIO BRANCO DO SUL

Sexta-feira, no Barracão de Reciclagem, rua Manoel Mueller da Siqueira; e na Associação dos Servidores Municipais (Asem), rua Coronel Carlos Pioli, 53, das 9 às 11h30. No sábado, no módulo policial, na Avenida Derson Costa; Asem, na Rua Coronel Carlos Pioli, 53; e Exit, Rua Domingos de Faria, 268. Das 8 às 23 horas.

Programação: www.sesipr.org.br



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
CiclesJaime - 41 3333-3456



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



RASTEIRA BIQUEIRA
R\$ 99,90
Zutti Calçados



FLOWER BY KENZO
R\$ 79,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão

GAZETA DO POVO

Marcelo Andrade/Gazeta do Povo



Astridt e Ivo perderam um filho assassinado, em Curitiba: desejo de reativar o Conseg do bairro

VIOLÊNCIA

Sensação de insegurança cresce, um ano depois

Em 2011, 56% dos paranaenses consideraram a falta de segurança o principal problema do estado. Agora, esse índice subiu para 61%

16/07/2012 | 00:04 | BRUNA MAESTRI WALTER

Dona de casa transforma luto em esperança

O medo do crime provocou um efeito diferente na vida da dona de casa Astridt Elizabeth Laidens, 62 anos. Em vez de se fechar em casa, a proximidade com a violência fez com que a moradora do bairro Capão Raso, em Curitiba, saísse em busca de ações para melhorar a segurança no bairro.

De um ano para cá, Astridt vinha percebendo o aumento da criminalidade no bairro, principalmente por causa de assaltos ao comércio e residências. No dia 21 de junho, porém, ela presenciou uma das situações mais traumáticas. O filho foi assassinado às 7h15 da manhã, quando chegava à casa da mãe para deixar a filha de 5 anos com a avó. Um ladrão se aproximou para roubar o carro do filho, que reagiu ao assalto e foi baleado.

Tão logo aconteceu o crime, a família foi em busca do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do bairro para pensar em ações contra a violência. A surpresa foi descobrir que o conselho estava desativado desde 2006. "Com o conselho, muitas coisas poderiam ser evitadas", diz Astridt, que pretende reativar a entidade. "Vou participar do conselho. Não vai trazer meu filho de volta, mas, pelo menos, outras famílias não vão ficar sofrendo como a gente sofre."

Participação

A coordenadora estadual dos Consegs, Michelle Lourenço Cabral, destaca a atitude de Astridt e reforça o convite para que a população participe mais das entidades. "Acredito que a população não busca se envolver. Temos dificuldades em articular as comunidades", diz.

O Paraná tem hoje 231 conselhos comunitários de segurança. O número é cerca de 30% maior que há um ano. E a expectativa é que essa quantidade cresça ainda mais. "Nada melhor do que as comunidades trazerem seus problemas para serem resolvidos", afirma Michelle. "A maioria acredita que cabe ao poder público resolver todos os problemas e que a comunidade não tem responsabilidade nenhuma. É responsabilidade, sim, do Estado, mas também de cada comunidade. Cada um tem que fazer a sua parte."

Reduzir homicídios é meta do governo

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) afirma compartilhar da visão da população de que "um dos grandes problemas sociais da atualidade é a violência e a criminalidade". Entre as prioridades da Sesp para reverter o quadro estão a recomposição do efetivo policial, a modernização do sistema de segurança pública e uma polícia próxima à sociedade com módulos e delegacias cidadãs. A meta é reduzir até 2014 a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes dos atuais 29,5 para 21,5.

Para a Sesp, um avanço já foi verificado: a taxa de homicídios na Região Metropolitana de Curitiba caiu 10% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2011. Outra ação destacada pelo órgão é a implantação das Unidades Paraná Seguro (UPS) nos bairros Parolin e Uberaba, em Curitiba, onde, segundo o órgão, a "criminalidade diminuiu sensivelmente".

Sobre a corrupção policial, a Sesp informa que reforçou as corregedorias das polícias e "estimula o cidadão a denunciar qualquer ato que não seja condizente com o serviço policial".

A sensação de insegurança tem feito com que muitos paranaenses mudem de comportamento, fiquem intranquilos quando os filhos estão na escola e tenham medo de ser vítimas de assalto. O cenário, resultado de um levantamento do Instituto Paraná Pesquisas com 1,5 mil pessoas, que marca o fim da campanha Paz tem Voz, revela também que para 61% dos entrevistados a segurança pública é o principal problema a ser enfrentado - há um ano, 56% tinham essa percepção.

A maioria dos paranaenses (71%) também se sente menos segura do que há cinco anos e acredita que é necessário investir no treinamento dos policiais, melhorar a remuneração deles e contratar mais homens para mudar a realidade. Para especialistas, no entanto, é preciso paciência, pois a mudança acontece a longo prazo e não depende apenas da área de segurança.

Para o delegado Cláudio Marques, membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos e pesquisador na área, existe uma incapacidade das pessoas em solucionar conflitos. Segundo ele, é preciso investir em trabalhos sociais, no maior diálogo e na melhoria da estrutura familiar, além de ações na segurança pública que garantam o atendimento ao cidadão.

"A partir do momento que a população perceber que pode ligar para o setor de emergência da polícia que consegue atendimento rápido, que tem

policiais nas ruas, a tendência é diminuir [a sensação de insegurança]", diz Silva, citando como exemplo o trabalho das Unidades Paraná Seguro (UPS).

Apesar de 69% dos entrevistados acharem que existe muita corrupção policial, as vítimas de crimes têm denunciado mais. De um ano para cá, o índice de paranaenses que acionaram a polícia em caso de residência roubada ou furtada, por exemplo, aumentou seis pontos percentuais. Também cresceu de 39% para 46% o índice dos que acreditam que denunciando crimes irão colaborar mais com a segurança. "Mas não é pelo fato de estar denunciando mais que os paranaenses estão com menos medo. Estão acreditando que a polícia vai dar mais respostas para esse problema", diz o diretor da Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo.

O sociólogo Pedro Bodê, coordenador do Grupo de Estudos da Violência da Universidade Federal do Paraná, considera preocupante o fato de 44% dos entrevistados consultados terem dito que deixam de fazer alguma coisa devido ao medo – eram 42,5% em 2011. Segundo Bodê, isso afeta a qualidade de vida e os próprios princípios democráticos de uma sociedade.

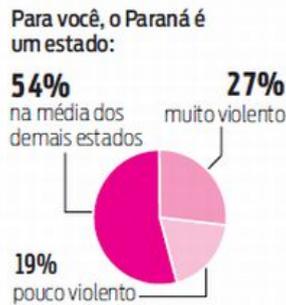
Soluções

Para aumentar a sensação de segurança, Bodê defende investimentos na área de proteção social, com acesso à Justiça, educação, emprego, saúde, entre outros. Também são necessárias melhorias nos sistemas judiciário e policial, modernizando a polícia, tornando o sistema mais atuante e confiável, deixando a Justiça menos morosa, entre outros.

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Almir de Oliveira Júnior, que coordenou um estudo sobre o assunto, afirma que a sensação de insegurança não está diretamente associada à atuação dos órgãos de segurança pública. "Nas regiões onde há investimentos mais maciços, a sensação de segurança não é necessariamente maior", diz. Segundo ele, a população percebe que é preciso investir em um conjunto de fatores para produzir maior bem-estar e não somente em ações de polícia. "A sensação de insegurança só muda de forma mais substantiva a longo prazo", conclui.

INDICADORES

Veja a percepção dos paranaenses sobre a segurança pública:



OPINIÃO DOS PARANAENSES SOBRE O ESTADO

Qual é hoje o maior problema enfrentado pelos paranaenses?*

Segurança pública	61%
Saúde	50%
Drogas	24%
Educação	9%
Desemprego	7%

Porcentual de pessoas que consideram a segurança pública o maior problema do estado, por regiões:

Curitiba	65
RMC	68
Interior	58

Qual fator está mais associado à violência?*(%)

Uso de drogas	53
Tráfico de drogas	36
Bebida alcoólica	22
Falta de policiamento	16
Desigualdade social	12
Corrupção	11
Falta de emprego	11
Impunidade	10
Arma	7
Gangues	5
Trânsito	4
Ganância	3
Falta de estudo	1

De qual crime você mais teme se tornar vítima? (%)

Assalto	38
Homicídio	11
Tráfico	10
Latrocínio	9
Bala perdida	8
Sequestro	7
Arrombamento	7
Roubo de carro	4
Agressão	3
Não sabe/nenhum	2
Outros	1

COMPARATIVO ■ julho/2011 ■ julho/2012 Em%

De qual situação você tem mais medo? (respostas mais citadas)*

Andar em ruas escuras	24,9	32,4
Sofrer qualquer tipo de assalto à mão armada	23,1	30,8
Chegar ou sair de casa, principalmente à noite	18,8	23,1
Sacar dinheiro em caixa eletrônico	24,4	23,0
Ter sua casa roubada ou furtada	23,9	17,3
Andar sozinho	14,9	10,2
Andar no centro à noite	11,0	9,3

Nos últimos 12 meses:	Hoje:
17% foram vítimas de roubo ou furto	44% deixam de fazer algo por medo
8% tiveram sua casa roubada ou furtada	54% não ficam tranquilos quando o filho está na escola
5% tiveram o carro ou de alguém da família roubado ou furtado	

Como colaborar mais com a segurança pública? (respostas mais citadas)*

Educando melhor os filhos	54,7	59,9
Denunciando crimes	38,7	46,5
Cobrando mais dos governantes	45,4	39,5
Fortalecendo as relações familiares	17,1	19,9
Participando de conselhos de segurança	18,5	9,9

O que o governo deveria fazer para resolver o problema da segurança no estado? (respostas mais citadas)*

Treinar mais os policiais existentes	33	34
Remunerar melhor os policiais	32	31
Contratar mais policiais	27	28
Combater o tráfico e o consumo de drogas	37	23
Combater a corrupção	1	18

*Total superior a 100%, pois os entrevistados podiam escolher mais de uma alternativa.

Metodologia: Em 2011: entre 8 e 15 de julho foram entrevistados 1.505 habitantes do Paraná maiores de 16 anos, em 70 municípios. Grau de confiança de 95% e margem de erro de 2,5%.

Em 2012: entre 28 de junho a 3 de julho 15 foram entrevistados 1.505 habitantes do Paraná maiores de 16 anos, em 80 municípios. Grau de confiança de 95% e margem de erro de 2,5%.

Fonte: Paraná Pesquisas. Infografia: Gazeta do Povo.



CORAÇÃO ITALIANO
R\$ 115,00
Prata Fina - 3093-4995



FERRARI BLACK
R\$ 169,90
Di Vetro - 41 3044-4748
Visite nossas lojas!



CALOI HTX 21V
R\$799,00 em 10x no cartão
Cicles Jaime - 41 3333-3456



PÓLO BÁSICA M/C
R\$ 69,90
Loja Padrão



SAPATILHA ROSE
R\$ 59,90
Zutti Calçados